

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PAULO VITOR PALMA NAVASCONI

VIDA, ADOECIMENTO E SUICÍDIO: RACISMO NA PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO SOBRE JOVENS NEGROS/AS LGBTTI_s

Maringá
2018

PAULO VITOR PALMA NAVASCONI

Vida, adoecimento e suicídio: racismo na produção do conhecimento sobre
jovens negros/as LGBTTIs

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia
Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientador: Prof. Dr. Murilo dos Santos Moscheta

Maringá
2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)**

N322v Navasconi, Paulo Vitor Palma
Vida, adoecimento e suicídio: racismo na produção do conhecimento sobre jovens negros/as LGBTTI / Paulo Vitor Palma Navasconi. -- Maringá, 2018.
275 f. : il. color., figs., quadros

Orientador: Prof. Dr. Murilo dos Santos Moscheta.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2018.

1. Suicídio. 2. Raça. 3. Juventude. 4. Interseccionalidade. 5. Epistemicídio. 6. Invisibilidade. 7. Branquitude. 8. LGBTTI. I. Moscheta, Murilo dos Santos, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 21.ed. 155.937
305.8

ECSL-1202/9

PAULO VITOR PALMA NAVASCONI

Vida, adoecimento e suicídio: racismo na produção do conhecimento sobre
jovens negros/as LGBTTIs

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Murilo dos Santos Moscheta
PPI - Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Prof. Dr. Felipe Delton Aparecido
DHI - Universidade Estadual de Maringá

Prof.^a Dr.^a Lia Vainer Schucman
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade do Estado de Santa Catarina
(UDESC)

DEDICATÓRIA

**Aos meus antepassados
À toda população negra
E a todos que foram alocados/as na sombra
da subalternidade**

**Coragem, temos muito para dizer, a luta nunca é em vão. Nunca foi.
(A's Trinca, Coragem, 2014).**

AGRADECIMENTOS

Reservei esse espaço para nós.
Para o nosso momento.
Agradeço Por aqui depositar seus olhos,
Este é meu campo minado....
Que essas palavras te atinjam e sirvam de
progresso, (R)evolução!

(Mel Duarte, Negra Nua Crua, 2016).

Talvez me falte folhas para agradecer todas as mãos que ajudaram e que estiveram presentes comigo neste processo dissertativo. Mas sem estas mãos jamais conseguiria realizar este trabalho, com isto, agradeço:

Ao meu orientador Professor Dr. Murilo dos Santos Moscheta, pela confiança, carinho, estímulo, e por acreditar em mim, por me enxergar enquanto uma pessoa com potencialidades, por sempre estar do meu lado me oferecendo suporte, escuta e por me colocar de volta a realidade nos momentos em que talvez eu estivesse sonhando alto demais. Murilo sou muito grato ao “senhor” (risos), obrigado por tudo e que possamos continuar na luta por uma psicologia mais plural hoje, amanhã e sempre.

À professora futura Doutora Sylvia Mara pelo seu cuidado e carinho, pela generosidade em me escutar nas madrugadas, por estar sempre do meu lado ao longo desses dois anos de luta e de conquistas, amo-te.

À minha primeira professora que me alfabetizou, infelizmente não recordo o seu nome, mas gratidão a você.

À professora Dra. Lucia Cecilia da Silva por me acompanhar, me orientar e estar comigo ao longo da graduação e ao longo dos meus estudos sobre suicídio e por ser tão gentil e cuidadosa.

À professora futura Doutora Marlene Simionato por me acompanhar na minha trajetória acadêmica e de pesquisador, e por ser sempre tão carinhosa, afetuosa, doce e amiga. Muito obrigado.

À Professora Dra. Lia Vainer Schucman que desde 2015 me inspira com seus trabalhos e com sua atuação profissional. Obrigado pelas orientações, apontamentos e por todos os

direcionamentos realizados na qualificação e na defesa. Muito obrigado Lia além de ser uma inspiração é uma grande amiga que a militância me presenteou.

Ao professor Dr. Delton Felipe e Professora Dra. Marivânia Araujo minhas inspirações enquanto docentes negros na Universidade Estadual de Maringá, obrigado por resistirem e lutarem num espaço tão cruel como este, mas vocês fazem a diferença, espero ser igual vocês. Gratidão. Além disso, agradeço ao Professor Delton por todas as orientações, apontamentos e direcionados realizados na qualificação e na defesa, tais apontamentos foram de suma importância, muito obrigado.

E a todos os professores, professoras, funcionários e técnicos/as que passaram durante a minha formação e que deixaram suas marcas, ensinamentos e sabedorias.

À Universidade Estadual de Maringá, em especial ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela possibilidade de minha formação profissional.

Às professoras Nilza Sanches Tessaro Leonardo coordenadora da Pós-Graduação em Psicologia e a vice coordenadora Professora Sônia Mari Shima Barraco pelo apoio e disponibilidade, e a querida Wal funcionária da Pós-Graduação que sempre esteve disponível para me ajudar.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa de estudos de dois anos que me permitiu realizar este trabalho de maneira mais tranquila e integral.

Ao Deverso (Grupo de Pesquisa em Sexualidade, Saúde e Política) pelo espaço de troca, de criação, de carinho e de recarga de energia. Em especial à Daniele Fébole, Zarinha (Zara), Rodrigo Ramires, Bárbara Anzolin, Cristiano Viana, eu amo vocês, obrigado por tudo.

Ao Coletivo Yalodê-Badá o primeiro coletivo da Juventude Negra de Maringá, local onde pude me sentir não só acolhido, mas reconhecido e representado. Agradeço pelo espaço de luta, de irmandade e principalmente de transformação. Dedico em especial aos meus negrinhos/as que amo por demais aos “mais velhos” Daniara Thomaz, Luara Vieira, Jenifer Silva, Rúbia Divino, Vivian Thomaz, Eloá Lamin, Francielly e aos “novinhos” Andreza, Flávia, Júlia, Tiago, Gabriel, Natália e a todos que deixaram sua marca e que pude aprender e compartilhar histórias de luta, como, Laís Fialho, Daniel Camargo e Lucas Gabriel.

Ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiro (NEIAB/UEM) pelo espaço de militância, de aprendizagem e pelo apoio. Em especial a querida Lilian Carvalho e ao Rodrigo Pedro.

Ao *Homofobia mata.wordpress* por produzir e disponibilizar todos os relatórios referente aos assassinatos de LGBTs no Brasil, um muito obrigado e continuem nessa luta que não é fácil.

À minha Mãe Maria Donizete (Velhinha) por sempre acreditar em mim, por lutar por mim, por fazer de tudo para que eu pudesse estar aqui hoje e ser quem eu sou. Devo muito a você, e me orgulho de tê-la como minha mãe, mesmo a gente brigando as vezes eu te amo muito. Obrigado por tudo, você é incrível.

Ao meu Pai Edelson Navasconi (Caveirinha) por lutar, acreditar e me apoiar não só financeiramente mas afetuosamente. E também mesmo a gente brigando, eu te amo Pai, obrigado por tudo.

Ao meu falecido irmão William Navasconi você meu “irmão gêmeo” que amei, e amo e carrego comigo todos os dias dentro do meu peito. Eu te amo e você é a minha inspiração.

Às minhas avós Josefina e Leticia e meu avô Alcino e todos meus familiares que acreditaram em mim e me apoiaram. E claro ao meu cachorro poderosíssimo Barack Obama, eu te amo.

À todas teóricas, teóricos, militantes negros/as que resistiram, lutaram e nunca desistiram de seus objetivos, ou seja, da possibilidade da existência de um mundo minimamente mais plural e menos racista. Eu não tenho palavras para falar quão grato eu sou a vocês, muito obrigado por tudo, eu nunca irei desistir – por nós, por vocês e pelos que virão –

À todas pessoas especiais que passaram por mim durante a graduação e em especial a Beatriz Moreira, Bruno Henrique, Elaine Bergamaschi, Aline Leão, Naiara Balduino, Luzia Pedro, Ingrid Fernandes, Rayza Alexandra, Bruna Flores, Marcos Felipe e tantas outras pessoas. Muito obrigado.

À Carol Polizelli parceira de graduação e de Pós-Graduação no qual compartilhei angustias e que sempre me apoiou, muito obrigado, amo você.

À minha ex terapeuta Rosane, muito obrigado por me acolher, acreditar em mim e nunca me julgar e estar sempre presente nos momentos em que mais precisei. Sou muito grato a você, um muito obrigado.

Às minhas amigas, irmãs, filhas e parceiras de longa data desde meus seis anos de idade me aguentando e me aturando, hoje o que eu sou devo muito a vocês duas pelas aprendizagens experiências e pelo amor e carinho que recebi e recebo de vocês. Eu amo vocês Tamires Tolomeotti e Pâmela Maiara.

À Vivian Thomaz que entrou na minha vida e se tornou o meu “BB” eu te amo muito, obrigado por me escutar, me acolher e fazer dos meus dias mais leves e suportáveis. Te amo.

Às minhas amigas “poderosíssimas” Ana Eliza, Melline Ortega, Mariana Lins, Natália Barzaghi (Nana), Lorena Maria, Luana Corbelo e Carol Toffanelli obrigado por tudo, eu amo vocês.

À Sueli Felizani minha inspiração a qual tenho um apreço muito grande. Obrigado pelas aprendizagens, pelas publicações, pelos textos, pelos tapas necessários e por todo o carinho, você é incrível.

Aos meus amigos/as que alguns não estão mais presentes e outros estão em especial ao Jeferson, Eduardo (Pestinha), Beatriz Caixeta (Maravilhosa), Maddox Cleber, Clarck, Raquel, Bruno Ribeiro, Lucas, Jéssica Barbosa e tantos outros que por conta do espaço não será possível nomeá-los, mas agradeço a todos e todas por estarem comigo nessa caminhada.

À todos que estiveram diretamente e indiretamente nos meus diários, nas minhas anotações, reflexões e pensamentos em especial a Henrique Santana, Gabriela Moura, Paulo Cruz, Bruno Nzinga Ribeiro, Itallon Lourenço, Eric Augusto Xavier da Silva, Edson Jonas, Jefie Cardoli, Daniel Pereira, Lúcio Mauro, Leonardo Cabó, Jônatas Silva, Artur Santoro, Higor Maciel, Cintia Ribbeiro, Iara Maria Nascimento, Cecília Santos, Henrique Oliveira, Suzane Jardim, Jota Mombaça, Djamila Ribeiro, Rosane Borges, Nilma Lino Gomes, Gleicy Souza, Glenda Melo, Elena, Kayla e tantas outras e outros, obrigado por me ajudarem a construir esse sonho e esse projeto, a mão de vocês também estão neste trabalho gratidão.

E não menos importante a Luara Vieira meu amor, inspiração, amiga, companheira de “bads”, de risos, alegrias e de tantas outras coisas. Parte desse trabalho devo à você, por sua escuta, dedicação, carinho e por estar sempre ao meu lado seja nos momentos mais felizes como nos mais tristes. Eu só tenho que agradecer por ter você e por você aturar as minhas esquisitices e neuras. Obrigado pela amizade sincera e por me fazer uma pessoa mais humana e por sentir-se amado e cuidado por uma pessoa incrível como és tu. Amo-te minha amiga Luara Vieira.

E pouco a pouco... As dores viram água...
Viram memória... As memórias vão com o
tempo, se desfazem. Mas algumas não
encontram consolo, só algum alívio nas
pequenas brechas da poesia. Você William é
minha memória inconsolável, feita de pedra e
de sombra. E é dela que tudo nasce, e dança
(Elena, 2012 / Adaptado por mim).

LISTA DE AUTORAS E AUTORES NEGROS/AS¹

Achille Mbembe

Abdias do Nascimento

Ana Angélica Sebastião

Ana Claudia Lemos Pacheco

Ana Maria Gonçalves

Angela Yvonne Davis

Alan Augusto Moraes Ribeiro

Alice Malsenior Walker

Antônio Marcos dos Santos Júnior

Aparecida Sueli Carneiro Jacoel

Audrey Geraldine Lorde

bell hooks (Gloria Jean Watkins)

Carolina Maria de Jesus

Cláudia Pons Cardoso

Cláudia Rosalina Adão

Cristiano Rodrigues

Deivison Faustino Nkosi

Djamila Taís Ribeiro dos Santos

Frantz Omar Fanon

Gilberto Orácio de Aguiar

¹ As autoras e autores negros/as estarão demarcados no corpo do texto em **negrito**.

Grada Kilomba

Isildinha Baptista Nogueira

Jaqueline Gomes de Jesus

Jurema Werneck

Joaze Bernardino-Costa

Jônatas Silva

Jota Mombaça

Kabengele Munanga

Kimberlé Williams Crenshaw

Leila Gonzáles

Luara Paula Vieira Baia

Luiza Helena de Bairros

Maria Aparecida da Silva Bento

Maria Beatriz do Nascimento

Maria da Conceição Evaristo de Brito

Megg Rayara Gomes de Oliveira

Mel Duarte

Monica Conrado

Nilma Lino Gomes

Nilza Iraci

Olga Maria Lima Pereira

Osmundo Santos de Araujo Pinho

Patricia Hill Collins

Paulo Melgaço da Silva Júnior

Paulo Vitor Palma Navasconi

Paulo Cruz

Pedro Borges

Raquel de Andrade Barreto

Regina Coeli Benedito dos Santos

Rolf Ribeiro de Souza

Rosália Lemos

Sueli Feliziani

Sojourner Truth

Sonia Beatriz dos Santos

Tatiane Nascimento

Toni Morrison

Vivian Thomaz

William Edward Burghardt (W. E. B." Du Bois)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir de que modo a literatura sobre suicídio tem abordado este fenômeno em relação a jovens LGBTTI e questionar se o marcador de raça, gênero e sexualidade são acionados nessas discussões, bem como verificar de que modo as pessoas negras LGBTTI são representadas nos estudos de gênero e sexualidades. A partir de conceitos como epistemicídio, colonialidade do saber, dispositivo de racialidade, racismo epistêmico, branquitude e heteronormatividade, delineamos o modo como a literatura científica sobre o suicídio ignora a interseccionalidade com os marcadores de raça, classe e gênero, e os efeitos político-científicos desse silenciamento. Portanto, assentado na perspectiva construcionista social, entendemos o processo do fazer pesquisa enquanto uma prática social, convidando então a considerar que algumas narrativas linguísticas estão falando e outras não. A pesquisa incluiu uma revisão bibliográfica sistemática, sustentada no método meta-análise em bancos de dados online: *Scielo*, Portal da Capes, *Pepsic* Bancos de Teses e Biblioteca Virtual da Saúde e buscas no navegador *Google*. Após a busca por materiais, obtivemos 85 estudos que foram lidos e analisados integralmente. A partir das análises, identificamos que a maior parte da literatura não aborda o marcador étnico-racial em suas discussões. Por sua vez, o marcador de gênero e sexualidade são abordados na literatura sobre suicídio a partir do viés binário/normativo. Alguns estudos entendem o “homossexualismo”, transtornos psiquiátricos e a condição de vulnerabilidade como sendo os principais fatores do suicídio em pessoas LGBTTI. Além disso, verificamos que, nos trabalhos que discutem os marcadores de sexualidades e racialidades, há o predomínio da imagem do homem negro gay, bem como a associação dessa imagem ao erotismo e ao processo de desumanização e animalização. Por fim, com base no material analisado, destacamos algumas considerações acerca do conceito de interseccionalidade como recurso para compreender o fenômeno do suicídio enquanto um fenômeno interseccional composto pelos marcadores de raça, gênero, classe, dentre outros.

Palavras-chave: Suicídio, Raça, Juventude, Interseccionalidade, Epistemicídio, Invisibilidade, Branquitude, LGBTTI.

ABSTRACT

This work aims to discuss how the literature on suicide has addressed this phenomenon in relation to young LGBTTIIs and to question whether the marker of race, gender and sexuality are triggered in these discussions, as well as verify in what way black people LGBTTIIs are represented in gender and sexual studies. From concepts like Epistemicídio, coloniality of knowledge, device of raciality, racism epistemic, whiteness and heteronormativity outline the way scientific literature on suicide ignores intersectionality with the markers of race, class and Gender, and the political-scientific effects of this silence. Therefore, seated in the social constructionist perspective we understand the process of doing research while a social practice, inviting then to consider that some linguistic narratives are speaking and others not. The research included a systematic bibliographical review sustained in the meta-analysis method in online databases: Scielo, Capes Portal, Pepsic and Virtual Library of health and searches on *Google*. After the search for materials we obtained 85 studies that were read and analyzed fully. From the analysis we have identified that most of the literature does not address the ethnic-racial marker in their discussions. In turn the marker of gender and sexuality are addressed in the literature on suicide from the binary/normative bias. Some studies understand "homosexuality", psychiatric disorders and the condition of vulnerability as the main factors of suicide in LGBTTIIs people. Moreover, we find that in the works that discuss the markers of sexuality and racialities there is the Predominance of the image of the gay black man, as well as the association of this image to the eroticism and the process of dehumanization and animalization. Finally, based on the material analyzed we emphasize some considerations about the concept of intersectionality as a resource to understand the phenomenon of suicide as an intersectional phenomenon composed by the markers of race, gender, class and among others.

Key words: Suicide, Race, Youth, Intersectionality, Epistemicide, Invisibility, Whiteness, LGBT.

RESUMEN

Este trabajo pretende debatir cómo la literatura sobre el suicidio ha abordado este fenómeno en relación con los jóvenes LGBTTI y cuestionar si el marcador de raza, género y sexualidad se desencadena en estas discusiones, así como verificar de qué manera las personas negras LGBTTI son Representado en estudios de género y sexual. De conceptos como el Epistemicidio, la colonialidad del conocimiento, el dispositivo de la racialidad, el racismo Epistemic, el Branquitude y el heteronormatividad contornean la manera que la literatura científica sobre suicidio ignora interseccionalidad con los marcadores de la raza, de la clase y El género, y los efectos político-científicos de este silencio. Por lo tanto, sentados en la perspectiva de la construcción social entendemos el proceso de hacer la investigación mientras que una práctica social, invitando entonces a considerar que algunas narrativas lingüísticas están hablando y otras no. La investigación incluyó una revisión bibliográfica sistemática sostenida en el método de meta-análisis en bases de datos en línea: *SciELO*, Portal CAPES, *PePSIC* y biblioteca virtual de salud y búsquedas en *Google*. Después de la búsqueda de materiales obtuvimos 85 estudios que fueron leídos y analizados completamente. Del análisis hemos identificado que la mayor parte de la literatura no aborda el marcador étnico-racial en sus discusiones. A su vez el marcador de género y sexualidad se abordan en la literatura sobre el suicidio del sesgo binario/normativo. Algunos estudios entienden la "homosexualidad", los trastornos psiquiátricos y la condición de vulnerabilidad como los principales factores del suicidio en personas LGBTTI. Además, encontramos que en las obras que discuten los marcadores de sexualidad y racialidades existe el predominio de la imagen del hombre negro gay, así como la Asociación de esta imagen al erotismo y el proceso de deshumanización y animalización. Por lo tanto, basándonos en el material analizado enfatizamos algunas consideraciones sobre el concepto de interseccionalidad como un recurso para entender el fenómeno del suicidio como un fenómeno interseccional compuesto por los marcadores de raza, género, clase y entre otros.

Palabras-clave: suicidio, raza, juventud, interseccionalidad, Epistemicide, invisibilidad, blancura, LGBTTI.

Sumário

Apresentação	18
Interlúdio 1 “Ele se foi (...) mas a saudade ficou”	24
1. Tornar-se existente	28
1.1 Sabemos onde dói, mas poucos conseguem enxergar. Será que de fato nós existimos?	33
Interlúdio 2 “A vida e suas contradições”	39
2. “O lixo vai falar” Da invisibilidade para a existência: a necessidade de dilacerar a colonialidade do poder	43
2.1. Espelho, espelho meu: Eu sou a norma, a regra, o mundo, a vida: A identidade branca enquanto uma quimera que deu certo	74
3. Importância de pensarmos o suicídio enquanto um fenômeno interseccional	87
Interlúdio 3 “Eu não posso ser um/a cientista?”	92
4. Percursos para a Construção Metodológica	97
4.1. Objetivos.....	98
4.2. Negociação de sentidos: construindo e coproduzindo o processo investigativo	99
4.3. Delineando o processo investigativo	102
4.4. Categorias de análise	113
Interlúdio 4 “Não! O tempo não cura todas as feridas”	116
5. Identificando o que a literatura especializada diz sobre o suicídio de jovens LGBTTIs negros	121
5.1. A ciência fala sobre suicídio de jovens LGBTTIS negros/as?	122
5.2. Identificando os fatores de risco e fatores associados ao comportamento suicida:	137
5.3. Condição da População LGBT: Vulnerabilidade em debate	145
5.4. Da concupiscência ao horror:	154
Interlúdio 5 “As dores se entrelaçam”	163
6. Se começarmos a chamar o genocídio do povo preto de: <i>Le génocide du peuple noir e feminicídio negro de féminicide noir</i>, a branquitude começará a se importar conosco? As vidas negras importam: A interseccionalidade como possibilidade de rompimento do silêncio	167
6.1. Do contorno do visível e do não visível para a transgressão do silêncio	168
6.2. Interseccionalidades: traçando um caminho em busca de aplicações	175
Deslocar-se é preciso!	200
7. Vidas negras importam! Vidas negras LGBTTIs importam!	202
Referências	209

Apresentação

Começarei esta sessão contando-lhes brevemente sobre a minha história, uma vez que estou inteiramente imbricado neste trabalho, logo não conseguiria encontrar outra possibilidade que não fosse esta. Pois bem, desde muito cedo, eu tive que lidar com a morte de entes e amigos queridos, e isso fez com que eu tivesse que assumir certas responsabilidades que talvez não estivesse preparado para assumir naquele momento.

Tive que, precocemente, entender o que seria a morte, e foi neste processo de assimilação e consciência que me deparei com o desejo pela morte, afinal de contas, eu já não me sentia pertencente ao mundo ao qual as pessoas diziam que eu pertencia. Mesmo não me sentindo pertencente, eu fui crescendo, assim como o sentimento de solidão, incompreensão, vazio e não pertencimento.

Por vezes, ainda quando eu era criança ou adolescente, pedia a Deus que me levasse. Esse pedido acompanhou-me por uma década, e, durante esse período, na maioria das vezes, sofri calado. Assim, continuava chorando escondido, sentindo-me sozinho, inseguro e, na maioria das vezes, incompreendido, contudo, para a minha família e para a sociedade, eu era um exemplo, era tão jovem, porém tão maduro.

Mas mal sabiam que a minha vida sempre foi uma grande mentira. E, dentre tantas mentiras, eu tentava criar um mundo de ilusões no qual eu tinha paz e, simplesmente, naquele mundo, podia ser quem eu queria ser. Mas, afinal, quem eu queria ser? Nunca obtive respostas concretas para essa pergunta, apenas hipóteses, no entanto, continuei a viver (in)felizmente, e continuava desejando a morte por diversos momentos dos meus dias.

Tentei o suicídio *conscientemente* apenas uma vez – grifo o termo conscientemente justamente para demarcar que, nessa tentativa, eu de fato estava me movendo para tal ato, diferente dos outros momentos no qual esperava que algum evento acontecesse resultando na minha morte. Após a tentativa, eu percebi que precisava de ajuda e que precisava compartilhar com alguém o que sentia, visto que não queria ser mais um peso para a família, bem como para os/as meus amigos/as. Assim, vi essa possibilidade buscando atendimento psicológico.

Sentia um vazio enorme, sentia-me solitário, sentia falta de amor, eu tinha medo, eu tinha medo do que o tempo iria fazer comigo. Naquele momento, a única certeza era de que eu iria me degradar e, conseqüentemente, morreria aos poucos. Foi, então, que comecei a receber auxílio do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC, nas Ações Afirmativas –

PIBIC – Af do CNPq, e, com os R\$ 400,00 reais dessa bolsa de estudos, consegui me manter no curso de Psicologia e pagar a minha terapia.

Junto a esse processo, comecei a tomar consciência da minha negritude, posto que, até o dado momento, para minha pessoa, eu era apenas uma pessoa não-branca, porém também não-negra (favorecendo e intensificando o sentimento de não pertença), mas, aos poucos, passei a construir a minha identidade e assumir, então, a minha negritude. Durante esse processo de construção, também pude me assumir enquanto bissexual, e esses dois processos foram um tanto quanto dolorosos, angustiantes e penosos, pois, a cada dia que passava, eu me sentia só, e, conseqüentemente, o preterimento se fazia presente nas minhas relações sociais, afetivas e sexuais.

Então, me enxergava (e ainda, às vezes, enxergo-me) como preterido, desprezado e rejeitado. Odiava fotografias, odiava os espelhos, ou seja, odiava tudo que pudesse fazer com que eu pudesse me enxergar, e, assim, o desejo de degradação me consumia mais e mais, visto que esse corpo estava doente. A vida o fez totalmente doente. *Totalmente*. Aquele eu descontrolado havia voltado (...), e o mundo continuava vazio, deserto, não adiantava esperar por ninguém, pois eu estava só, completamente só. E aí, o que eu iria fazer?

Foi, então, que comecei a sublimar o meu desejo pelo aniquilamento e pela morte para o desejo de berrar, esgoelar-me, esganiçar-me, bradar, clamar, vozear, vociferar, esbravejar, estrondar, bravejar e *GRITAR*, isto é, através dos estudos e, conseqüentemente, do processo de militância, consegui substituir o desejo pela morte pelo desejo de emancipação.

Assim, pude-me ver devorando todos os materiais possíveis sobre suicídio e questões étnico-raciais e, mesmo que estivesse – e, por vezes, ainda permaneço – na solidude e na incompreensão de muitas coisas, eu consegui, naquele momento, subverter a minha dor e, conseqüentemente, aquele sentimento e a sensação de que esse corpo que vos fala estava fadado ao fracasso.

Desse modo, se há seis anos eu deixava um bilhete com este trecho, inspirado no documentário *Elena* (2012): "Eu quero morrer. Razão? Tantas que seria ridículo mencioná-las. Eu desisto, desisto porque meu coração tá tão triste que eu sinto achar-me no direito de não perambular por aí com esse corpo que ocupa espaço e esmaga mais o que eu tenho de tão, tão frágil.". Hoje, escrevo esta dissertação e olho para trás e percebo que talvez, sim, a vida me fez totalmente doente e que esse corpo pode estar doente, mas, mesmo sendo e estando totalmente doente, eu consegui e estou conseguindo fazê-lo gritar e romper com um silêncio que me foi imposto por mais de duas décadas.

Mas, afinal, o que busco com tudo isso? Quais são os efeitos que busco produzir no/a leitor/a? Complacência, benevolência ou compaixão? Talvez tudo isso, mas também a possibilidade de apenas narrar a minha história, ou seja, apenas narrar as minhas vivências sem a pretensão de que elas sejam tomadas como uma história de superação, pois, infelizmente, essa superação seria ilusória, pois, na maioria das vezes, não superamos as marcas produzidas pelo racismo. Por que? Porque infelizmente a lógica racista nos constitui.

No entanto, eu posso ser mais do que uma vítima do racismo!

Nós, negros e negras, felizmente, não somos apenas corpos emaranhado pelo e no sofrimento, isso quer dizer que nós, negros e negras, produzimos conhecimentos, realidades e, conseqüentemente, somos corpos desejantes. Todavia, o que se verifica ao longo do processo histórico e constituinte dos corpos negros é a desumanização de nossos corpos, ou seja, atribuíram a nós dois papéis sociais: o do “sofrimento” e da “resistência”.

Assumir um ou outro torna-se problemático a partir do momento em que eu, enquanto um corpo dissidente (fora da norma), só poderei existir como sendo aquele/a que resiste à dor, que supera o racismo e, por conseguinte, todo sistema de opressão, ou, então, assumindo o papel do corpo negro permeado pelo sofrimento, fracasso e fadado a ocupar as mazelas sociais.

Sendo assim, acredito ser de suma importância rompermos com essa dupla desumanização, ou seja, não necessariamente uma pessoa negra ou negra LGBTTI vai adoecer, ou vai resistir a todas violências que a atravessa. Nem toda pessoa negra vai idealizar suicídio ou estar em constante sofrimento e adoecimento. **Entretanto**, a partir de uma escolha intencional, optamos caminhar e apontar que, quando um corpo negro adoecer e clama por socorro, **sua dor, sua voz e seu sofrimento é invisibilizado**.

É fundamental não patologizarmos e essencializarmos os corpos negros em corpos que são apenas resistências ou sofrimentos.

Somos mais do que isso, entretanto, quando adoecemos ou nos encontramos inseridos/as em um caminho constituído pela dor e pela desgraça, **por que nossa dor é invisibilizada?**

Saliento toda essa história para dizer sobre a necessidade de nomearmos os fatos, acontecimentos, nossas histórias, nossas dores, nossas vivências, visto que, por séculos, fizeram com que nós nos calássemos, entretanto resistimos e resistiremos. E talvez esse trabalho, institucionalmente, seja mais uma das diversas etapas simbólicas para se conquistar um título, no entanto, para mim, esse trabalho é mais do que isso, pois foi a partir dele que me vi na possibilidade de abarcar conteúdos que vivenciei por anos e que muitos vivenciaram e vivenciam todos os dias, apesar de suas histórias e suas dores permanecerem na invisibilidade e na não-existência.

Sendo assim, a partir dessa dissertação em construção com meu orientador e a partir do contato com outros trabalhos realizados por ativistas e pesquisadores/as negros/as e não negros/as, pude ressignificar não só a minha história, mas também vislumbrar mudanças e transformações, assim como afirma Gomes (2010, p. 495) & Cardoso (2012), pois se verifica que pesquisadores/as negros/as têm, como objetivo, em suas pesquisas, “dar visibilidade à subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sociorraciais e suas vivências”.

Portanto, assim como pontuam as autoras, também percebo esse trabalho como sendo mais um lugar possível para se produzir minimamente transformações e a construção de espaços de visibilidades, notoriedade e, conseqüentemente, de apontamentos para a seguinte afirmação:

Vidas negras e vidas negras LGBTTIIs importam!

Com isso, se pude produzir e romper com o silêncio através desse processo dissertativo, foi por conta de várias mãos negras – em sua maioria, mãos de mulheres negras. Portanto, se, no passado, essas vidas lutaram, combateram e resistiram para que eu e tantos outros pudéssemos ocupar esse espaço, atualmente, nós resistimos, combatemos e lutamos para que nossas vidas sejam valorizadas e, também, para que nossas vozes sejam legitimadas enquanto vozes dignas de apreço e de escuta.

Desse modo, esse trabalho tem, como objetivo, apresentar de que modo a literatura sobre suicídio tem abordado esse fenômeno em relação a jovens LGBTTIIs e se o marcador de raça é acionado nessas discussões e como aparece nas discussões sobre jovens LGBTTIIs.

Cabe, nesta apresentação, um detalhamento do que chamamos de **interlúdios**. Interlúdios são pequenos contos que narram as minhas experiências com o suicídio. Todos os contos narrados nos interlúdios são verídicos, contudo, no processo de construção dessas

narrativas, foram alteradas alguns detalhes, como, por exemplo, o nome das personagens, exceto de uma. No entanto, esses recursos não são simplesmente contos sobre o fenômeno do suicídio, e, sim, recursos de resistência e de contraposição ao saber hegemônico que aloca e demarca algumas vidas como vidas dignas e outras como vidas indignas.

Em outras palavras, concebo essa ferramenta metodológica não como peças decorativas, e sim como peças centrais no que diz respeito à produção do conhecimento racializado sobre o fenômeno do suicídio e suas relações com os marcadores de raça e gênero. Com isso, as experiências e as vivências se tornam uma arma de combate frente a uma realidade científica institucionalizada na qual vidas negras pouco ou de nada importam.

Sendo assim, a partir dos interlúdios, ofereço alguns recursos que permitirão ao/a leitor/a entender minimamente que aquelas histórias, aquelas vidas, aqueles elementos existiram e existem e que, conseqüentemente, importam.

No decorrer da dissertação, o/a leitor/a também encontrará variações de tamanho da fonte e deslocamento do texto. Essas variações foram expostas propositalmente, objetivando demarcar e apontar a invisibilidade e visibilidade de alguns conceitos, nomes, situações e vivências.

Atualmente, a sigla LGBT é utilizada pelo movimento social brasileiro e por entidades governamentais, como conselhos e secretarias. Internacionalmente, a sigla mais utilizada é LGBTI, que engloba lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersex. Ao longo desse trabalho, optamos pela sigla LGBTTI.

Além disso, todos os/as autores/as negros/as foram listados e demarcados em **negrito** no decorrer da construção dissertativa, justamente para demarcar que pessoas negras produzem conhecimento e elas existem.

Espero que a leitura desse trabalho seja prazerosa, mas também produtora de incômodos e desconfortos, e que esses incômodos se transformem em ações e deslocamentos.

Por fim, como afirma Lélia Gonzales, em “Racismo e sexismo na sociedade Brasileira” (1984), **agora o lixo vai falar**, visto que é mais do que necessário e fundamental falarmos e, também, vislumbrarmos e nos movimentarmos para construirmos um sistema de escrita que realoque o lugar que fomos alocados pela branquitude, ou seja, aprisionando-nos no lugar-função da mucama, do/a inválido/a, submisso/a e dos pseudos-humanos.

**Então, objetivando essa mudança,
“Com licença que agora o lixo vai falar e numa boa”.**

Interlúdio 1

“Ele se foi (...) mas a saudade ficou”

Já é noite, está chovendo... o celular toca...

Levanto para achar o celular (...). Pego e vejo a notificação de um amigo, visualizo e vejo que ele não está bem. Pergunto o que tinha acontecido e não obtenho resposta, mas noto que o aplicativo me informa: “*digitando*”. Refaço a pergunta: “Jown, está tudo bem? Me responde, você está me deixando preocupado”, e Jown continua “*digitando*”.

Até que Jown afirma não estar bem e, então, começa a contar o que estava acontecendo (...). Permaneço conversando e escutando-o por horas.

Apesar das diferenças e das singularidades, não consegui me conter, e o choro também se fez presente. Escutar as dores de Jown disparou, em mim, as minhas próprias dores. Deparei-me com um espelho diante de mim. Vi refletida a minha imagem. Vi imagem e semelhança. Deparar-me com essa realidade, ou seja, com essa imagem, não é fácil, cômodo ou prazeroso.

Jown me diz estar exausto, cansado e fadigado de ser um corpo negligenciado, um corpo esquecido e um corpo sem valor. Está cansado de gritar e não ter nenhuma reverberação.

Em um dado momento, Jown me escreve:

“Paulo, eu não aguento mais, eu não tenho mais forças para seguir em frente (...). Tudo que gira em torno de mim está pautado na desgraça, eu sou a própria desgraça (...). Paulo, eu não consigo mais. Eu não tenho mais perspectiva de vida, eu não aguento... Eu não aguento (...). Estando de olhos fechados, as assombrações se fazem presentes; estando de olhos abertos, as assombrações também se fazem presentes. Então, o que eu posso fazer? (...) O racismo está me matando, eu só queria ser **normal**, mas não, sou gay, negro, gordo, sinto-me desprezado, rejeitado e fora do padrão. A sensação que tenho é de sempre estar carregando uma tonelada e, cada vez mais, esse peso fica insuportável de ser carregado.”

Durante uma frase ou outra, Jown me pedia desculpa e perdão por estar me incomodando por conta da hora, e, afinal, aquilo que ele dizia eu também vivenciava. No entanto, eu apenas dizia: “Jown, pare de me pedir desculpa, eu estou aqui! Eu estou aqui.”.

Mas isso não foi suficiente, conversamos por mais algumas horas.

Deixo o celular de lado e tento dormir. Não consigo, pois, ao fechar os olhos, começo a pensar na minha vida, na vida de Jown e de outros amigos e amigas. Começo a pensar “por quê?”. Por que não temos paz? Por que tudo é tão pesado? Por que a vida tem que ser assim? Por que as pessoas tem tanta dificuldade em acreditar e reconhecer a nossa dor? Por que insistem em dizer que não é bem assim, sendo que quem está vivenciando aquela dor sou eu? Em meio a inúmeras perguntas, acabo adormecendo (...). Aparentemente, consigo ter algumas horas de paz.

Eis que acordo... Olho pela janela, o tempo está limpo... **A chuva se foi...** Viro de lado... Pego meu celular como de costume, abro meu *Facebook* e me deparo com a seguinte publicação:

“Eu preciso e almejo o paraíso, pois é nele que poderei realmente existir”.

Esboço um sorriso e penso: “Eu também”. Dou o ‘like’ e continuo vendo as demais publicações. Percebo que algo está errado, pois vejo várias publicações de luto e não entendo o que está acontecendo, até que consigo entender: Jown está morto.

Jown, assim como a chuva, foi-se.

O sentimento de culpa me dilacerou. Jown não se matou, ele foi morto por gente como a gente, talvez você até conheça. Na clandestinidade, Jown gritou, porém esse grito foi praticamente impossível de se ouvir. Conversar com Jown por meio de mensagens plasmou minha visão e minha escuta. Ler suas mensagens era ouvir seu grito. Eu vi, eu escutei. Outras pessoas viram e escutaram. Mas, infelizmente, a nossa visão-escuta não foi suficiente para transformar a dor e a tristeza de Jown em uma possibilidade de continuidade de sua vida.

Jown desistiu da vida, mas a vida não desistiu dele, mesmo seu corpo não estando presente entre nós, pois agora encontra-se em um paraíso, ele está presente nesta página, ele existe, reexiste e insiste em tornar-se existente.

TORNAR-SE EXISTENTE

Será que a minha raiz vai conseguir arrebentar asfaltos, canos e prédios pra sobreviver e gerar frutos? Sim, se minha raiz fosse forte, grande, mas sinto que a minha semente nem chegou a brotar direito ainda. Então, provavelmente em uma cidade, ela se brotasse, miúda e doente viveria (Elena, 2012).

“Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?”
(Donna Haraway, 1995).

O que esses olhos visualizam? Esses olhos seriam meus? O que eu vejo e deixo de ver? Por que algumas imagens, objetos e realidades que eu enxergo nitidamente algumas pessoas não conseguem visualizá-las com nitidez e, quiçá, enxergá-las? Seria, talvez, a distância do objeto ao olho? Como o olhar ocidental tem sido construído? O que vê? Como vê? De onde vê? “Quais os limites da visão? Ver para quê? Ver com quem? Quem deve ter mais do que um ponto de vista? Nos olhos de quem se joga areia? Quem usa viseiras? Quem interpreta o campo visual? Qual outro poder sensorial desejamos cultivar, além da visão?” (Haraway, 1995, p. 28).

O meu objetivo não é responder cada uma dessas interrogações. Pelo contrário, faço uso dos questionamentos propostos por Haraway para, então, provocar, incomodar e perturbar você, leitor/a, na direção de desnaturalizar o olhar. Não há nada de óbvio no ver. Ao contrário, ver é afirmar um ponto de vista construído com detalhes e esmero. Ver é saber, e nenhum saber é neutro e desarticulado de interesses, ao contrário, é parte de um jogo de ambições, de ocultar determinadas realidades ou de revelar realidades.

Nesse sentido, meu interesse passa a ser, justamente, incomodar e desconfortar os saberes que se encontram pautados numa perspectiva colonial euro-americanocentrica, pois justamente o que está em jogo nesse trabalho é dar continuidade à descentralização da voz única da produção dos saberes, e, para isso, torna-se mais do que necessário nos indagarmos: *Por quem*, em que língua e para *quem* o conhecimento é produzido?

Haraway (1995), em “Saberes localizados”, afirma que a visão é sempre uma questão do *poder* de *ver* e, talvez, da violência implícita em nossas práticas de visualização. Por sua vez, Hanna Arendt (1989, p.107), em “Homens em tempos sombrios”, ratifica que o mundo está cheio de histórias, acontecimentos, ocorrências e eventos estranhos que só esperam ser contados. No entanto, pode-se afirmar que estes fatos, eventos, fenômenos e realidades já são rejeitados e desprezados a partir do momento em que diferentes dispositivos de saberes e poderes passam a enquadrar e arquitetar possíveis eventos, fenômenos e realidades possíveis de visualização e compreensão, enquanto outros são enquadrados a partir do processo de sujeição, apagamento e, assim, aniquilando inúmeras vozes e possibilidades de existência.

Acredito que esse cenário descrito pelas autoras encontra-se estritamente em consonância à proposta desta dissertação, uma vez que pode-se aplicar, também, às discussões que pretendo realizar nas próximas sessões. Portanto, não foi por acaso que iniciei esta sessão

com essas perguntas. Afinal, quando falamos em ciência e pesquisa, frequentemente associamos à noção de *descoberta*.

A ideia moderna que associa a pesquisa à descoberta favoreceu a construção de formas e métodos de investigação que permitiram ao/à pesquisador/a conhecer uma realidade ou fenômeno que pressupõe, ao mesmo tempo, o existente e o encoberto. Essa descrição encontra-se comprometida, portanto, em descobrir e descrever o mundo tal como ele realmente é.

Segundo essa epistemologia, é necessário a construção de um *método* que permita descobrir e conhecer a realidade. É necessário que esse método siga algumas prescrições, tais como: neutralidade, rigor metodológico, observações precisas e controladas para que, então, o/a pesquisador/a possa, posteriormente, descrever e analisar essa realidade. Segundo Moscheta (2011), é a partir dessa compreensão ontológica e metodológica que a narrativa de uma pesquisa pode ser dividida em uma sessão denominada método, outra denominada resultados e uma outra chamada análise. Nesse sentido, observa-se que o *método* passaria a ser uma ferramenta aplicada sobre uma realidade com a finalidade de descobri-la, descrevê-la e analisá-la.

Em contrapartida, numa postura *construcionista relacional*, reconhecemos que as pessoas coordenam suas atividades com outros e com o ambiente, e, conseqüentemente, os mundos de pesquisa também são mundos de ações coordenadas. Sendo assim, uma das premissas construcionistas é que todo conhecimento é sustentado por práticas sociais (McNamee & Hosking, 2012), valorizando a ideia de que todo discurso tem uma implicação, ou seja, a prática de pesquisa é considerada uma prática social, e o/a pesquisador/a é visto como um/a participante ativo/a do processo de construção de sentidos acerca da realidade que investiga.

Nessa perspectiva, retomo os questionamentos realizados anteriormente: O que vejo e deixo de ver quando estou no *processo construtivo do fazer pesquisa*? Ao trabalhar com a metáfora do olhar, Haraway (1995) questiona e critica o olhar supostamente neutro da ciência, uma vez que, nesse olhar, existiriam vários marcadores, tais como a noção de branco, ocidental, euro-americano, heteronormativo, dentre outros.

Como uma forma de contrapor essa neutralidade, Haraway propõe a utilização do conhecimento situado, tanto corporal quanto politicamente, posto que o olhar é mais que percebido, ele é produzido (Oliveira, 2016). Justamente por ser produzido, acredito ser fundamental, neste momento, assumirmos uma dimensão política nos textos que passamos a construir, haja vista que o conhecimento é marcado e tecido nos encontros com os outros, com

modos de pensar e conceber o mundo, com ideais políticos e filosóficos, em outras palavras: as relações nas quais o/a pesquisador/a se constitui precisam estar no texto, por isso, produzir conhecimento se torna algo político.

Desse modo, posso afirmar que, para construção desse processo dissertativo, meus olhos foram construídos a partir das minhas vivências enquanto negro, bissexual, militante, acadêmico e residente da periferia. Foram nos encontros e (des)encontros comigo mesmo e com diversas pessoas que passei a construir a ideia e o desejo de pesquisar acerca da relação suicídio em jovens LGBTTI negros/as. Durante o processo da escrita e da produção desta dissertação, meus olhos foram construídos nos encontros com meu orientador Murilo dos Santos Moscheta; nas dúvidas que eu sanava com ele durante as supervisões e aulas; nos rápidos almoços e paradas para lanche na Universidade Estadual de Maringá (UEM); nos encontros semanais com o **Coletivo Yalodê-Badá** e os núcleos de **pesquisa em sexualidade, saúde e política** (DeVerso) e **núcleo de estudos interdisciplinares afro-brasileiros** (NEIAB); e nas intensas buscas nas redes sociais, bem como em sites especializados no que se refere à temática.

Portanto, espero minimamente situar você, leitor/a, sobre o meu local de fala, bem como de onde venho e quais conexões me permitiram produzir esse conhecimento, pois acredito que essa postura pode favorecer para uma compreensão acerca deste processo dissertativo enquanto *uma contínua construção de saberes* e, não necessariamente, enquanto um produto acabado.

Sendo assim, na tentativa de produzir uma inteligibilidade científica sobre o processo construtivo desta dissertação, vi a necessidade de elaborar e começar por esta sessão intitulada:

O tornar-se existente, justamente para demarcar

que o processo de ver é um ato político e intencional, ou seja, como algo que não é neutro e que reverbera efeitos. Efeitos de visualização de invisibilidade e de apagamento.

Dessa forma, tornar-se existente é, também, demarcar esses efeitos. É poder afirmar e entender que uma revisão de literatura pautada a partir da lógica moderna corresponde a um modo de síntese de todo o conhecimento produzido sobre determinado assunto, isto é, a síntese de todo o conhecimento possibilita que tenhamos a dimensão total do conhecimento produzido e acumulado ao longo do processo histórico e, conseqüentemente, permite demarcar espaços, zonas e campos em que esse conhecimento deve avançar.

Essa é a visão tradicional do fazer ciência, bem como da produção de revisão de literatura.

No entanto, assim como Haraway (1995) afirma que ver é mais do que reconhecer esse existente, então:

Será que a revisão de literatura é mesmo que a síntese de todo o conhecimento produzido?

Desse modo, nesta dissertação, pensaremos a revisão de literatura pelo viés crítico que Haraway produz, ou seja, falaremos de um outro ponto de vista que, então, auxilie-nos a entender muito mais o não visto do que o visto, ou seja, muito mais o que o visto nos impediu de ver, ao invés de pensarmos naquilo que a gente não viu, porque o conhecimento ainda não explorou.

Nessa perspectiva, quando penso nesta sessão e na afirmação: tornar-se existente, estou concebendo a possibilidade de afirmar:

Que vidas negras não importam dentro de uma lógica estruturada pelo racismo.

Com isso, tornar existente uma vida que historicamente foi construída para não ser importante é um ato político, **urgente** e necessário. Nós existimos e resistimos, e, por isso, é de suma importância **nomearmos** essas vidas que são construídas para não importarem, uma vez que essas vidas possuem uma raça, classe, gênero, territorialidade e **existência**.

1.1. Sabemos onde dói, mas poucos conseguem enxergar... Será que de fato nós existimos?

Se dói, existimos, logo somos existentes, mas, se poucos conseguem nos enxergar, isso me leva a pensar que talvez sejamos um corpo sem significância e, por conseguinte, invisível para muitos. Então, eu me questiono:

Será que, de fato, nós existimos? Será que, de fato, nosso corpo negro e abjeto existe para os discursos científicos sobre comportamento suicida de jovens LGBTTIs negros/as?

Na tentativa de responder minimamente essa indagação, bem como para continuar focalizando e demarcando a noção tornar-se existente, tivemos que construir algumas saídas subversivas para que, então, pudéssemos responder essa indagação com a seguinte dissolução:

“Sim, nós existimos”.

Desse modo, passamos a construir um diário pessoal², no qual passei a relatar questões, pessoais e de terceiros, relacionadas ao fenômeno do suicídio atravessado pelos marcadores de raça, gênero e classe. A partir dessas narrativas, pude construir uma rede argumentativa, ou seja, a partir das minhas vivências e de outras pessoas LGBTTIs negras, pude tecer considerações. Por exemplo, a percepção de que, seja nos depoimentos de amigos/as, de desconhecidos/as ou nos meus próprios relatos, é notório que vivenciamos algo muito peculiar no que se refere à relação raça, sexualidade e comportamento suicida, isto é, a invisibilidade da nossa dor e, conseqüentemente, de nossas vivências.

Essa invisibilidade também se encontra notória no que se refere ao campo dos saberes sobre a intersecção raça, gênero, sexualidades e comportamento suicida, posto que, em trabalhos realizados anteriormente (Navasconi & Silva 2013/2014), constatei que nenhum dos materiais analisados realizava a correlação e a intersecção entre os marcadores de raça, gênero, sexualidades e comportamento suicida. Mas se nas minhas próprias colocações e vivências,

² Posteriormente, os conteúdos presentes no diário foram transformados nos interlúdios em que reconstruímos as histórias em contos.

bem como nas vivências de amigos/as e de relatos em redes sociais pode-se notar a existência de um denominador comum, isto é, o sofrimento e, conseqüentemente, a idealização e concretização suicida, por que não encontramos inseridos dentro desses estudos e da produção do saber acerca do fenômeno do suicídio?

Estamos morrendo, estamos adoecendo, estamos em constante sofrimento psíquico, mas o que o saber científico tem feito diante desta realidade? Se a morte passa a ser a resolução para a exclusão do meio no qual nós nos encontramos, por que a sociedade não chora e luta a favor das nossas dores? Quais são os olhares que estamos recebendo? Aliás, estamos recebendo olhares? A literatura especializada está disposta a nos ouvir?

Posto que, na maioria das vezes, nós, negros/as LGBTTIs, gritamos e ansiamos pelo olhar do outro numa tentativa de visibilidade, bem como de ajuda e socorro, mas, na maioria das vezes, o que recebemos é apenas o silêncio ou, não raro, respostas como “isso passa”, “é coisa da sua cabeça”, “você vê opressão em tudo”. Receber e internalizar essas respostas faz com que afundemos ainda mais na solidão e num mundo sem saídas, posto que, além de serem afirmações violentas, fazem com que internalizemos a ideia de que o problema está em nós. Sendo assim, é de suma importância perceber que essas vozes são vozes silenciosas à sociedade, de modo que a pessoa está dentro de um grupo formalmente estabelecido, mas, simbolicamente, sem laços de pertencimento e escuta, e, assim, seguimos nas sombras da invisibilidade.

Desse modo, os sentimentos de inferioridade e de não pertencimento à categoria de humanos correspondem a nefastos efeitos do racismo que são responsáveis pelo acometimento da saúde psíquica da população negra. Com isso, a juventude LGBT negra que, cotidianamente, enfrenta o racismo/heterossexismo/machismo é oprimido/a, rejeitado/a e excluído/a de muitos direitos, e, ao que parece, quando se trata de enfrentar essa opressão na adolescência, em muitos casos, os efeitos podem ser o aparecimento de pensamentos e tentativas de suicídio (Teixeira-Filho & Marretto, 2008).

Assim, jovens negros/as LGBTTIs passam a ser estigmatizados/as pela representação da raça inferior, assim como são estigmatizados/as, entre negros/as e brancos/as, pela representação negativa da sexualidade contra hegemônica. Portanto, não é raro jovens negros/as LGBTTIs se questionarem: a que mundo pertencço? De que me vale estar nesse mundo se nele não vejo sentido? O que eu realmente preciso é o paraíso. Um lugar para onde eu possa

realmente existir (**Kayla França**³, 2016). Infelizmente, essas questões não se encontram presentes na produção do saber sobre suicídio, contudo, mesmo que essas indagações não estejam presentes na produção do conhecimento, elas existem. Eu sou a prova disso, assim como milhares de jovens LGBTTIs negros/as.

Somos a prova que **nossas vidas importam**. Que nossas vidas existem e (r)existem. Mesmo que, a todo o momento, a estrutura do poder faça com que acreditemos que nossas vidas não importam e, conseqüentemente, não sejam vidas dignas, nós resistimos.

Meus antepassados resistiram, nós resistimos e a juventude que está por vir resiste e irá resistir. Afinal, tentaram nos silenciar, mas aprendemos que, em silêncio ou não, essa realidade continuaria presente. Foi, então, que, a partir do conhecimento hegemônico (branco), autoras negras e autores negros passaram a se inserir nesses espaços e, conseqüentemente, subverter, resistir e produzir conhecimentos subversivos de que nossas vidas necessitam e precisam ser visualizadas minimamente como vidas dignas de existência e de direitos. Logo, a partir da dor e da inexistência, passamos a existir e a combater.

Combater, pois, infelizmente, nesse espaço de poder, eu não tenho voz, e, para que tenhamos voz, é necessário nos posicionarmos e atacarmos, portanto, para existir, eu preciso re-xistir e, para isso, é preciso combater a todos e todas que acreditam que minha vida, assim como a vida de todas as pessoas negras e pessoas negras LGBTTIs, correspondem a vidas subalternas.

Nesse sentido, cada vez mais, tenho para mim que a subjetividade vem a ser um fator fundamental no processo de construção de saberes, afinal ninguém melhor para analisar e refletir sobre o estudo que o/a próprio/a envolvido/a. Então, me pergunto:

Por que não olhar para mim mesmo e escrever a partir da minha própria experiência e dos meus semelhantes? Por que não construir a possibilidade de fazer uma escrita que difere dos padrões hegemônicos da produção do conhecimento? Por que não tomar as minhas experiências de ser negro para investigar a produção de conhecimento hegemônico?

Dessa maneira, escrevo desse lugar: de um jovem negro, bissexual que entende a produção do conhecimento, bem como a revisão da literatura sobre o fenômeno do suicídio de outra maneira, ou seja, que visualiza outros conjuntos de verdades, conhecimentos e histórias que visibilizam a intersecção de raça, sexualidade e comportamento suicida, demonstrando,

³ **Kayla Lucas França**, transexual não-binária, cometeu suicídio no dia 03/02/2015.

assim, a importância e a necessidade de atentarmos a esses três marcadores e, conseqüentemente, para denunciarmos e apontarmos a hegemonia da produção de conhecimentos acerca dessas intersecções entre raça, gênero, sexualidades e suicídio.

Isso é possibilitar que o “outro”, invisível, silenciado, subalterno, oprimido, anônimo, diásporo ou qualquer outra adjetivação encontrada na literatura especializada

possa falar de si mesmo

e possa encontrar espaços de acolhida e de difusão de sua experiência de história pessoal, coletiva e “leitura de mundo” (Reigota, 2016).

...PORTANTO...

Por que eu escrevo?
“Para tornar-me existente”.

“Às vezes, eu temo escrever. A escrita se transforma em medo. Para que eu possa escapar de tantas construções coloniais, eu escrevo. Neste mundo, sou vista como um corpo que não pode produzir conhecimento. Como um corpo ‘fora’ do lugar. Eu sei que, enquanto escrevo, cada palavra escolhida por mim será examinada. Então, por que eu escrevo?

Eu tenho que fazê-lo. Eu estou incorporada em uma história de silêncios impostos, vozes torturadas, línguas interrompidas, idiomas forçados e discursos interrompidos. E estou cercada por espaços brancos onde mal posso entrar e permanecer. Então, por que eu escrevo?

Eu escrevo quase como uma obrigação para encontrar a mim mesma, enquanto escrevo, eu não sou o ‘outro’, mas a própria voz. Não sou o objeto, mas o sujeito. Torno-me aquele que descreve, e não a que é descrita. Eu me torno autora e a autoridade em minha própria história. Eu me torno a oposição absoluta ao que o projeto colonial predeterminou. Eu me torno, eu existo”.

(KILOMBA, 2015, tradução nossa)

Interlúdio 2

“A vida e suas contradições”

Já são quase 17h (...). Estendo a minha mão, e o ônibus para... Subo nele, passo a roleta e caminho para o final do ônibus. Percebo alguns olhares, mas nada de diferente.

O ônibus segue *sentido centro* da cidade, e, nele, vou pensando na vida, nos problemas, bem como nas questões que eu preciso resolver (...). Quando vejo, já estou no meu destino. Desço e vou caminhando para uma reunião que tenho marcada às 17h30.

Porém, no caminho, encontro com **Bel**.

Pergunto se ela também estava indo para reunião, ela diz que não, pois estava se sentido muito angustiada e com muita cólica... Sensibilizo-me com a situação de Bel, e continuamos a conversar, caminhando em direção à Universidade.

Bel me pergunta:

Nossa, você viu? Que horror o que aconteceu com os **cinco** rapazes? É aquilo que sempre conversamos: nós não temos paz em nenhum momento. Os rapazes foram comprar lanche, pararam o carro para uma abordagem policial e, gratuitamente, levaram 111 tiros, sendo **81 de fuzil e 30 de pistola**. Agora, pergunto-me: como ter paz diante dessa realidade?

Não consigo dizer nada, apenas consigo abraçá-la e sussurrar “eu não sei, eu não sei” (...). Continuamos caminhando e conversando sobre os atravessamentos que nos compõe, sobre o quanto ser negro, numa sociedade como a nossa, é automaticamente ganhar o selo da monstruosidade.

Afinal, querem nos ver nas mazelas! Querem exterminar a nossa gente para quê? Para purificar o mundo? - diz Bel.

E, assim, caminhamos até que me despeço de Bel e entro para a reunião. Já na sala de reuniões, cumprimento as pessoas presentes... Realizo algumas brincadeiras até o início dos informes e repasses.

Durante um dado momento da reunião, uma moça pede licença e diz: “Aqui é a reunião dos estudantes negros, eu posso entrar?”. Eu olho para o grupo, balanço o ombro e digo que sim, então, **Mariana** pergunta seu nome e a moça responde:

Flávia. Ela começa a falar quem era e por quê estava ali:

Bom, primeiramente, vocês são lindos, viu (...). Então, atualmente, eu estou morando na rua (...). Eu sou trans, e vocês já devem imaginar que não deve ser fácil ser trans e negra. Mas eu não estou aqui para pedir dinheiro não, só estou aqui porque vi vocês e pensei que talvez eu pudesse ficar um pouco. Por que vocês sabem, né? Que nós negros e nós negros, assim, como se diz mesmo? Isso, LGBT. Somos sempre os diferentes, né? As pessoas passam por nós, mas é como se não existíssemos, eu pior, porque estou na rua, então nem sou considerada gente. Logo, tudo que eu sei ou tudo que vocês sabem não tem valor nenhum para os grandões. Isso é por causa do racismo, né? Mas eu vou ficar quietinha aqui, posso pegar essa folha para desenhar? Podem continuar a reunião de vocês, não vou mais atrapalhar. Aliás, tenho uma bolacha na minha bolsa, calma aí, vocês querem?

Falamos para Flávia que não, mas ela insiste até que diz que irá deixar sobre a mesa até que a fome chegue. Diante desse contexto, damos continuidade à reunião, porém o desconforto se encontra presente.

Nesse momento, perco-me e acabo me desligando da reunião e daquele contexto, entro em contato comigo mesmo. Sinto-me culpado, pois, em um dado momento, perguntei-me “O que essa moça quer? Temos tanta coisa para resolver!”

Mas, em seguida, lembrei-me da conversa que tive há pouco com Bel, em que dizíamos “Eles querem nos exterminar, pra quê? Para purificar?”.

Logo eu?! Estava reproduzindo essa lógica e esse pensamento quando, internamente, questionei o por quê Flávia estava ali.

Sinto-me um lixo, sinto-me semelhante ao que Flávia denominou de “grandões”.

Que decadência, Paulo Vitor (...).

Por que uma situação é sinônimo de comoção, e outra não?... Realizo tal questionamento... E mesmo posteriormente me compadecendo com a situação de Flávia e tentando escutá-la minimamente, o sentimento de culpa se fez presente, pois, por um instante, vi a mim como um sargento... Um colonizador que dita o que é certo/errado/bonito/feio, ou seja, assim como muitas pessoas e instrumentos de poder, acabei reproduzindo a lógica de deslegitimar e negligenciar um corpo que, naquele momento, era semelhante ao meu, apesar de algumas singularidades e particularidades.

Pois bem, Flávia se foi com seu jeito meigo, continuar a sua saga pela busca de ser acolhida, escutada e tornar-se pertencente. Eu apenas volto para casa sentado em um banco do ônibus, pensando nos jovens assassinados, no extermínio de nossas vidas, dos nossos desejos e de histórias como as de Flávia, que a sociedade silencia e que ninguém se lembrará amanhã.

“O LIXO VAI FALAR”

Da invisibilidade à existência: a necessidade de dilacerar a colonialidade do poder

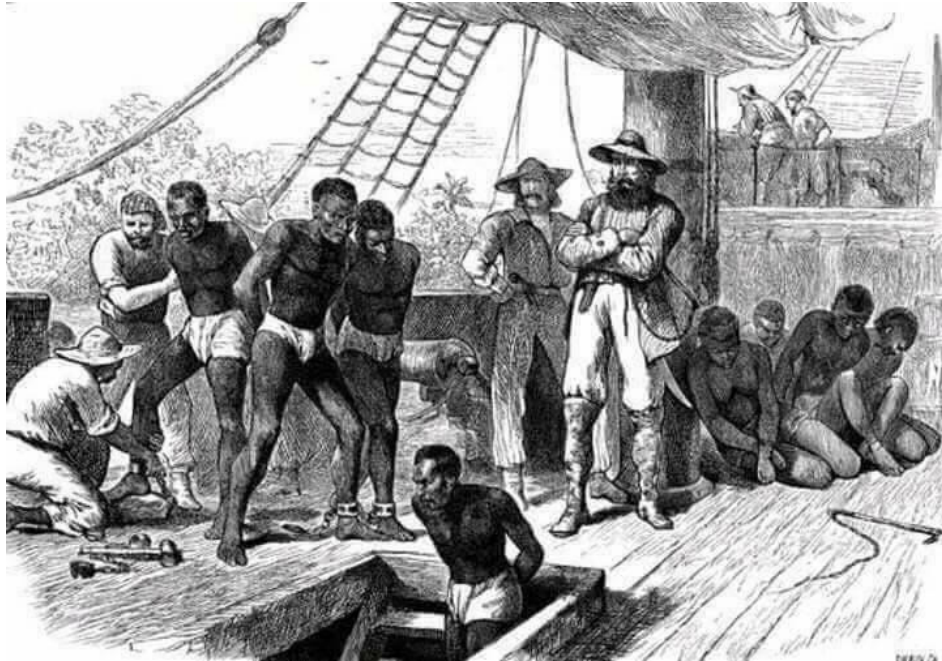
Na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação (...) o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (...) logo que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar (**Gonzalez**, p. 225, 1984).

Nesta sessão, objetivamos discutir sobre a produção da invisibilidade da população negra no contexto científico. Pretendemos pontuar por que o conhecimento científico encontra-se ancorado na seletividade de saberes, bem como na hierarquização destes. Para isso, buscamos realizar uma discussão acionando os conceitos sobre o processo de racialização, colonialismo, racismo epistêmico e epistemicídio para exemplificar e ilustrar que a literatura especializada é seletiva, classificatória e segregatória.

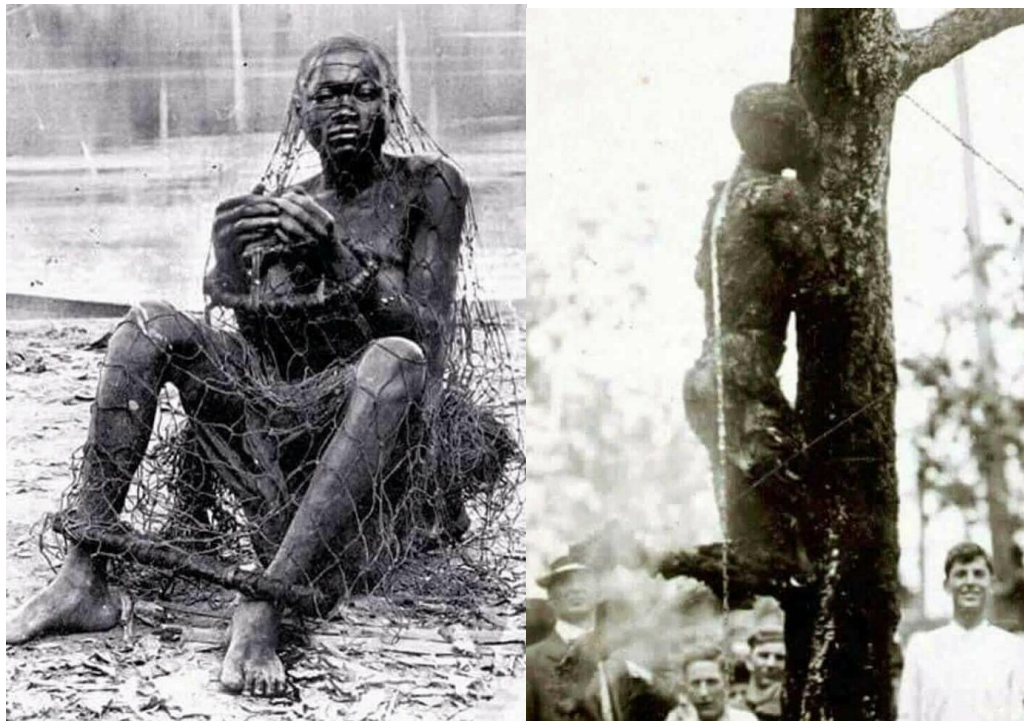
Sendo assim, acredito que, para tentarmos responder minimamente a esse desafio, é necessário entendermos a construção da categoria raça e suas implicações e efeitos no contexto social, cultural, econômico, político e científico, como as reverberações dessa ideologia nesses contextos.

Antes de iniciar a sessão propriamente dita, gostaria de apresentar algumas imagens que ilustram categoricamente como a construção da **racialidade negra** foi perpetuada e caracterizada pela violência, selvageria e crueldade. A utilização dessas imagens⁴, sobretudo dessas violências expostas, não são apenas “imagens” e, sim, modos de **nomeação** e **demarcação** dos processos de violência e selvajaria que aconteceram durante séculos e que, infelizmente, persistem ainda na atualidade.

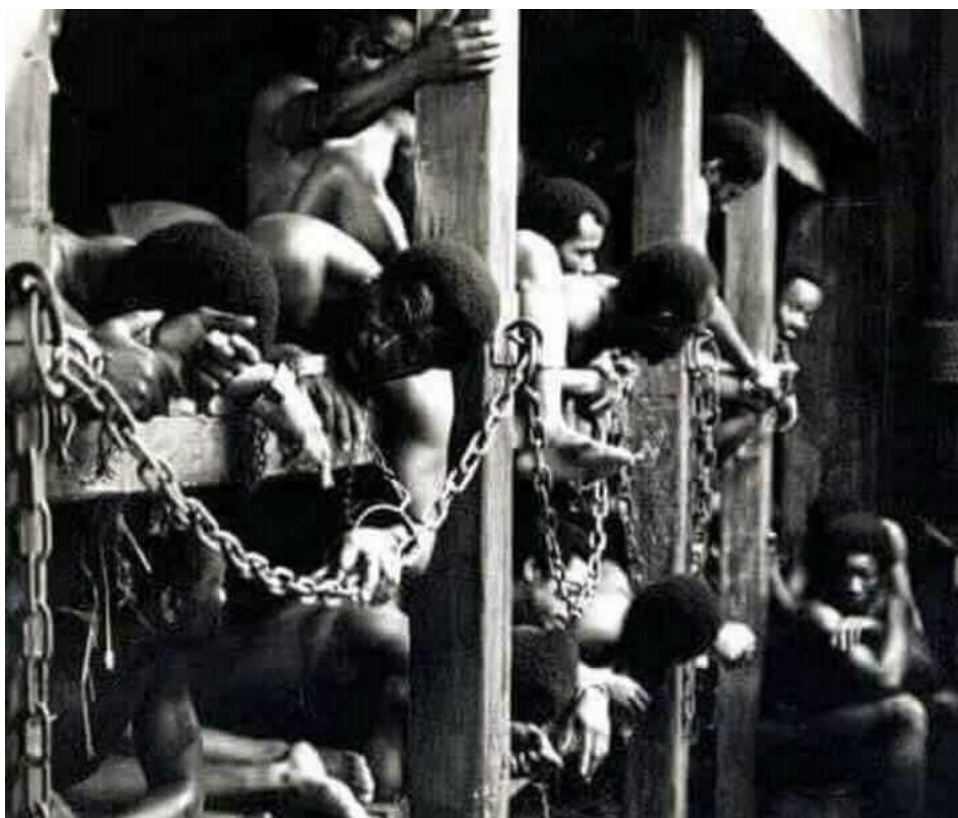
⁴ Essas imagens foram selecionadas a partir de buscas no site Pinterest.co.uk com as seguintes descrições: Escravidão no Brasil; Imagens sobre escravidão e Negros escravizados. Disponível em: <<https://www.pinterest.co.uk/studiomengistu/american-terror/>>. Acessado em: 28/10/2016.



Fotografia 01: African American History
Fonte: Pinterest.co.uk (2016)



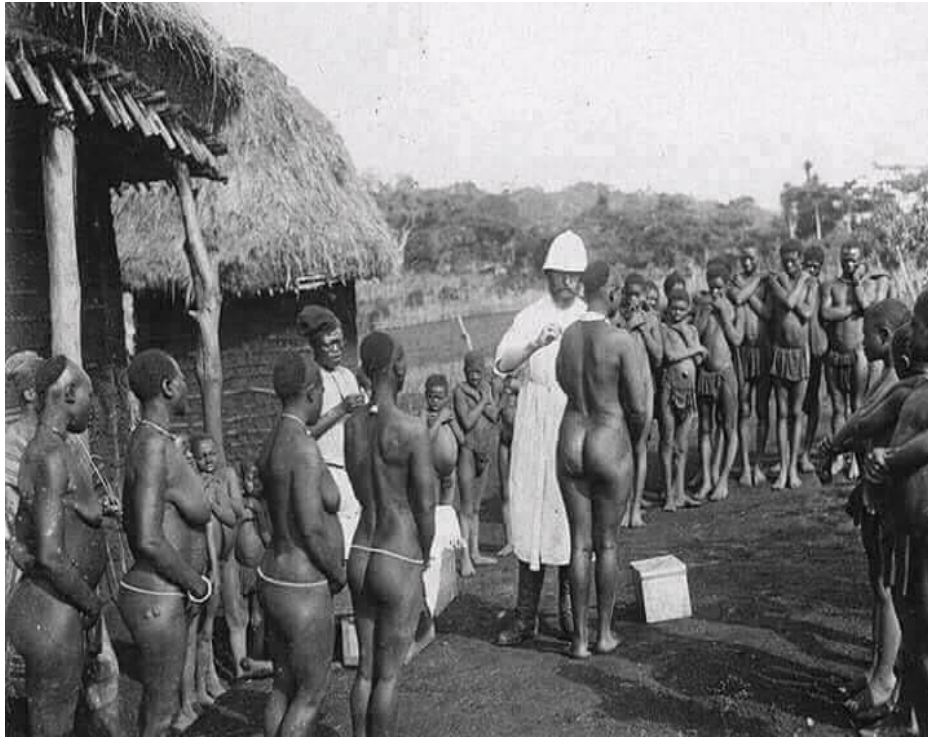
Fotografia 02: African American History
Fonte: Pinterest.co.uk (2016)



Fotografia 03: African American History
Fonte: Pinterest.co.uk (2016)



Fotografia 04: African American History
Fonte: Pinterest.co.uk (2016)



Fotografia 05: African American History
Fonte: Pinterest.co.uk (2016)



Fotografia 06: African American History
Fonte: Pinterest.co.uk (2016)

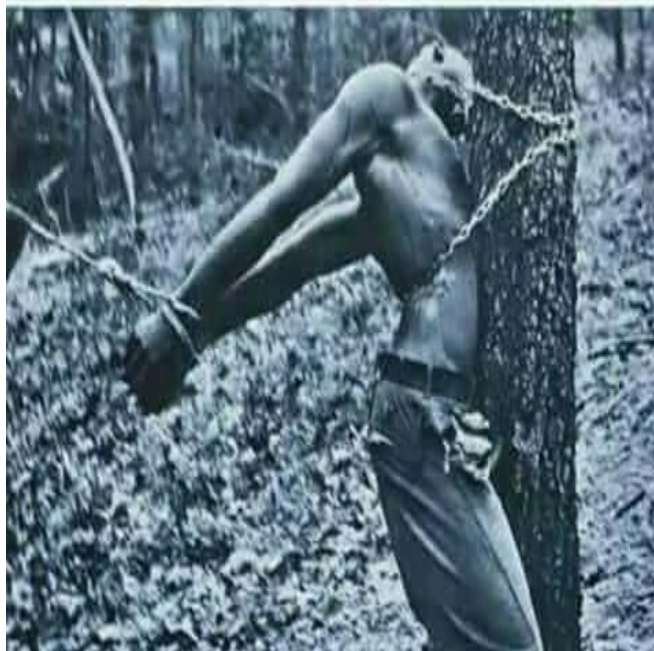


Fotografia 07: African American History
Fonte: Pinterest.co.uk (2016)



Fotografia 08: African American History
Fonte: Pinterest.co.uk (2016)

Embora possamos ficar chocados com essas imagens, questiono-me se esse choque é legítimo. Será que essa comoção irá durar até o final da leitura deste trabalho? “A imagem que, supostamente, deveria entregar a realidade, na verdade, esconde da percepção” (Butler, 2015).



Fotografia 09: African American History
Fonte: Pinterest.co.uk (2016)

O que é uma vida?

O que pode ser reconhecido como uma vida?

O que regula o reconhecimento de uma vida?

Afinal, o que é uma vida?

A capacidade epistemológica de apreender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida de acordo com normas que a caracterizam como uma vida (Butler, 2015). Sendo assim, o grau de inteligibilidade de uma vida não é dado aprioristicamente. É produzido e reproduzido no interior de relações de poder, de práticas discursivas, normas e organizações sociais e políticas.

Nesse sentido, verifica-se a construção de enquadramentos que passam a modular, classificar, hierarquizar e regular vidas, isto é, produzindo a lógica de quais vidas podemos apreender como vidas e quais vidas não podemos, gerando ontologias específicas.

Desse modo, há sujeitos que não são reconhecíveis e há vidas que, dificilmente, ou, melhor dizendo, nunca são reconhecidas como vidas (Butler, 2015, p. 17), em outras palavras, um enquadramento pode dirigir certos tipos de interpretação, como, também, de reconhecimento. Sendo assim, faço uso dessas imagens justamente para indicar e demarcar que possíveis vidas não são passíveis de luto e de dor. Haja vista, que segundo Butler (2015), a maneira pela qual respondemos à dor dos outros, se o fazemos e a maneira como formulamos críticas morais e articulamos análises políticas dependem de certo campo de realidade perceptível já ter sido estabelecido. Portanto, verifica-se a criação de estruturas de poder que organizam, permitem, ratificam e determinam o que será chamado de realidade e o alcance do que vai ser percebido como existente. Produzindo uma realidade cujo funcionamento se dá pelo próprio enquadramento (Butler, 2015, p. 127).

Ao enquadrar a realidade, a fotografia já determinou o que será levado em conta dentro do enquadramento, e esse ato de delimitação é, sem dúvida, interpretativo, como o são, potencialmente, os vários efeitos de ângulo, foco, luz etc. A fotografia não é simplesmente uma imagem visual à espera de interpretação, ela mesma está interpretando ativamente e, algumas vezes, forçosamente (Butler, 2015, p. 128).

O que está em jogo é a regulação de quais imagens, vidas, conhecimentos e histórias podem e devem ser enquadrados enquanto imagens, vidas, conhecimentos e histórias de valorização e apreensão. Sendo assim, é de suma importância pontuarmos que esse campo de demarcação é estruturado pelo Estado, ou seja, a partir da autorização do Estado e, também, da construção do saber científico é possível o estabelecimento e o controle de vidas, conhecimentos, histórias e imagens.

As normas são estabelecidas por meio de enquadramentos visuais e narrativos, e o ato de enquadrar pressupõe decisões ou práticas que deixam perdas substanciais fora do

enquadramento, então temos de considerar que a inclusão e a exclusão completas não são as únicas opções (Butler, 2015).

Na verdade, há mortes que são parcialmente eclipsadas e parcialmente marcadas, e essa instabilidade pode perfeitamente ativar, o enquadramento que se torna ele próprio instável. Portanto, não seria localizar o que está dentro ou fora do enquadramento, mas o que oscila entre essas duas localizações, e o que, excluído, fica criptografado no próprio enquadramento (Butler, 2015, p. 115).

Desse modo, além de expormos as violências apresentadas nessas imagens, objetivamos demarcar e localizar que certas narrativas são enquadradas para não serem apreendidas e reconhecidas enquanto violências. Portanto, para além de apreendermos e enxergarmos tais violências, acreditamos ser necessário reenquadrá-las, isto é, apontar que

Se continuarmos a desconsiderar as **palavras** que nos entregam essa mensagem, e se a mídia não fizer essas imagens correr, e se essas vidas continuarem inominadas e não lamentadas, se elas não aparecerem em toda sua precariedade e destruição, não nos emocionaremos com elas. Não retornaremos àquele senso de indignação ética que é, distintivamente, para um Outro e em nome de um Outro (Butler, 2011, p. 32).

Portanto, se existe o humano, existe o inumano. Se existe um conhecimento, existirá o não-conhecimento. Mas por que proclamamos um grupo enquanto humano e, conseqüentemente, toda sua produção será apreendida como sendo digna de valorização e apreço e outros grupos batalham para garantir o acesso e, minimamente, a apreensão de sua humanidade?

Como verificamos, alguns “humanos” podem ser considerados, enquadrados e qualificados como **humanos**, e outros não. Por conseguinte, alguns conhecimentos serão reconhecidos e apreendidos enquanto **conhecimentos**, e outros não.

Sendo assim, as imagens, os saberes e as produções científicas, **hipoteticamente**, representam e apresentam a realidade no qual nos encontramos inseridos/as. No entanto, essa realidade não corresponde à realidade tal como ela é, como Butler (2015) pontua. Na verdade, essa realidade esconde uma parcela da percepção, isto é, muito do que entendemos e nomeamos como realidade não é a realidade em sua “totalidade”, posto que diversos fatos e acontecimentos ficam de fora dessa história, realidade e mundo vivível. Ou seja, a história tem nos mostrado que a invisibilidade mata: deixando viver ou deixando morrer⁵, ou seja, deixando ser real (**visível**) ou deixando ser irreal (**invisível**).

⁵ Foucault (2004) em *Microfísica do Poder*.

Nessa perspectiva, a produção do conhecimento possui Código de Endereçamento Postal (CEP), gênero, classe social, territorialidade e, também, uma **raça**. Portanto, pontuar que a produção do conhecimento possui uma raça é demarcar que a construção e a produção dos saberes hegemônico apresentam uma cor/etnia/raça, e, conseqüentemente, essa raça consegue falar mais alto que as demais raças, cores e etnias. Com isso, **demarcar** a racialidade do saber hegemônico possibilita afirmar que demais raças produzem conhecimento que, no entanto, sequer é visualizado enquanto um conhecimento.

Haja vista que há uma **colonialidade do saber e do poder** na construção do saber científico (Quijano, 2010; Hooks, 1995; Gomes, 2008; Santos, 2010), ou seja, o sujeito colonizador – cientista homem, cisgênero, branco, situado nos países capitalistas centrais – entende e apreende historicamente, os seres não adequados ao modelo de universalidade (branco, cisgênero) são como “objetos” de suas pesquisas, pois esses corpos não corresponderiam a corpos produtores de saberes e intelectualidade.

Nesse sentido, assumindo a noção de **colonialidade do saber e do poder**, podemos afirmar que conhecimentos científicos legitimam práticas e produções calçadas numa perspectiva eugenista, discriminatória e racista, ou seja, legitimando o aniquilamento e extermínio de toda população que difere do que o conhecimento científico elege enquanto “sujeito”. É nesse mesmo contexto que o sujeito negro torna-se um objeto e, conseqüentemente, um objeto de menor valor.

No entanto, esse “objeto” só se torna um objeto, porque alguém o reconheceu dessa forma, ou seja, esse sujeito negro participa da construção da realidade, e, conseqüentemente, essa descrição é referente ao produto de trocas situadas entre as pessoas. Assim, as descrições realizadas pela sociedade, bem como pelo saber científico referentes às pessoas negras não dizem respeito a verdades absolutas ou produto de um processo essencialista, como a ideia de que as pessoas negras seriam naturalmente sujeitos inferiores.

Portanto, se nos é possível falar de **raça e racismo**, falaremos, também, de um complexo perverso, gerador de medos e de tormentos, de problemas e de terror, mas, sobretudo, de infinitos sofrimentos e catástrofes. Haja vista que se criam dispositivos e práticas de alterocídio, constituindo, assim, o *Outro* não como semelhante a si mesmo, mas como um objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é necessário e fundamental se proteger, aniquilar e se desfazer, em outras palavras, é preciso destruir.

Como afirma **Kilomba** (2010), o sistema colonial como, também, o sistema racial são duas estruturas complexas, posto que lidam com uma série de alienações. Uma das alienações é, exatamente, a de que eu, enquanto pessoa negra, posso ter meu dia a dia interrompido e ser forçada a lidar com uma questão que não me pertence a princípio. O racismo nos usa como depósito de algo que a sociedade branca não quer ser. Algo que é projetado em mim, e eu sou forçado nesse *mise en scene*, nessa encenação, a ser a protagonista de um papel que não é meu e com o qual eu não me identifico.

Com isso, a raça não passa de uma ficção útil e de uma construção social fantasista de uma projeção ideológica, cuja função seria desviar a atenção de conflitos entendidos, antigamente, como mais verossímeis, a luta de classes ou a luta de sexos, por exemplo, (**Mbembe**, 2014), e, conseqüentemente, **demarcar** categoricamente o problema no outro.

Dessa maneira, percebe-se a construção de um conhecimento racializado, porém entendido como a-racializado, em que passa a ser descrito e definido como uma crença verdadeira e justificada através de dados empíricos, os quais dão suporte às afirmações e possibilitam a construção de práticas sociais excludentes, normativas e epistemicidas, visando o assujeitamento dos corpos, controle da população, bem como invisibilidade de qualquer ameaça à sociedade.

Etimologicamente, o conceito raça veio do italiano *razza*, que, por sua vez, veio do latim *ratio*, significando sorte, categoria e espécie. No latim medieval, o conceito de raça era utilizado para designar descendência ou linhagem, isto é, um grupo de pessoas que têm um ancestral comum e que possuem algumas características físicas em comum. Todavia, em 1684, o francês François Bernier emprega o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças (**Munanga**, 2003).

Nas ciências naturais, o conceito “raça” começou a ganhar espaço sendo utilizado, primeiramente, na Zoologia e na Botânica, para classificar espécies animais e vegetais. Nesse mesmo contexto, o naturalista sueco Carl Von Linné (1707-1778) se utilizou do conceito raça para classificar as plantas em 24 raças/classes. Essa classificação está inteiramente abandonada na atualidade.

Nesse mesmo período histórico, com as grandes navegações e, conseqüentemente, com as grandes descobertas, o próprio conceito de *humanidade* passou a ser colocado em dúvida. Aliás, quem eram esses recém-descobertos? Seriam humanos como “nós”, europeus? Seriam bestas? Esses, dentre outros questionamentos, fizeram com que os europeus ancorassem em

critérios *científicos* de definições para tentarem, minimamente, responder às seguintes questões: O que faz o outro ser semelhante a mim? Este Outro é humano?

Nesse sentido, inicia-se a hierarquização de raças e a classificação da diversidade humana em diferentes níveis. Assim como em qualquer operação de classificação, é preciso que se estabeleçam critérios objetivos com base na diferença e semelhança para que seja concretizada a classificação. A cor de pele passou a ser um dos critérios de seleção e classificação, assim se construiu, socialmente, três raças que resistem até os dias de hoje no imaginário social e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela.

No entanto, a partir do século XIX, além do critério “cor de pele”, acrescentaram-se outros critérios morfológicos para embasar o sistema de classificação, tais como a forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, o ângulo facial etc. Com isso, lábios grandes faziam referência a traços negroides, bem como o crânio alongado, dito dolicocefalo, era tido como característica dos brancos “nórdicos”, enquanto que crânio arredondado, braquicefalo, era considerado como característica física dos amarelos e negros.

Segundo **Munanga** (2003), em 1912, o antropólogo Franz Boas observara, nos Estados Unidos, que o crânio dos filhos de imigrantes não brancos – por definição, braquicefalos – apresentavam tendência em se alongar. O que tornava a forma do crânio uma característica que dependia mais da influência do meio do que dos fatores raciais.

Durante o século XX, tivemos inúmeros avanços e progressos no que se refere ao campo das ciências biológicas – molecular, bioquímica, genética humana –, favorecendo para a confirmação e conclusão de que raça não é uma realidade biológica, ou seja, não seria passível de comprovação científica em termos biológicos e genéticos, mas, sim, apenas um conceito cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana, bem como para dividi-la em raças. Em outras palavras, em termos biológicos, raças não existem.

Todavia, afirma **Munanga** (2003), a invalidação científica do conceito de raça “não significa que todos os indivíduos ou todas as populações sejam geneticamente semelhantes. Os patrimônios genéticos são diferentes, mas essas diferenças não são suficientes para classificá-las em raças” (p. 5).

Sendo assim, o problema se encontra na inoperacionalidade científica do conceito de raça, haja vista que esse conceito foi utilizado não só para classificar grupos humanos em características físicas, mas, a partir de tal conceito, passou-se a construir aparatos e dispositivos legais de hierarquização de vidas, ou seja, estabeleceram-se modos e escalas de valores entre

as chamadas raças, ocasionando na dicotomia entre raças superiores e raças inferiores em função de suas características hereditárias, morfológicas e físicas.

Nesse sentido, os símbolos de beleza, superioridade intelectual, cultural e moral seriam atribuídos às pessoas brancas, diferenciando-se daqueles/as com a pele mais escura, ou seja, as pessoas negras, as quais passaram a serem representadas como irracionais, emocionais, vagabundas, preguiçosas, desonestas, menos inteligentes, passivas e, conseqüentemente, mais sujeitas à escravidão e à dominação.

Mesmo tornando-se uma teoria pseudocientífica, isto é, inválida no campo científico, a raciologia se fez presente durante o século XX, principalmente, nos períodos da década de 1940, posto que a ideia referente à classificação da humanidade em raças hierarquizadas foi retomada a partir dos ideários nacionalistas, tais como o nazismo, para legitimar as exterminações e atrocidades que causaram à humanidade durante a Segunda Guerra Mundial.

Nessa perspectiva, o conceito de raça utilizado neste trabalho, bem como utilizado pelos estudos raciais e pelos movimentos negros, nada tem de biológico, ou seja, segundo **Munanga** (2003, p. 7), é um conceito “carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação”. Sendo assim, sabe-se que, biologicamente, o conceito de raça se encontra invalidado, entretanto, no campo semântico, tal conceito produz inúmeros efeitos na estrutura global da sociedade.

Portanto, pode-se afirmar que **racismo diz respeito a uma ideologia essencialista**, isto é, a partir da ideia de uma divisão da humanidade em grandes grupos, pautando-se em características físicas e hereditárias, passaria a ser possível produzir uma escala de valores desiguais. Sobretudo, a pessoa racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça, no imaginário do racista, não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos, mas, sim, um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que essa pessoa considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ela pertence.

Assim como pontua **Munanga** (2003/1998), falar de racismo é, conseqüentemente, falar de um problema estrutural, ou seja, que envolve diferentes facetas da sociedade e que perpassa diferentes questões sociais, econômicas, psicológicas, culturais, biológicas, políticas, de gênero e de classe. Todavia, racismo nasce quando se faz intervir caracteres biológicos como justificativa de tal ou tal comportamento. O difícil é aniquilar as raças fictícias que rondam em nossas representações e imaginários coletivos. Exemplo disso é o efeito social que um saber

científico produz nas relações sociais e, conseqüentemente, nos modos de subjetivação, isto é, no século XVIII, Carl Von Linné (Lineu) produz uma escala de valores que sugere a hierarquização das raças humanas. Dividindo o *homo sapiens* em quatro raças:

- 1) **Americano**: que o próprio classificador descreve como moreno, colérico, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem corpo pintado;
- 2) **Asiático**: amarelo, melancólico, governado pela opinião e pelos preconceitos, usa roupas largas;
- 3) **Africano**: negro, flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes (despotismo), unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e, quando amamenta, seus seios se tornam moles e alongados.
- 4) **Europeu**: branco, sanguíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertadas (Munanga, 2013, p. 9).

Depois de quase três séculos, essa representação ainda se faz presente, existindo no imaginário coletivo das gerações, bem como sobrevivendo aos progressos da ciência, ou seja, a partir de uma construção científica, produziu-se inúmeras representações sociais do que poderia e *seria* a pessoa negra, branca e amarela. Sendo assim, enquanto o racismo clássico se alimenta da noção de raça, o racismo presente na atualidade se alimenta da noção de etnia definida como um grupo cultural, categoria que constitui um léxico mais aceitável que a raça – falar politicamente correto.

Conseqüentemente, criam-se aparatos e dispositivos sustentados em princípios científicos e técnicos que permitem inúmeras atrocidades, bem como o genocídio de várias populações, em nome e se pautando na ideia de superioridade e inferioridade das raças, ou seja, tratam-se de políticas de manutenção de determinadas vidas e extermínio de determinadas “vidas”. Pautando-se na ideia do bem estar social, constroem-se a ideia de que, para manter a ordem, é necessário que o outro deva deixar de existir, seja como for.

Nesse sentido, para manter a “ordem” e “purificação” da sociedade, elimina-se o Outro ou, como afirma Foucault (1996, p. 206), “a morte do outro, a morte da raça má, da raça inferior (degenerada, inferior), é isto que tornará a vida mais sã e mais pura”.

A defesa da ordem social e da vida se tornam ideias hegemônicas, ocasionando a construção de práticas e dispositivos que visam o *extermínio* dos inúmeros perigos referentes às pessoas desagregadoras e desordenadoras. Sendo assim, pode-se afirmar que há uma tática política que assegura o modo pelo qual o Estado opera e funciona, ou seja, o Estado passa funcionar de modo homicida e pautado por um viés higienista e racista.

O Estado Brasileiro não se demonstrou ativo frente às questões raciais, diferenciando-se do cenário norte-americano. Neste, o Estado se mostrou presente nas práticas racistas e separatistas impondo, por exemplo, de forma legal, no âmbito da lei, a Lei de Jim Crow, promulgada nos Estados do Sul dos Estados Unidos, que exigiam que as escolas públicas e a maioria dos locais públicos – incluindo trens e ônibus – tivessem instalações separadas para brancos e negros.

No entanto, é possível pensar que o Estado Brasileiro se caracteriza por um Estado no qual o racismo e as práticas racistas funcionam de modo “sutil” e “invisível”, pois, institucionalmente, desde a Proclamação da República do Brasil, o Estado Brasileiro não institucionalizou leis baseadas na segregação racial, isto é, no impedimento do usufruto dos direitos com base na origem étnica-racial. Pode-se verificar, porém, que tal sutileza e invisibilidade são meramente arquitetadas, posto que o Estado Brasileiro é eficaz no que faz, ou seja, mesmo não havendo uma institucionalização da discriminação racial, observa-se que, ao longo da história brasileira, essa discriminação aconteceu de outras maneiras.

Cerca de 10 milhões de pessoas deslocadas de maneira forçada na condição de escravos. Assassinatos em massa de aproximadamente 40 mil pessoas ao ano de um único grupo racial. População carcerária composta em 61,6% por esse mesmo grupo étnico, onde em estados da nação, como Acre e o Amapá, esse número passa dos 80%. Representação de 2,1% do corpo de professores da principal universidade do país, a Universidade de São Paulo (USP), e renda média de 59,2% do que recebem os brancos. De acordo com a Fiocruz, 65,9% das mulheres mortas por violência obstétrica também compõem esse segmento da população brasileira (**Borges**, 2017, p. 2).

Desse modo,

O genocídio de negros e negras no Brasil não é algo pontual, fatídico, mas um processo construído historicamente. As políticas de exclusão do pós-abolição, que prejudicaram o acesso da população negra aos recursos da sociedade, como a terra e o mercado de trabalho, articuladas à segregação social e urbana construíram as bases das condições de extermínio. É um processo que não se findou, visto que as periferias configuram-se como territórios de produção e reprodução da morte (**Adão** citado por **Borges**, 2017, p. 4).

Portanto, podemos afirmar que o Estado Brasileiro é eficaz em matar, exterminar e aniquilar vidas negras, aliás muitas pessoas acreditam que quanto mais corpos dissidentes,

abjetos, negros/as, LGBTTIIs, Deficientes, Indígenas e Ciganos/as forem eliminados, maior é o desenvolvimento e mais “harmônico” será o convívio em sociedade.

Nesse sentido, uma das inúmeras heranças da escravidão foi o **racismo científico** do século XIX, que dotou de uma suposta cientificidade a divisão da humanidade em raças e estabeleceu hierarquia entre elas, conferindo-lhes estatuto de superioridade ou inferioridade (Carneiro, 2011).

O conceito de raça produziu, socialmente, a ideia de um dualismo, bem como justificou a superioridade racial de uma população e a inferioridade racial de outra população. Nesse sentido, o hemisfério ocidental considerava-se o centro do globo, ou seja, o centro da humanidade, sendo o local mais civilizado. Aquilo que fosse diferente sob os olhos do hemisfério ocidental passaria a ser representado como negativo. Com isso, a África, de um modo geral, e a pessoa negra, de modo particular, eram apresentadas como limitadas, perigosas e negativas.

É de suma importância pontuar que o “Negro” não existe enquanto tal, ou seja, para que pudesse chamá-lo e categorizá-lo desse modo, foi necessária a sua produção enquanto tal. Sendo assim, o “Negro” é constantemente produzido, e produzir o Negro é produzir uma realidade e, conseqüentemente, um corpo sem alma, sem vivências, um corpo de exploração, ou seja, um corpo inteiramente do senhor, da branquitude e do capital.

É um corpo que se encontra determinado a levar chicotes, cujo sangue que derrama é visto como apenas um adendo, aliás é um corpo sem alma, construído para o extermínio, para o genocídio. É um corpo-objeto, posto que só se torna um corpo “útil” nos momentos que convêm, ou seja, a possibilidade de uma “humanidade” só passa a ser resgatada quando o senhor, o estado, o capital e a branquitude desejam usufruir desse corpo, mas que, em questão de segundos, novamente, esse corpo é concebido com aversão e repugnância.

Nesse sentido, quando afirmamos: *o negro é produzido*, estamos nos referindo a essa produção pautada e relacionada a um contexto hegemônico de grandes narrativas – verdades absolutas –, conseqüentemente, essas grandes narrativas passam a se questionar: Quem é ele? Como o reconhecemos? O que o diferencia de nós? Poderá ele se tornar nosso semelhante? Como governá-lo e para que fins? (Mbembe, 2014).

Segundo o referido autor, *a razão negra* designa tanto um conjunto de discursos como de práticas, ou seja, um trabalho cotidiano que constituiu e constitui inventar, contar, repetir e pôr em circulação fórmulas, textos, rituais e ideias cujo objetivo “é fazer acontecer o Negro

enquanto sujeito de raça e exterioridade selvagem, passível a tal respeito de desqualificação moral e de instrumentalização prática” (Mbembe, 2014, p. 58).

Desse modo, como ser negro não é ser idêntico a si, ser negro passa a ser anormal, mas será verdade que ser negro é ser anormal? Será que essa pessoa não pode ser mais do que selvagem, animal e desprovida de razão? Assim, através da construção hegemônica desses modos de construção, bem como da construção desses modos de subjetivação, a população negra diz de si mesmo que é aquilo que fora aprendido. Mas essa aprendizagem seria válida? Pautada em quê podemos afirmar que apresentaria sentido e veracidade? Provavelmente, a veracidade se apresenta por conta de que, numa concepção linear da história, a população negra sempre foi submissa, passiva e, conseqüentemente, carecida de um intercessor, ou seja, dos homens do bem – branquitude.

A expressão *razão*, no contexto dos saberes científicos, por si só, encontra-se respaldada pela universalidade, ou seja, produzida, construída, arquitetada e modelada por *sujeitos* euro-americanos, brancos, burgueses e homens. Resultado dessa construção é que tomamos essa grande narrativa como sendo “a” narrativa verdadeira, sendo assim, esses “*sujeitos*”, ao longo do processo histórico, pouco ou quase nunca foram questionados e visualizados como seres faltantes/desprovidos de algo.

Pois, se resgatarmos a ideia tradicional da metafísica *mente-corpo*, o sujeito congnovente seria íntegro e, conseqüentemente, provido de *razão*, diferenciando-se do que Mbembe (2014) descreve como *razão negra*, haja vista que tal expressão remete ao Negro como uma pessoa que nem é verdadeiramente um entre nós, nem é como nós. “Se o homem se opõe à animalidade, este não é o seu caso, pois conserva, ainda que de modo ambíguo, a possibilidade animal. Corpo estrangeiro no nosso mundo, é habitado, ocultamente, pelo animal” (p. 63).

Os processos de racialização teriam, como objetivo, portanto, marcar e taxar os grupos de populações, fixar os limites nos quais podem circular e, exatamente, os espaços que podem ocupar, num sentido de proteção e segurança frente às ameaças que essas populações podem causar. Marcando, portanto, essas populações em espécies, grupos, tipos e tribos.

A raça, nessa perspectiva, funciona e se caracteriza por ser um dispositivo de segurança e controle, em outras palavras, a raça passaria a ser uma ideologia e tecnologia do governo.

Portanto, pensar raça enquanto dispositivo é, conseqüentemente, pensar que esse dispositivo possui uma função estratégica com um objetivo e finalidade. Sendo assim, a noção de dispositivo numa perspectiva foucaultiana está relacionada a poder, isto é, um poder que opera em determinado campo e se desvela pela articulação que engendra de uma multiplicidade de elementos pela relação de poder que entre eles se estabelece. Cabe pontuar que o dispositivo tem um objetivo estratégico no qual atende uma demanda histórica. Com isso, pode-se entender dispositivo como sendo:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes, cuja finalidade é responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (Foucault, 1979, p.244-245).

Desse modo, os dispositivos podem funcionar para inúmeras finalidades, como exemplo, pode-se pensar o discurso científico de modo que tal discurso possa aparecer com a finalidade de demarcar e sinalizar a importância das diferenças ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma realidade, conseqüentemente, fazendo-a permanecer muda e invisível.

Assim sendo, pode-se pensar o dispositivo enquanto um instrumento de manutenção frente às práticas epistemicidas no saber científico em relação às intersecções raça, gênero, sexualidades e suicídio. Ou seja, temos como pressuposto que a noção de dispositivo possibilita oferecer recursos teóricos para compreender a maneira como as invisibilidades dessas questões, nos estudos sobre comportamento suicida, ocorrem. Como elas se articulam visando cumprir determinado objetivo estratégico e sustentando tipos de saberes em relação a outros tipos de saberes.

Segundo **Carneiro** (2005), ao instituir um novo campo de racionalidade em que relações de poder, práticas e saberes se articulam, um dispositivo, para Foucault, instaura uma prática divisora que, primeiramente, tem efeitos ontológicos, constituindo sujeitos-forma. No âmbito do dispositivo, a enunciação sobre o Outro constitui uma “função de existência”. Por exemplo,

a produção da loucura, haja vista que Foucault (1979) irá determinar que a prática divisora instaurada pelo dispositivo é a demarcação entre o normal e o patológico.

Numa minuciosa arqueologia da loucura, o autor demonstra diferentes momentos históricos, anteriores da modernidade ocidental, em que o louco teria um valor sagrado, todavia, na modernidade, passa a ser considerada como uma experiência de desrazoabilidade e, por fim, como uma doença psíquica, relacionando-se às questões de saúde mental. Nesse sentido, o dispositivo da saúde mental que emerge dos saberes e práticas institucionais produz o tema loucura, em que se cria a dicotomia anormalidade-normalidade.

E, assim, para Foucault (1979) & **Carneiro** (2005), se a pessoa “normal” tiver que vir a público para dizer o que ela é, ela só vai se afirmar pela negatividade: “não sou doente mental”. Ela se define negativamente para demarcar a sua diferença em relação ao sujeito-forma, aquele construído negativamente para afirmar a dinâmica positiva do ser. Ou seja, o Outro fundado pelo dispositivo se apresenta de forma estática, que se opõe à variação que é assegurada ao Ser. Assim, a dinâmica instituída pelo dispositivo de poder é definida pelo dinamismo do Ser em contraposição ao imobilismo do Outro.

As discussões utilizadas até o dado momento permitem afirmarmos que é no encontro com a racialidade ou etnicidade diferente e destoante que se constroem dispositivos visando à produção da ideia de **superioridade** e inferioridade, sendo assim, produz a razoabilidade, a normalidade e a vitalidade. Nesse sentido, o **dispositivo de racialidade** também será uma dualidade entre positivo e negativo, tendo, na cor da pele, o fator de identificação do normal, e a branca será a sua representação (**Caneiro**, 2005).

A partir das práticas discursivas, constitui-se uma **ontologia do ser** e uma **ontologia da diferença**, na qual ser branco torna-se parâmetro de beleza, nobreza, sabedoria, dentre outros adjetivos. Assim, o branco encarna todas as virtudes, a manifestação da razão, do espírito e das ideias, eles são a cultura, a civilização, em uma palavra: a humanidade (**Nogueira**, 1998, p. 102).

No entanto, para que essa realidade exista, é necessária a construção e a existência de outra realidade, ou seja, de um contraponto. Desse modo, a civilização precisa engendrar um **monstro**, ou seja, torna-se necessário a construção do negativo, aquilo que é recusado, invisibilizado, indesejável, eliminado e excluído. Tal processo inscreve a população negra nesse paradigma de inferioridade e de vidas subordinadas.

A produção desse paradigma promoverá inúmeras consequências e efeitos nos modos de subjetivação, uma vez que o **dispositivo de racialidade**, ao demarcar o estatuto humano como sinônimo de brancura, conseqüentemente, irá redefinir todas as dimensões humanas e, assim, hierarquizá-las de acordo com a sua proximidade ou distanciamento desse padrão. Quanto mais próximo ou mais branco a pessoa for, mais próxima estará do que se entende por humanidade e, em consequência, mais próxima dos direitos humanos. Por outro lado, quanto mais distante daquilo que se entende por brancura, mais afastado essa pessoa estará do que se entende por humanidade.

Nessa rede, negro e branco se constituem como extremos, unidades de representação que correspondem ao distante, ou seja, objeto de um gesto de afastamento, e ao próximo, objeto de um gesto de adesão (Nogueira, 1998). Dentre inúmeros efeitos da produção dessa realidade, pode-se afirmar que a branquitude se torna o **Ideal de Ser** para os Outros, ou seja, para se tornar um corpo visível aos olhos desse padrão, passa a ser necessário que essa pessoa se enquadre e vista a máscara branca, sendo, assim, minimamente vislumbrada. No entanto, apenas em algumas situações e contextos, haja vista que essa pessoa nunca será o Ideal do Ser, afinal ela nunca será branca.

O corpo ganha um importante significado na produção dessa realidade, de modo que é a partir dele que se constroem valores sociais. Para tanto, haverá corpos aos quais se atribui cuidado, preservação, proteção, cultivação e defesa frente a todos os perigos. Por sua vez, existirão corpos que estarão submersos na indiferença, ou seja, corpos e vidas que não serão dignas de proteção, preservação, cuidado e cultivação.

Esse processo passa a ser arquitetado dentro de um contexto histórico, social, econômico e político. Assim como afirma Foucault (1979), em cada momento da história, a dominação se fez em um ritual: ela impõe obrigações e direitos, ela constitui cuidadosos procedimentos, isto é, ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos, e essa história é produzida e reproduzida por práticas sociais. Assim, as práticas sociais se constituiriam discursivamente, e os discursos formariam sujeitos e objetos que se condicionam, deslocam-se, multiplicam-se ou invertem posições (Carneiro, 2005).

Nesse sentido, o saber científico, visando à produção de discursos verdadeiros e, conseqüentemente, a manutenção desse saber no poder, produz e reproduz inúmeras atrocidades, visando e pautando-se na busca pela produção da “verdade”. Como, por exemplo, se o sexo passará a ser o demarcador de uma verdade sobre o sujeito, como Foucault demonstra na “História da Sexualidade”, é o que definirá a sua normalidade ou anormalidade.

Para **Carneiro** (2005), a **raça** também corresponderia a outro demarcador para apreensão dessa verdade do sujeito, ou seja, por meio do marcador raça, torna-se possível agrupar “o humano” em diferentes categorias na sua diversidade étnica/racial. Nessa perspectiva, não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como, também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. **Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber** (Foucault, 1979).

Conseqüentemente, os saberes científicos produzem práticas discursivas e enunciados que pretendem se tornar mais válidos que outros, isto é, não há práticas discursivas sem poder, bem como não há saberes sem conflitos. Assim, pode-se afirmar que o saber científico institucionaliza a produção de uma verdade e, por deter esse poder, passa a produzir inúmeras exclusões e apagamentos de outros modos de verdade.

Com isso, acoplada à noção de dispositivo, pode-se pensar nos conceitos de *biopoder* e *biopolítica*, uma vez que esses conceitos também estariam imbricados à noção de dispositivo de racialidade. Desse modo, há uma articulação entre biopolítica, raça e gênero, produzindo inúmeros efeitos e definindo formas de vida e de estar no contexto social, ou seja, definindo perfis específicos para o “deixar viver e deixar morrer” (Foucault, 2002).

Por exemplo, a criação de uma série de processos, tais como taxas de natalidade e mortalidade e tecnologias de controle sobre a reprodução. Pode-se afirmar que o racismo se torna uma das estratégias do biopoder, fundando, portanto, o controle sobre a vida e definindo, assim, o que deve viver e o que deve morrer.

Por conseguinte, criam-se condições de vida diferenciadas, estabelecem-se quais biótipos devem e serão valorizados pelos saberes científicos, bem como pela sociedade, resultando, então, na produção de pessoas superiores e inferiores, anormais e normais, construindo modos de ser e estar presente na sociedade, ou seja, no que diz respeito ao processo nascer-adoecer-morrer e nascer-morrer.

Assim, segundo Foucault (2002), o **racismo** passa a ser **indispensável** para poder tirar a vida de alguém, isto é, para tirar a vida daquele/a que se encontra diferente do que passa a ser construído como “modelo/padrão/normal”. Logo, a **função assassina** do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione no modo do biopoder, ou seja, pelo racismo. Nesse contexto, cria-se a noção social de corpos aptos para o adestramento e domínio, isto é, adequados para realização e concretizações de determinadas tarefas, além da construção de corpos que devem solicitar, fiscalizar e decretar que os demais corpos realizem.

Para **Carneiro** (2005), a racialidade, no Brasil, determina que o processo saúde-doença-morte apresente características distintas para cada um dos seus vetores, desse modo, a branquitude e negritude apresentariam diferenciados modos de viver e morrer. Enquanto constroem-se tecnologias e modos de preservação da vida de uns, constroem-se tecnologias e modos de abandono e destruição de outras vidas, assim como no que se refere ao comportamento suicida e à produção do conhecimento sobre esse fenômeno, em que algumas vidas são atribuídas como dignas de estudo e compreensão, e outras pairam no campo da invisibilidade.

No entanto, assim como afirma **Fanon** (2008), a figura do Negro é um objeto construído pelo Branco, ou seja, construído a partir do seu olhar e que, por séculos, passou a naturalizar e universalizar o que viria a ser “Negro”, como dito anteriormente. Assim, podemos pensar que a categoria “Negro” diz respeito e advém de uma atribuição ao invés de uma autodesignação. Desse modo, eu não sou negro, nem sou um negro. Negro não é nem o meu nome nem apelido e menos ainda a minha essência e identidade. Sou um ser humano, e isso basta. O outro pode disputar em mim essa qualidade, mas nunca conseguirá tirar a minha pele ontológica (**Fanon**, 2008).

Mesmo assumindo a condição de escravidão, sendo alvo de inúmeras discriminações, preconceito, humilhações, da colonização em virtude da condição que se encontra e da cor da pele, a pessoa negra continua sendo uma pessoa intrinsecamente humana, por mais que as condições sociais e históricas façam com que a pessoa creia o contrário. Segundo **Fanon** (2008) & **Mbembe** (2014), **o Negro é uma alcunha, a túnica com a qual outros me disfarçaram e na qual me tentam encerrar.**

Nessa perspectiva, **Mbembe** (2014) afirma que o substantivo “negro”, na modernidade, passou a desempenhar três funções: de atribuição, interiorização e de subversão. A primeira delas pode se dizer que serviu para designar não seres humanos como todos os outros, mas uma humanidade à parte, isto é, de um gênero particular que se distancia do que é entendido por humanidade, pessoas que, pela sua aparência física, gostos, costumes, cultura e modos de ser e estar no mundo, diferem do que passa a ser entendido como “padrão/modelo”, representando, portanto, o princípio de exterioridade. Exterioridade, pois essa “categoria” não será como “nós” (brancos) e, conseqüentemente, não será dos nossos (brancos), sendo assim, o único elo que pode unir corresponderia ao elo da separação e exclusão, isto é, construindo e constituindo um mundo à parte, afastado e segregado.

Sendo assim, o conhecimento científico, estruturado numa lógica na qual há uma única forma de conhecimento válido, produz, também, a lógica de um único sujeito congnovente válido, e este sujeito passa a ser o homem branco, ou seja, todos os parâmetros de construção acerca dos saberes, bem como a produção de intelectualidade, perpassam a ideia e o imaginário da branquitude. As possibilidades de saberes e intelectuais são presumidas a partir da diferença cultural/racial, posto que haja uma única forma de conhecimento e saber.

Nessa perspectiva, **O ser constrói o não-ser**, e, para haver essa construção, é necessário o outro. Esse outro ganha, portanto, um conjunto de características negativas que, conseqüentemente, estarão respaldadas na ideia de serem uma população de não desenvolvimento, (a)cultural e de (des)progresso, em contrapartida, **O SER** corresponderia à plenitude do desenvolvimento e progresso.

A noção de incompletude humana atribuída à população negra se expressa corriqueiramente nos saberes científicos, sobretudo nos saberes filosóficos e sociais, por exemplo, Hegel (1770 – 1831), afirma Gilroy (2001), citado por **Carneiro** (2005), assegura que passa a ser evidente que a necessidade de autocontrole distingue o caráter dos negros, sendo assim, essa condição não seria capaz de nenhum desenvolvimento ou cultura, posto que assim sempre fora. A única conexão essencial entre a população negra e a população europeia seria a escravidão. A partir desta, os/as negros/as passaram a constituir um aumento do sentimento humano, favorecendo para a ideia colonial de missão divina, ou seja, tornar-se possível o sentimento humano entre os/as negros/as.

Sendo assim, a **colonialidade do poder e o assassinato dos saberes** (epistemicídio) desqualifica a cultura do dominado, retirando toda e qualquer legitimidade epistemológica dessa cultura, construindo a ideia de eurocentrismo e/ou etnocentrismo, isto é, domínio do pensamento e dominação objetiva dos povos europeus ocidentais no mundo. Assim sendo, passa-se a construir uma ideia (ideologia) de que o modelo de desenvolvimento europeu-ocidental corresponderia ao modelo desejável para todas as sociedades e nações.

Conseqüentemente, essa ideologia produziu e produz efeitos no modo de conceber o mundo até no campo científico, isto é, na construção dos saberes, haja vista que tal ideologia produz a classificação do mundo fundamentada na crença de superioridade no modo de vida e no modo intelectual sobre as demais populações existentes.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que a modernidade ocidental é caracterizada pelo espaço e período de violência frente a determinados povos e culturas, todavia, na medida em que estes sofreram a violência, passou-se a desenvolver dispositivos e mecanismos de ocultação desse processo violento e devastador. Essa violência matricial teve um nome: *colonialismo*.

Segundo Santos (2004), essa violência nunca foi incluída na auto-representação da modernidade ocidental, porque o colonialismo foi concebido como missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental, nos termos de que o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo. De acordo com Bonnici (2005, p. 262), o termo colonialismo caracteriza o modo peculiar como aconteceu a exploração cultural durante os 500 anos da expansão europeia.

O colonizador, representante da civilização europeia, fundamentada na ideologia da supremacia da raça branca, cristã e patriarcal, desempenhava o papel de impor a civilização europeia ao resto do mundo. Tendo em vista o discurso colonialista hegemônico, tinha, por objetivo, civilizar territórios não civilizados, uma vez que a civilização europeia passaria a ser o centro do mundo e detentora de toda ciência e conhecimento existente, considerando como periferia outras nações e povos colonizados: marginalizando-os como selvagens, ignorantes e culturalmente subdesenvolvidos. Com isso, o relacionamento entre colonizador e colonizado era baseado no sistema de diferença hierárquica, desigual e injusta (Bonnici, 1998).

Para o colonizador, o colonizado é visualizado como uma população pervertida, depravada, ilegítima, espúria e degenerada, entretanto essa representação social foi construída com base no saber científico pautado em teorias raciais, legitimando a relação de hierarquização em que o diferente precisa ser colonizado para, quiçá, tornar-se humano e digno de ser visualizado enquanto sujeito de direitos.

Antes desse processo, o colonizado só era retratado como se não possuísse nenhuma característica positiva, visto que fora negado a essa população o direito de serem pessoas com qualidades. Novamente, verifica-se o processo de despersonalização da população colonizada, uma vez que essa população é visualizada e representada como apenas um corpo coletivo, conseqüentemente, não haveria a existência de particularidades, subjetividades ou individualidades.

Para Neves e Almeida (2012), o colonizado é quase um não humano, tende a se tornar rapidamente um objeto e, com isso, a população colonizada passa a existir apenas em função

das necessidades do colonizador. Desse modo, no imaginário da modernidade, a Europa corresponderia ao epicentro do processo de modernização, bem como paradigma do avanço histórico. Partindo de uma concepção linear e evolucionista da história, entende-se que, por conta do desenvolvimento material e cultural, a Europa é naturalmente a portadora e defensora dos valores de universalidade e racionalidade em luta contra o obscurantismo e a irracionalidade das ordens pré-modernas (Menafrá, 2007, p. 68).

A partir da consolidação do colonialismo, instituíram-se novas distinções conceituais de caráter dicotômico: ocidental-não ocidental, racional-irracional, atrasado-moderno, bárbaro-civilizado. Consequentemente, a produção desses saberes gerou, em sua totalidade, um relato de uma história universal e linear, na qual a Europa ficou como centro geográfico e como culminação do movimento temporal da história, enquanto as “experiências situadas fora desse eixo foram anuladas nas suas particularidades e reduzidas a uma denominação comum que aludia a sua inferioridade: povos bárbaros, atrasados, inferiores ou sub-desenvolvidos” (Menafrá, 2007, p. 69).

Nessa perspectiva, entender a construção do conhecimento moderno e sua emancipação nos exige uma postura crítica e contextualizada sobre o projeto da modernidade. É necessário que **rompamos** com o que encontramos nos saberes, nos discursos e livros didáticos que nos apresentam concepções universalistas e eurocêntricas, os quais desconsideram, silenciam e matam inúmeras vozes e potencialidades.

É preciso reconhecermos que o projeto epistemológico da modernidade é um paradigma que se globalizou, expandiu-se e se consolidou a partir do processo **genocida** de inúmeras culturas, vozes e etnias, resultando, assim, na transformação de alteridade em objeto, ou seja, desconhecendo outras vozes e humanidades, atribuindo a elas o processo de objetivação e desumanização.

Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais têm gerado estruturas e instituições que produzem o **racismo/sexismo epistêmico** (Grosfoguel, 2013), desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo, desqualificando, desvalorizando, negando e ocultando contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural, por exemplo.

A esses processos, denominamos *epistemicídio* (Santos, 2007 & Carneiro, 2005). *Episteme* nos remete à ideia de conhecimento ou estudo do conhecimento. Por sua vez, *cídio*

exprime a ideia de morte ou extermínio. Logo, epistemicídio pode ser entendido como assassinato do conhecimento de algo. Mas que algo seria esse que está sujeito ao epistemicídio?

Pode-se pensar que aqueles/as que apresentavam modos de ser, costumes e fenótipos diferentes daqueles partilhados pelos europeus estariam sujeitos ao epistemicídio, uma vez que:

Eliminaram-se povos estranhos, porque tinham formas de conhecimento estranho, porque eram sustentados por práticas sociais e povos estranhos. O epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio, porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar e marginalizar (Santos, 1996, p. 104).

E, assim, ensinaram-nos que esses grupos não seriam conhecedores, detentores de saberes, aliás os saberes e conhecimento destes fugiam aos domínios, compreensões e doutrinas dos colonizadores, logo aprendemos a rechaçar, negligenciar e invisibilizar estes conhecimentos. Nesse sentido, segundo Santos (1996), o conhecimento tanto não está equitativamente distribuído numa sociedade quanto algumas de suas nuances e proposições são vetadas e sequer chegam a ser contempladas, dados os sujeitos que protagonizam tais construções.

Assim, percebe-se que, ao mesmo passo em que existe a contestação do cânone e das máximas aplicáveis a quaisquer circunstâncias, há ainda a exaltação de um saber cientificista e pretensamente neutro em detrimento dos saberes do senso comum, da literatura, das poesias, dos saberes populares etc. Isso, porque as diferenças atravessam as chances de serem determinados conhecimentos referendados (Santos, 1996).

Se, no mito de Narciso, este acha feio o que não é espelho, a ciência também elege como corrompido e a-científico o que não é espelho. Exemplo disso: a branquitude aciona e constrói diferentes saberes para justificar esse processo de colonização. Sendo assim, o genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio. Segundo **Carneiro** (2005), no caso dos/as negros/as, o epistemicídio atua como um conjunto de práticas educacionais desfavorecedoras e constrangimentos sociais cotidianos, visando obstar a trajetória do sujeito negro como sujeito de conhecimento. Impossibilitando esse papel, trava-se um processo social de emancipação do sujeito e de seu grupo.

Infelizmente, invisibilizar e anular essas vozes, bem como esses conhecimentos, fazem parte de um conjunto de estratégias que **essencializa** os saberes numa única voz, isto é, na voz da branquitude e, conseqüentemente, na maioria das vezes, do *homem* branco. Favorecendo, assim, a produção e a reiteração de que negros/as são, por natureza, não muito

humanos e, portanto, não suficientemente dotados de racionalidade, capazes de produzir conhecimento e, sobretudo, ciência.

Pode-se pensar em *epistemicídio* a partir do momento em que um grupo elege apenas um único conhecimento científico e negligencia outros saberes, retirando, assim, suas validades e potencialidades. Santos (2007) denomina esse processo de *monocultura do saber e do rigor*, o qual se baseia na negação de outras formas de se produzir conhecimento (epistemicídio).

Nessa perspectiva, apagam-se inúmeras histórias, vozes e lutas, uma vez que naturaliza a ideia de que a cultura teria um sentido, uma direção e uma dinâmica, ou seja, parte do pressuposto que esse processo foi construído linearmente e de forma pacífica, no entanto, a violência e a exploração foram o meio e o fim para manter o sistema colonial, em outras palavras, a violência se torna chave analítica na elaboração de suas argumentações acerca do colonialismo e epistemicídio. **Não existe um sistema colonial que não seja violento e que tenha as suas relações coloniais mediadas, principalmente, pela violência do colono.**

Entretanto, mesmo que o colonizado se manifestasse, por exemplo, e o colono lhe aconselhasse com coronhadas, chibatadas e inúmeras formas de tortura e violência, cabe apontarmos que, também, houveram resistências e inúmeras lutas do povo negro frente ao processo de colonização, porém essa parte da história passa a ser negligenciada e silenciada, naturalizando, novamente, a ideia de que a população negra corresponderia a uma população pacífica, domesticada e submissa.

Com isso, passa-se a construir saberes objetivando a seguinte questão: para entender melhor esse “*Outro*”, é necessário estudarmos os colonizados, todavia os colonizadores – e aqui podemos pensar no saber psicológico – assumem essa tarefa, logo falam desse outro, constroem realidades frente a esses outros, mas sob moldes e respaldados no que o pensamento colonialista acredita como sendo o conhecimento verdadeiro, pautado, assim, no modelo de saber científico moderno.

Essa construção favorece a ideia de que colonizados seriam indivíduos inferiores e, conseqüentemente, demandariam representantes para falarem de si.

O escravo é assim, por excelência, um estrangeiro, não enquanto membro de uma outra comunidade da qual proveio, mas enquanto permanentemente alheio à comunidade que o escravizou. É alguém que deve ser mantido na sua condição de estranheza. É um outro. E é um outro que não pode ter lealdades próprias, mas apenas lealdades mediadas pelo senhor (Cunha, 2012, p. 21).

Fanon (2008) afirma que o processo de inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. Sendo assim, precisamos ter coragem de dizer:

É o racista que cria o inferiorizado.

Um branco nas colônias nunca se sentiu inferior ao que quer que seja. O colonizador, se bem que “em minoria”, não se sente inferiorizado. Há, na Martinica, duzentos brancos que se julgam superiores a trezentos mil elementos de cor. Na África do Sul, devem existir dois milhões de brancos para, aproximadamente, treze milhões de nativos, e nunca passou pela cabeça de nenhum nativo sentir-se superior a um branco minoritário (**Fanon**, 2008, p. 90).

Sendo assim, pode-se observar que o branco obedece a um complexo de autoridade, isto é, um complexo de chefia, enquanto a negritude exerce o papel de submissão e a um complexo de dependência.

Portanto, ser branco ou negro não corresponderia a uma construção inata, e, sim, a um lugar social e simbólico, a um modo de ser e estar na sociedade e de se relacionar com outros membros. Haja vista que o corpo negro se caracterizará por aquele corpo portador do mal, ou seja, a partir da produção discursiva e das práticas sociais, os corpos negros serão os corpos anormais, os não-seres e, conseqüentemente, os corpos da desrazão. Em oposição, os corpos brancos representarão os mais elevados atributos humanos.

No imaginário construído pelos europeus sobre o continente africano, bem como sobre o africano, corresponderá à imagem do nojo, do medo e do horror, possibilitando, assim, a construção da ideia de que naquele continente haveriam “monstros” e não pessoas, posto que a construção desse Outro se encontra respaldada na noção de ameaça, perigo de animalidade, e, para que esse monstro torne-se “humano”, é necessário a admissão do outro na plena humanidade para que, assim, esse monstro seja inteligível.

Essa ideia que se encontrava presente no processo de inteligibilidade no século XVIII e XIX permanece permeando o imaginário social, haja vista que ainda o saber científico trabalha com a ideia de uma “incompletude humana”, no entanto, aqui, penso que essa ideia não se encontra “escancarada” como antigamente, mas, sim, encontra-se permeada no saber científico, de modo velado e sutil, mas, ainda assim, produzindo inúmeros efeitos, bem como interdições e reconstruindo a representação de que a população negra seria a manifestação de incompletude

humana, logo “não-ser” apto para ser corrigido ou exterminado, posto que o negro, para o branco, significa sujeira e perigo (Carneiro, 2005).

Assim sendo, a violência do processo colonial permanece e se faz presente na atualidade, posto que se encontra enraizada no comportamento cotidiano do colonizador a respeito do colonizado. Este é esvaziado de qualquer substância e potencialidade, assim como fora no seu passado.

Encontramo-nos inseridos numa realidade estruturada e arquitetada visando à manutenção do poder e domínio colonizador-para-com-colonizado, haja vista que o regime colonial se apresenta como eterno. Segundo Mbembe (2014), a violência colonial é, na realidade, uma rede ponto de encontro de violências múltiplas, diversas, reiteradas, cumulativas vividas tanto no plano mental como no dos músculos e sangue.

Exemplo dessa manutenção: temos a relação proposta por Fanon (1968) entre medicina (tratar) e colonialismo (ferir), ou seja, pode-se observar que, nessa relação, há um corpo que se encontra sujo, nu, algemado, negligenciado, golpeado, deportado, maltratado, sujeito a uma existência externa e, conseqüentemente, condenado à morte. Todavia, esse mesmo corpo é educado, alimentado e remunerado. Ou seja, se, na lógica colonial, os corpos negros eram sujeitos aos tratamentos, mas também vítimas da desconfiguração, na atualidade, pode-se perceber essa mesma lógica. Ora, a imagem representada e calçada na ideia de vulnerabilidade, piedade e abjeção, outrora de “valorização” frente o que esse corpo pode proporcionar ao desenvolvimento humano, como, por exemplo, na dança, cultura, sexo etc.

Nessa perspectiva, apoio-me nesse longo percurso histórico para sustentar tal afirmação de que nos encontramos inseridos em um contexto de *guerra declarada*, mas o alvo de ataques, na maioria das vezes, não aparece e se encontra invisibilizado. Atacam-se corpos negros, corpos indígenas, corpos LGBTTI, dentre outros corpos abjetos. Entretanto, esse ataque não é visto e compreendido como sendo um ataque. Sendo assim, em planos estruturais, não há empatia, ou seja, não podemos afirmar que há empatia frente a esses corpos, uma vez que os sofrimentos e os gritos exclamados por essa população só suscitará mais repugnância e ódio, ou seja, é uma guerra declarada e contra as “raças inferiores”.

Se a cada 20 horas uma pessoa LGBTTI⁶ é assassinada no Brasil, se a cada 23 minutos um jovem negro no Brasil é assassinado⁷, se a pobreza e desigualdade social têm cor e classe, e, conseqüentemente, se, nos estudos científicos acerca da intersecção raça, gênero e comportamento suicida, predomina o silêncio, essas realidades não são meros acidentes ou falta de empatia e cuidado. Pelo contrário. A manutenção estrutural de uma sociedade pautada e enviesada pelo sistema colonial só se estrutura se houver apagamentos, exclusões, torturas e genocídio.

Sendo assim, essa realidade não é um problema da população negra, por exemplo, haja vista que foi o colono quem fez e continua a fazer o colonizado. A partir dessa construção, os meus antepassados se tornaram animais, coisas e objetos e, em consequência, essa coisa passou a ser massacrada, ferindo constantemente sua humanidade. Mas, assim como outros processos históricos, os saberes científicos, dentre outros dispositivos de poder, articulam-se e se posicionam de modo contrário a esse fato, ou seja, nega-se essa realidade e, conseqüentemente, atribuem ao Outro/estranho essa realidade.

No entanto, se esse problema é da negritude, por exemplo, por que a branquitude não nos escuta? Por que nossas vozes são apagadas e nossas histórias de resistências de luta e de guerra são invisibilizadas a todo custo? Talvez seja porque, na colônia, ou seja, na estruturação social da qual encontramos-nos inseridos/as, não é permitido ao colonizado falar de si, aliás só podemos falar de nós com autorização do colono, caso contrário falarão, talvez, apenas para os iguais, e, assim, constroem-se *modos de subjetivações sombrias*, isto é, corpos que não existem e, se existem, permanecem na sombra.

Ver não é a mesma coisa que olhar. Podemos olhar sem ver. E não é certo que aquilo que vemos seja efetivamente aquilo que é. Olhar e ver têm em comum solicitar este juízo, encerrar aquilo que vemos ou aquilo que não vemos em inextricáveis redes de sentido, as malhas de uma história (Mbembe, 2014, p.193).

⁶ Segundo Homofobiamata.wordpress.com 2017 é o ano com o maior número de assassinatos da população LGBT desde o início da pesquisa, há 37 anos, a cada 20 horas um LGBT morreu de forma violenta por motivação homotransfóbica no Brasil.

⁷ Segundo o Mapa da Violência realizado desde 1998 pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz a partir de dados oficiais do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde. O último Mapa é de 2014 e contabiliza os homicídios de 2012: cerca de 30 mil jovens de 15 a 29 anos são assassinados por ano no Brasil, e 77% são negros (soma de pretos e pardos). E de acordo com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado todo ano, 23.100 jovens negros de 15 a 29 anos são assassinados. São 63 por dia. Um a cada 23 minutos.

Continua **Mbembe** (2014) que o poder na colônia consiste, portanto, no poder de ver ou de não ver, de ser indiferente, de tornar invisível aquilo que não podemos ver, ou seja, o olhar colonial, além de produzir a objetificação dos corpos abjetos (negros), também tem a função de produzir o véu que esconde como foi e como decorreu o processo colonial.

Nesse sentido, a partir da expressão “o mundo é tal como vemos”, pode-se afirmar que o que enxergamos é elencado e arquitetado pela colônia, ou seja, é esta quem decide o que é visível e o que deve ficar invisível. A raça só convém existir quando a branquitude requer e deseja que exista, caso contrário, não a veem e, conseqüentemente, não existe raça. Com efeito, dessa relação de poder, escolhe quem não pode existir ou falar de si.

2.1. Espelho, espelho meu: Eu sou a norma, a regra, o mundo, a vida... A identidade branca enquanto uma quimera que deu certo

Pontuar que a identidade branca corresponde a uma quimera que deu certo é afirmar que, a partir de uma ilusão, foi possível construir e hierarquizar povos, saberes e identidades raciais, em que um grupo racializado corresponderia à humanidade e os demais grupos corresponderiam aos grupos sub-humanos. Nesse sentido, acreditamos ser de suma importância compreendermos que as culturas nacionais e as identidades brancas e não brancas têm sido, historicamente, criadas, recriadas, significadas e redefinidas através das trocas circulares de símbolos, ideias e populações entre a África, a Europa e as Américas.

Assim como os estudos de gênero a partir das décadas de 1970 e 1980 também passariam a ser um “problema do homem”, ou seja, com os estudos sobre heteronormatividade e heterossexualidade compulsória, a heterossexualidade começa a ser questionada e problematizada. O mesmo ocorre com o conceito de branquitude, pois esse fenômeno também passa a ser questionado, indagado e problematizado a partir da década de 1990 com os estudos sobre o processo de branquitude, isto é, pode-se afirmar que certas identidades, que, até então, eram consideradas margens, passam a denunciar modelos hegemônicos a partir de análises críticas e denunciativas.

Haja vista que, até a década de 1990, os estudos sobre questões étnico-raciais estavam pautados sobre a perspectiva do negro, o que ocasionou na construção e, conseqüentemente, reforçou a ideia de que o problema racial dizia respeito à população negra, bem como a brancura passaria a ser uma identidade normalizada e natural, isto é, inquestionável, afinal ser branco passaria a ser o padrão hegemônico, logo a **quimera que deu certo**.

De acordo com Schucman (2014), **W. E. B. Du Bois**, com o livro *Darkwater* (1920) e, mais especificamente, o ensaio “The souls of White folk” (“As almas do povo branco”), foi responsável por um dos primeiros trabalhos sobre estudos raciais cujo objeto de estudo não diz respeito à população negra, ou seja, o negro estudado pelo branco, mas, sim, a população branca se torna objeto de estudo sob o olhar do negro.

Sendo assim, a partir desse texto, afirma a autora, passa a ser possível pensar sobre brancos e branquitude como parte das relações raciais, em que as desigualdades de oportunidades e de direitos da população negra estariam diretamente relacionadas à vantagem e identidade racial do branco. Todavia, dialogar sobre branqueamento, no Brasil, ainda é considerado como um problema das pessoas negras, isto é, a partir do descontentamento e de

sua não aceitação, as pessoas negras passariam, então, a se identificar como brancos miscigenados, para, assim, tornar-se ou se aproximar das características da Branquitude.

Nesse contexto, pessoas brancas raramente aparecem nas discussões acerca do processo de branqueamento, haja vista que essas pessoas não precisam se questionar e se indagar sobre sua racialidade, posto que são tomadas como modelo universal de humanidade e, conseqüentemente, o modelo padrão de beleza, intelectualidade e moralidade. No entanto, pode-se afirmar que o branqueamento foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema da população negra brasileira (**Bento**, 2012). Assim, fortalece a ideia e a naturalização da supremacia branca, em contrapartida, passa-se a construir, no imaginário social, a negatividade frente à figura da população negra, favorecendo o adoecimento, negação e aniquilamento da identidade racial.

Diante desse contexto, questiono-me: caberia, então, afirmar que todo processo de desigualdade social e racial corresponderia, exclusivamente e unicamente, à população negra? Por que temos apenas o silêncio da branquitude frente às desigualdades vivenciadas por uma população que se encontra nos piores índices sociais, que se encontra encarcerada em massa e que se encontra nos piores postos e cargos de trabalho? Por que, para combater as desigualdades sociais e raciais, a branquitude se omite e se silencia?

Não sou branco, mas acredito que, realmente, não deva ser fácil e, talvez, aceitável ter que lidar com “pessoas” que, há 129 anos, encontravam-se exercendo um único papel: “servir a branquitude”; se questionassem, o chicote descia sem piedade; e, agora, ter que lidar com “essas pessoas”, questionando e reivindicando espaços e lugares que, até então, eram ocupados e frequentados pelos seus semelhantes (pessoas brancas). Talvez, não seja tão prazeroso. Entretanto, assim como afirma Foucault (2014), onde há poder, há resistência, isto é, mesmo havendo práticas instituídas que objetivavam silenciar a população negra, esta resistiu e persiste, ainda, nos dias de hoje.

Sendo assim, quando falamos em desigualdades raciais, o foco da discussão é a população negra e, conseqüentemente, há um silêncio sobre a branquitude. Entretanto, esse silêncio não é por acaso. **Bento** (2012) afirma que o que parece interferir, nesse processo, é uma espécie de pacto narcísico, isto é, um acordo tático entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil.

Nesse sentido, não raro, observamos a branquitude reconhecer o racismo enquanto um problema de desigualdades raciais, todavia não associam essas desigualdades raciais à discriminação, ou seja, não associam que a branquitude faz parte, produz e reproduz essa desigualdade racial. Desse modo, há desigualdade racial? Sim, mas isso tem alguma coisa a ver com a branquitude?

Para a branquitude, não, posto que a população negra foi escrava, ocupa os lugares mais baixos em níveis educacionais, de moradia etc., contudo, a retomada do passado (escravidão), bem como o presente (condição atual da população negra), é entendida pela branquitude como, simplesmente, algo da população negra, logo seria o mesmo que dizer que as pessoas brancas não estiveram no processo da escravatura, bem como no presente momento histórico.

De acordo com **Bento** (2012), evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio, entretanto você, leitor ou leitora, pode-se perguntar: “Qual é o privilégio de uma pessoa branca, em situação de pobreza, tem em relação a uma pessoa negra?”. Falar em privilégio é falar, também, de privilégios simbólicos e materiais. Nesse sentido, a pessoa branca, mesmo se encontrando em situação de pobreza, possui o privilégio simbólico da branquitude (fenótipo), o que não é pouca coisa. Sua autoestima não será questionada, seu corpo não carregará marcas, a bala da polícia militar (PM), provavelmente, não a atingirá pelo simples fato de ser negro/a.

Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros, encontram um déficit muito menor em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho (**Bento**, 2012, p. 27).

Nesse sentido, a pobreza e desigualdade, no Brasil, têm cor, e essa cor é negra, ou seja, abordar a questão racial apenas com viés de classe é negar que esse País foi construído e estruturado, durante quatro séculos, com as mãos e sangue de uma população que foi massacrada, assassinada e violentada e que, ainda, permanece sendo violentada por diferentes instituições de poderes, e essa população tem cor, e essa cor é negra.

O silêncio e cegueira dessa realidade também podem ser entendidos e compreendidos como um privilégio, aliás a branquitude não discute e, conseqüentemente, silencia-se frente ao legado da escravidão no Brasil, no entanto, quando se encontra em situação de “perigo”, isto é, quando passa a ser questionado por pessoas negras, o que geralmente acontece? Acionam a escravidão para justificar a realidade atual, ou seja, o negro não aprende,

porque ele não quer, porque ele não se esforça e assim por diante. Consequentemente, permanecer em silêncio ou acionar esse legado em momentos de questionamento permite e corrobora, novamente, para a ideologia de que problema racial não é um problema de todos, e, sim, um problema da negritude.

Além disso, **Bento** (2012) afirma que essa cegueira permite que as pessoas brancas não prestem contas, não compensem e, muito menos, não indenizem a população negra, posto que o que está em jogo são interesses econômicos, políticos e de poder.

Passa a ser possível afirmar que o **silêncio**, bem como a cegueira, favorece, protege e mantém os interesses daqueles e daquelas que estão no topo, isto é, “a imagem que temos de nós próprios encontra-se vinculada à imagem que temos do nosso grupo, o que nos induz a defendermos os seus valores. Assim, protegemos o “nosso grupo” e excluimos aqueles que não pertencem a ele” (**Bento**, 2012, p. 29).

Dessa forma, essa exclusão passa a ser compreendida como descompromisso político com o sofrimento de outro, de modo que esse problema não pertence a mim – e ao meu grupo – e, sim, ao outro – abjeto, estranho, diferente. Essa exclusão produz inúmeras consequências, tal como a desvalorização da humanidade, ou seja, a desvalorização do outro como pessoa, visto que essas pessoas passariam a ser consideradas como indignas, sem valor, inadequadas etc. Assim, não há problema que essas vidas sejam prejudicadas e exploradas, aliás, no imaginário desse grupo, nem vida são, e, sim, protótipos de vida, justificando, assim, o genocídio, bem como inúmeras discriminações.

Observa-se, neste cenário, uma relação dialógica: por um lado, a estigmatização de um grupo como perdedor, e a omissão diante da violência que o atinge; por outro, um silêncio suspeito em torno do grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia, concreta ou simbolicamente (**Bento**, 2012, p. 30).

Ainda segundo **Bento** (2012), o silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais, no Brasil, têm um forte componente narcísico de autopreservação, haja vista que vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana, ou seja, quando digo “feche os olhos e imagine uma família, uma criança, universitários/as, médicos/as”, pode-se dizer que, na maioria das vezes, imaginamos pessoas brancas, posto que todos os meios de comunicação social brasileiros usam quase que exclusivamente o modelo branco para representar o cotidiano, consequentemente, o modelo que tomamos e assumimos como belo e padrão passa a ser a branquitude.

O mesmo pode-se dizer sobre os saberes científicos, posto que o olhar do europeu fez com que transformasse os nãos europeus em um diferente e, muitas vezes, ameaçadores, logo este outro passou a ser construído para ser sinônimo de perigo e ameaça. **Fanon** (2008) afirma que o preto é o mal, posto que seu corpo é negro, sua alma é negra, o negro é o símbolo do mal e do feio.

Cotidianamente, a branquitude coloca em ação essa lógica, bem como a produção do medo frente a essa “população”. Nesse sentido, segundo **Bento** (2012, p. 39), uma boa maneira de se compreender melhor a branquitude e o processo de branqueamento é “entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios”. Desse modo, não é por acaso que os estudos se refiram à problemática racial brasileira como um problema da população negra. Não é por acaso a negação frente à construção social acerca da inferioridade negra, isto é, apoiada na ideia de que essa população seria feia, maléfica, incompetente, amoral e pervertida.

Não é por acaso o silenciamento dos estudos sobre o branco, ou seja, não é coincidência não abordar a herança branca da escravidão, bem como a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégio, essas, dentre outras questões, são e foram arquitetadas propositalmente. Não é “falta de atenção” que mesmo os/as pesquisadores/as mais progressistas não percebem que seu grupo racial foi e é progenitor das inúmeras desigualdades raciais no contexto brasileiro. Não é por acaso a referência apenas a problemas do Outro, o negro, considerado diferente em contraposição ao humano universal, isto é, o branco.

Esse daltonismo caracteriza e se encontra presente na construção de inúmeros saberes, dentre eles, o campo da Psicologia que, por anos, deixou de problematizar e produzir verdadeiramente uma luta antirracista. Haja vista que a racialidade das pessoas brancas é vivida de modo concêntrico, isto é, tudo gira em torno do olhar do branco. Nesse sentido, ser branco é não ter de pensar sobre as questões raciais, é não ter a preocupação de que irá conseguir voltar para sua residência vivo ou dentro de um caixão e de ser cotidianamente violentado pelo simples fato de *ser negro*, ou seja, o significado de ser branco é, basicamente, a possibilidade de escolher entre querer ser “empático” às questões raciais ou ignorá-las, bem como ignorar a sua própria branquitude, haja vista que ser branco possibilita nomear ou não se nomear como branco, afinal o mundo não seria branco?

Neste sentido, é compreensível o silêncio e o medo, uma vez que a escravidão envolveu apropriação indébita concreta e simbólica, violação institucionalizada de direitos durante quase 400 dos 500 anos que tem o país. Assim, a sociedade empreendeu ações concretas para apagar essa “mancha negra da história”, como fez Rui Barbosa, que

queimou importante documentação sobre esse período. Essa herança silenciada grita na subjetividade contemporânea dos brasileiros, em particular dos brancos, beneficiários simbólicos ou concretos dessa realidade (**Bento**, 2012, p. 46).

Todavia, mesmo que tentem incendiar e apagar o passado, este ainda se encontra presente e (re)xiste, pois o silêncio não pode apagar o passado. Tentaram extinguir progressivamente a população negra de diferentes formas e maneiras, seja pela ideologia do branqueamento, seja pelas práticas genocidas do Estado Brasileiro, entretanto, (re)xistimos e persistimos.

Se, na década de 1930, havia a expectativa de que o Brasil tornar-se-ia um país branco com o cruzamento de raças, essa visão não se concretizou, haja vista que os dados do IBGE (2016) demonstram que 54% da população brasileira⁸ é negra. No entanto, essa ideologia presente desde o início do período colonial produziu inúmeros efeitos que persistem ainda nos dias de hoje. Se, no período colonial, o cruzamento racial foi a saída encontrada pela elite branca para resolver os diferentes problemas que a afligiam, atualmente, um dos efeitos dessa ideologia é a que se entende por “processo de branquear”. Como afirma Santos (1983), o sujeito está associado ao negro, assim sendo, as pessoas negras acreditaram no conto, no mito e passaram a se ver com os olhos e falar a linguagem do dominador. E, por conseguinte, é necessário fugir e se limpar de qualquer aspecto que remeta ou possa lembrar a negritude, como se pode observar neste seguinte trecho:

Minha avó não gostava de negro. Dizia que crioulo, sobretudo o negro, não prestava, se você ver confusão, saiba que é o negro que está fazendo, se ver um negro correr é ladrão. Você tem que casar com um branco pra limpar o útero (Luíza) (**Santos**, 1983, p. 32).

Desse modo, há produção de corpos negros que se odeiam, desprezam-se e que, automaticamente, possuem vergonha por, simplesmente, serem negros, tornando-se um corpo perseguido, odiado, visto como foco permanente de ameaça de morte e dor. As sequelas produzidas e derivadas desse contexto são produto de um grupo social, isto é, da branquitude, e, portanto, essa relação persecutória com o corpo, bem como a negação desse corpo, pode apontar diferentes desfechos deste que chamamos por “processo de embranquecimento”, tal como a própria tentativa de eliminação, isto é, a consumação do suicídio.

⁸ Mais da metade da população brasileira (54%) é de pretos ou pardos – grupos agregados na definição de negros –, sendo que, a cada dez pessoas, três são mulheres negras (IBGE, 2016).

Nessa perspectiva, se realizarmos uma análise contrária e nos indagarmos “o que significa ser branco? Quais os impactos que isso tem na minha vida? E o que significa ser branco num mundo dos brancos?”, talvez não tenhamos respostas de antemão, uma vez que não são cabíveis, isto é, são imagináveis, pois a branquitude não precisa questionar sobre sua condição racial e, raramente, tornou-se objeto de questionamento. Sendo assim, a pessoa branca é simplesmente a pessoa – acrescentando, assim, as inúmeras identidades: mãe, filha, educadora etc. –, diferente da pessoa negra que, automaticamente, passa a ganhar um sobrenome: negro.

Consequentemente, essa realidade também estará presente no campo científico. Piza (2012) afirma que os estudos sobre a negritude são antigos, no entanto, os estudos sobre as relações étnico-raciais, no Brasil, são recentes, datados a partir da década de 1970. Nomes como Nelson do Valle Silva, Fúlvia Rosenberg & Carlos Hasenbalg, dentre outros, passaram a realizar trabalhos comparativos entre a população branca e negra, estabelecendo a diferença que já não pode ser lida apenas em termos de preconceito, mas, sim, “como prejuízos econômicos, sociais que resultam da discriminação de negros nos processos de mobilidade social e progresso socioeconômico” (Piza, 2012, p. 65).

Esses e outros autores foram de suma importância para os estudos acerca das relações raciais, haja vista que, nas décadas anteriores, tanto nos estudos estrangeiros como em estudos brasileiros, o objetivo principal passaria a ser a questão da identidade racial, o problema social da população negra, sendo assim, a branquitude se eximia enquanto uma identidade racial e, consequentemente, atribuíam-se apenas ao problema da população negra, impactando ferozmente na subjetividade da população negra. Através de análises e estudos sobre branqueamento, por exemplo, reverberaram inúmeros efeitos, dentre eles, impacto na subjetividade dessa população, ocasionando sofrimento psíquico e alimentando o sentimento de não pertencimento.

Sufrimento, porque a população negra seria o problema, o engodo social, o estorvo social. Ser negro estaria, automaticamente, associado e analisado à inferioridade, às piores coisas que se pode imaginar e denominar. Desse modo, você também não desejaria estar ou nascer em outro corpo? Um corpo que, socialmente, passa a ser vendido como belo, limpo, educado e inteligente? Eu, algumas vezes, desejei.

Novamente, ao longo da história dos estudos acerca das relações étnico-raciais no Brasil, verifica-se que “muito” se sabe sobre o negro – na visão e no olhar do Branco-para-com-negro –, mas, em nenhum momento, nomeia-se aquele que, nessa relação, assume o papel de opressor: o branco.

O branqueamento, como resultado de teorias e práticas racistas, interfere em quase toda a produção sobre identidade racial, excetuando-se os estudos mais recentes, que evidenciaram uma “consciência” racial como muito precoce e conflituada, mas nunca negada, entre indivíduos negros entrevistados. Destacam-se as pesquisas de Souza (1983), Teixeira (1992) & Oliveira (1992), nas quais esta consciência e seus conflitos são expostos de maneira muito evidente pelos depoentes, sejam eles trabalhadores de idades variadas, jovens estudantes militantes ou não (Piza, 2012, p. 67).

Portanto, ser branco e ocupar o lugar simbólico de branquitude não é algo prontificado biologicamente, isto é, estabelecido por questões genéticas, posto que branquitude se encontra relacionada à relação de poder, posições e lugares sociais que as pessoas ocupam dentro de um contexto social, político, econômico e cultural. Sendo assim, segundo a referida autora, ser branco tem diferentes significados compartilhados culturalmente em diferentes lugares. A título de exemplo, ser branco no Brasil difere do que se entende por ser branco nos Estados Unidos, África ou na Europa, por exemplo. Ser branco, no Brasil, estaria estritamente relacionado à aparência, ao status social e ao fenótipo referente aos traços físicos e estéticos (Schucman, 2014).

Ser branco exige pele clara, feições europeias, cabelo liso, ser branco no Brasil é uma função social e implica desempenhar um papel que carrega em si uma certa autoridade ou respeito automático, permitindo trânsito, eliminando barreiras. Ser branco não exclui ter sangue negro (Sovik, 2004 p. 366, citado por Schucman, 2014, p. 56).

Além dessas características, ser branco, no Brasil, possibilita a transitoriedade e o acesso a todos ambientes sem que haja qualquer questionamento, possibilita, assim, que você não seja interrogado/a, abordado/a ou enquadrado/a por policiais militares simplesmente por conta da sua cor de pele ou por estar andando como qualquer outra pessoa. Possibilita-te não ter que guardar todos os comprovantes de compra para assegurar que você comprou determinado produto, e não os furtou.

Poderíamos listar uma série de possibilidades e características referentes à posição que ser branco possui no contexto brasileiro, afinal ser branco, no Brasil, corresponde, automaticamente, ao direito de humanidade, isto é, direito de ser reconhecido em sua plenitude, direito de ter voz mesmo que essa pessoa se encontre nas piores situações e condições sociais. Nesse sentido, ser branco diz respeito aos acessos e aos recursos materiais e simbólicos gerados, inicialmente, pelo colonialismo e pelo imperialismo e que se mantiveram presentes até os dias de hoje (Schucman, 2014).

Desse modo, branquitude se encontra relacionada à hierarquização e à materialização das relações de poder, ou seja, a partir das relações de poder, torna-se possível a materialização e a produção de efeitos a respeito da branquitude. Assim como pontua Foucault (1979), o poder não se encontra localizado, unicamente, em uma instituição, pelo contrário, o poder reprime e se encontra diluído e ramificado socialmente, mas também produz efeitos de saber e verdade. Se há leis que operam, haverá também os que a determinam e os que devem obediência, com isso, o poder institui saberes e realidades, produzindo a institucionalização de verdades, bem como a naturalização destas.

Uma delas diz respeito à racialização das pessoas brancas, isto é, torna-se natural e inquestionável a condição de ser branco, conseqüentemente, criam-se dispositivos para manutenção dessa realidade, favorecendo que pessoas brancas usufruam de privilégios, bem como exercendo poder sobre os demais corpos. O poder pode ser entendido como o sistema de diferenciação proposta na análise das relações de poder por Foucault (1995), posto que o sistema de diferenciação é que permite agir sobre a ação dos outros.

Diferenças jurídicas ou tradicionais de estatuto e de privilégio; diferenças econômicas na apropriação das riquezas e dos bens; diferenças de lugar nos processos de produção; diferenças linguísticas ou culturais; diferenças na habilidade e nas competências etc. Toda relação de poder opera diferenciações que são, para ela, ao mesmo tempo condições e efeitos (Foucault, 1995, p. 246).

Nessa lógica de operacionalidade, a branquitude passa a ocupar lugares estratégicos de poder, com isso, esse princípio se encontra relacionado à ideia de circularidade e transitoriedade, ou seja, o poder não se encontra em cada pessoa particular, e, sim, nas estruturas de poder sociais com particularidades de cada sociedade e cultura.

Contudo, segundo Frankenberg (2004 citado por Schucman, 2014), a identidade racial branca não é invisível, ou seja, não se refere a uma realidade não visível, e, sim, a uma realidade vista por uns e não por outro. Dependendo dos interesses, a identidade racial branca é anunciada e, assim, torna-se visível. Por exemplo, com as ações afirmativas, cujo objetivo passaria a ser a reparação frente às desigualdades acumuladas durante o processo histórico, possibilitando, assim, a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como a possibilidade do acesso ao ensino superior com as cotas raciais.

Nesse momento, verifica-se que a identidade racial se torna visível, ou seja, até o dado momento, a branquitude corresponderia a uma categoria inquestionável e naturalizada, mas, no momento em que a branquitude passa a ser questionada e se verifica a possibilidade de

questionamentos frente aos privilégios, a brancura torna-se visível. Com isso, passa a ser comum observarmos a expressão que diz que cotas raciais favoreceriam a segregação e, conseqüentemente, excluiriam ainda mais as pessoas negras.

No entanto, o que se encontra, em questão, é o fato de que passa a ser construído um contra-movimento de resistência às estruturas de poder em relação à hegemonia da supremacia branca, desestabilizando, portanto, a ideia da naturalização da identidade racial branca.

Sendo assim, a visibilidade e a invisibilidade racial se torna presente em momentos em que pessoas brancas adquirem privilégios por serem simplesmente pessoas brancas, e que, para estas pessoas, não se trata de privilégios, afinal não há problema algum que a ciência passe a ser constituída por uma única voz e por uma única realidade, não é mesmo? É nessa perspectiva que se constroem o que se entende por privilégios e vantagens materiais e simbólicos em relação aos não brancos.

Ser branco, por exemplo, é ser reconhecido automaticamente como belo, ou seja, é ter sua beleza, sua intelectualidade, sua moral, dentre outras características, valorizadas e respeitadas – privilégio simbólico. Ser branco, no contexto brasileiro, é ter maior facilidade à habitação, à saúde, à educação, às oportunidades de emprego, ao direito à vida e às formas de morrer – privilégio material.

As pessoas brancas não reconhecem esses dentre outros inúmeros privilégios, posto que nos encontramos inseridos/as em um contexto ocidental e eurocentrado, produzindo a ideia de que o mundo se baseia em uma única voz e num único padrão cultural, mantendo, assim, uma visão única sobre as formas de viver e ser no mundo.

Assim sendo, *branquitude*, segundo Frankenberg (1995 citado por Piza 2012), diz respeito ao significado que ser branco tem no contexto social racializado, isto é, um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo, uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo. Nesse sentido, para exemplificar tal conceito, basta pensarmos em algumas situações, tais como poder me comportar de modo “revoltado”, vestir roupas rasgadas, bem como usar palavrões sem precisar responder nada a ninguém, e esses atos não serão, automaticamente, relacionados à raça, pobreza ou analfabetismo. Outro exemplo é nunca ser chamado para falar do meu grupo social, aliás somos pessoas e possuímos singularidades, não é mesmo?

Trabalhando com a ideia de privilégio, talvez, um exemplo notório e, de certo modo, recente diz respeito à manchete que rodou nas redes sociais e nas grandes mídias sobre o

“mendigo gato”. Eis que questiono: o que difere esse mendigo dos demais? A cor dos olhos? O tom de sua pele? Pois ele estava na mesma situação que tantos outros, mas que sequer receberam algum olhar de notoriedade, diferente dessa pessoa que destoava do que se entende por mendigo. Nesse sentido, criam-se inúmeros aparatos para que esta pessoa seja retirada dessa condição e re-socializada, afinal ela é uma pessoa, “é um dos nossos”, diferente daquela pessoa suja, negra, com poucos dentes pela qual passamos todos os dias. No entanto, negamos a sua existência.

Pode-se visualizar a mesma *compaixão* e, conseqüentemente, *compreensão* dessas situações a outros grupos raciais, como, por exemplo, ao grupo dos descendentes asiáticos – japoneses, chineses e coreanos. Se estas pessoas erram, a surpresa vem imediatamente, haja vista que, ao longo da história, essas pessoas – não vistas enquanto pessoas singulares e, sim, enquanto uma unidade – seriam superinteligentes, conseqüentemente, errar/falhar não seria comum, mas, caso acontecesse, tudo bem, haveria algum motivo. Diferente de uma pessoa negra realizar qualquer atividade errada: “está vendo tinha que ser negro!” ou “só negros fariam isso mesmo!”.

De acordo com as manchetes policiais: 1) Polícia prende jovens *suspeitos* de fornecer drogas via correio; 2) Estudante universitário é preso com Drogas em bairro de classe média; 3) Rafael Braga⁹, preso por envolvimento com tráfico de entorpecentes, é um perigo para sociedade. O que difere Rafael Braga dos demais exemplos citados? Por que, socialmente, entende-se e se compadecem frente às duas histórias narradas e, no terceiro, o que escutamos é “Lugar de bandido é na cadeia/no cemitério”?

O que difere é o lugar que esses sujeitos se encontram alocados socialmente, sendo assim, o lugar do negro é o lugar enquanto grupo – todos os negros são vagabundos. Retira-se qualquer possibilidade de singularidade destas pessoas e, conseqüentemente, passa a se assumir um lugar de inferioridade em relação ao grupo social que é visualizado em sua individualidade, ou seja, uma pessoa branca é uma unidade representativa apenas de si mesmo.

De acordo com Piza (2012), não se trata, portanto, da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais, para uns, e a neutralidade racial para outros. Assim sendo, naturaliza-se esses lugares, isto é, não se questiona o lugar do branco, posto que corresponderia a um lugar “natural”, já que é ele

⁹ Rafael Braga, único preso das manifestações de junho, em razão do porte de Pinho Sol, foi condenado pelo juiz Ricardo Coronha Pinheiro a 11 anos e três meses de prisão, além do pagamento de R\$1.687. Rafael foi supostamente flagrado na posse de 0,6g de maconha, 9,3g de cocaína e um rojão. Ele nega todas as acusações e afirma que o material foi plantado pelos policiais responsáveis pelo flagrante. Já os depoimentos dos policiais foram a única base para condenação.

o modelo paradigmático de aparência e de condição humana, ou seja, a **quimera** que deu certo.

Nessa perspectiva, ao longo desta sessão, tentamos trabalhar com o processo da construção da supremacia branca, no qual, além de hierarquizar vidas, conhecimentos e lugares sociais, o processo também se caracterizou e se estruturou pela violência. Haja vista que a **violência** é o que estrutura nossas vidas e, conseqüentemente, o mundo em que nos encontramos inseridos/as, pois, segundo **Mombaça** (2017), corpos dissidentes – como corpos negros, corpos não heteros, corpos desobedientes de gênero, corpos femininos e corpos descritos como loucos – foram corpos construídos pela violência e foram colocados no mundo através da violência. Mundo este que é produzido e feito pela violência, que hierarquiza conhecimentos e vidas, histórias.

Portanto, quando trabalhamos com o conceito de **epistemicídio**, é de suma importância localizar esse fenômeno enquanto uma questão temporal, histórica, geográfica, generificada e racializada. Racializada, pois fará com que apenas uma concepção de mundo e sociedade seja legitimada. Portanto, saberes que destoam da racialidade universal (Branquitude) passam a ser desconsiderados, violados e aniquilados.

Esse processo de violência produz inúmeros efeitos, e um deles é, justamente, o que estamos tentando **demarcar** com este trabalho, ou seja, o saber sobre o fenômeno do suicídio se encontra pautado a partir de uma lógica racializada pela estrutura da branquitude e, por conseguinte, universaliza o fenômeno do suicídio sob a ótica dessa estrutura composta por pessoas brancas. Favorecendo para a manutenção de uma única perspectiva de compreensão de tal fenômeno, bem como para a exclusão de diversos fatores que possam compor o fenômeno do suicídio, tais como as questões de racialidades, sexualidades, gênero, classe social, dentre outros fatores.

Nesse sentido, quando pontuamos a necessidade de racializar o conhecimento sobre o comportamento suicida, estamos, também, produzindo um movimento de contraposição e de confronto, pois emerge a possibilidade de que corpos que, historicamente, foram silenciados e apagados possam se tornar corpos visíveis. Quando insistimos em **racializar** a pessoa branca e a produção do conhecimento, estamos performando um pensamento violento, pois eu sei que a racialização a que meu corpo foi submetido é um processo violento, isto é, é um processo inconcebível de nomeações, no entanto, o processo de racialização é fruto e construído sob e no processo de crueldade, brutalidade e hostilidade a determinadas populações (**Mombaça**, 2017).

Todavia, quando também racializo as pessoas brancas, eu permito redistribuir a violência, porque a violência do mundo foi redistribuída de maneira parcial e pontual, logo o processo de demarcação do conhecimento é isso.

Na medida em que a gente racializa o branco, a gente desequilibra o branco. E desequilibrar o branco é fazer ele aprender a se pensar como um problema. (...) O branco tem que aprender o que é que significa ser branco no mundo (**Mombaça, 2017**).

Consequentemente, quando falamos em **desequilibrar** o branco, não estamos trabalhando com a ideia cristã/maniqueísta de que brancos são maus e negros são bons ou qualquer coisa semelhante, contudo entendemos esse processo a partir de uma noção estrutural, isto é, que estrutura o modelo científico, a forma que esses saberes científicos são construídos, produzidos e reproduzidos, como também assimilados. Logo, **desiquilibrar** a branquitude é vislumbrar a tentativa da construção de um cenário científico mais equânime, plural e interseccional.

**Importância de pensarmos o suicídio enquanto um
fenômeno interseccional**

Nas discussões anteriores, trabalhamos com a noção da produção esquematizada e arquetizada do saber científico referente à produção e manutenção da invisibilidade dos corpos negros no contexto científico. Essa produção de invisibilidade gera inúmeros efeitos no contexto de produção de saber, bem como no contexto social, cultural, interpessoal e subjetivo.

Como, por exemplo, no que diz respeito à morte, uma vez que, em nossa sociedade, em geral, a morte é vista como um tabu, isto é, as pessoas não gostam e não querem ouvir falar sobre a morte, com isso, verifica-se um mecanismo de manutenção da vida a qualquer custo.

Não se fala sobre o morrer, e, sim, vende-se a **vida** a todo custo. No que diz respeito à morte voluntária, o problema torna-se maior. Pois, numa sociedade que não quer saber da morte e busca escondê-la a todo custo para impedir que ela aconteça, alguém que deseja ou tenta tirar voluntariamente a própria vida é **demarcada** como uma pessoa “louca” ou qualquer outro adjetivo similar.

Sendo assim, passa-se a construir dispositivos e ferramentas para tentar, minimamente, compreender e desmistificar o fenômeno da morte voluntária. Segundo a literatura especializada, a morte voluntária é um fenômeno de múltiplas determinações e vem aumentando em todo o mundo, exigindo, assim, que várias áreas do conhecimento se dediquem a sua compreensão.

Nesse sentido, conforme a literatura pontua, o suicídio estaria associado a fatores econômicos, políticos, sociais, culturais, psicológicos e biológicos. Assim, não é um problema individual, de exclusividade daquele/a que escolhe se matar, mas é um problema da sociedade e preocupante não só pelos efeitos sobre a pessoa que o comete, mas também pelas consequências psicológicas, sociais e econômicas.

Segundo as estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) feitas para o ano de 2012, a taxa de suicídio foi de 800 mil mortes. O que corresponde a 11,4 por 100 mil habitantes por ano – 15,0 para homens e 8,0 para mulheres (OMS, 2014). Em números absolutos, o Brasil é o oitavo país em número de suicídios. Em 2012, foram registradas 11.821 mortes, sendo 9.198 homens e 2.623 mulheres – taxa de 6,0 para cada grupo de 100 mil habitantes.

Entre 2000 e 2012, houve um aumento de 10,4% na quantidade de mortes – alta de 17,8% entre mulheres e 8,2% entre os homens. O país com mais mortes é a Índia (258 mil óbitos), seguido de China (120,7 mil), Estados Unidos (43 mil), Rússia (31 mil), Japão (29 mil), Coreia do Sul (17 mil) e Paquistão (13 mil) (OMS, 2014).

A cada 40 segundos, uma pessoa comete suicídio. Apenas 28 países do mundo possuem planos estratégicos de prevenção, logo, nesse sentido, entendemos que esse fenômeno requer

nossa atenção, haja vista que se verifica o aumento das taxas de suicídio entre jovens e adolescentes desde a década de 90 do século passado.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012) afirma que os principais fatores associados ao suicídio são tentativas anteriores de suicídio, doenças mentais, principalmente, depressão e abuso/dependência de álcool e drogas, ausência de apoio social, histórico de suicídio na família, forte intenção suicida, eventos estressantes e características sociodemográficas, tais como pobreza, desemprego e baixo nível educacional.

O suicídio causa impacto nos mais vulneráveis das populações mundiais e impõe uma carga maior nos países de baixa e média renda, que são, geralmente, mal equipados para atender às necessidades de saúde geral e saúde mental de suas populações.

De acordo com a OMS (2014), os serviços são escassos e, quando existem, são difíceis de acessar e contam com poucos recursos. O acesso a serviços apropriados, bem como busca de ajuda melhorada são essenciais para a saúde e o bem estar. Desse modo, apresenta-se a necessidade da criação de equipes multiprofissionais e multissetoriais, objetivando responder de forma efetiva, integral e global ao problema do suicídio.

Nessa perspectiva, além de atentarmos para essas questões, acreditamos que a compreensão sobre os processos de colonialidade, epistemicídio, heteronormatividade e branquitude nos ajuda a pensar o fenômeno do suicídio de modo mais plural e interseccionalizado.

A epistemologia presume o direito de julgar, por exemplo, o conhecimento reivindicado por parteiras, as ontologias de povos originários, a prática médica de povos colonizados e, até mesmo, relatos de experiência em primeira pessoa de todos os tipos (Alcoff, 2016). Assim, essa “epistemologia mestre” (Alcoff, 2016) julga todo tipo de conhecimento, hierarquizando, excluindo e invisibilizando demais conhecimentos. Com isso, colidir com essa **epistemologia mestre** nos favorece a entender a produção do conhecimento e, em específico, a produção sobre o fenômeno do suicídio de modo mais integral, reconhecendo que há uma função normativa de epistemologia que diz não apenas à questão de como o conhecimento é produzido, de quem é autorizado a produzir, de como a presunção de credibilidade é distribuída e de como os objetos de investigação são delineados.

Mas, também, possibilita entender a forma como o conhecimento deve ser produzido, a quem deve ser autorizado, à forma como a presunção de credibilidade deve ser distribuída (Alcoff, 2016, p. 133).

Em outras palavras, é, também, reconhecer o fenômeno do suicídio enquanto uma questão de fato multifacetada e composta por diferentes marcadores da diferença, fatores e atravessamentos culturais, econômicos, biológicos, psicológicos etc.

Desse modo, compreender o processos de epistemicídio e colonialidade do saber e do poder nos favorece entender e olhar para os saberes acerca do fenômeno do suicídio como, também, produto desses processos. Isso nos possibilita produzir perguntas e mudanças geográficas da razão, ou seja, por que o suicídio de pessoas LGTBTTIs e LGTBTTIs negras não estão sendo foco dos estudos? Determinada faixa etária está cometendo mais suicídio, mas esta faixa etária se encontra inserida em qual contexto? É atravessada por quais marcadores? De quais identidades estamos falando e queremos falar?

O colonialismo cria e reifica identidades como meio de administrar povos e estabelecer hierarquias entre eles, logo, entendendo esse cenário e produzindo perguntas desestabilizantes, possibilita-nos produzir um conhecimento minimamente excludente e invisibilizante.

Ante esse panorama a respeito da produção da invisibilidade dos corpos negros no contexto científico, bem como sobre a produção de saberes acerca do fenômeno do suicídio, temos, como proposta, compreender e verificar de que modo o saber científico sobre o comportamento suicida tem abordado, em suas análises, as questões de **gênero e raça**, ou seja, essas demarcações estão presentes na literatura especializada?

Interlúdio 03

“Eu não posso ser um/a cientista?”

Telefone está tocando...

Onde está?! (Pergunto) Procuo na bolsa e encontro.

Alô?

É **Elena**.

Começamos a conversar.

Elena me convida para ir até a sua casa para bater um papo e fazer um “lanchinho” (...). Aceito o convite e digo para Elena que, em 20 minutos, estarei em sua casa.

Após lancharmos, pergunto para Elena como estava a faculdade, percebo, em sua feição, que minha pergunta era sinônimo de incômodo e, logo, digo: “não precisa responder” e esboço um sorriso. No entanto, Elena diz que está tudo bem e, então, começa a falar:

Ah, Paulo, você já sabe! São os mesmos problemas de sempre, mas a impressão que tenho é que eles vão se intensificando. Eu não aguento mais ser a única negra naquela sala de aula, de ver professores/as despreparados/as no que diz respeito às questões raciais e de gênero. Poxa vida, nenhum autor ou autora negra na grade curricular. Só homens... homens... Quando vou fazer uma pergunta, eu sou a “brava” ou “lá vem a Elena problematizar”. Por que, quando sinalizo as questões raciais ou de gênero, eu estou problematizando ou fazendo “mimi”? E, quando os críticos e críticas apontam os problemas do sistema de produção, é validado como algo legítimo e crítico? Sabe, Paulo, eu estou saturada e, quando penso que tenho mais três anos, eu não sei se aguento. E, aí, penso: o sistema quer justamente isso, “né”? Que esse espaço não seja ocupado por nós.

Enquanto Elena fala, acabo me lembrando das conversa que tenho com **Bel** e compartilho com Elena:

Pois é isso mesmo (...). Tudo que diz respeito à negritude parece ser pesado, doloroso, ou seja, sinônimo de sofrimento. Sempre me questiono: será que pessoas brancas vivenciam esses problemas? Claro que o fato de estar numa universidade ou em um programa de pós-graduação possibilita a geração de sofrimento e de desconforto, disso não há dúvidas.

Mas os desconfortos, na maioria das vezes, vão girar em torno da escrita, da quantidade de material para ler, enfim, de questões que são importantes e necessárias de serem pensadas, mas, para nós, negros/as, além dessas questões, temos que lidar com uma cobrança interna e externa, provando a todo o momento que merecemos estar naquele espaço, lidar com perguntas: “Você trabalha aqui? Limpa isso pra mim! Você é cotista? (Como se fosse algo pejorativo)” (...).

Enfim, é uma série de violências que vão tornando esse universo aversivo e, cada vez mais, distante, logo não é à toa que estamos adoecendo ou suicidando, mas, afinal, quem chora pela nossa dor?

Em meio a esse diálogo pesado, porém verdadeiro, continuamos a comer e a pensar quando ou se algum dia iremos ter paz. A conclusão é **negativa**. Então, Elena afirma estar cansada de ser sempre aquele corpo resistente que aguenta tudo: “As pessoas falam: podem contar comigo (...), mas, quando eu começo a falar, dizem que não sabem o que falar ou o que fazer. É claro! Esse problema elas não vivenciam, não precisam se esforçar para entenderem a minha realidade, mas eu tenho que entender a realidade delas, não é mesmo?”.

Continua Elena: “Paulo, para você ter uma ideia, um ser iluminado (risos) disse que a minha pesquisa estava bem estruturada, mas que não era digna de ser considerada uma pesquisa científica, porque nada era objetivo, era muito pessoal e subjetivo (...). O meu problema era que eu sempre interpreto a realidade, logo eu deveria achar a rainha

da interpretação (...), mas é aquela coisa, “né”, quando eles falam, é científico, quando nós falamos, não é científico, ou seja, eles têm fatos, nós temos opiniões e experiências, e eles o conhecimento (...). Agora me fala, como sobreviver numa realidade como essa?

Conforme Elena falava, pude ver, em seus olhos, sua fúria, sua indignação, sua revolta e, conseqüentemente, seu desapontamento, afinal, por que tem que ser assim? Infelizmente, Elena não está sozinha, eu não estou sozinho, e, por mais que estejamos juntos nessa realidade, essa realidade favorece para a nossa anulação, apagamento, bem como para intensificação do sentimento de não pertencimento.

Então, a pergunta que mais fazemos é colocada em cheque: **o que fazer?**
Talvez, a resposta seja: tentar sobreviver minimamente a essas violências.

Após essa conversa, tentamos mudar de assunto... Falamos de outras dificuldades, mas também gargalhamos bastante (...), até que vejo a hora no celular e digo: “já está tarde, preciso ir” (...). Despeço-me, e Elena agradece pela conversa, mas, imediatamente, eu digo: “Não precisa agradecer, eu que agradeço pelo Bolo”
(risos).

Após despedirmos, vou caminhando para o terminal rodoviário, pensando nas atividades que teria que fazer, bem como no que havia conversado com Elena. Entre um passo e outro, começo a pensar como o meu corpo e os demais corpos dissidentes **são corpos clandestinos**, logo não é por acaso que Elena se sinta incompreendida, desadaptada e, às vezes, clandestina no espaço acadêmico.

Porém, é na clandestinidade e pela clandestinidade que tentamos e passamos a transgredir, e é pela transgressão que passamos a ver a possibilidade de cura.

**PERCURSOS PARA A CONSTRUÇÃO
METODOLÓGICA**

4.1. Objetivos

Geral:

- Investigar de que modo a literatura científica sobre o suicídio tem abordado este fenômeno em relação a jovens LGBTTIs, e como o marcador de raça é acionado nas discussões sobre jovens LGBTTIs.

Específicos:

- Compreender como a literatura científica aborda os marcadores de sexualidade, gênero e raça na discussão acerca do suicídio de jovens LGBTs;
- Identificar quais aspectos dos marcadores de raça, gênero e sexualidades se tornam mais e menos presentes nessa discussão;
- Discutir os efeitos desses marcadores na construção do conhecimento científico e, em específico, sobre o comportamento suicida;
- Refletir sobre o modo como os discursos científicos se sobrepõem e excluem outras versões existentes sobre a intersecção suicídio, raça, gênero e sexualidades.

4.2. NEGOCIAÇÃO DE SENTIDOS: construindo e coproduzindo o processo investigativo

Apoiando-nos no discurso construcionista social, acreditamos que toda verdade é uma verdade com “v” minúsculo, ou seja, é uma verdade, porque alguma comunidade a legitima como tal, utilizando, para essa definição, parâmetros histórica e culturalmente construídos (Souza, 2014). Sendo assim, apontarmos a existência de Verdades com “V” maiúsculos é o mesmo que afirmar que tais verdades não são passíveis de constatação, haja vista que elas se sustentariam no espaço e no tempo, independente de quem as descreve como tal.

Com isso, toda e qualquer forma de representação, notificação e descrição só passa a ser possível dentro e por meio do discurso. O discurso construcionista social é ontologicamente mudo (Gergen, 1999), isto é, não nos interessa compreender o fenômeno em si, se pessoas negras seriam inferiores ou não, mas saber como as pessoas construíram sentidos sobre essa realidade e quais as ações são possibilitadas a partir desses sentidos, por exemplo, como as pessoas construíram sentidos que produziram os efeitos de inferiorização das pessoas negras, posto que a linguagem é considerada uma prática social, já que diferentes descrições constroem diferentes realidades (Corradi-Webster, 2014).

Além de construtora de realidade e performática, a linguagem também é poder, uma vez que as narrativas sobre determinados fenômenos institucionaliza modos de subjetivação através dos discursos, portanto essa construção também se encontra atravessada por jogos de poderes que são circunscritos a um contexto histórico, cultural, econômico, racial, social e que precisam ser legitimadas pelo meio, isto é, algumas descrições passam a ser mais legitimadas que outras pelos processos sociais, sendo, então, consideradas “verdades”.

Nesse contexto, o saber científico se utiliza de diversos discursos para produzir inteligibilidade sobre as coisas, sendo que, ao redor de um objeto, há uma variedade diferente de discursos e cada um deles nos conta uma história diferente do objeto em questão (Corradi-Webster, 2014). No entanto, essa variedade se encontra invisível ou sobreposta ao discurso hegemônico.

Sendo assim, as experiências e os sentidos sobre as realidades são construídas cotidianamente, logo estas construções derivam de um contexto histórico, cultural, econômico, local e linguístico, e, para melhor compreendermos esse processo, tomamos, como ponto de partida, a perspectiva construcionista social. Posto que pautar-se numa orientação construcionista social e relacional do *fazer pesquisa* nos possibilita a construção de uma

conversa que não se encontra centrada sobre certo ou errado, bom ou ruim, verdadeiro ou falso, evidência ou opinião (Mcnamee, 2014). Em outras palavras, passa a ser uma conversa centrada na investigação reflexiva. Convida-nos a considerar quais comunidades linguísticas estão falando e quais estão silenciadas, ou seja, “nos convida a explorar como somos parte de todos os aspectos do processo de pesquisa (ou de qualquer prática)” (Mcnamee, 2014, p. 114).

Considerando, então, o processo do *fazer pesquisa* enquanto uma *prática social*, passamos a elaborar uma revisão bibliográfica sistemática nos apoiando no método meta-análise/meta-síntese¹⁰, o qual se refere a uma integração interpretativa de resultados qualitativos que são, em si mesmos, a síntese interpretativa de dados, incluindo teoria fundamentada, bem como outras descrições, coerentes e integradas, ou explicações de determinados fenômenos, eventos ou de casos que são as marcas características da pesquisa qualitativa (Souza & Branco, 2013). Tais integrações vão além das somas das partes, uma vez que oferecem uma nova interpretação dos resultados. Acreditamos que a meta-síntese pode contribuir na organização da investigação científica atual, bem como enfatizar pontos a serem esclarecidos, aprofundados ou modificados.

Como procedimento metodológico, optamos pela pesquisa bibliográfica, haja vista que possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando, também, na construção ou na melhor compreensão do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (Gil, 1994). A leitura se apresenta como a principal técnica, pois é através dela que se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado.

Além disso, a pesquisa bibliográfica passa a ser um importante instrumento na produção e na construção do conhecimento, capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, novas formas de visualizações e interpretações que servirão de ponto de partida para novas pesquisas e estudos. Conforme aponta Boccato (2006, p. 266), a pesquisa bibliográfica “busca a compreensão de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas”.

Portanto, a partir das buscas e das leituras dos materiais analisados, passamos a nos indagar: “a partir das normas de quem, a validade é determinada? A quem é concedido o direito de nomear o que é válido ou não?”. Indagar-se sobre essas questões fizeram com enxergássemos

¹⁰ Segundo Sousa e Branco (2013), a palavra meta-síntese teria origem no grego “meta”, que significaria “além de”, “acima de”, e “síntese”, que indicaria “fusão”. Segundo Thorne S; Jensen L (2004 citado por Sousa e Branco 2013), meta-síntese corresponderia a uma metodologia que, através dos resultados de estudos qualitativos, procura descobrir os elementos essenciais e traduzir os resultados primários num produto final, que os transforma num novo conceito, conversando a especificidade dos estudos primários.

o processo dissertativo enquanto um processo de construção relacional, em outras palavras, “nenhuma pesquisa pode ou oferecerá o resultado definitivo. Todo conhecimento é provisório e contestável, conseqüentemente, todas as explicações são locais, históricas e culturalmente específicas” (Mcnamee, 2014, p. 130).

Sendo assim, ao utilizar a investigação construcionista como ferramenta para análise, foi levado em conta, também, o processo ético, o qual vai além das diretrizes, regulamentos e documentos oficiais. Segundo Spink (2004), as posturas construcionistas criam o cenário propício para a discussão da ética a partir de dentro do próprio processo de pesquisa, isto é, configura-se pelo compromisso e aceitação de alguns aspectos que consideramos imprescindíveis, como, por exemplo, pensar a pesquisa como uma prática social e adotar uma postura reflexiva em face do que significa produzir conhecimento.

4.3. Delineando o processo investigativo

No início do desenvolvimento deste trabalho, tínhamos, como interesse, compreender o que a literatura especializada diz sobre a relação comportamento suicida em jovens LGBTTIs negros/as, e como os marcadores de raça são acionados e trabalhados nos respectivos materiais. Para isso, passamos a realizar buscas em bancos de dados *online*: Scielo (A Scientific Electronic Library Online), Portal da Capes, Bancos de Teses e Biblioteca Virtual da Saúde – BVS. Utilizamos as seguintes combinações de palavras-chave: suicídio e gênero; suicídio e LGBT; suicídio e gays; suicídio e bissexuais; suicídio e lésbicas; suicídio e transexuais; suicídio e travestis; suicídio e raça; suicídio e etnia; suicídio e racismo; suicídio e homossexualidade; suicídio e sexualidade; suicídio e adolescência; suicídio e juventude; suicídio e jovens.

No entanto, nenhum material, cujo objetivo do estudo fosse o suicídio de jovens LGBTTIs negros/as, foi encontrado, ocasionando, assim, uma mudança do objetivo geral desta dissertação. Dessa maneira, expandimos o objetivo e, assim, passamos a investigar de que modo a literatura científica sobre o suicídio tem abordado este fenômeno em relação a jovens LGBTTIs, e como o marcador de raça é acionado nas discussões sobre jovens LGBTTIs. A expansão do objetivo se justifica exatamente pela incompletude da literatura científica abordar, discutir e debater a relação entre os marcadores de raça, sexualidade, gênero e comportamento suicida, sendo assim, ampliamos nosso objeto de pesquisa para que, então, pudéssemos iniciar as discussões e análises.

Com os objetivos alterados, conseqüentemente, tivemos novos rumos a serem construídos e percorridos. Após as devidas modificações, as novas buscas pelos materiais foram realizadas no período entre 15 de dezembro de 2016 a 05 de janeiro de 2017 nas bases de dados *Lilacs* (Literatura científica e técnica da América Latina e Caribe), *Pepsic* (Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia), *Scielo* (A Scientific Electronic Library Online), *BDTD* (Biblioteca digital de teses e dissertações), *Portal da Capes* e pelo navegador *Google*.

As palavras-chaves utilizadas foram: adolescência e raça; adolescência e LGBT; gênero e raça; homossexualidade e negritude; homossexualidade e negros; homossexualidade e raça; homossexualidade e LGBT; homossexualidade e afro; jovens e negros; jovens e LGBT; jovens e negros e bissexuais; jovens e negros e travestis; juventude e negra; juventude e negra e LGBT; juventude e LGBT; morte e raça; negro e gay; orientação sexual e raça; suicídio e adolescência;

suicídio e jovem; suicídio e raça; suicídio e gênero; suicídio e orientação sexual; suicídio e sexualidade; racismo e sofrimento. A estratégia está detalhada no quadro 1¹¹:

¹¹ **Quadro 1:** Síntese da estratégia de busca dos artigos científicos.

Pesquisas sobre Jovens LGBTTIs negros/as e a relação entre jovens LGBTTIs com o comportamento suicida

Por meio de descritores e palavras-chave

Estratégia de busca: adolescência e raça; adolescência e LGBT; gênero e raça; homossexualidade e negritude; homossexualidade e negros; homossexualidade e raça; homossexualidade e LGBT; homossexualidade e afro; jovens e negros; jovens e LGBT; jovens e negros e bissexuais; jovens e negros e travestis; juventude e negra; juventude e negra e LGBT; juventude e LGBT; morte e raça; negro e gay; orientação sexual e raça; suicídio e adolescência; suicídio e jovem; suicídio e raça; suicídio e gênero; suicídio e orientação sexual; suicídio e sexualidade; racismo e sofrimento.

Pepsic

37

Scielo

603

Lilacs

2370

Portal da capes

2378

BDTD

1647

Google

45

Estudos levantados para
análise dos títulos

N = 7089

Estudos excluídos após análise dos títulos nos bancos de dados: Pepsic, Scielo, Lilacs, Portal da capes, BDTD e Google.

N = 6974

Razões: Estudos com língua estrangeira, estudos repetidos e estudos que divergiam da proposta da pesquisa.

Estudos levantados após a leitura

N= 116

Estudos incluídos no metaestudo

N = 85

Estudos excluídos após uma nova leitura

N = 31

Razões: Estudos que não tratavam especificamente sobre a temática pesquisada.

Após as buscas nas bases de dados com as palavras-chave descritas anteriormente, identificamos 7088 trabalhos.

Quadro 2: Palavras-chave utilizadas nos bancos de dados online

PALAVRA-CHAVE	PEPSIC	SCIELO	LILACS	PORTAL DA CAPES	BDTD	TOTAL
Adolescência e negritude	0	0	0	4	1	5
Adolescência e negritude LGBT	0	0	0	1	0	1
Adolescência e Raça	1	10	378	124	36	549
Adolescência LGBT	0	0	0	15	1	16
Adolescência LGBT Negro	0	0	0	3	0	3
Adolescência LGBT Negritude	0	0	0	1	0	1
Adolescência LGBT Raça	0	0	0	4	0	4
Adolescência LGBT Racismo	0	0	0	3	0	3
Adolescência LGBT Etnia	0	0	0	3	0	3
Adolescência LGBT Afro	0	0	0	2	0	2
Gênero e Raça	6	260	293	636	690	1885
Homossexualidade e Negritude	0	0	0	4	2	6
Homossexualidade e Negros	0	3	7	3	10	23
Homossexualidade e Etnia	0	0	0	28	3	31
Homossexualidade e Raça	0	6	12	4	22	44
Homossexualidade e LGBT	6	13	23	8	37	87
Homossexualidade e Afro	1	4	4	4	3	16
Jovens Negros	2	44	253	77	177	553
Jovens LGBT	1	2	3	6	2	14
Jovens LGBTs	0	0	0	6	2	8
Jovens Negros LGBT	0	0	0	6	1	7
Jovens Negras Lésbicas	0	3	2	4	0	9
Jovens Negros Gays	0	0	1	19	1	21
Jovens Negros Bissexuais	0	0	0	10	0	10
Jovens Negras Travestis	0	0	0	13	0	13
Jovens Negras(os) Transexuais	0	0	0	11	0	11
Juventude Negra	2	5	0	13	54	72
Juventude Negra LGBT	0	0	0	3	0	3
Juventude LGBT	1	1	3	16	1	22
Juventude LGBT Negra	0	0	0	4	0	4
Juventude LGBT Negritude	0	0	0	1	0	1
Juventude LGBT Etnia	0	0	0	5	0	5
Juventude LGBT Racismo	0	0	0	5	0	5

Juventude LGBT Afro	0	0	0	2	0	2
Juventude LGBT Raça	0	0	0	9	0	9
LGBT e Raça	0	1	2	29	5	37
LGBT e Negritude	0	0	0	4	0	4
LGBT e Etnia	0	0	1	1	0	2
LGBT e Racismo	0	0	0	16	1	17
LGBT e Negro	0	0	0	0	5	5
LGBT e Afro	0	1	1	0	0	2
LGBT e Adolescência	0	0	0	15	1	16
LGBT e Adolescência Negritude	0	0	0	1	0	1
LGBT e Adolescência Etnia	0	0	0	3	0	3
LGBT e Adolescência Raça	0	0	0	4	0	4
LGBT e Adolescência Racismo	0	0	0	3	0	3
Morte e Raça	1	71	171	615	193	1051
Negritude LGBT	0	0	0	4	0	4
Negritude Lésbica	0	0	0	2	0	2
Negritude Gay	0	1	0	1	1	3
Negritude Bissexual	0	0	0	0	0	0
Negritude Transexual	0	0	0	0	0	0
Negritude Travesti	0	0	0	1	0	1
Negra Lésbica	0	0	2	13	0	15
Negro Gay	0	1	0	7	7	15
Negro(a) Bissexual	0	0	0	5	0	5
Negra Travesti	0	0	0	14	4	18
Negra(o) Transexual	0	0	0	3	0	3
Negro(a) LGBT	0	0	0	0	5	5
Orientação Sexual e Afro	1	1	5	2	3	11
Orientação Sexual e Negritude	0	0	0	6	1	6
Orientação Sexual e Etnia	1	6	5	35	21	68
Orientação Sexual e Racismo	0	3	1	5	3	12
Orientação Sexual e Raça	1	11	43	23	27	105
Suicídio e Adolescência	5	20	361	80	40	506
Suicídio e Jovem	1	15	558	10	21	605
Suicídio e Raça	0	4	15	3	3	25
Suicídio e Gênero	1	36	103	28	48	216
Suicídio e Racismo	0	1	1	27	2	31
Suicídio e Etnia	0	4	6	4	10	24
Suicídio e Negritude	0	0	0	1	0	1
Suicídio e Afro	0	0	2	12	0	14
Suicídio e Negro	0	4	4	3	2	13
Suicídio e Negra	0	2	6	2	5	15

Suicídio e Orientação Sexual	0	3	14	2	2	21
Suicídio e LGBT	0	0	2	1	1	4
Suicídio e Lésbica	0	0	3	2	0	5
Suicídio e Gay	0	1	7	1	3	12
Suicídio e Bissexual	0	1	1	3	1	6
Suicídio e Travesti	0	0	0	4	0	4
Suicídio e Transexual	0	0	0	3	0	3
Suicídio e Sexualidade	0	5	8	53	2	68
Racismo e Sofrimento	0	1	2	77	15	95
Racismo e Morte	0	5	4	6	12	27
Racismo e Juventude	3	2	15	3	18	41
Racismo e Orientação Sexual	0	4	6	4	3	17
Racismo e LGBT	0	0	0	15	1	16
Racismo e Lésbica	0	0	0	24	4	28
Racismo e Gay	0	0	2	36	1	39
Racismo e Bissexual	0	0	0	7	0	7
Racismo e Travesti	0	0	0	10	2	12
Racismo e Transexual	0	0	0	4	0	4
Racismo e Sexualidade	0	12	12	11	19	54
Racismo e Gênero	3	35	34	46	110	228
Racismo e Suicídio	0	1	1	27	2	31
Navegador <i>Google</i>						45
TOTAL						7089

Fonte: Navasconi, P. V. P.; Moscheta, M. S. (2018).

Após a leitura dos títulos e dos resumos dos trabalhos, passamos a excluir estudos que não estivessem disponíveis na íntegra, estudos que divergissem com a proposta da pesquisa – estudos científicos sobre suicídio em jovens LGBTTIs e estudos científicos sobre jovens LGBTTIs negros/as –, bem como estudos em língua estrangeira e estudos repetidos. Após aplicarmos esses critérios de exclusão, chegamos ao número de 100 estudos, dentre eles, artigos, dissertações e teses.

Depois de realizarmos a primeira etapa de seleção e organização dos materiais, realizamos, então, a leitura na íntegra do material selecionado. Nesse momento, verificamos que alguns estudos não se enquadravam à proposta da pesquisa, sendo assim, foram excluídos 31 materiais (artigos científicos, dissertações e teses), assim chegamos ao número de 69

trabalhos. Entretanto, além desses 69 trabalhos, realizamos uma busca no navegador *Google*¹², que totalizou um número de 45 materiais, dentre eles, artigos científicos, trabalhos publicados em anais, dissertações e teses.

Após a leitura na íntegra de todos os materiais encontrados no navegador *Google*, foram excluídos 29 materiais, uma vez que alguns materiais já haviam sido selecionados anteriormente e outros não correspondiam à proposta da pesquisa, convertendo-se em 16 trabalhos – artigos científicos, dissertações e trabalhos publicados em anais. Resultando no número de 85 artigos, dissertações, teses e trabalhos publicados em anais.

¹² Adolescência e raça; adolescência e LGBT; gênero e raça; homossexualidade e negritude; homossexualidade e negros; homossexualidade e raça; homossexualidade e LGBT; homossexualidade e afro; jovens e negros; jovens e LGBT; jovens e negros e bissexuais; jovens e negros e travestis; juventude e negra; juventude e negra e LGBT; juventude e LGBT; morte e raça; negro e gay; orientação sexual e raça; suicídio e adolescência; suicídio e jovem; suicídio e raça; suicídio e gênero; suicídio e orientação sexual; suicídio e sexualidade; racismo e sofrimento.

Quadro 3: Síntese da seleção dos artigos científicos

PALAVRA-CHAVE	PEPSIC	SCIELO	LILACS	BDTD	PORTAL DA CAPES	TOTAL
Adolescência e Raça	-	-	-	-	1	1
Adolescência LGBT	-	-	-	-	1	1
Gênero e Raça	-	-	1	-	1	2
Homossexualidade e Negritude	-	-	-	2	-	2
Homossexualidade e Negros	-	-	-	2	2	4
Homossexualidade e Raça	-	2	2	2	2	8
Homossexualidade e LGBT	-	-	-	-	-	-
Homossexualidade e Afro	1	-	-	-	-	1
Jovens Negros	-	1	-	1	-	2
Jovens LGBT	-	-	-	-	1	1
Jovens Negros Bissexuais	-	-	-	-	1	1
Jovens Negras Travestis	-	-	-	-	1	1
Juventude Negra	-	-	-	1	-	1
Juventude Negra LGBT	-	-	-	-	1	1
Juventude LGBT	-	-	-	-	-	-
Morte e Raça	-	1	-	-	-	1
Negro Gay	-	1	-	-	-	1
Orientação Sexual e Raça	-	1	2	-	-	3
Suicídio e Adolescência	2	8	5	5	-	20
Suicídio e Jovem	-	1	5	2	-	8
Suicídio e Raça	-	-	-	1	-	1
Suicídio e Gênero	1	3	-	-	-	4
Suicídio e Orientação Sexual	-	1	1	-	-	2
Suicídio e Sexualidade	-	3	-	-	-	3
Racismo e Sofrimento	-	-	-	1	-	1
Google acadêmico						16
TOTAL						85

Fonte: Navasconi, P. V. P.; Moscheta, M. S. (2018).

Ainda durante o processo de leitura, passamos a construir uma divisão dos materiais coletados em *tipos dos estudos* e *categorização dos estudos*, além disso, produzimos um quadro incluindo a *área do conhecimento dos/as autores/as* e *o ano de publicação* por meio das bases de dados.

Quadro 04: Metodologias empregadas nos estudos analisados.

Metodologia	Quantidade
Estudo Qualitativo	10
Estudo Quantitativo	3
Estudo Quantitativo/Qualitativo	12
Estudo Teórico	4
Estudo Empírico/Etnográfico/Exploratório	34
Estudo Epidemiológico	7
Estudo de Revisão Bibliográfica	9
Estudo de Revisão Documental	---
Estudo Transversal	7
TOTAL	85

Fonte: Navasconi, P. V. P.; Moscheta, M. S. (2018).

Quadro 05: Categorização dos estudos analisados

Categorias	Total
Estudos sobre suicídio e gênero	37
Estudos sobre suicídio e raça	15
Estudos sobre suicídio, gênero e raça	-
Estudos sobre raça e gênero ¹³	15
Estudos sobre raça e suicídio	-
Estudos sobre raça, gênero e suicídio	-
Estudos sobre gênero e suicídio	10
Estudos sobre gênero e raça	10
Estudos sobre gênero, suicídio e raça	-
TOTAL	85

Fonte: Navasconi, P. V. P.; Moscheta, M. S. (2018).

¹³ Estudos que apontavam para discussões sobre adolescência e juventude LGBTTI negra, nos quais faziam alguma menção às questões relacionadas ao suicídio e processo de adoecimento/sofrimento.

Quadro 06: Caracterização da área do conhecimento (graduação) do primeiro autor/a

Área do conhecimento do(s) autores	Total
Medicina	9
Psicologia	30
Ciências Econômicas	1
História/Historiador	5
Matemática	1
Teologia	1
Enfermagem	11
Ciências Exatas e Naturais	1
Comunicação Social	1
Ciências Sociais	13
Letras	2
Administração	2
Assistência Social	1
Terapia Ocupacional	2
Pedagogia	2
Fisioterapia	1
Farmácia	1
Direito	1
Antropologia digital	1
TOTAL	85

Fonte: Navasconi, P. V. P.; Moscheta, M. S. (2018).

Quadro 07: Ano de publicações dos materiais analisados

Ano de Publicações	Total
1998	1
2000	1
2001	1
2002	3
2003	2
2004	1
2005	2
2006	5
2007	4
2008	7
2009	3
2010	7
2011	6
2012	12
2013	8
2014	10
2015	9
2016	4
TOTAL	85

Fonte: Navasconi, P. V. P.; Moscheta, M. S. (2018).

4.4. Categorias de análise

Após a leitura na íntegra dos materiais selecionados, começamos a estruturar nossos pontos de análises. Com isso, realizamos, em um documento no *word*, uma ficha síntese¹⁴ de todos os materiais selecionados, na qual passamos a elencar as principais ideias e tópicos trabalhados por cada autor/a. Após a produção dessa ficha, iniciamos a construção do que denominamos por **categorias de análise**, ou seja, condensamos e agrupamos as ideias de cada trabalho analisado em duas categorias centrais para a análise. Na primeira categoria, tivemos, como orientação, a seguinte questão: “os estudos sobre juventude e comportamento suicida acionam os marcadores de raça e sexualidades? Se sim, de quais modos?”. A partir dessa indagação, agrupamos os trabalhos em 04 subcategorias de análises. Por sua vez, na segunda categoria, a pergunta norteadora foi: “as pessoas negras LGBTTI são representadas nos estudos de gênero e sexualidade? Se sim, de quais modos?”. E, nessa sessão, também os agrupamos em 04 subcategorias de análises, conforme se pode verificar abaixo:

Os estudos sobre juventude e comportamento suicida acionam os marcadores de raça e sexualidades? Se sim, de quais modos?

01) O conceito de adolescência, a partir do viés universal, maturacionista e do binarismo: normal e anormal. Nos estudos sobre suicídio, entende-se esse fenômeno como multideterminado, contudo marcadores de raça, gênero e sexualidades tendem a se tornarem invisíveis nas análises e discussões. Por sua vez, os marcadores de gênero e sexualidades, quando discutidos, são trabalhados a partir do viés binário/normativo.

02) Fatores de riscos: homofobia no contexto familiar, escolar e nas relações interpessoais, bem como nos movimentos sociais; violências – física, simbólica e psicológica –; *bullying*; estruturação social se pautando pela heteronormatividade; sexismo; heterossexualidade compulsória e sexismo; entende-se o homossexualismo, homofobia internalizada, não pertencimento – isolamento, baixa autoestima e exclusão social –, construção identitária, religiosidade e ser branco como, também, fatores de risco.

¹⁴ Encontra-se no apêndice 1.

03) Biologização e Psiquiatrização do fenômeno do suicídio: homossexualismo, depressão e transtornos psiquiátricos como “causas”, bem como despreparo para lidar com jovens suicidas LGBTs – heteronormatividade nos atendimentos médicos –, subnotificação – insere-se marcador racial em algum momento nas discussões de análise, mas não é discutido –, não preenchimento do campo raça nas fichas dos formulários, bem como dificuldade dos acessos e do preenchimento das informações no SIS e SINAN¹⁵.

04) Situacionalidade da população LGBT e vulnerabilidade social, bem como apontamentos referente à importância de se compreender os contextos de vulnerabilidade e a saúde da população LGBT e suas relações com os marcadores sociais da diferença.

As pessoas negras LGBTTIIs são representadas nos estudos de gênero e sexualidade? Se sim, de quais modos?

01) Predomínio da imagem do homem negro gay e, conseqüentemente, a invisibilidade de outras identidades de gênero.

02) Cor negra associada ao erotismo, mercado sexual, mercado dos envolvimento, prostituição, turismo sexual, a indústria pornográfica, classificação do desejo.

03) Representações sociais e posicionalidades da identidade negra: em especial, identidade do negro gay e suas possíveis correlações com o processo de desumanização e animalização.

04) Masculinidade, machismo e heteronormatividade, negação e exclusão da identidade negra a partir do processo de embranquecimento e miscigenação, e brancura desconfortável – apagamento dos traços e da história de vida referente à origem familiar.

¹⁵ SIS – Sistema de informações em Saúde; SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

Interlúdio 4

“Não! O tempo não cura todas as feridas”

Sentado na cadeira, esperando meu computador ligar, olho para a agenda para ver se tenho alguma atividade programada pela manhã (...). Vejo que não tenho, então aproveito o “tempo livre” para adiantar alguns trabalhos. Mas, antes, como de costume, dou uma olhada nas redes sociais.

Abro meu *Facebook* e vejo: Kayla está **morta**.

Mesmo não a conhecendo pessoalmente, não consigo acreditar no que estava vendo: “não é possível”. Como ninguém percebeu a sua dor? – me pergunto. Kayla era uma transexual não-binária, não se reconhecia como homem nem como mulher, pois não cabia nessas caixas pequenas.

Paraliso e fico olhando para a tela do computador por minutos. Não consigo expressar o que sinto, não sei nomear se é raiva, dor, tristeza ou indignação. Talvez, seja um misto disso tudo e mais um pouco. Kayla disparou, em mim, uma série de sentimentos, lembranças e sensações.

Lembrei das minhas ideações suicidas, da minha tentativa de suicídio. Das tentativas e ideações suicidas de amigos/as, bem como dos/as amigos/as que perdi. Eles/as, assim como Kayla, não morreram, mas, sim, foram todos/as assassinados brutalmente por esse sistema composto e estruturado pela transfobia, misoginia, racismo e LGBfobia.

Kayla me fez lembrar das batalhas que enfrentei, das dores e das marcas que carregou, mas que poucos conseguem notar (...). As pessoas estão enfrentando batalhas diariamente das quais não sabemos. Eu não morri, mas as batalhas que vivenciei foram silenciosas – eu e o mundo. As pessoas estão morrendo nessas lutas silenciosas.

Suas vozes estão sendo abafadas, seus corpos estão sendo violentamente assassinados, mas tudo isso no silêncio (...). A mesma sociedade que prega amor, igualdade, fraternidade tentou – e ainda tenta – me matar, assim como mata pessoas trans, mulheres negras e não negras, jovens negros/as, pessoas pobres, indígenas, pessoas LGB todos os dias. Mas as mãos dessa sociedade continuam limpas. Já os nossos corpos:

Estão carregados de marcas, sangue e de dor.

Não consigo pensar em muita coisa, continuo parado olhando para a tela do computador e penso: Por que tem que ser assim? Por quê?

Ser um corpo dissidente é se sentir não pertencente a todo o momento, ou seja, é tentar batalhar pelo apreço, pertencimento e pelo olhar do outro. É correr o risco e viver no risco constantemente. Risco de não ser aceito pela família, pelos amigos/as, pelo mercado de trabalho, pelo sistema, pela sociedade, ou seja, é estar constantemente na condição de vulnerabilidade. Tudo não só parece ser pesado, como é pesado. Diariamente, temos diversas batalhas para trilharmos e vencermos.

Pois, então, diante desse cenário, decido me levantar (...). Caminho pela casa, vou até a sala e deito no sofá, ligo a TV, mas minha cabeça não está para televisão, então levanto e volto para o meu quarto. Pego o celular e começo a conversar com **Mari**. Comentamos sobre Kayla, sobre a vida, sobre o quanto a sociedade universaliza os acontecimentos, as realidades, as dores.

Mari, durante a troca de mensagens, diz-me: “Às vezes, eu só fico me perguntando quantas pessoas mais serão necessárias morrer? Tudo me faz crer que nossas vidas pouco importam para o sistema”.

Mari continua (...): “estou cansada das pessoas olharem para nós e pensarmos que somos objetos delas, que pessoas negras são naturalmente inferiores, que somos e devemos ser objetos. Estou cansada das pessoas atacarem a minha sexualidade, os meus desejos, o meu corpo, falando que devo emagrecer, afinal eu até sou bonita para uma gorda, mas, se emagrecer, serei mais ainda. Ela é gorda, porque tem depressão e é negra, coitadinha. Paulo, eu estou cansada de ser sempre inferiorizada e representada na imagem da preta, gorda e coitada. É óbvio que Kaylas não suportam esse mundo, pois ele é cruel. A ciência é cruel, nossa família é cruel, o mundo é cruel”.

Dou continuidade à conversa e digo para Mari que tenho a mesma sensação, isto é, sobre a exotificação, objetificação e exclusão dos nossos corpos negros e dissidentes, e que, cada vez mais, percebo que não estamos falando de fatalidades, mas, sim, de crimes que são arquitetados por diversos corpos, mãos e vozes invisíveis, mas que, nessa “invisibilidade” arquitetada, tendem a nos separar, segregar, excluir e fazer com que odiemos nossa pele, nosso corpo, nosso cabelo, nossa cultura e, conseqüentemente, impede-nos de sermos quem queremos e desejamos ser.

Com isso, afirmo: “Sabe, Mari, no final, é como Kayla dizia: ‘quantas vezes teremos que morrer esse mês para, ao menos, alguém nos reconhecer e visualizar a nossa dor?’”. Enquanto digo isso à Mari, abro o perfil de Kayla e releio a mensagem que ela deixou antes de **transcender** mundo afora:

“Às vezes, encarar nossas mentiras é mais pesado que encarar a realidade. E eu não consigo mais encarar essa realidade fantástica que eu criei. Covardia ou coragem? Demorei tempo para acumular coragem. Mas ela veio. Quando não aguentava mais suportar o dia a dia (queria continuar, mas já não consigo respirar direito).

(...)

Como desistir de quem você é? Isso não significa a própria morte? E quantas vezes nós morreremos esse mês? Se tivesse mais vidas, daria todas elas por vocês. Queria só ter metade da força de vocês. Queria só ser metade do que vocês são. A vida tem seu sarcasmo. Ela é bonita. E isso é o mais cruel. Não, nada nunca é o fim. Hasta Sempre. Amo vocês”.

Olhando para a tela do computador, relendo a publicação de Kayla e conversando com Mari, percebo que é isso: as pessoas, a sociedade e a própria Psicologia diz que precisamos falar, mas, se eu ou Kaylas e Marianas começarem a falar, as pessoas estarão dispostas a nos ouvir? Ou vamos obter apenas o silêncio ou uma comoção fajuta simbólica de R\$1.99?

**IDENTIFICANDO O QUE A LITERATURA
ESPECIALIZADA DIZ SOBRE O SUICÍDIO DE
JOVENS LGBTTIS NEGROS**

“Esse corpo tá doente. A vida o fez totalmente doente. Totalmente (...) O mundo tá vazio, deserto, não adianta esperar por ninguém. Você tá só, completamente só”
(Elena, 2012).

5.1. A ciência fala sobre suicídio de jovens LGBTTIS negros/as?

Nesta sessão, trabalharemos com as análises realizadas a partir das leituras dos materiais coletados nos bancos de dados *online*. Tivemos como norte a seguinte pergunta: “Os estudos sobre juventude e comportamento suicida acionam os marcadores de raça e sexualidade? Se sim, de quais modos?”.

Assim, com base nas leituras realizadas, pôde-se verificar que as literaturas especializadas não articulam o fenômeno do suicídio de jovens LGBTTIs negros/as com os marcadores de raça e gênero. No entanto, notamos alguns conteúdos relevantes para a construção de uma análise e discussão sobre a relação suicídio, juventude, raça e sexualidade. Desse modo, elencamos os conteúdos em categorias de análises para que, assim, pudéssemos realizar as considerações sobre as ideias apresentadas nos materiais selecionados.

A partir da leitura dos materiais coletados, pôde-se verificar o predomínio de discussões sobre o fenômeno da adolescência que se pautavam numa perspectiva universal e maturacionista (Borges, Werlang, 2006; Jatobá, Bastos, 2007; Moreira, Bastos, 2015; Benincasa, Rezende, 2006 & Lopes, Barreira, Pires, 2001), isto é, entendendo o fenômeno da adolescência enquanto um estágio do desenvolvimento que perpassa todos e todas, sendo, assim, um processo natural, linear e universal. Logo, esse desenvolvimento se apresentará da mesma forma para todas as pessoas, semelhante ao processo do crescimento de uma planta, em que a infância seria a fase de germinação, chegando à adolescência, no qual haveria o início do desabrochamento do *indivíduo* e, então, a constituição identitária.

Desse modo, pode-se constatar que, na literatura especializada, o entendimento acerca do desenvolvimento humano se encontra relacionado à naturalização do desenvolvimento, ou seja, a adolescência é entendida como uma fase natural do desenvolvimento, pois todos os seres humanos, na medida em que superam a infância, passariam, necessariamente, por uma nova fase, no caso, a adolescência. Sobretudo, verifica-se leituras que realizam um contraponto a esta concepção, as quais entendem o desenvolvimento humano de maneira contextualizada e historicizada, ou seja, em cada período histórico, configura-se um modo de ser e de agir, como se pode observar neste fragmento:

A pessoa não nasce, portanto, dotado das aptidões e habilidades históricas da humanidade, pois elas foram conquistadas e criadas. A pessoa nasce candidato a essa humanidade, humanidade esta que está no mundo material, cristalizada nos objetos, nas palavras e nos fenômenos da vida humana (Bock, 2004 p, 31).

Mesmo alguns trabalhos ressaltando a adolescência sob uma perspectiva histórica e cultural, ou seja, como um fenômeno construído pela *Modernidade*, sob condições específicas de cultura e de história (Ariés, 1981), ainda assim, verifica-se controvérsias, posto que Martins (2002), Kuczynski (2014) & Azevedo (2006) partem do pressuposto que, mesmo sendo um conceito histórico e cultural, todos e todas vivenciariam esse fenômeno da adolescência. No entanto, acreditamos ser importante pontuar que, além de ser um fenômeno ocidental e moderno, a adolescência se encontra marcada não só pelo contexto histórico e cultural, mas, também, pelos marcadores de classe, gênero e raça, sendo assim, a nosso ver, torna-se perigoso e tendencioso afirmarmos que todas e todos vivenciaram e passaram pelas fases e estágios do que vem a ser denominado como adolescência.

Nessa perspectiva, segundo Soares (2000), as características psíquicas que, em geral, são colocadas como parte do ser adolescente, tais como mal-estar, confusão, hesitação, indefinição, irresponsabilidade, transgressão e impetuosidade, referem-se, em geral, a jovens de classe média. Jovens pertencentes às classes populares, pelas próprias condições de vida, vivem mais a ausência da adolescência. Todavia, talvez, seja mais prudente afirmar que as mesmas descrições são lidas de forma diferente conforme a classe social, ou seja, as características mencionadas podem ser *glamorosas* ou podem servir para associar jovens das classes populares com, por exemplo, perigo e ameaça à segurança social.

Desse modo, assim como a realidade social, o fenômeno da adolescência vem atender a um princípio estabelecido pela ciência moderna de universalização dos corpos subjetivos, isto é, uma concepção natural, independente da realidade material. Fatores como gênero, classe e raça não interfeririam no processo de constituição subjetiva, nesse sentido, favorecendo a construção de um entendimento que impede uma pluralidade de perspectivas e possibilidades de compreensão acerca do fenômeno da adolescência.

Se, nos materiais coletados, verificamos a universalização do conceito de adolescência e exclusão dos marcadores da diferença em suas discussões, no que se refere ao fenômeno do suicídio, pode-se dizer que o mesmo também ocorre, ou seja, afirmar que o fenômeno do suicídio deve ser compreendido em sua dimensionalidade. Entretanto, verifica-se que essa dimensionalidade não é abrangente tal como se propõe.

Em outras palavras, na linguagem técnica, os trabalhos vão descrever o suicídio como um comportamento multifatorial e multideterminado. Sendo assim, seriam resultantes de uma complexa teia de fatores de risco e fatores de proteção que interagem de uma forma que dificulta a identificação e a precisão do peso relativo de cada um deles. E, por conseguinte, não haveria

uma única causa para o suicídio, já que diz respeito a um evento que ocorre como culminância de uma série de fatores que são construídos ao longo da história de cada pessoa. Desse modo, estariam relacionadas questões como fatores ambientais, culturais, biológicos, de gênero, psicológicos, climáticos etc., conforme Braga (2011), Junior (2015), Benincasa e Rezende (2006), Moreira & Bastos (2015), Jatobá & Bastos (2007).

Cassorla (1991) afirma que o suicida estaria tentando fugir de uma situação ou de um sofrimento intenso que se encontra situado às raias do insuportável. Tal sofrimento, muitas vezes, passa a ser indescritível com o vocabulário. Muitas vezes, é descrito como uma angústia intensa. A fim de aliviar o desespero e essa angústia incomensurável, a morte passa a ser compreendida e vista como a solução. Dessa maneira, muitas vezes, não se deseja a morte, mas, sim, acabar com o sofrimento. Nessa direção, é que ocorre o suicídio.

No entanto, se o comportamento suicida é multideterminado e, conseqüentemente, deve-se compreendê-lo em sua múltipla dimensionalidade, por que fatores como raça e gênero não são elencados como fatores legítimos de discussão no que tange a literatura especializada sobre o comportamento suicida?

Nos trabalhos de Teixeira Filho & Marreto (2008) e Teixeira Filho & Rondini (2012), é possível verificar que as taxas de suicídio entre os adolescentes diferem de vários segmentos da população. Sendo assim, na população adolescente, do número total de suicídios entre os indivíduos de 15 a 24 anos de idade, 86% eram homens, segundo os estudos supracitados. Além disso, os autores enfatizam que, embora estejam aumentando na população negra, as taxas de suicídio para os americanos de origem hispânica, negra ou asiática, nas faixas de 15 a 24 anos de idade, continuam sendo significativamente mais baixas que o suicídio entre os jovens brancos, não hispânicos.

Em contrapartida, o único trabalho encontrado que realiza a discussão sobre comportamento suicida a partir do viés racial, afirma que as pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que o número de jovens negros que se suicidam é maior do que jovens brancos (Aguar, 2012).

A questão colocada, nesse momento, refere-se à seguinte pergunta: “por que, nos estudos sobre comportamento suicida em jovens LGBTTIs, os marcadores étnico-raciais se encontram invisíveis ou são poucos discutidos e abordados?”.

Lopes, Barreira & Pires (2001), Junior (2015), Fiorio & et al (2011), Teixeira Filho & Marreto (2008), Teixeira Filho & Rondini (2012), em seus trabalhos, acionam, em dados momentos, o marcador racial, por exemplo, em “Tentativa de suicídio na adolescência:

avaliação do efeito de gênero na depressão e personalidade”, os autores afirmam que a “desesperança” deve ser encarada como um preditor do suicídio, tal como a presença de perturbação afetiva, ideação suicida severa, história de tentativa de suicídio, prévia história familiar de suicídio, história de abuso de álcool e drogas e fatores demográficos relevantes como idade, sexo e raça.

Entretanto, no decorrer das discussões, verifica-se que o marcador étnico-racial tende a se tornar invisível nas discussões ou não é o objetivo proposto pelos trabalhos. Nessa perspectiva, acredito que essa invisibilidade é produto de uma lógica intencional e consciente de um modo organizacional científico, isto é, a condição precária e social que a população negra ocupou historicamente e, ainda, ocupa constituiu, ideologicamente e ontologicamente, que essas vidas fossem enquadradas como vidas de menores importâncias e, conseqüentemente, estabeleceram e estabelecem condições para que essas vidas não sejam reconhecidas e apreendidas como vidas dignas de direitos e cuidados.

Assim, o problema não se encontra exclusivamente nesses materiais coletados que não realizam a discussão e a intersecção entre o comportamento suicida em jovens LGBTTI e o marcador racial, haja vista que esse processo diz respeito ao *efeito* de uma estrutura estratégica de poder, o qual favorece e hierarquiza vidas. Sendo assim, o problema não é apenas saber por quê os estudos não realizam a inserção dos marcadores raciais em suas discussões ou abordam as questões referentes à adolescência e juventude pressupondo que esse fenômeno seja universal e comum a todas e todos, mas, sim, considerar como as normas existentes atribuem esse reconhecimento de forma diferenciada e como são construídos os modos de reconhecimento e de inteligibilidade dessa realidade que possibilita a hierarquização de modos de subjetivação e de existência.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a construção do saber científico favorece e corrobora a constituição e permanência de um modo de reconhecimento sobre determinadas realidades, bem como populações e grupos sociais, ou seja, o saber científico funciona como um dispositivo de produção e manutenção da hierarquização e precarização de vidas. Por exemplo, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2014), grupos vulneráveis que sofrem discriminações, como os refugiados, migrantes, povos indígenas, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e prisioneiros, apresentariam maiores riscos para a consumação do suicídio.

No entanto, mesmo havendo o reconhecimento da população LGBTTI como um grupo vulnerável, verifica-se, na literatura científica, a existência de poucos estudos correlacionando questões referentes a sexualidade, gênero e comportamento suicida. E, se realizarmos um

recorte racial, o que verificamos é a inexistência dessa realidade, ou seja, o silenciamento no que tange o sofrimento e adoecimento da população LGBTTI negra.

Desse modo, passa a ser possível afirmamos que há condições de vidas que são passíveis de luto e de manutenção da vida, em outras palavras, há vidas que serão vividas e, conseqüentemente, há vidas que não serão reconhecidas, apreendidas e visualizadas como vidas vivíveis. Assim, mesmo havendo um número reduzido de estudos sobre a relação comportamento suicida e população LGBTTI, nota-se que, nesses estudos, toma-se como natural a compreensão que essa população seria branca, logo o modo de entendimento e a inteligibilidade dessa população será sob os moldes da branquitude e, conseqüentemente, a população negra, mais uma vez, terá suas particularidades excluídas e invisibilizadas.

Nesse sentido, afirmar que “será uma vida que terá sido vivida” é a pressuposição de uma vida cuja perda é passível de luto, ou seja, o que significa dizer que essa será uma vida que poderá ser considerada vida e será preservada em virtude dessa consideração (Butler, 2015). Portanto, sem a condição de ser enlutada, não há vida, isto é, algo está vivo, mas é diferente de uma vida.

Por exemplo, em “Análise dos sistemas de informação em saúde SIM e SINAN em relação ao Suicídio na cidade de Uberaba/MG”, Ribeiro (2016) constatou incompletude das informações sobre as notificações de violência, intoxicação exógena e nas declarações de óbito. Pode-se notar o não preenchimento e registro de algumas variáveis, por exemplo, o marcador étnico-racial. De acordo com a autora, perguntas relativas à identificação do paciente como nome, data de nascimento, nome da mãe, idade, sexo, dados da residência, renda e via de exposição apresentaram completude. Por sua vez, a variável de raça/cor teve incompletude e, por conseguinte, dificultou o processo de coleta de informações nos Sistemas de Informação em Saúde (SIM) e no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Desse modo, podemos nos indagar por que o marcador étnico-racial não é considerado como um dado importante de análise. Essa informação denuncia inúmeras questões relacionadas à construção social, estrutural e institucional dos lugares sociais ocupados pela branquitude e negritude no Brasil, no entanto, tomarei como norte três pontos para essa discussão, isto é, o racismo à brasileira, a noção de racismo epistêmico e a distribuição diferencial da condição de ser passível de luto entre as populações.

Retomando a questão: “por que o marcador étnico-racial não é considerado como um dado importante de análise e por que os/as profissionais da área da saúde apresentariam dificuldades para o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários?”. Edward Telles, em

“Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica”, ajuda-nos a pensar por quê a sociedade brasileira teria tanta dificuldade de nomear o quesito raça/cor, como, também, utilizá-lo em preenchimentos de fichas e coletas de dados.

Segundo Telles (2004), o Estado brasileiro e os discursos científicos favoreceram a construção e permanência do mito da democracia racial. Pela lógica da miscigenação e do branqueamento, esses dois fenômenos favoreceram para que a temática étnico-racial fosse abordada no contexto brasileiro como um sinônimo de tabu. Afinal, todos seríamos iguais, posto que a sociedade brasileira corresponderia a uma sociedade pautada e construída pela lógica da democracia racial – Paraíso racial.

Justamente por conta da constituição desse mito, profissionais da saúde, bem como outros profissionais, ao se deparem com um formulário com o marcado raça/cor se veem, muitas vezes, sem saber o que fazer, afinal, para muitos desses profissionais, viveríamos em um país sem racismo – resquício do racismo à brasileira. Muitos profissionais relatam que perguntar para a pessoa sua raça/cor pode ser sinônimo de xingamento e, até mesmo, de desrespeito, portanto preferem não perguntar ou assinalar qualquer dado.

Entretanto, é de suma importância pontuar que o preenchimento do quesito raça/cor é lei (Portaria nº 344/2017 do Ministério da Saúde), ou seja, a coleta do quesito e o preenchimento do campo denominado raça/cor é obrigatório aos profissionais atuantes nos serviços de saúde, de forma a respeitar o critério de autodeclaração do usuário, dentro dos padrões utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Atualmente, são cinco classificações: pretos ou pardos – indivíduos dos dois grupos são considerados negros –, brancos, amarelos e indígenas.

Outra hipótese para o não preenchimento do quesito raça/cor diz respeito ao fenômeno do racismo epistêmico que, segundo Grosfoguel (2006/2013), é um dos racismos mais invisibilizados no sistema capitalista, patriarcal, moderno e colonial, haja vista que o racismo, em nível social, é muito mais passível de reconhecimento do que o racismo epistemológico. Nesse sentido, podemos entender o racismo epistêmico como um dispositivo que opera privilegiando ideários e políticas estruturadas e organizadas pela branquitude ocidental, ou seja, valorizando a tradição de pensamento e pensadores dos homens ocidentais, bem como a valorização de uma realidade branca em detrimento de outra realidade.

Utilizo desse conceito para poder, minimamente, exemplificar o *privilégio epistêmico da branquitude*, o qual normaliza, hierarquiza e invisibiliza qualquer produção de conhecimento, bem como realidade contrária à “norma”. Sendo assim, o privilégio epistêmico

ratifica e institui a distribuição diferencial de condições de cuidado, atenção e interesse social, político e econômico.

Quais os efeitos e os desdobramentos do não preenchimento do marcador cor/raça nas fichas de óbito? Por que não se preenche esses dados? Para manter a construção da invisibilidade e a subordinação da população negra? Ou seria porque se subentende que esse marcador não seria importante para possíveis dados de análise, intervenção e prevenção? Ou porque as vidas negras e, aqui, vidas de jovens LGBTTIs negros são projetadas para ocuparem a condição de precariedade e, conseqüentemente, por estarem expostas à violência, doenças e pobreza, tornar-se-iam vidas de menor importância e cuidado?

Butler (2015) afirma que a condição precária, também, pode ser caracterizada como uma condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que, com frequência, não tem opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção. Jovens negros LGBTTIs estão adoecendo e vislumbrando o suicídio como uma possibilidade efetiva para sanar o sofrimento, no entanto, movimentos de militância e grupos acadêmicos buscam o Estado e outros aparatos sociais para que algo seja feito, visando à proteção dessas vidas.

Contudo, é o próprio Estado, assim como outros dispositivos de poder, que produzem e corroboram para a inteligibilidade dessa realidade, ou seja, para a invisibilidade e apagamento do sofrimento e adoecimento da população LGBTTI negra, autorizando que se produza, no imaginário social, que o marcador étnico-racial não correspondesse a um dado importante ou de pouca importância para a construção de saberes, bem como para o entendimento das relações e dos modos de subjetivação.

Em nível de exemplificação, um amigo, certa vez, solicitou um agendamento para uma especificidade em saúde e, quando verificou a ficha de seu cadastro, percebeu que o marcador raça estava preenchido como branco. Ao questionar a recepcionista, ela afirmou: “é tão automático que acabamos assinalando qualquer coisa, pois não tem muita importância mesmo”. Acredito que poderíamos interpretar esse acontecimento de inúmeras maneiras, mas faço uso desse ocorrido justamente para exemplificar duas questões que tomo como importantes e exemplificadoras da discussão que realizamos, quais sejam: 01) Todas as pessoas são brancas e 02) Parte-se do pressuposto que a branquidade é universal, logo não é preciso atentar-se para esse dado, com isto, torna-se algo secundário, terciário ou, até mesmo, irrelevante.

Nesse sentido, notamos que a organização social estratifica sujeitos através de diversos mecanismos e tecnologias sociais (Foucault, 1988) de modo a criar certa organização em

categorias identitárias. Sendo assim, estabelece-se normas para que algumas identidades se posicionem dentro de uma significação aceita e, outras, marginalizadas. Essas fronteiras regulamentadoras constituem práticas sociais de exclusão a partir da adequação ou não ao marco social ou comportamento hegemônico. Assim sendo, criam-se normas e enquadramentos de inteligibilidade no que tange a população negra através das grandes narrativas hegemônicas, ocasionando a hierarquização de um grupo social em detrimento de outros grupos.

O mesmo pode ser transposto no que se refere ao *marcador de gênero e sexualidade*, posto que, se, ao longo dos séculos XVIII e XIX, havia a construção massiva sobre o marcador de raça, passa-se a construir, também, grandes narrativas a respeito do que chamamos por marcador de gênero e sexualidades, visando, então, o enquadramento e a normatização dos corpos, ou seja, a sexualidade também passa a caracterizar um elemento de categorização e, conseqüentemente, de hierarquização de um grupo social em detrimento de outros grupos, assim a sexualidade assume uma única função: a função de reprodução, logo o que não seria regulado para geração e procriação deveria ser expulso, negado, excluído e reduzido ao silêncio.

Todavia, Foucault, em *A História da Sexualidade Vol I: a vontade de saber* (1988), oferece-nos uma crítica genealógica frente à construção dessa realidade, posto que o sexo, em discurso, corresponderia a uma estratégia do *biopoder* e, conseqüentemente, com o surgimento da “população” e todas as suas variantes – natalidade, raça, fecundidade, expectativa de vida etc. –, pelas quais se pode calculá-la nesses mesmos termos, ou seja, passa-se a construir mais um dispositivo de controle e regulação, favorecendo e autorizando inúmeras práticas violentas e epistemicidas. No entanto, essa realidade foi demarcada pela ideia do silêncio, repressão e proibição, ou seja, falar sobre o “sexo” se tornou cada vez mais regulado, e, de fato, passou a ser uma realidade, mas isso não sugere a repressão do próprio assunto “sexo”.

Há o outro lado e pelo qual a crítica de Foucault é extremamente valiosa, que diz respeito ao discurso. Haja vista que, para o autor, houve uma verdadeira explosão discursiva sobre o sexo, centrando-o, justamente, como a sexualidade na moderna forma de governar, a do *biopoder*: dispositivos pelos quais as pessoas foram obrigadas a falar sobre sexo, tudo o que faziam dele, como lidavam com ele etc., portanto, não houve uma repressão, mas uma nova maneira de falar e lidar com ele, justamente, em nome desse regime.

Nessa perspectiva, para Foucault (1988), o século XVIII não é um século marcado pela proibição de se falar sobre o sexo, mas por um regime que regula o sexo por meio de discursos úteis e públicos, pelo detalhamento dos discursos das pessoas sobre como cada um lida com o

“sexo”. O pressuposto silêncio, aqui, é entendido pelo autor como múltiplo, em que ele próprio é integrante das estratégias que apoiam e atravessam esses discursos.

Dessa forma, o “silêncio” sobre sexo é, para Foucault (1988), extremamente valioso e não repressivo, porque, para ele, o silêncio sempre é múltiplo e integra as estratégias que apoiam e atravessam o discurso. Neste sentido, não se parou de falar sobre o sexo, pelo contrário, continuo a falar dele e de outra forma, valorizando-o e fazendo dele um segredo. Essa proliferação dos discursos, segundo o autor, possibilitou “analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas” (Foucault, 1988, p. 28). As construções dessas realidades também se encontravam inseridas sob o respaldo dos marcadores de classe e raça que, na época, também estavam sendo moldados e assumindo a função de controle e de construção de novos modos de subjetivação.

Nesse sentido, essa estratégia de proliferação discursiva permite que ocorra a regulamentação do sexo e raça, visto que, segundo Foucault (1988), a sexualidade passa a estar vinculada e relacionada à irregularidade, à doença mental, à infância, dentre outras instâncias, e, assim, passa-se a construir dispositivos de controles pedagógicos, tratamentos e intervenções médicas e psicológicas frente ao que passaria a ser considerado como desvio.

A construção dessa realidade se encontra fundamentada na seguinte questão: assegurar institucionalmente o povoamento e uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora. Conseqüentemente, ao falarmos de uma sexualidade útil e conservadora, as sexualidades de corpos negros não serviriam, isto é, passariam a ser consideradas um desvio, bem como a sexualidade de pessoas que não objetivassem a reprodução.

A Medicina, Psiquiatria e Psicologia, a partir do discurso normal e patológico, foram responsáveis pela construção ideológica das “perversões”, atribuindo, assim, aos corpos desviantes, bem como aos corpos perigosos, criminosos. Desse modo, passa-se a especificar os corpos a partir da sexualidade e raça.

Nessa perspectiva, a produção desses marcadores e classificações não se deram naturalmente, mas, sim, foram criadas no âmbito do biopoder, isto é, a partir da diferenciação e clivagem, procuraram normalizar, controlar, modelar e exterminar diversos modos de existência, estabelecendo, assim, formas perversas, anormais e normais no que se refere à produção das verdades sobre sexo, humanidade e das raças.

Portanto, assentados na perspectiva Foucaultiana, entendemos a necessidade de pontuarmos que o sexo não tem sido proibido, bloqueado, mascarado ou desconhecido desde a época clássica, nem mesmo é possível afirmar que, a partir daí, ele o tenha sido menos do que antes. A interdição do sexo é uma ilusão, mas cabe entendermos que essa ilusão está em fazer parte dessa interdição, com isso, passa a ser o elemento fundamental e constituinte, a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da idade moderna.

Assim, o marcador de gênero e sexualidade favoreceram na construção dos saberes científicos, bem como no que entendemos por apagamento e invisibilidade de modos de existência. No entanto, o marcador de raça também se mostrou presente, isto é, a partir do dispositivo de racialidade, produziu-se uma dualidade entre positivo e negativo, sendo a cor da pele o fator de identificação do “normal”, e, por conseguinte, a brancura como a sua representação.

Nesse sentido, o dispositivo de racialidade, ao demarcar o estatuto do humano como sinônimo de brancura, irá, por via de consequência, redefinir todas as demais dimensões humanas e hierarquizá-las de acordo com a sua proximidade ou distanciamento desse padrão. Portanto, a construção do “outro” como não-ser produz e põe em circulação novas tecnologias de poder, informadas por determinada visão de racialidade (Carneiro, 2005 & Silveira 2010).

Desse modo, o dispositivo de racialidade e de sexualidade passou a eleger vidas vivíveis e vidas não vivíveis, vidas dignas de cuidado, proteção e, conseqüentemente, de direitos, e vidas não-dignas de direito, proteção e cuidado. E, assim, passou-se a falar sobre certas vidas e se silenciar sobre outros modos de existência, todavia não devemos fazer uma divisão binária estanque, isto é, entre o que se diz e o que não se diz, posto que é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, bem como aqueles que podem e os que não podem falar, o tipo de discurso que é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Sendo assim, “não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos” (Foucault, 1988, p. 30).

Conseqüentemente, criam-se convenções sobre modos de se dizer sobre determinados assuntos e, assim, incorpora-se, na realidade social, que essas convenções sempre existiram, ou seja, naturalizam determinados fatos constituindo, então, a história da sociedade. Desse modo, acreditamos que o que temos, hoje, de construção de saberes, bem como construção conceitual, estivera presente desde “sempre”, isto é, naturalizando e determinando uma realidade social.

Todavia, parece-nos necessário repensar radicalmente as construções ontológicas das identidades construídas ao longo do processo histórico, visto que raça, gênero e sexualidade

não correspondem a atributos naturais, determinados, única e exclusivamente, pelo fator biológico. Nessa perspectiva, o que entendemos por marcadores sociais diz respeito ao campo do discurso, ou seja, raça, gênero e sexualidades são produtos discursivos e, conseqüentemente, são produzidos dentro de um contexto com viés político, econômico e social. Entretanto, a história nos faz crer que esses marcadores corresponderiam a fenômenos naturais da minha pessoa, bem como anteriores a mim. Logo, se sempre existiu, por que questionar?

Desse modo, instituem-se, socialmente, normas referentes à “natureza” universal para homens e mulheres, fazendo-nos crer na existência de somente duas possibilidades de vir-a-ser, isto é, as normas de gênero nos colocam em linhas a serem seguidas a risca, com isso, qualquer passo fora dessa forma retilínea binária é percebido como desviante e, conseqüentemente, como anormal, problemático e abjeto. Assim **como a raça atua como um ideal regulatório e estruturante social, sexo e gênero também passam a atuar como parte de um ideal regulatório que reitera as normas sociais**, ou seja, a fixação pela noção de dois sexos fixos e coerentes que se encontram no pensamento ocidental demarcado pela dicotomia: macho-fêmea, homem-mulher, masculino-feminino, pênis-vagina etc.

Nesse sentido, há uma manutenção dessa normatização através de diferentes recursos e dispositivos que passam a reforçar a construção dos corpos masculinos e femininos, ou seja, o que pode ser entendido, compreendido e visualizado como um corpo masculino e feminino. Qualquer performance que destoe dessa realidade passa a ser entendido, demarcado e rotulado como *estranho*, bizarro e, conseqüentemente, anormal.

Sexo e gênero, assim como a noção de raça, não seriam verdades essenciais, e, sim, construções históricas que se desenvolveram dentro de um contexto social, econômico, político e cultural. Abordar o histórico como natural deve ser entendido e compreendido como uma estratégia de poder, haja vista que não há raça sem discurso, como não há sexo ou gênero sem discurso. É justamente a ocultação desse discurso que a abordagem natural produz. A questão que entra em cena é: o discurso é feito por quem?

Na sociedade ocidental, assim como ser branco é compreendido como natural e, conseqüentemente, não passível de questionamentos, ser heterossexual também é lido e concebido como natural, universal e normal. No entanto, pode-se afirmar que, em razão disso, para a manutenção dessa normalidade, é necessário inúmeros dispositivos, ferramentas e ações para a pertinência em relação à suposta naturalização e normalização da heterossexualidade, através, então, de práticas institucionais, tais como o estado, a religião, a família, a educação, dentre outras.

Então, inicia-se, compulsoriamente, a condição de ser e se tornar heterossexual, construindo normas *hetero*, visando a heterossexualização dos desejos, bem como dos comportamentos e do modo de ser e estar no mundo. Toda essa construção diz respeito à imposição de um modelo e conteúdo de relacionamento entre mulheres e homens em que haverá um definidor que passa a ser marcado pela diferença naturalizada dos sexos, o que passa a ser nomeado de estruturação de uma heterossexualidade compulsória (Rich, 1980/2010).

Isso pode ser observado nos materiais analisados que, em sua maioria, entendem a sexualidade a partir de uma ótica normativa e binária. Normativa, posto que se entende a heterossexualidade como norma e, conseqüentemente, binária, visto que as diferenças anatômicas entre os sexos são tomadas como base para polarizar em mulheres e homens e masculino e feminino. Desse modo, Lopes, Pires & Matos (2001), Braga & Dell’Aglío (2012), Junior (2015), Costa (2012), Moreira & Bastos (2015), Araújo, Vieira & Coutinho (2010), Avanci, Pedrão & Costa Junior (2005) Vieira et al. (2009), Silva et al. (2015), dentre outros trabalhos analisados partem da diferenciação biológica do sexo para explicarem a relação comportamento suicida, gênero e sexualidade.

Sob esse aspecto, podemos afirmar que as produções desses trabalhos não se apresentam como algo neutro, mas como construções que se encontram pautadas sob uma lógica de poder, criando, assim, espaços sociais sexualizados, isto é, espaços que atuam como sinalizadores dos possíveis lugares a serem ocupados. Com isso, no imaginário social, *gênero*, por si só, passa a ser a definição de masculino e feminino, reforçando, então, a concepção binária de sexualidade.

Desse modo, nessa categorização, há uma construção e reafirmação das categorias sexuadas. Com isso, ao falar sobre comportamento suicida e sua intersecção com os marcadores de gênero e sexualidade, esses marcadores corresponderão à sexualidade heterossexual, afinal qualquer outro modo de sexualidade passará a ser compreendida como anormal e destoante do que fora construído como norma. Como se pode observar:

A respeito de estudos de gênero e ideação suicida, Man (1999) demonstrou que, no período da adolescência, as mulheres apresentam maiores taxas de ideação suicida quando comparadas aos homens (quatro vezes mais para ideação suicida e três vezes mais para tentativa de suicídio). Uma explicação possível para este fenômeno é de que as meninas apresentam maiores índices de depressão (principalmente depressão moderada) que os meninos (2:1, respectivamente), o que acaba aumentando a ideação suicida e as tentativas de suicídio em mulheres (Allison, Roeger, Martin, & Keeves, 2001; Edwards & Holden, 2001; Esposito & Clum, 2002; Goldman & Beardslee, 1999; Heskett, Ding & Jenkins, 2002; Reinherz et al., 1995; Stewart et al., 1999 apud Borges & Werlang, 2006, p. 346).

Esse modo de compreensão permeia boa parte dos estudos sobre comportamento suicida, afinal se verifica que não há outro modo de conceber a sexualidade, visto que a partição dos indivíduos entre as categorias de sexo homens e mulheres organiza não só as relações interpessoais, mas, também, estrutura os saberes científicos.

No entanto, como dito anteriormente, alguns trabalhos subvertem essa lógica e trabalham contemplando uma pluralidade no que se refere a gênero e sexualidade em suas análises, como, por exemplo, Nagafuchi & Adorno (2016), em “Suicídio, gênero e sexualidade na era digital”, que consideram o suicídio como um ato comunicativo e constitutivo, inserido nas tramas sociais e, decididamente, cultural, sendo assim, o suicídio de pessoas LGBTQIA+ comunica, dentre tantas coisas, que ainda é difícil estar vivo quando sua orientação sexual e sua identidade de gênero são postas à prova o tempo todo na sociedade.

Por sua vez, essa concepção não diz respeito à regra, e, sim, à exceção, posto que o que se encontra presente em grande escala nas análises são “visões do mundo organizado em um sistema de atributos, de normas, de valores etc., fixando uma oposição entre o masculino e feminino” (Devreux, 2005, p. 568). Com isso, grande parte das discussões acerca da intersecção suicídio, gênero e sexualidade corresponderia apenas a esse modo de inteligibilidade, elencando o binarismo como norma de entendimento para as relações sociais do sexo e gênero e, por conseguinte, cooperando na formatação normatizada de um entendimento do que é ser homem e ser mulher, ou seja, cooperando também na produção da invisibilidade LGBTTI.

Assim, todo e qualquer corpo que não se encontra dentro do padrão estabelecido como normal, natural e universal deverá se adequar ou, conseqüentemente, ser exterminado/a, posto que há uma exigência compulsória para que todas as pessoas sejam heterossexuais. A heterossexualidade passa a ser compreendida e visualizada como a única forma de vivência e expressão de sexualidade.

No entanto, para haver a diferenciação e hierarquização e, conseqüentemente, os sistemas de classificações, é preciso do diferente, ou seja, do *estranho*, logo, para existir a heterossexualidade, é preciso que haja o contraposto, o qual foi denominado por homossexualidade. Assim sendo, uma passa a ser considerada normal e universal (heterossexualidade), e a outra passa a ser atribuída como anormal (homossexualidade), isto é, destoante do padrão de normalidade.

Por conseguinte, criam-se modos de atribuir à homossexualidade a característica de um desvio e, assim, passa a existir a necessidade de controle e intervenção, bem como de práticas de exclusão, extermínio e genocidas. Todavia, isso só pode ser possível, pois a

heterossexualidade é parte dessa construção, uma vez que faz parte da natureza humana, assim essa não é problematizada ou questionada.

Mesmo com a despatologização da homossexualidade, socialmente, a concepção de desvio e anormalidade se faz presente produzindo inúmeros efeitos. No entanto, verifica-se que, com a despatologização da homossexualidade, essa categoria se assume como mais um modo de ser e existir no mundo. Em outras palavras, a sociedade exige uma coerência entre sexo-gênero-desejo e prática sexual, e, ao fazer isso, a heterossexualidade deixa de ser apenas uma entre tantas formas de viver a sexualidade para se tornar uma imposição, uma coerção sobre os corpos (Butler, 2000).

Todavia, mesmo sendo retirado do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM), a homossexualidade ainda é compreendida no imaginário social como uma anormalidade, bem como um sinônimo de sofrimento e/ou adoecimento¹⁶. A literatura especializada compreende a homossexualidade como um fator de risco, posto que, segundo as pesquisas internacionais, a população LGBTTI encontrar-se-ia em maiores propensões de vulnerabilidade, representando maiores predisposições para ideações suicidas, bem como para tentativas de suicídio.

O relatório da Secretaria da Força Tarefa (Gibson, 1989) do suicídio juvenil do Governo dos Estados Unidos revelou que os jovens gays são de duas a três vezes mais propensos a tentar o suicídio comparativamente aos jovens heterossexuais e compreendem o total de 30% anual de suicídios juvenis (Teixeira-Filho & Marretto, 2008, p. 4).

Em contrapartida, ainda se verificam estudos que relacionam a homossexualidade à categoria de homossexualismo, como se pode observar no seguinte trecho:

De acordo com Braga, Dell’Aglia (2013), alguns estudos destacam os seguintes fatores que podem constituir-se como risco para as tentativas de suicídio em adolescentes: isolamento social, abandono, exposição à violência intrafamiliar, história de abuso físico ou sexual, doença mental, impulsividade, estresse, uso de drogas, sentimentos de solidão, desespero e incapacidade, suicídio de um membro da família, pobreza, decepção amorosa, **homossexualismo**, bullying, oposição familiar a relacionamentos sexuais, condições de saúde desfavoráveis, baixa autoestima, rendimento escolar deficiente, dentre outros (Ribeiro, 2016, p. 75).

A utilização da categoria “homossexualismo” se encontra centrada no sufixo “ismo”, o qual refere à terminologia referente à doença. Mesmo sendo apenas a utilização de um termo,

¹⁶ No entanto, a transexualidade e a bissexualidade ainda são consideradas um transtorno de identidade de gênero pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 10.

esse termo produz e reproduz inúmeros efeitos não só na constituição e na produção dos saberes, mas, também, na constituição do imaginário social, ou seja, de que a homossexualidade estaria atrelada ao que podemos chamar de patologia social e, por conseguinte, corresponderia a um desvio, anormalidade, perversão, inversão etc., posto que, no imaginário social, a heterossexualidade passou a ser o único modo de expressão da sexualidade, ou seja, naturalizando uma realidade social, pois se entende a heterossexualidade como algo inerente, de próprio, de uma essência que faz com que seja o que ela é. Portanto, naturalizar significa atribuir qualidades essenciais ao que, na verdade, é fruto de atividades humanas e que, conseqüentemente, passa a hierarquizar modos de subjetividades.

Como afirma Piscitelli (2009) & Jesus (2011), muitas das naturalizações engendradas por esse sistema pautado na “diferença sexual” são tomadas para produzir ou sustentar desigualdades sociais, que, por sua vez, também são naturalizadas. Desse modo, se, antes, todas as pessoas deveriam ser heterossexuais para serem aceitas e, conseqüentemente, todas as práticas construtivas estavam sob respaldo da norma referente à heterossexualidade – heterossexualidade compulsória –, com o conceito cunhado por Warner (1991) referente à *heteronormatividade*, todas as pessoas devem, então, organizar sua vida e seus modos de subjetivação conforme o modelo heterossexual, sejam elas heterossexuais ou não. Assim sendo, a heterossexualidade não diz respeito apenas à orientação sexual, e, sim, à construção de um modelo social, político e cultural, que passará a organizar e estruturar a vida das pessoas.

As normatizações dos corpos em relação aos marcadores de gênero e sexualidade estarão presentes e, conseqüentemente, serão constituintes no que tange a construção dos saberes, sendo assim, se, anteriormente, afirmamos que a produção do conhecimento é racializada, aqui, nesse momento, reiteramos que a construção dos saberes, bem como a produção do conhecimento, é racializada e generificada.

Portanto, a construção e produção do conhecimento sobre suicídio, numa perspectiva racializada, exclui corpos negros e, conseqüentemente, passa a invisibilizar essas vidas e vozes, logo, se esses corpos forem negros/as LGBTTIs, a invisibilidade aumentará, haja vista que, duplamente, estarão destoando do que se entende por normalidade, ou seja, por serem negros e não heterossexuais e, por conseguinte, estarão na margem não só do contexto social, mas, também, do contexto de produção do saberes.

5.2. Identificando os fatores de risco e fatores associados ao comportamento suicida

A exclusão e o apagamento da pluralidade dos marcadores de raça, gênero e sexualidade também se fazem presentes quando a questão é fatores de risco e comportamento suicida. A literatura especializada abarca os fatores de risco sob uma única ótica: *da branquitude*, ou seja, sob o olhar de uma única racialidade – de pessoas brancas. É, portanto, de suma importância afirmarmos que os estudos sobre comportamento suicida em jovens LGBTTIs não excluem o marcador étnico-racial, pelo contrário, o marcador raça encontra-se presente sob um único viés, o da branquitude.

Posto isto, segundo Bertolote (2012), as primeiras identificações de possíveis fatores de risco foram datadas no início do século XIX, uma vez que cientistas e pesquisadores passaram a se interessar e a produzir uma vasta literatura sobre o tema. Isso possibilitou a identificação de diferentes fatores de risco relacionados a fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, culturais etc. Contudo, os fatores de risco não dizem respeito a fatores isolados e exclusivos, mas correspondem a uma rede de fatores que se encontra interligada às questões sociais, psicológicas, biológicas, econômicas etc.

Para Meleiro & Teng (2004), os fatores de risco podem ser definidos através de estudos epidemiológicos, uma vez que, por meio dos estudos epidemiológicos, há a compreensão de informações vinculadas aos casos de morte por suicídios registrados oficialmente. Tais informações incluem métodos escolhidos para o suicídio, local, horário, idade, sexo, entre outros fatores.

Um fator de risco se refere a um termo estatístico que é definido como associação entre alguma característica ou atributo do indivíduo, grupo ou ambiente que aumenta a chance de se desenvolver um resultado adverso e mensurável que precede o resultado, ou seja, a probabilidade da ocorrência de um fato particular relacionado ou não à doença, segundo Fletcher & Cols, (1996 citado por Meleiro & Teng 2004).

Nesse sentido, o fator de risco relacionado ao suicídio pode ser classificado de diferentes formas, como afirma Meleiro & Teng (2004). Uma das formas mais pragmáticas se refere à divisão entre fatores de risco modificáveis e não modificáveis. Os fatores modificáveis seriam aqueles possíveis de intervenção, por exemplo, o sujeito porta uma arma de fogo em sua residência, logo a arma se caracteriza como um fator de risco, no entanto, ao retirar a arma da residência, passa a retirar o fator de risco, ou seja, remover o fator. Diferenciando-se dos fatores

não modificáveis, no qual seriam fatores que não haveria a possibilidade de intervenção, tais como história pregressa, história familiar, aspectos demográficos, como sexo e a idade.

Os fatores modificáveis estão sendo a base de programas de prevenção de suicídio, enquanto que fatores não modificáveis são úteis em avaliações de risco de suicídio no contexto médico, como uma tentativa de suicídio prévia, que pode alertar durante períodos de recorrência de um transtorno mental, de abuso de substâncias psicoativas ou após um evento estressante (Apa, 2003, apud Meleiro & Teng, 2004, p. 111).

Segundo Bertolote (2012) & Moscicki (1997), os fatores de risco também podem ser representados como fatores distais e fatores proximais. Os fatores proximais não são suficientes para o suicídio, de acordo com os autores. Possíveis exemplos dos fatores proximais seriam a desesperança, intoxicação por substâncias psicoativas, presença de uma arma de fogo em casa. Já os fatores distais representam a base sobre a qual se desenvolve o comportamento suicida e que vai aumentar a vulnerabilidade dos fatores proximais. Por exemplo, doenças físicas graves ou incuráveis, história familiar e transtornos mentais. Para Moscicki (1997), a combinação entre os fatores de risco distais com os proximais pode favorecer que o suicídio ocorra.

No que tange aos fatores demográficos, a OMS (2002) aponta idade e **gênero** como fatores demográficos. Segundo Meleiro & Teng (2004), o risco de suicídio aumenta com a idade, desse modo, sendo baixo em crianças, tendo um aumento na adolescência e atingindo um maior nível após os 65 anos. No entanto, verifica-se, nos dados estatísticos, que, na adolescência e juventude, o número de suicídio e tentativas de suicídio, nos últimos 20 anos, tiveram um aumento significativo. Junto a isso, no período da adolescência, estudos afirmam que a presença de ideações suicidas se encontra mais presentes do que em outros períodos do desenvolvimento.

Relacionado ao **gênero**, no Brasil, assim como a maioria dos países, o suicídio é mais frequente, de duas a três vezes, em homem do que em mulheres. Contudo, no que diz respeito às tentativas de suicídio, ocorre uma inversão, em que as mulheres tentam, em média, 3 vezes mais o suicídio do que os homens. Esse dado, segundo Resmini (2004), associa-se ao método utilizado pelas mulheres, uma vez que se caracterizam por métodos menos agressivos. Navasconi & Silva (2013) verificaram um acréscimo no número de tentativas de suicídio em adolescentes com gravidez não desejada, em que o risco de tentativas se mostrou crescente.

Por sua vez, Meleiro & Teng (2004) compreendem fatores sociais, como estado civil, **orientação sexual**, desemprego ou dificuldades financeiras, profissão, perda de parente ou

amigo próximo e problemas legais, como possíveis fatores de risco para o comportamento suicida.

No que se refere ao estado civil, as autoras afirmam que os casados apresentam menores taxas de suicídio, já os divorciados, viúvos e solteiros apresentariam um risco de suicídio elevado, principalmente, homens viúvos. Sobre a orientação sexual, estudos mostram, segundo Resmini (2004), a prevalência de comportamento suicida entre homossexuais, particularmente, em adolescentes e jovens de ambos os gêneros. A perda de um ente querido também é considerada como um fator de risco, uma vez que o sujeito se encontra desolado, e, em profundo sofrimento, muitas vezes, na idealização de encontrar o ente querido, o jovem/adolescente, por exemplo, pode idealizar ou tentar o suicídio.

Já os problemas legais, como apontam Meleiro & Teng (2004), referem-se aos carcerários e ex-presidiários, pois estar preso, segundo as autoras, seria um fator de risco importante para o suicídio, uma vez que a realidade de várias prisões, no Brasil, encontra-se em condições desumanas, com celas superlotadas, sem ventilação, o abandono desses sujeitos, muitas vezes, caracterizam-se por depósitos de péssimas condições de seres humanos. Esses e outros fatores favoreceriam para tentativas e a concretização do suicídio nos presídios. Os estudos também apontam que o método preferencial entre os presos seria o enforcamento.

Além disso, *ser branco*¹⁷ também se configura como um fator de risco, segundo os estudos analisados – Teixeira-Filho & Rondini, (2012); Ribeiro (2016); e Ores (2008) –, a justificativa seria de que a população branca tentaria mais o suicídio do que a população negra e, conseqüentemente, os números estatísticos seriam menores entre a população negra, posto que essa população apresentaria maiores taxas no que diz respeito aos percentuais de homicídio.

Os fatores familiares, como história familiar de suicídio, abuso emocional, físico ou sexual, distúrbios e violência no ambiente familiar, seriam também fatores de risco frente ao suicídio (Meleiro & Teng, 2004). A religiosidade, também, foi apontada como possível fator de risco no que se refere ao comportamento suicida de jovens LGBTTI (Ghorayeb, 2012). Em contrapartida, pode-se pensar, também, a religião/religiosidade como um fator de proteção, amparo e acolhimento (Rios, 2013).

No que se refere aos fatores de proteção, Resmini (2004) afirma que a coesão familiar, ou seja, uma boa relação entre os membros da família pode ser apontada como um fator protetor contra a tendência ao suicídio, principalmente, em jovens e adolescentes. A presença e acolhimento do outro também é considerado como um fator de proteção, pois, com

¹⁷ Hipótese retirada pós-análise dos materiais coletados.

acolhimento, escuta e amparo que o outro possibilita, o jovem, adolescente ou adulto se sente amparado, pertencente e amado. Junto a esses fatores, Araújo, Vieira & Coutinho (2010) afirmam que os vínculos afetivos e a sensação de estar integrado a um grupo ou comunidade – aqui, podemos pensar no pertencimento a grupo ou comunidade – podem ser considerados, também, como fatores de proteção ao suicídio.

No entanto, gostaria de dedicar maior atenção à associação e relação das discussões sobre comportamento suicida e transtornos psicológicos e psiquiátricos, haja vista que essa relação esteve presente na maioria dos trabalhos analisados. Foi possível notar que alguns trabalhos teorizavam sobre essa relação (comportamento suicida e transtornos psicológicos), em outros momentos, os trabalhos acionavam a literatura especializada para justificar a relação comportamento suicida e transtorno psiquiátricos, ou seja, verificou-se a tentativa de relacionar o comportamento suicida com o transtorno de depressão, pautando-se no que podemos chamar de *causa e efeito*, isto é, sinalizando a depressão como uma causa frequente do suicídio.

A depressão, causa frequente de suicídio, é um transtorno do humor que oscila entre moderado e profundo, de curta ou longa duração que apresenta perda de interesse e de prazer pela vida e reduzidos níveis de energia. Entre jovens e adultos de meia idade, a depressão aparece associada a aspectos emocionais e cognitivos, como tristeza e negatividade, já entre idosos surge associada a sintomas somáticos, como cansaço e fadiga, distúrbios do sono e do apetite, sentimentos de desesperança e pensamentos sobre a morte (Cavalcante, Minayo & Mangas, 2013 citado por Ribeiro, 2016).

Os fatores de risco apontados são numerosos, no entanto, as perturbações psiquiátricas, principalmente, a depressão, e tentativas de suicídio anteriores figuram entre as mais citadas, bem como as perturbações do comportamento e suas associações (Bouvard & Doyen, 1996; Gould et al., 1996 citado por Lopes, Barreira & Pires, 2001).

Num estudo realizado por Marttunen et al. (1991), mais de 90% dos adolescentes vítimas de suicídio receberam o diagnóstico de, pelo menos, uma perturbação psiquiátrica, com maior prevalência para as perturbações depressivas, tais como perturbação depressiva major, perturbação distímica e perturbação depressiva sem outra especificação. Muitas das perturbações psiquiátricas, com início na adolescência, têm uma forte continuidade para a vida adulta e, deste modo, poderão contribuir para a morbidade psiquiátrica adulta. A depressão com início na adolescência tem uma forte e específica relação com a depressão no adulto e associa-se ao aumento da mortalidade por suicídio e ao aumento da deterioração psicossocial pelo uso tanto de psicotrópos, como dos serviços médicos na vida adulta (Fombonne, 1998 citado por Lopes, Barreira & Pires, 2001).

A partir desses estudos, pode-se afirmar uma tendência do que chamamos de biologização e psiquiatrização do fenômeno do suicídio, isto é, quando predomina apenas um

modo de conceber tal fenômeno. Nesse caso, a literatura especializada busca entender o suicídio a partir do viés biológico, contudo é sabido que um transtorno mental é um fator de risco quase essencial, ainda que insuficiente para o suicídio (Botega, 2015), ou seja, os transtornos mentais não são condições para que ocorra o suicídio, no entanto, verifica-se que, na literatura especializada, o suicídio e transtornos mentais corresponderiam a uma condição, como se pode observar nesse dado apresentado por Barraclough & cols (1974); Henriksson & cols (1993) citado por Meleiro & Teng (2004): 90% dos suicídios apresentam algum tipo de transtorno psiquiátrico, sendo que 60% a 85% dos indivíduos tinham depressão ou alcoolismo.

Todavia, esse dado nos mostra uma contradição, uma vez que o suicídio não tem condição no que se refere à relação suicídio e transtorno mental, isto é, os transtornos psicológicos não são a causa do suicídio, contudo a literatura científica aponta em dados estatísticos e epidemiológicos que quase 100% dos/as suicidas apresentariam algum tipo de transtorno psiquiátrico. Eis, então, uma contradição.

Desse modo, como dito anteriormente, essa informação tende a desconsiderar uma gama de fatores relacionados ao suicídio, e podemos pensar como um retrocesso ao pensamento sobre morte voluntária, pois, ao afirmarmos que 90% ou 85% dos suicídios estariam relacionados a um tipo de transtorno mental ou à depressão, seria mais que um reducionismo, mas uma atribuição da “causa” ao indivíduo. E se sabe que o suicídio se refere a um fator complexo que envolve diferentes fatores.

Nessa perspectiva, compartilhamos da concepção apresentada pela autora Rigo (2013), que considera a depressão como um fator de risco, e não um fator determinante, isto é, a causa do suicídio. Segundo a autora, estudos relacionam o suicídio a transtornos mentais, entre eles, os de maiores incidência de suicídio seriam depressão, esquizofrenia e alcoolismo. No entanto, a depressão, por sua vez, é o transtorno que mais prevalece na relação suicídio e transtornos mentais. Apesar disso, cabe afirmar que nem todo depressivo se suicida e nem todas as pessoas que cometeram ou idealizam o suicídio apresentavam uma depressão.

Contudo, mesmo havendo estudos contrários a uma postura biologicista, pode-se afirmar que, ainda, nos estudos sobre comportamento suicida, o viés biologizante permeia e produz diferentes efeitos na produção dos saberes, como, por exemplo, a exclusão de diferentes fatores que configuram o fenômeno do suicídio, tais como os marcadores de gênero, raça, classe etc.

Compreender o fenômeno do suicídio o reduzindo apenas aos fatores genéticos, biológicos ou a transtornos psicológicos não corresponderia a uma forma ideológica e,

consequentemente, de manutenção de um sistema no qual, a todo o momento, atribui à causa de determinado problema à pessoa? Pois, ao compreendermos, por exemplo, a depressão enquanto um transtorno psiquiátrico e psicológico como a causa ou disparador do comportamento suicida, automaticamente, não estaríamos desqualificando uma série de fatores constituintes e fomentadores desse fenômeno? E, por conseguinte, não haveria uma estigmatização dessa pessoa? Isto é, demarcar a “*causa*”, única ou meramente, na pessoa que se encontra em sofrimento e adoecimento psíquico.

Realizo essas questões justamente para problematizarmos não só a constituição do saber no que se refere ao comportamento suicida, mas, também, os efeitos desses saberes no sistema social, ou seja, no modo como reverbera socialmente, haja vista que, se 90% das pessoas que se suicidaram apresentavam algum tipo de transtorno psiquiátrico, como esse dado é interpretado? Interpreta-se o sistema social no qual essas pessoas estão inseridas? É compreendido como uma relação multidimensional, ou seja, compreendendo o fenômeno do suicídio enquanto um fator composto por diversos aspectos, tais como sociais, biológicos, culturais, raciais, étnicos, econômicos de gênero etc. ou diz que se compreende enquanto um fenômeno multidimensional, todavia, nessa dimensionalidade, apenas um aspecto se sobressai?

A partir dos estudos sobre comportamento suicida, é sabido que esse fenômeno é multideterminado, mas, na práxis, verifica-se a predominância e a sobreposição de um fator em relação aos demais fatores possíveis constituintes no que se refere ao comportamento suicida, e isso me parece contraditório, posto que em um dado momento, os estudos afirmam as múltiplas determinações de um fenômeno e, em outro momento, reduzem a apenas algumas de ordem biológica, psíquica, cultural ou outra.

Nessa proposta de raciocínio, corroboro com o que Rigo (2013) descreve sobre a pessoa suicida, de modo que ela, ao dizer não à existência, desestabiliza a ordem, posto que o suicida é aquele que subverte a ordem médica, contraria as leis cristãs e desafia a lógica capitalista. Pode-se afirmar que o suicida subverte a ordem médica, pois o saber médico se configura no saber da vida, ou seja, pela valorização e preservação da vida, junto a isso, esse saber é representado, socialmente, como um saber do poder, isto é, um saber responsável por lhe conferir um status.

O suicida se mostra contrário a essa ordem. É como se o ato competisse com o saber médico, e não é raro verificar essa pessoa ser lida como um “paciente indesejado” ou, muitas vezes, sendo “maltratada” pela equipe médica, de modo que o suicida se caracteriza por aquela

pessoa que subverte a ordem e o saber médico. No entanto, deve-se trabalhar para a desconstrução desses ideários/preconceitos e posicionamentos médicos e da equipe de saúde.

Junto a isso, o suicida também acaba por contrariar as leis cristãs, uma vez que Deus deu a vida a todos os sujeitos para que esses possam viver, e apenas ele teria o direito de tirá-la. Esse ideário se encontra enraizado há muitos séculos na história ocidental, o qual vem contribuindo para a estigmatização do sujeito que tenta ou comete o suicídio.

Não obstante, o suicida afronta a sociedade capitalista, pois, atualmente, encontramos vários discursos sobre o não fracassar e não sofrer, entretanto, para isso, segundo Rigo (2013), desenvolveram-se os antidepressivos, apresentado, muitas vezes, como “pílulas da felicidade”, para que esses indivíduos não fracassem ou falhem, por exemplo. No entanto, a pessoa suicida não compactua com esse ideário. Muitas vezes, os sujeitos que sobrevivem a uma tentativa de suicídio passam a ser julgados e, até mesmo, segregados, favorecendo e intensificando o sofrimento, desamparo, despertencimento e corroborando para novas ideações e tentativas de suicídio.

Além disso, os materiais também apontam o despreparo de profissionais da saúde e educação para lidar com jovens suicidas LGBTTIs. Segundo Taquette & Rodrigues (2015), o âmbito da saúde é organizado de acordo com as necessidades das pessoas heterossexuais, com isso, os profissionais agem quase sempre supondo que o/a adolescente é heterossexual, corroborando para que as pessoas homossexuais se silenciem ou não apontem questões relacionadas a gênero, sexualidade e a condição do adoecimento.

Nesse sentido, além de sofrer práticas discriminatórias e homofóbicas em suas relações interpessoais, jovens e adolescentes LGBTTIs também vivenciam violências e práticas homofóbicas no contexto da saúde, desde a invisibilidade da orientação sexual até mesmo ataques homofóbicos em relação à sua condição e performance de gênero. Assim sendo, os estudos de Natarelli, Braga & Silva (2015) sugerem, também, que profissionais de saúde apresentam dificuldades para lidar com os adolescentes em geral, além de apresentarem altos níveis de homofobia, posicionamento conservador e inflexível, atitudes negativas e discriminatórias contra pessoas LGBTTIs.

Dessa forma, adolescentes LGBTTIs que tentam o suicídio se necessitarem fazer uso de atendimentos médicos e emergenciais, pode passar a se sentir assim como em sua família/grupo social: envergonhado/a, culpado/a, constrangido/a, querendo e tentando descobrir o porquê do insucesso da tentativa de suicídio, e esse/a jovem ou adolescente, ao chegar ao serviço de emergência, pode se defrontar com um ambiente despreparado para seu atendimento, para

compreensão do fato, isto é, entrando em contato com um ambiente despreparado, com olhares depreciativos e julgamentos, o que faz impactar e intensificar ainda mais o sentimento de despertencimento, de desamparo, não aceitação.

Vieira, Freitas & Pordeus (2009) compreendem que, no e após o atendimento emergencial, a equipe, por vezes, seja dos plantões diurnos ou noturnos, apresentam comportamentos, muitas vezes, que condenam o adolescente, deixando-o ainda mais acuado e intensificando seu sentimento de culpa.

Ainda em relação aos profissionais da área da saúde, segundo as autoras, os profissionais tendem a apresentar certa incompreensão em relação à pessoa que tenta o suicídio, de modo que as equipes estariam comprometidas com o ato de salvar vidas, e, quando um/a adolescente busca voluntariamente se matar, passa a gerar sentimentos de aversão e de hostilidade frente ao indivíduo.

Com isso, o/a adolescente passa a ser representado como “aquele menino/a que estaria querendo chamar a atenção” ou se pode ouvir as seguintes expressões: “eu sofri e sofro e não me matei”, “esse sujeito merece ficar aí, vamos atender quem realmente merece”, entre outras expressões.

Dessa forma, evidencia-se certo despreparo por parte dos profissionais da saúde em relação a lidar com o suicídio, principalmente, em jovens e adolescentes, e, além disso, os/as profissionais da saúde, segundo as autoras Hildebrandt, Zart & Leite (2011), estariam despreparados para detectar e compreender os comportamentos suicidas e, tampouco, para aceitar, acolher e amparar o suicida.

Ainda nesse contexto, é possível pensar que as condições materiais em que se encontra a equipe de saúde favorecem para a constituição desse comportamento e sentimento aversivo frente à pessoa LGBTTI que tenta suicídio, uma vez que os hospitais se encontram em superlotação nos serviços de emergências, o qual, na maioria das vezes, deixa os profissionais impotentes e perplexos com a violência e a banalização da vida, uma vez que o hospital emergencial se caracterizaria por um local onde haveria desgaste físico e emocional, onde, a todo instante, perdem-se e salvam-se vidas (Hildebrandt; Zart & Leite, 2011).

Desse modo, pode-se afirmar que atitudes como essas influenciam o comportamento do profissional, que, muitas vezes, atende à pessoa LGBTTI de maneira rápida, superficial, sem se aprofundar em questões relativas à saúde sexual e limitam a possibilidade de prestar um cuidado integral a essas pessoas. Assim sendo, a homofobia pode ser caracterizada como um obstáculo para que a população LGBT tenha acesso a serviços de saúde e receba um cuidado mediante

suas necessidades de saúde específicas (Campos-Arias; Herazo & Cogollo, 2010; Natarelli; Braga & Silva, 2015).

Os jovens LGBTTI se encontram em situação de vulnerabilidade e são expostos a diferentes tipos de violência verbal, psicológica e física, gerando intensos sofrimentos e, conseqüentemente, podendo resultar em ideações e tentativas de suicídio. Junto a isso, esses corpos já se encontram vulneráveis, posto que diferem em termos de comportamento e orientação sexual do padrão hegemônico fixado culturalmente, socialmente e historicamente no contexto ocidental.

Assim, compete aos estudos sobre comportamento suicida em jovens LGBTTI compreenderem que fatores psiquiátricos e biológicos não são determinantes no modo de se compreender esse fenômeno (Oliveira, 1998). Fatores como a classe social, o stress, conflitos culturais, a migração, imigração, racismo, o sexismo, a idade, o desemprego, as questões de gênero devem estar a par das questões biológicas e, por conseguinte, implicadas nas discussões e nas análises acerca da relação comportamento suicida e juventude (Oliveira, 1998).

5.3. Condição da População LGBT: Vulnerabilidade em debate

Foi consenso, nos estudos analisados, a configuração da população LGBTTI enquanto um grupo social que se encontra vulnerável tanto pela condição da juventude quanto pela violência e exclusão que estão expostos – por diferirem, em termos de comportamento e orientação sexual, do padrão hegemônico fixado social, cultural e historicamente. Desse modo, por não se sentirem pertencentes a uma dada realidade, jovens LGBTTI, excluídos do cenário social, cultural, familiar, educacional, dentre outros contextos, passam a idealizar e, até mesmo, tentar o suicídio, posto que se encontram inseridos/as em um contexto de extrema violência e de discriminação, gerando uma série de efeitos negativos sobre a saúde mental e contribuindo, assim, para a intensificação do adoecimento, bem como para o sentimento de não pertença.

Não pertença, visto que, historicamente, passou-se a construir a ideia de que a heterossexualidade corresponderia ao modo ideal de felicidade amorosa e erótica, bem como o padrão de ser e estar no mundo, conseqüentemente qualquer expressão de sexualidade que diferiria do que fora nomeado por heterossexualidade era compreendida como anormal. Nesse sentido, a heterossexualidade é assimilada por diferentes instituições socioculturais, tais como

a família, religião, escolas, políticas públicas etc., havendo, então, um heterocentrismo nas relações e no modo de organização das relações interpessoais.

Segundo Filho & Marreto (2008), esse contexto passa a implicar no modo de pensar, agir e sentir, o que coloca a heterossexualidade como referência primeira dos desejos, ideais, princípios e valores, produzindo, assim, um sentimento de superioridade em relação a todas as outras manifestações da orientação sexual e identidade de gênero. Além disso, o modo de estruturação pautado na heterossexualidade também elenca e define os papéis sociais, bem como o que passa a ser compreendido como “correto” e “incorreto”.

É nessa perspectiva que verificamos a construção de estigmas, preconceitos e, por conseguinte, atitudes violentas em relação à população LGBTTI, como se pode perceber nos seguintes trechos de reportagens do site “*Homofobia mata*”: “Jovem trans é assassinada a pauladas e tiros em Pelotas – RS”, “Adolescente travesti e negra de apenas 16 anos é assassinada a tiros em praça de João Pessoa”, “Gay é estrangulado e assassinado com 25 facadas em hotel no centro de Manaus”, “Travesti negra é assassinada com perfurações de chave de fenda e requintes de crueldade em Mato Grosso”, “Luana: mãe, negra, pobre e lésbica. Covardemente assassinada por três PMs”.

Essas e outras manchetes representam e denunciam uma realidade da população LGBTTI no Brasil. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB)¹⁸, o ano de 2016 foi o ano mais violento desde 1970 contra pessoas LGBTTIs, posto que foram registradas 343 mortes entre janeiro a dezembro de 2016, isto é, a cada 25 horas, um LGBTTI foi assassinado, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra pessoas LGBTTIs.

No entanto, esses dados são apenas a ponta de um iceberg, uma vez que não há estatísticas governamentais sobre crimes de ódio, com isso, os números são sempre subnotificados, posto que o GGB atualiza o relatório anual a partir de notícias publicadas nas grandes mídias. Nesse sentido, como se sentir seguro diante de uma realidade como essa? Como se sentir minimamente pertencente à sociedade que te violenta de inúmeras formas todos os dias?

Na tentativa de manutenção de um ideário social, pessoas destoantes da normatividade são violentadas todos os dias e, conseqüentemente, passam a desenvolver uma série de transtornos, medos, inseguranças, favorecendo, então, os pensamentos e idealizações suicidas. Esse processo de violência pode ser denominado por homofobia, visto que, segundo Golin &

¹⁸ Retirado do *site*: <http://blogs.correio24horas.com.br/mesalte/numero-de-mortes-de-lgbts-bate-recorde-em-2016-bahia-teve-32-homicidios/>. Acessado em: 10/02/2017.

Weiler (1999 citado por Texeira-Filho & Marreto, 2012), esse processo corresponde ao medo ou descrédito em direção aos homossexuais ou àqueles que se presume serem.

Nesse sentido, a homofobia se encontra relacionada à representação do outro como anormal, inferior e aversivo. Segundo Eribon (1999), a homofobia pode se manifestar tanto a partir da própria pessoa LGBTTI em relação a si própria, às outras pessoas LGBTTIs ou a tudo que fizer referência à homossexualidade em si ou nos outros, como, também, poderá partir de pessoas não homossexuais em relação à pessoa LGBTTI ou a tudo aquilo que remeta à homossexualidade.

Pode-se afirmar que a homofobia assume, então, o papel de defesa social, o qual tem, por objetivo, afastar qualquer ameaça ou possibilidade de existência que seja contrária ao estatuto de normalidade e naturalidade da heterossexualidade. Com isso, passa-se a oprimir as pessoas que desestabilizam a normalidade, e essa opressão ocorre de diferentes formas, seja inviabilizando essas pessoas dos estudos e dos saberes científicos, seja violentando e as assassinando de todos os espaços sociais.

Em geral, por conta desse contexto de opressão, a população LGBTTI, portanto, encontra-se situada num contexto de extrema vulnerabilidade e, conseqüentemente, pode vir a sofrer de depressão, dentre outros transtornos psicológicos. Com isso, numa forma de defesa psíquica, muitos jovens LGBTTIs criam mecanismos psicológicos para lidar com tais situações violentas, direcionando atitudes negativas para si mesma, ou seja, criando uma imagem empobrecida e, conseqüentemente, negativa e inferior.

Rodrigues (2010), Silva & Barbosa (2014), Teixeira-Filho & Rondini (2012), Teixeira-Filho & Rondini (2008), Garcia (2009), Taquette & Rodrigues (2015), Cardoso & Ferro (2012), Perucchi, Brandao & Vieira (2014) & Teixeira-Filho, Rondini & Bessa (2011) discutem a homofobia enquanto um dispositivo de controle e poder, o qual tem, por objetivo, a promoção e constituição de uma imagem negativa e aversiva no que se refere à população LGBTTI e que pode resultar tanto no campo social quanto no campo individual, o que os autores passam a denominar como *homofobia internalizada*. E, justamente por não se ver aceito na sociedade, a juventude LGBTTI passa a se voltar contra si mesma, direcionando ataques à própria imagem, bem como ao próprio corpo.

No entanto, essa negação ou não aceitação é produto de uma estruturação social orientada sob e pela lógica da heteronormatividade, assim as pessoas LGBTTIs passam a negar sua própria orientação sexual, encontram-se imersos em baixa autoestima e desvalorização da autoimagem, bem como o desprezo ou a repulsa por pessoas assumidamente homossexuais.

Além disso, podem desenvolver comportamentos agressivos e de confrontação a pessoas LGBTTIs.

Nesse sentido, os estudos apontam que atos de homofobia são atos que atentam, direta ou indiretamente, contra a vida da pessoa LGBTTI, assim como um preconceito arraigado numa história de ódio e de discriminação. Com isso, parece ser importante pensar a prática da homofobia enquanto uma violência que produz inúmeros efeitos, tais como a morte de inúmeras pessoas LGBTTIs.

Ainda nesse contexto, os estudos analisados descrevem que a estruturação social estabelecida pela heteronormatividade e heterossexualidade compulsória corresponderia à intensificação do sentimento de não pertença, bem como para o adoecimento de pessoas LGBTTIs. Por exemplo, Santos, Borges & Almeida (2013), ao discutirem a adolescência heteronormativa masculina e sua relação com o comportamento suicida, afirmam que as masculinidades inadequadas apresentariam maiores propensões para o adoecimento, bem como para serem visualizados como anormais e seres desviantes.

Miskolci (2006) afirma que as masculinidades desviantes, diante das exigências heteronormativas, são consideradas subalternas, desviantes, desvalorizadas, negligenciadas e, conseqüentemente, sofrem uma série de cobranças, ataques e agressões, sendo assim, o tipo de cobrança realizada aos meninos que não alcançam à masculinidade heteronormativa tem contribuído para o aumento do suicídio entre eles (Junqueira, 2009).

Dessa forma, os adolescentes e jovens LGBTTIs que se encontram inseridos/as nesse contexto de extrema violência começam a desenvolver uma série de sentimentos no que diz respeito a essa realidade, assim o suicídio entre jovens LGBTTIs se encontra relacionado à certa desesperança e negação interna que costuma ser reforçada pela sociedade heteronormativa em que vivemos. Segundo Teixeira-Filho & Marreto (2008), tal pressão social vem, portanto, reforçar um estado de melancolia na pessoa, o que dificultará que a mesma venha a fazer o luto da heterossexualidade, passo fundamental para a construção de uma identidade sexual na qual o sujeito se reconheça e se sinta autorizado para expressar seus desejos.

Nesse processo de se isolar e de adoecimento, muitas vezes, segundo Teixeira (2004), os/as jovens passam a construir ideações suicidas, uma vez que, a partir das suas vivências e experiências de não pertencimento, de desamparo e amor não correspondido, esses/as jovens passam a ter e construir desejos e, até mesmo, pensamentos sobre o morrer, de modo que, para o/a adolescente, segundo a autora, haveria um sentimento de não mais ser pertencente a um grupo ou pelo risco de perder seu pertencimento a um grupo, levando-o/a, muitas vezes, a

intenso sofrimento psíquico, resultando em tentativas de suicídio e, até mesmo, na concretização do suicídio.

Porque o/a adolescente e/ou jovem deixa de se reconhecer como sujeito tanto na família como na sociedade em si, de acordo com Wang & Ramadam (2004), os/as adolescentes e jovens suicidas se configuram por apresentar sentimentos pervasivos de desesperança, desamparo e solidão. Ainda nesse contexto, segundo os autores supracitados e Navasconi & Silva (2013), é possível verificar os seguintes discursos em jovens e adolescentes com a emoção comum do suicídio, no caso desesperança e desamparo: “Não há nada que eu possa fazer”, “Ninguém pode me ajudar, já que ninguém me ama”, “Não pertença a nada”. Segundo os autores, seriam formulações que expressariam o pensamento suicida.

Nessa direção, podemos observar que essas expressões se correlacionam com os apontamentos teóricos acerca do possível sentimento de não pertença, uma vez que, ao vivenciar e perceber esse sentimento, o/a adolescente passaria a se sentir desolado, desamparado, sua vida passaria a se apresentar destituída de sentido e significado, de modo que o outro passaria a não corresponder suas necessidades. Desse modo, podendo haver ideações suicidas, tentativas de suicídio e, até mesmo, a concretização do ato.

Além dessas questões, os trabalhos analisados apontam para a relação homofobia em contextos familiares, escolares e nos movimentos sociais, em que produziram e intensificaram sentimentos de não pertencimento, de solidão, incompreensão e, por conseguinte, produziram ainda mais sofrimento e adoecimentos.

Nesse sentido, entende-se que a longa exposição às situações de desvalorização, bem como o sentimento de não pertença ao grupo familiar e sentimentos referente à desvalorização e incompreensão, causa efeitos múltiplos de dor, angústia, insegurança, auto-censura, rigidez, alienação, negação de si, entre outros, deixando marcas profundas na subjetividade de jovens LGBTTI.

Soliva (2010) afirma que muitas famílias não conseguem proporcionar a esses jovens uma sensação de acolhimento que, convencionalmente, a instituição família deveria gerar, e, conseqüentemente, verificamos as agressões, ameaças e outros tantos tipos de violência que comunicam a intolerância, frustração e medos que esses familiares comumente exteriorizam quando se deparam com a possível existência de um filho/a LGBTTI.

Nesse contexto, verificam-se inúmeros conflitos que fazem o ambiente familiar se tornar um espaço marcado por medos, inseguranças, receios e incertezas. Como se pode observar no

caso em que um pai matou o filho de oito anos¹⁹, haja vista que, segundo a polícia, o pai confessou o crime e disse que costumava bater no filho para “ensiná-lo a virar homem”, porque, segundo o pai, o garoto gostava de dança do ventre, tinha o hábito de vestir as roupas das irmãs e gostava de lavar louça.

Por um mesmo viés, identificamos e tomamos como natural a reprodução “você está morto para mim” ou “preferiria que você fosse marginal, prostituta, usuário de drogas, ao invés de LGBTTI”. Essas assertivas, infelizmente, encontram-se relacionadas aos imaginários de determinadas famílias, de modo que se encontram em consonância com a realidade na qual essas famílias estão inseridas.

Haja vista que o malogro da homossexualidade desperta sentimentos de difícil lida, os quais misturam medos e culpas num esforço premente de recuperação daqueles que transgridem. Tapas, socos, xingamentos, recriminações e ameaças fazem parte dessa terapêutica que visa, única e exclusivamente, trazer esse sujeito às raias da normalidade ocasionalmente rompida (Soliva, 2010).

Como dito anteriormente, o Brasil se situa como um dos países com maiores índices de assassinatos LGBTfóbicos, e nada tem sido o bastante para suscitar preocupação por parte de órgãos de segurança e do Estado. Segundo Mott (2006)

Os dados comprovam inegavelmente que os homossexuais estão vulneráveis à violência: em Brasília, 88% dos jovens entrevistados pela Unesco consideram normal humilhar gays e travestis, 27% não querem ter homossexuais como colegas de classe e 35% dos pais e mães de alunos não gostariam que seus filhos tivessem homossexuais como colegas de classe. Mais grave ainda, no Brasil, um gay, travesti ou lésbica é barbaramente assassinado a cada 28 horas, vítima da homofobia (p. 154).

E, nesse contexto, torna-se corriqueiro e natural à família declarar: “prefiro ter um filho ladrão do que homossexual”, pois o fato de ser LGBTTI apresentaria a conotação de que seria “algo” inaceitável e de total desprezo. Portanto, esses fatores favoreceriam para a produção do sentimento de despertencimento de uma pessoa LGBTTI e, por conseguinte, levando-a, muitas vezes, a intenso sofrimento psíquico e resultando em tentativas de suicídio e, até mesmo, na concretização do suicídio.

¹⁹ “Pai matou filho de 8 anos porque ‘preferia’ que ele fosse hetero ou porque gay ‘se conserta’ na porrada?”. Reportagem acessada em: 12/02/2017. Disponível em: <<http://ladobi.uol.com.br/2014/02/pai-matou-filho-de-8-anos-porque-preferia-que-ele-fosse-hetero-ou-porque-gay-se-conserta-na-porrada/>>. Em dezembro de 2017, outro jovem morreu por ser homossexual – “Morreu apanhando”. **Gabryel Scheyder Ribeiro Magalhães**, de 16 anos, morreu após uma discussão com o pai.

Além do contexto familiar, Souza (2012) afirma que os movimentos sociais também favorecem para a exclusão, adoecimento, bem como para a manutenção de práticas discriminatórias e homofóbicas. Conforme aponta o referido autor, “além de políticas públicas, um grande passo para acabar com o quadro de intolerância é aceitar que ‘um negão desse pode ser viado’ e é dever, também, do Movimento Negro contribuir para a erradicação da homofobia” (p. 93).

Ainda no que se refere a comportamento suicida, vulnerabilidade e marcadores de gênero e sexualidades, Nagafuchi & Adorno (2016) apontam a necessidade de trazer outros nomes para a discussão, como a “homonormatividade”:

Proposta por Rob Cover, que diz respeito à normas, práticas, culturas e representações que podem estar implicadas em dificuldades experimentadas, reproduzindo formas de isolamento e exclusão; e que são produzidas no seio da comunidade LGBTQIA+. Isso envolve, por exemplo, formatos de corpos idealizados por jovens gays em aplicativos, exclusão sistemática das pessoas trans em políticas e na própria comunidade, modelos normativos de sexualidade que excluem as pessoas assexuais, e assim por diante (p. 33).

Desse modo, segundo os autores, passa a ser primordial que um dos pilares para discussão de prevenção e promoção da qualidade de vida aconteça por meio de uma educação mais inclusiva.

Portanto, se formos **analisar de modo geral**, é possível afirmarmos que ainda que os marcadores étnico-raciais, em sua pluralidade, não estejam presentes nas discussões dos trabalhos coletados e analisados nesta seção, os marcadores de sexualidades e gênero se fazem presentes. Entretanto, o fazer presente se configura pela exclusão de discussões que perpassam as questões de raça, etnia, classe, entre outros.

Sobretudo, se nos indagarmos “*como as pessoas negras LGBTTIIs são representadas nos estudos de gênero e sexualidade?*”, verifica-se que a representação será majoritariamente na figura do gay negro, isto é, encontra-se o predomínio da identidade do gay negro nas discussões sobre a intersecção raça, gênero e sexualidades e, conseqüentemente, nota-se a invisibilidade de outras identidades de gênero²⁰.

Além do predomínio da imagem do homem gay negro, verifica-se, também, a associação da cor negra ao erotismo, mercado sexual, mercado dos envolvimentos, prostituição,

²⁰ **Megg Rayara Gomes de Oliveira**, com a tese intitulada “O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação” (2017), oferece-nos uma ruptura nos estudos normativos ou hegemônicos acerca da intersecção raça, gênero e sexualidades, possibilitando uma leitura e concepção plural sobre a intersecção destes marcadores.

turismo sexual, a indústria pornográfica e a classificação do desejo, segundo Moutinho (2006), Pinho (2012), Kurashige (2014), Aguião (2007), França (2013), Simões, França & Macedo (2010), Pereira & Ayrosa (2008), Melo & Lopes (2014), Pocahy (2012), Santos & Pereira (2016), Souza (2012), dentre outros trabalhos analisados.

Penso que seja importante sinalizarmos que muitos trabalhos abordam tais questões de maneira crítica, ética e problematizando os lugares atribuídos a essa população. Entretanto, a questão que desejo colocar em discussão diz respeito à implicação e os efeitos que esses trabalhos reverberam não só no contexto acadêmico científico, mas também no contexto social, cultural e interpessoal – se é que poderíamos separar tais realidades. Em outras palavras, anseio, de modo sucinto, indagar sobre por que não é frequente, na literatura científica, discussões sobre a masculinidade negra fora do registro da animalidade e exotificação. Por que a literatura especializada sobre os marcadores de raça, gênero e sexualidades associam a população LGBTTI às questões como o erotismo, pornografia e mercado sexual? E, por fim, por que trabalhos referentes à saúde mental da população LGBT negra são tão pouco abordados e discutidos nas análises acerca da intersecção raça, gênero e sexualidades?

Nogueira (1998) afirma que o negro não foi construído para ser uma pessoa, logo não foi um cidadão nascido livre. Na condição de escravo, não era uma pessoa, seu estatuto era o de objeto, não o *de* sujeito. Assim, a população negra foi aleijada do corpo social, única via possível para se tornar indivíduo. Contudo, com a abolição da escravatura e a constituição da República, a condição de cidadãos de direitos foi estendida para a população negra. No entanto, de que modo a sociedade passou a visualizar esses cidadãos?

A libertação da escravatura não significou, para o negro, ingresso na classe trabalhadora, ao contrário, tal processo foi vivenciado como um abandono: abandonado pelos senhores, ele se tornava um peso, um excedente na estrutura social. O negro, conseqüentemente, veio a ocupar o que, modernamente, se convencionou como lumpenproletariado (marginais, mendigos, prostitutas, etc.), grupo formado por marginais ao sistema produtivo, mesmo atualmente, grande parte da população negra se encaixa nessa categoria; ou, pelo menos, é assim que, nas representações sociais, se constitui a imagem da população negra (**Nogueira**, 1998, p. 35).

E, assim, constroem-se lógicas de representação da população negra, e essa lógica passa a ser introjetada por diversas instituições, bem pelo coletivo social. Sendo assim, se determinado grupo social passa a ser representado como belo, inteligente e desenvolvido, isto é, esse grupo social é cultural e civilizado. Se pudéssemos resumir esse grupo social numa única palavra seria *a humanidade*; em contrapartida, outros grupos sociais, destoantes da

humanidade, corresponderiam à negatividade e à despersonalização, e, assim, retira-se toda e qualquer possibilidade de humanidade desses grupos sociais destoantes da norma.

Sendo assim, torna-se presumível que a literatura especializada – que possui uma raça – entenda os fenômenos de gênero, raça e sexualidades se pautando nas representações sociais construídas pelo grupo dominante, ou seja, pela branquitude.

Portanto, é de suma importância lembrar que somos educados/as, adestrados/as e formatados/as para esquecermos o passado, afinal, segundo o ditado popular, o passado tem um lugar próprio: o *museu*. E, assim, realizamos análises anacrônicas e descontextualizadas de inúmeras questões sociais e políticas. Uma delas diz respeito à população negra, posto que, embora a abolição da escravatura tenha se dado somente em 13 de maio de 1888, por meio da Lei Áurea, sabe-se que a população negra das senzalas fora para as favelas, enquanto os escravagistas foram indenizados e amparados pelo Estado.

Com isso, marginalizada, a população negra se aglomerou nos centros periféricos e, por conseguinte, a criminalidade passou a ser uma possibilidade, visto que não receberam meios de sobrevivência por parte do Estado, e mesmo a mão de obra negra foi preterida no período pós-abolição, uma vez que o Estado importou trabalhadores europeus, objetivando o crescimento, desenvolvimento e o embranquecimento da população brasileira, posto que só assim a sociedade brasileira progrediria. Em contrapartida, para a população negra, foi designada o limbo e os piores lugares da sociedade brasileira.

As mulheres negras eram – e são²¹ –, constantemente, violentadas e estupradas pelos senhores do engenho, capatazes, outros escravos etc. Por sua vez, além de terem sua sexualidade exacerbada, a associação do negro com a criminalização se tornou presente e justificadora de uma realidade da qual se atribui ao negro o papel do único responsável.

Desse modo, os significados da masculinidade racializada, na modernidade, são construídos em associação à produção contestada da representação sobre o corpo negro e sobre este como fonte, matriz ou lócus da própria identidade do homem negro e dos fundamentos transcendentais de sua presumida subjetividade (Pinho, 2016). Nesse sentido, tais representações acabam por naturalizar e se fixar no imaginário social. Por exemplo, a

²¹ A taxa de mortalidade das mulheres negras teve um aumento de 22% entre 2005 e 2015, enquanto a das mulheres não negras – brancas, amarelas e indígenas – teve uma redução de 7,4% no mesmo período. O que revela a persistência da relação entre o recorte racial e a violência no Brasil. Os dados são do Atlas da Violência 2017, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Por sua vez, o número de homicídios de mulheres negras cresceu 54% em dez anos, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. É o que aponta o Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), com o apoio da ONU Mulheres Brasil, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do governo brasileiro e divulgado em novembro de 2015.

representação pornográfica do corpo do homem negro revela e esconde a animalidade, repulsão, morbidez, selvageria e a fascinação.

Assim, animaliza-se o corpo do homem negro, visto que, por ora, refere-se a um objeto de prazer transgressivo (**hooks**, 2003; **Ribeiro**, 2013), no entanto, esse prazer é efêmero, posto que, se o pênis do homem negro é passível de prazer, valorização e anseio, este também é visualizado e concebido como perigo-selvagem-arma-e-ameaça. Sendo assim, a violência e “estigma de barbarismo e selvageria se ligam ao espaço simbólico da representação da identidade negra masculina” (**Pinho**, 2012, p. 2).

5.4. Da concupiscência ao horror

No decorrer do processo histórico e de ocidentalização, a masculinidade negra se tornou alvo de preocupações por parte da branquitude, principalmente, por parte de intelectuais das mais diversas áreas do pensamento social, posto que a masculinidade negra se encontrava e ainda se encontra associada ao perigo, ameaça, exótico, violência, estranho, dentre outros sinônimos. Com isso, passa a ser necessário estudá-lo, dissecá-lo e, conseqüentemente, aprisioná-lo para melhor compreender e contê-lo.

De acordo com Friedman (2001) & **Souza** (2009), desde que os europeus fizeram os primeiros contatos com o continente africano, o pênis negro se tornou o ponto de referência das relações que seriam estabelecidas, a partir daí, entre homens negros e brancos. O pênis negro foi medido, pesado e dissecado por diferentes cientistas, sendo guardado em recipientes com formol e exibido por toda Europa, causando, ao mesmo tempo, espanto e desejo²².

Se há séculos passados, o homem negro era objeto de horror, por detrás desse horror, haveria um desejo reprimido. Pode-se afirmar que, atualmente, essa ideia ainda se encontra presente em nossas relações interpessoais. Quando a sociedade visualiza o homem negro apenas como um pênis ambulante, posto que nossa inteligência foi avaliada pela branquitude na proporção inversa ao tamanho do nosso pênis, verifica-se a objetificação e animalização, e, assim, tiram-nos toda e qualquer possibilidade de humanidade, posto que seríamos apenas “um pênis”.

²² Dentre vários exemplos, temos o caso de “O Negro”, o qual permaneceu por mais de 80 anos no Museu Darder, em Griona, norte da Catalunha. Sarah “Saartjie” Baartaman (Vênus Negra) também passou quase um século sendo exibida em eventos na Europa e, posteriormente, sendo exposta nos museus pela Europa.

No entanto, **bell hooks**, em “Pennis Passion”, afirma como a visão do falo como uma ferramenta de força é conservadora e falha e, além de tudo, corrobora para o aprisionamento de homens e mulheres. Sendo assim, segundo a autora, essa concepção reflete inúmeras problemáticas, tais como as questões de poder e subordinação atreladas ao simbolismo do órgão masculino, e, aqui, cabe ressaltarmos que, ao falarmos dos corpos negros, a referência da hiperssexualização sempre se dará pelo enfoque no falo.

Sendo assim, como afirma **Fanon** (2008), o homem negro não é um homem, uma vez que, no imaginário ocidental, antes de ser homem, ele é negro e, como tal, não tem sexualidade, esse negro tem sexo. Portanto, a construção da masculinidade negra enquanto sinônimo de um animal é perceptível e representada nos mais diferentes contextos, tais como no saber científico, na literatura, telejornais, jornais, rede sociais, propagandas etc. Além da animalização, do macro-falo, o homem negro também é alvo do Estado e dos seus aparatos de controle e “bem-estar”, tais como os dispositivos de segurança – Polícia – e os dispositivos da saúde – Medicina, Psicologia e Psiquiatria.

Todavia, quando estudamos e falamos sobre masculinidade negra, não devemos entendê-la ou enquadrá-la enquanto uma categoria única e fixa e, sim, como uma categoria múltipla e composta por diferentes fatores que se inter cruzam com a categoria de masculinidade. É preciso e necessário descentralizar conhecimentos monocategóricos e, para isso, podemos acionar o conceito de “imagens em controle” de **Collins** (2009). Esse instrumento conceitual possibilita compreendermos e discutirmos as representações sociais atribuídas à população negra, ou seja, imagens em controle se refere a um instrumento conceitual que abriga, metodologicamente, os conceitos de estereótipo ou de estigma (**Conrado & Ribeiro**, 2017).

Por exemplo, a hipermasculinidade frequentemente atribuída aos homens negros reflete crenças sobre o seu apetite sexual excessivo. Ironicamente, o apetite sexual excessivo de Jezebel a masculiniza, porque seu desejo sexual é exatamente como o desejo de um homem [...] Em um contexto onde as mulheres femininas são aquelas que permanecem submissas, mesmo que apropriadamente em uma paquera com os homens, mulheres cuja agressão sexual se assemelha a dos homens se tornam estigmatizadas (**Collins**, 2009, p. 100).

Portanto, quando se aciona certas imagens de pessoas negras e, no caso de homens negros, acaba-se, automaticamente, ativando outras imagens e outras representações sociais, consequentemente essas imagens e representações se encontram pautadas em relações assimétricas, de desigualdade social e repleta de preconceito e violências. Como, por exemplo,

quando se verifica que os estudos sobre gênero, sexualidades e raça abordam, única ou exclusivamente, a população LGBTTI negra sob o viés da biologização, exotificação e do erotismo.

Nesse contexto, um dos caminhos de construção da compreensão das masculinidades negras, segundo **Conrado & Ribeiro** (2017), é a partir dos estudos feministas negros, haja vista que os estudos feministas negros vêm criticando o universalismo e a naturalização de inúmeras categorias, tais como a categoria mulher e homem. Sendo assim, o rompimento de uma concepção unitária da experiência masculina nos viabiliza explorar diversas possibilidades de experiências masculinas, uma vez que a subjetividade masculina é afetada por uma série de variáveis e identidades transversais e é, portanto, diversa (Ashe, 2004, p. 192).

Desse modo, entender masculinidades é entender esse fenômeno enquanto um processo em constante transformação. Connell (2000) afirma que masculinidades são processos de configurações da prática que não devem ser vistas como equivalentes de homem, haja vista que masculinidades são processos e não grupos de pessoas, bem como falar sobre masculinidades é, também, falar de lugares e posicionalidades de privilégio, sejam eles simbólicos ou materiais, posto que ocupar o lugar ou transitar pela masculinidade recai em privilégios divididos do patriarcalismo.

Segundo **Faustino Nkosi** (2014), a noção de um *padrão* de masculinidade hegemônica busca reconhecer que, embora haja uma norma dominante, as pessoas transitam por elas de formas distintas, sejam motivadas por outras contradições, raça, classe, região, geração etc., seja pela própria trajetória e agência individual. Assim como não há uma única masculinidade, não uma única masculinidade negra, por exemplo.

Além disso, entender masculinidade enquanto um processo é entendê-la de modo contextual, política e categórica, ou seja, não há um único modo de masculinidade, mas, sim, masculinidades hegemônicas – como ser branco, heterossexual, classe média alta, ocidental – e há masculinidades em sobreposição a essas – como as masculinidades marginalizadas, subordinadas às masculinidades hegemônicas, que seriam aquelas masculinidades identificadas entre negros, gays, não brancos, não-cis. No entanto, é de suma importância compreender tanto as masculinidades hegemônicas quanto subalternas enquanto categorias e posições relacionais, e não de modo hierárquico.

Hooks (2004) registra que a virilidade, hipermasculinidade, truculência, hiperssexualização e o anti-intelectualismo completam um modelo de homem negro agressivo, materialista e incapaz. Esse modelo vigora no imaginário social, bem como no modo de

sociedade do homem negro. Sendo assim, para esse homem negro ser legítimo, deve ser truculento, agressivo e minimizar a importância da educação escolar. Ainda sobre a representação social do homem negro como agressivo e violento, **Davis** (2016), em “Mulheres, Raça e Classe” também aborda as representações sociais do homem negro como instintivo e violento, e, segundo a autora, essa representação se encontra diretamente associada à imagem das mulheres negras como promíscuas.

Segundo **Conrado & Ribeiro** (2017), no Brasil, Nina Rodrigues, apoiado nas teorias da degenerescência das raças, bem como na inferioridade de tipos raciais, teorizou sobre a mulher negra e sobre o homem negro, posto que, segundo o autor, “a sensualidade do negro pode atingir, então, as raças quase das perversões sexuais mórbidas. A excitação genésica da clássica mulata brasileira não pode de ser considerada um tipo anormal” (Nina Rodrigues, 1933, p. 153 citado por **Conrado & Ribeiro**, 2017, p. 89).

Infelizmente, essa representação social ainda se encontra presente e prevalece a visão dominante colonial, como afirma **Fanon** (2008), em que o negro teria uma “potência sexual alucinante” (p. 131) e de que o negro é fixado no genital ou de que fixaram-no nesse local, pois, se não é o comprimento do pênis, no caso do homem negro, é a potência sexual que atinge o branco, e, assim, novamente, verifica-se a biologização do homem negro.

Ser negro é ser o corpo negro, que, fundamentalmente, é um corpo para o trabalho e um corpo sexuado, logo se encontra decomposto ou fragmentado em partes: a pele, as marcas corporais da raça – cabelo, feições, odores –, os músculos ou força física, o sexo, genitalizado dimorficamente, com o pênis símbolo falocrático do *plus* de sensualidade que o negro representaria e que, ironicamente, significa sua recondução ao reino dos fetiches animados pelo olhar branco (**Pinho**, 2004).

De acordo com **Faustino Nkosi** (2014, p. 83), quando o negro não é invisibilizado, é representado como contraponto antiético do humano. A sua aparição, quando autorizada, é reduzida a uma dimensão corpórea, emotiva ou ameaçadora, tal como um King Kong descontrolado: “tão grande, tão bruto, tão negro, com mãos rústicas e exacerbados instintos libidinais em sua busca desenfreada pela mocinha (ultrafeminina) de tez claramente virginal e corpo frágil”.

Nota-se que a masculinidade se encontra num processo de ambivalência. Por ora, é marginalizada, outrora é exaltada. Todavia, essa exaltação, na maioria das vezes, tem local, tempo e duração, de modo que, discursivamente, fomos construídos como ativos e potências sexuais, mas essa exaltação precisa ser num beco sem saída o mais escuro possível, ou seja,

mais longe da civilização – sem olhares da branquitude –, e, automaticamente, a exaltação leva o tempo apenas do gozo e de uma ejaculação qualquer.

Em contrapartida, há a noção inata de virilidade, e podemos afirmar que a virilidade não é um dom ou algo que se encontra no corpo associado à biologia, mas, sim, é fabricada, posto que diversos tipos de masculinidades coexistem e são produzidas simultaneamente. No entanto, a categoria de masculinidade é perpassada por diferentes fatores. Um deles diz respeito à raça, em outras palavras, a história das pessoas é racializada, e a raça é relacionada ao espaço. Os corpos de homens e mulheres negros/as são muito sexualizados. A raça é sexualizada, e a sexualidade é racializada (Barnard, 2004; Sullivan, 2003, **Silva-Junior & Ivenicki**, 2013). As categorias raça, sexualidade, classe e gênero não existem independentes, elas operam como sistemas interligados (Barnard, 2004).

Em nível de exemplificação, nas intervenções e dinâmicas que realizo com adolescentes e jovens negros e não negros, costumo solicitar, em um dado momento, para que todas as pessoas presentes naquele espaço fiquem em silêncio e, lentamente, fechem seus olhos e, nesse momento, realizo algumas perguntas provocativas, tais como: “homossexualidade?! Casal?! Violência?! Gay?!”, e assim por diante. Faço essas perguntas justamente para instigar, nas pessoas presentes, quais imagens acionamos quando escutamos, por exemplo, o termo “homossexualidade”. Como resultado das minhas experiências, dificilmente imagens de pessoas negras são acionadas nesses momentos, exceto quando se refere a questões da subalternidade, pobreza e violências.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que masculinidade negra se encontra pautada num círculo muito restrito, ou seja, ora se encontra relacionada à mercadoria-consumo-desejo-sexual, outrora, à anulação-ameaça-medo-horror-violência. Em ambas as dicotomias, nota-se a retirada de uma possível humanidade e afetividade, afinal esses “pseudos-humanos” corresponderiam à classe da animalidade e objetal, posto que, na medida em que as pessoas negras são coisificados, retirar-se-á toda e qualquer possibilidade de humanidade, bem como de afeto dessas pessoas, pois se delimita as relações a uma função sexual ou uma função respaldada na violência e agressividade.

Júnior & Jesus (2015) afirmam que o homossexual negro sofre uma intersecção de opressões sociais, ao passo que, além de ser negro e, conseqüentemente, vítima de racismo implícito e explícito, será discriminado por ser, simultaneamente, homossexual, pois diverge daquele papel bem definido, hipermasculinizado que a sociedade lhe impõe consubstancialmente.

No entanto, se esse homem negro se encaixa dentro dos padrões estéticos, ele é exotificado, e, aqui, cabe pontuar que esta pessoa negra não será aceita, amada e, conseqüentemente, visualizada enquanto um “**humano**” sob os moldes da branquitude, afinal, por mais que essa pessoa encontre-se nos padrões estabelecidos pela branquitude, a cor de sua pele irá denunciá-lo, demonstrando a seguinte realidade: “você tentou, mas não é um dos nossos”, ou seja, continuará sendo negro. Todavia, por se encontrar nos e sob os moldes do padrão de beleza, essa pessoa tenderá a transitar e ser “*aceita*” pela branquitude, no entanto, em apenas alguns momentos.

Mas se essa pessoa for gay, lésbica, bissexual ou trans e se encontra fora dos padrões de beleza vigentes em nossa sociedade, não é raro ser ainda mais marginalizada, excluída e violentada. Como, por exemplo, Kaique Augusto Batista dos Santos, encontrado morto no centro de São Paulo em janeiro de 2014, que teve repercussão nacional pela forma enigmática que sucedeu seu óbito – Suicídio? Ou homicídio? Embora haja controvérsias sobre a causa da sua morte, a questão que coloco se refere à intersecção de violências que Kaique e outras pessoas LGBTTIs negras vivenciam todos os dias pelo simples fato de serem destoantes do que a heteronormatividade, heterossexualidade compulsória e a branquitude sinalizam como norma, padrão e possíveis modos de ser e estar numa relação social.

Nesse sentido, nos estudos dos/as autores/as Nagafuchi²³ (2013), Nagafuchi & Adorno (2016), Deus (2014), Cardoso & Ferro (2012), Taquette & Rodrigues (2015), verificamos minimamente a intersecção dos marcadores de raça, gênero e sexualidade para além da exotificação, animalização e erotismo do corpo negro, ou seja, trabalhos discutindo sobre a saúde mental da população negra LGBTTIs e da população LGBTTIs não negra, como, também, questões relacionadas à implicação da masculinidade negra e suas relações com fatores sociais e subjetivos. Assim sendo, entende-se que ainda são moderadas as discussões desses assuntos, prevalecendo análises e discussões pautadas na relação sexualidade, gênero, raça e mercado sexual e erotismo, bem como os lugares sociais e as representações sociais que a negritude possui socialmente.

Em síntese, nesta sessão, iniciamos as discussões dos materiais analisados com os apontamentos de que a literatura especializada, ao falar sobre os fenômenos da adolescência e

²³ Além desses materiais analisados, Thiago Nagafuchi possui a Tese de Doutorado, orientada por Rubens de Camargo Ferreira Adorno, intitulada “Um réquiem feito de silêncios: suicídio, gênero e sexualidade na Era Digital” (2017), no qual o autor realiza uma discussão pontual, urgente e necessária referente ao fenômeno do suicídio com os marcadores de gênero, sexualidade e era digital. E a monografia de Miriam Conde do curso de Bacharelado em Psicologia pela Faculdade da Ciências da Educação e Saúde – FACES Centro Universitário De Brasileira UniCEUB orientada pela Profa. Ilimara Moraes da Silva, intitulada: O arco-íris de Luto: homofobia internalizada e suicídio.

juventude, tende a se utilizar desses conceitos enquanto categorias universais, bem como fases e estágios do desenvolvimento humano, ou seja, de que todas e todos passariam e vivenciaram o estágio da adolescência. Além disso, discutimos o modo como os marcadores de raça, gênero e sexualidade aparecem nos materiais analisados, sendo assim, é possível afirmar que os marcadores de raça/etnia se encontram, na sua grande maioria, invisibilizados e, até mesmo, inexistentes nas discussões sobre suicídio de jovens LGBTTIs.

Sobretudo, os marcadores de gênero e sexualidade se mostraram presentes na intersecção comportamento suicida, gênero e sexualidade. Todavia, notou-se a predominância de discussões pautadas na sexualidade e gênero no viés normativo e binário. No que se refere aos fatores de risco, a literatura especializada elenca como principais fatores de risco o contexto familiar, escolar, social, bem como os próprios movimentos sociais e de luta, além do contexto cultural e social, composto e estruturado pela lógica heteronormativa, patriarcal, sexista e da heterossexualidade compulsória. Esses contextos, segundo a literatura especializada, favorecem a produção do adoecimento e do sentimento de não pertencimento de jovens LGBTTIs.

Ainda sobre os fatores de risco, notou-se que violências realizadas por diversas instituições sociais – família, escola, trabalho, religião – e nas relações interpessoais são potencializadores para o adoecimento, bem como para ideações suicidas e, também, para as tentativas e consumação do suicídio. Conferimos, também, que mesmo o marcador étnico racial, em sua pluralidade, estando ausente na maioria das discussões sobre comportamento suicida e juventude LGBTTIs, observou-se que ser branco corresponde também a um fator de risco, posto que essa população possui as maiores taxas de suicídio e tentativas de suicídio junto à população indígena – que, também, raramente, foi abordada nos estudos analisados.

A literatura especializada também discute o despreparo de profissionais da saúde para lidar com jovens suicidas LGBTTIs e, também, o não preenchimento do campo raça nas fichas dos formulários de óbito e dos atendimentos em hospitais. Verificamos, também, a associação e a biologização do fenômeno do suicídio, associando esse fenômeno a transtornos psicológicos e psiquiátricos, tais como a depressão e o alcoolismo.

Junto a isso, para contrapormos essa realidade de exclusão da pluralidade do marcador étnico-racial, realizamos, também, nesta sessão, discussões sobre a relação gênero, sexualidade e raça, apontando as principais questões levantadas e apontadas pela literatura científica sobre essas intersecções. Nessas discussões, trabalhamos sucintamente as representações e posicionalidades da identidade negra, a associação da cor negra ao erotismo e ao mercado sexual, o domínio da imagem do homem negro gay nos estudos de gênero, sexualidades e

raça. Por fim, realizamos a discussão sobre a vulnerabilidade e homossexualidade, apontando a importância de se compreender esses fenômenos em sua multidimensionalidade, bem como com os diferentes marcadores sociais da diferença.

Nessa perspectiva, identificamos a necessidade de se construir um conhecimento interseccional. Afirmar e entender um conhecimento interseccional é entender que a experiência de juventude e adolescência é atravessada a partir de um lugar racializado e sexualizado, no entanto, podemos observar que o lugar racializado passa a ser ignorado pela literatura científica e é reduzido à polarização do masculino e do feminino, portanto pontuamos a necessidade de se desenvolver pesquisas que abordassem e discutisse sobre as experiências do/a jovem gay, lésbica, transexual, bissexual e outras identidades de gênero, e, mais do que isso, essas experiências precisam ser articuladas umas com as outras, isto é, ser negro e gay é diferente de ser gay e branco. Com isso, a necessidade de entender que as opressões não são hierárquicas, mas, sim, intercruzadas e combinadas, assim se torna mais do que necessário o saber científico começar a se movimentar e entender que não há como discutir e pensar as categorias de raça, gênero e classe de forma isolada, mas, sim, de maneira combinada, haja vista que raça indica classe, e classe e raça indica gênero.

Interlúdio 5

“As dores se entrelaçam”

Sexta-feira, 7h25, sentado em um banco na Universidade, aguardo **Ana** chegar para, então, irmos até uma escola Estadual para conversar com jovens e adolescentes sobre a importância das ações afirmativas (...). Ana chega, cumprimentamo-nos (...). Aproveitamos para fazermos os últimos ajustes na apresentação e, assim, seguimos para a escola.

Já na escola, deparamo-nos com quase 90 estudantes, a sua maioria, negros/as. Fazemos nossa fala e percebemos que boa parte encontrava-se interessado/a, afinal estávamos falando com os nossos: “De preto/a para preto/a”. No final, um aluno chega até mim e Ana e pergunta se poderia compartilhar uma história, pois queria saber a nossa opinião, afirmamos que sim, e, então, **João** começa a falar:

“Nossa, adorei a fala de vocês! É bem isso mesmo que a gente, aqui, vive falando... ‘Nossa, o pessoal da universidade é chique, eu nem roupa tenho para entrar lá dentro’. A gente compra a ideia de que aquele espaço não é nosso. De verdade, foi muito bom ver que vocês estão lá, fazendo a diferença, e que podemos fazer também, e é nosso direito (...). Mas, na verdade, eu queria mesmo é desabafar com vocês, posso?”

Ana e eu agradecemos o feedback de João e, logo, falamos para ele ficar à vontade, afinal estávamos ali para aprender e escutar. Então, João continua:

“Não sei se vocês perceberam, mas, além de preto, eu sou bicha. E, infelizmente, por eu ser bicha e preta, fui expulso de casa no meio do ano, agora, estou morando na casa da minha avó (...). Sabe, eu tive ideias suicidas e achei muito importante vocês terem tocado nessas questões, porque, aqui, a gente não tem com quem falar, ninguém quer saber da gente. E, como estou terminando os estudos, eu estou desesperado para arrumar um emprego para me manter e ajudar a minha avó, que já é de idade e não tem condições para me sustentar, mas fato é: ninguém quer contratar uma bicha preta e moradora do bairro mais perigoso da cidade. Eles dizem que eu não faço o ‘perfil’. Isso é discriminação, ‘né’? Porque toda entrevista, quando faço, eles dizem que **meu cabelo grande** é um problema. Mês passado, consegui um bico e falaram para eu

prender o cabelo. Claro que eu preendi, mas a dona disse que eu precisava dar sempre uma escondida, porque os clientes não gostavam. Nossa, isso me doeu tanto! Sabe, a gente já é todo fodido, escutar aquilo foi como se fosse a morte.”

Um aluno chamado **Pedro**, que estava próximo de João, pede para falar e diz:

“Sim, é bem isso que o João fala. Além da nossa cor, que já é uma baita dificuldade, tem a questão que somos pobres e muitos, aqui, não são ‘normais’, ‘né’? Eu mesmo sou bissexual, João é bicha. Eu sei que sou normal, mas, digo, não somos heteros, e isso só intensifica o problema, sabe? E chega uma hora que a gente não sabe o que fazer, mas eu acredito que tudo isso vai se amontoando com o tempo, fazendo com que a gente se sintam mal e, até mesmo, desista dos nossos sonhos ou, simplesmente, desista da vida, mas eu penso que devemos continuar vivos e lutar contra isso e mostrar que não tem nada de errado em ser negro, gay ou bissexual.”

Conforme João e, depois, Pedro relatavam suas histórias, mais certeza eu tinha sobre a importância de rompermos com o silêncio, ou seja, é necessário falarmos, é necessário entendermos que nossas vidas são atravessadas por uma série de fatores.

Ana, sensibilizada com a história de João e Pedro, abraça-os e diz:

“Nossa pele, nossos olhos, nosso cabelo são a nossa força. Vocês não estão só. Estamos juntos e juntos também resistimos. Acredite, eles não vão parar de querer e de oprimir pessoas como nós, então quanto mais nós nos omitirmos, menos sobre a nossa história poderá ser contada. Eu não desisto, e vocês também não vão, a gente ‘tá’ junto nessa.”

Ana continua:

“Sabe, João e Pedro, eu também sofri problemas de discriminação na família e nos meus empregos por conta de ser mulher negra, lésbica e performar um papel que não era esperado por uma mulher negra. Sofri inúmeras violências, algumas físicas, outras psicológicas, mas todas estão no meu corpo, algumas marcas visíveis, outras não. Mas o que eu quero dizer com isso é que não precisamos dar conta de tudo, crescemos achando que precisamos ser fortes, afinal os negros aguentam tudo. Isso é um mito. Se pedem para prender seu cabelo, você pode escolher não prender, mas por uma necessidade e, talvez, por questão de sobrevivência, pense ‘agora, irei prender, mas é por um curto período’, mas você continuará sendo essa pessoa linda que tu és. E, sim, meu querido, isso é violento, você tem toda a razão, mas não deixe que a sociedade mate seus sonhos.”

Continuamos a conversar com João, Pedro e com outros jovens que estavam presentes até o horário do intervalo para o lanche (...). Depois de quase uma hora de conversa, despeço-me de Ana e volto para a Universidade para terminar um trabalho.

Antes de começar os trabalhos, paro numa cafeteria e peço o de sempre: um salgado de frango com requeijão e um suco de laranja. Enquanto aguardo o meu pedido, fico pensando na manhã que tive junto de Ana e dos/das alunos/as daquela escola. Penso nas diversas questões, particularidades e fatores que vão nos modulando, e o quão necessário é atentarmos para essas singularidades, pois são elas que farão a diferença entre uma **genuína** compreensão da realidade e da história de vida de João ou Ana para uma falsa compreensão dessas histórias.

O lanche chega (...). Devoro rapidamente, pois estou atrasado... Pago e caminho em direção ao núcleo de pesquisa (...). Durante o caminho, algo me faz lembrar de **Cleo**, então resolvo escrever um pequeno ensaio sobre as lembranças, bem como as vivências daquele dia:

Cleo – Mulher negra, clandestina e que transitava pelas ruas da Universidade, mas que todos/as tinham medo, afinal “ela era louca e agressiva”.

Cleo não foi arrastada pela PM como **Cláudia**, não foi violentada e assassinada como **Luana** foi por PMs, não está desaparecida como **Amarildo**, mas todas essas histórias se unem com as histórias de **João, Ana e Pedro**, pois estamos falando de vidas silenciadas, de vidas negras, de corpos dissidentes, de corpos que tiveram que aprender a resistir à violência, isto é, de se conformar com um cenário de sangue, violência e de exclusão. No entanto, por mais que esses corpos criassem uma casca, por dentro, mais moles ficavam.

São histórias com particularidades, com cores, contextos e personagens diferentes, no entanto, com diversos atravessamentos que, muitas vezes, não são levados em conta, e, assim, essas histórias e esses corpos permanecem no vazio, na solidão e na inexistência.

Se começarmos a chamar o genocídio do povo preto de *Le génocide du peuple noir* e feminicídio negro de *fémicide noir*, a branquitude começará a se importar conosco?²⁴

**As vidas negras importam:
A interseccionalidade como possibilidade de rompimento
do silêncio**

²⁴ Sueli Feliziani (2016).

6.1. Do contorno do visível e do não visível para a transgressão do silêncio

O primeiro contato que tive com o termo *interseccionalidade* foi em 2014. No entanto, esse contato não aconteceu no contexto acadêmico e, sim, no espaço virtual por meio de discussões em um fórum sobre questões étnico-raciais, e, desde então, essa temática se fez presente nos meus questionamentos e, concomitantemente, em minha vida. Entretanto, conforme passei a conhecer melhor o conceito de interseccionalidade, muitas perguntas e indagações passaram a surgir a respeito da sua aplicabilidade no cotidiano, ou seja, como consigo vislumbrar esse conceito na minha prática profissional? O que fazer depois que o vislumbro? Tudo é interseccional?

Essas e outras perguntas estiveram presentes e se encontram presentes, ainda, nos meus estudos acerca do que viria a ser interseccionalidade e suas possíveis implicações e relações no campo da Psicologia e, propriamente dito, no campo dos estudos acerca do comportamento suicida.

Patricia Hill Collins, em um artigo de 2015, intitulado “Intersectionalites definitional dilemas”, questiona

O que exatamente é interseccionalidade? É um conceito, um paradigma, um dispositivo heurístico, uma metodologia ou uma teoria? Se é uma teoria, que tipo de teoria é? **Interseccionalidade constitui um novo termo aplicado a um conjunto diversificado de práticas, interpretações, metodologias e orientações políticas.** Não podemos supor que estamos estudando um corpo fixo do conhecimento. Em vez disso, o nosso curso vai investigar a questão dos quadros interpretativos de interseccionalidade em si (p. 2, tradução nossa).

A partir dessas indagações e do que a autora sinaliza, verifica-se o quão complexo é tal temática, posto que interseccionalidade não se refere apenas a uma teoria acadêmica sobre as hierarquias de opressão ou como se dão as dinâmicas de opressão. Interseccionalidade produz novos conhecimentos, bem como novas realidades, sendo assim:

O conceito de interseccionalidade diz respeito a uma estratégia analítica, política, ética e emancipatória.

Existe um consenso sobre os contornos gerais do que viria a ser interseccionalidade, isto é, a concepção crítica frente aos marcadores de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação, idade, deficiências, entre outros, em que tais marcadores passam a operar dentro da lógica de uma construção recíproca e produz complexas desigualdades sociais.

No entanto, essa ferramenta – enquanto um conceito – possibilita-nos vislumbrar que não há como falar de uma categoria social deslocada e autônoma, haja vista que, mesmo que possam parecer distintas, tais categorias, como, por exemplo, classe, raça e gênero, uma hora ou outra irão se imbricar, isto é, dependendo do contexto histórico, social, econômico e político, as categorias de raça, gênero e classe apresentarão consonâncias e encontros, produzindo, assim, uma complexa rede de desigualdades sociais que produzirá efeitos estruturais, políticos e subjetivos (particulares).

Nessa perspectiva, para **Crenshaw** (1991) & **Collins** (2015), compreender a interseccionalidade como uma estratégia política e analítica é, também, compreender enquanto uma possibilidade de *mobilização política* (**Bernardinho-Costa**, 2013).

O que isso quer dizer?

Em outras palavras, o conceito de interseccionalidade além de denunciar e problematizar as estruturas de desigualdades sociais, bem como os efeitos negativos referentes às múltiplas formas de opressão e como se dinamizam, também permite e favorece a produção de resistência. Se entendermos que toda estrutura de poder é relação e, conseqüentemente, em toda relação de poder há resistência (Foucault, 1995), pode-se afirmar que, ao modo que se constroem entendimentos e compreensões sobre o funcionamento dessas dinâmicas de opressões, passa-se a construir, também, ações interventivas de resistência e combate frente às estruturas opressoras.

Desse modo, entendemos esse conceito como uma potência em constante *devir*, ou seja, uma possibilidade de transformação. Com isso, assim como afirma **Bernardinho-Costa** (2013), o conceito de interseccionalidade se apresenta como um conceito profícuo, posto que permite visualizar duas dimensões das relações de poder, ou seja, a produção do que o autor denomina como desempoderamento, opressão e discriminação, como, também, a produção de agências transformativas, mobilizações políticas, democráticas e sujeitos políticos.

Essa discussão pode ser transposta para o que **Audre Lorde** (1984) diz em “Não há hierarquias de opressão”, em que afirma “Eu sou mulher e negra” e, conseqüentemente, ela,

enquanto mulher e negra, não poderá escolher qual opressão irá lutar, visto que as duas a atingem. E, aqui, abro um parêntese e digo: sou negro e bissexual, sendo assim, não posso escolher qual opressão vou eleger para me representar e lutar. Continuando o raciocínio da autora, não posso eleger qual é a mais importante, posto que todas as opressões são importantes.

Por isso, é fundamental pensarmos no conceito da *interseccionalidade*, para compreendermos como as opressões se inter cruzam e como são combinadas, posto que não dá para pensar as categorias de raça, gênero e classe de forma isolada, pois raça indica classe e classe indica gênero, sendo assim, pensar como que essas categorias se inter cruzam e funcionam de maneira combinada é necessário e urgente.

No entanto, é possível afirmar que, dentro dos próprios movimentos, enfrenta-se resistência para pensar essas categorias de modo interligados, visto que, ao longo da institucionalização dos movimentos sociais, foi se construindo a ideia de dicotomização, resultando e produzindo ideais e ações que resultam em trabalhos de forma isolada. Com isso, a partir da minha prática militante, pude notar que, enquanto um movimento plural, o movimento LGBT tende a trabalhar de forma isolada e instituindo uma única frente de luta, ou seja, elegendo o homem branco gay como foco de luta na maioria das vezes, e, conseqüentemente, a mulher lésbica fica de fora, assim como as pessoas bissexuais e transexuais, dentre outras identidades de gênero.

Por sua vez, no movimento negro, a visão é predominantemente masculina, ou seja, uma concepção masculinista da história. Desse modo, é preciso, também, pensar em categorias como um todo, pois, ao pensar apenas aquilo que produz sentido para minha pessoa, estou corroborando e reproduzindo a mesma lógica da sociedade opressora, pois continuamos elegendo qual sujeito deve ser representando e qual sujeito deve ser oprimido (**Ribeiro**, 2016).

Sendo assim, é fundamental atentarmos para o conceito de interseccionalidade, haja vista que não adianta lutarmos contra uma opressão “aqui” e reforçar outra “lá”, como afirma **Ribeiro** (2016), pois estamos alimentando exatamente a mesma estrutura, portanto é muito engano achar que estamos ou estaremos conseguindo uma mudança radical da sociedade enquanto continuarmos nesse sistema.

Nesse contexto, **Lorde** (1984) afirma que a mesma força que você usa para me destruir virará para destruir você, pois você, mulher branca e racista, está usando essa força para me discriminar enquanto negra, mas essa mesma força vai se voltar contra você, pois você sofre machismo, e, uma vez que você é vítima do machismo, esse mesmo poder que você está usando para me destruir também vai te destruir.

Aqui, novamente, abro parênteses e transponho para a minha realidade, posto que essa mesma força que você usa contra mim irá voltar contra você, visto que você também não está isento da homofobia, conseqüentemente, a mesma força que você utiliza para me destruir, irá destruir você. Sendo assim, podemos até continuarmos reproduzindo esse modelo, pois avanços poderão existir, todavia os retrocessos serão maiores. Por isso, **penso que se objetivamos uma mudança estrutural, é preciso pensá-la para além das lógicas hierárquicas das estruturas.**

Portanto, a nossa proposição é que passemos a vislumbrar o conceito de interseccionalidade enquanto uma ferramenta ética, política, social e transformativa, para, então, pensarmos o fenômeno do suicídio em suas diferentes facetas. Para isso, nesta sessão final, passaremos a trabalhar com o conceito de interseccionalidade correlacionando com as discussões realizadas acerca da produção da invisibilidade dos corpos negros e LGBTTIIs, bem como sobre o fenômeno do comportamento suicida com os marcadores de raça, gênero e sexualidade.

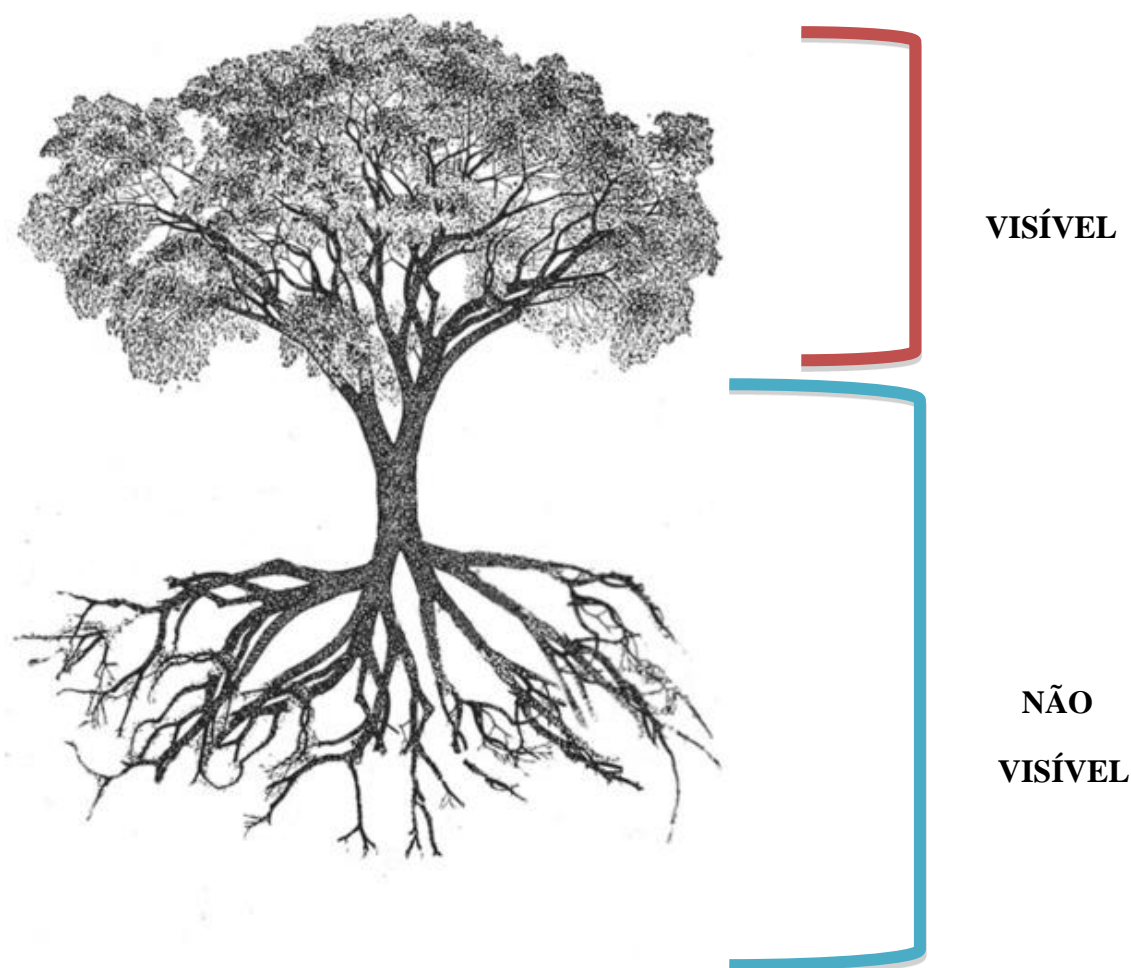
Para iniciarmos as discussões, utilizamos, como metáfora, a imagem de uma árvore e suas raízes (*figura 07*) para exemplificar o processo de **visibilidade** e invisibilidade na produção de saberes acerca do fenômeno do suicídio, posto que esse processo não se caracteriza por um processo estático, e, sim, dialético, ou seja, em determinados momentos, a compreensão do fenômeno do suicídio abarca e compreende as questões de gênero, sexualidade e raça e, em outros contextos, exclui, apaga e silencia tais marcadores.

Nesse sentido, verificamos que, nos estudos sobre marcadores das diferenças, bem como das múltiplas formas de opressão, há uma tendência de compreender tais marcadores – classe, raça e gênero – de modos distintos e autônomos, e, conseqüentemente, essa tendência produz efeitos na realidade social, não apenas no que diz respeito ao cerne científico e acadêmico, afinal esses campos se encontram demarcados e imbricados, também, no plano social.

O que desejamos dizer é que, ao passo que entendemos e compreendemos um marcador social isolado e independente de outros fatores e marcadores sociais, caímos no que denominamos por categoria **visível**, representada na imagem como a figura da árvore. Afinal, quando nos encontramos numa rua cheia de diversas árvores, espera-se que visualizemos, inicialmente, os grandes troncos, os galhos, as folhas e suas flores.

Entretanto, essa primeira imagem, que denominamos como uma categoria visível, diz respeito a uma parcela do que se pode encontrar. Afinal, além do que se encontra visível, há outras partes constituintes dessa árvore, que denominamos de categoria **não visível** e que corresponderia, principalmente, às raízes principais, secundárias e tecidos condutores, no entanto, esses elementos, na maioria das vezes, não se encontram visíveis, porém eles existem e estão produzindo e tendo suas diversas funções.

Figura 07: Retrato ilustrativo sobre as categorias visíveis e não visíveis referente aos níveis de opressão.



Fonte: Navasconi, P. V. P., Moscheta, M. S. (2018).

Pensamos que o mesmo se aplica frente aos marcadores da diferença, haja vista que, se olharmos apenas para o que denominamos por categoria *visível*, passaremos, portanto, a olhar e conceber apenas o que se mostra evidente. No entanto, os estudos sobre interseccionalidade

nos apontam que uma opressão ou um marcador da diferença não se produz isolada e unicamente, ou seja, mesmo que haja diferenças e particularidades na constituição de uma opressão, esta se encontra interligada e imbricada com demais fatores, bem como com outras matrizes de opressões.

Nesse sentido, quando visualizamos uma cena de racismo (categoria visível), não raro passamos a observar o que se encontra na aparência, mas, por detrás dessa situação (categoria não visível), há uma gama de fatores que também compõem e estruturam essa opressão, tais como fatores sociais, culturais, econômicos, políticos, de classe, gênero, dentre outros.

Nessa perspectiva, para que os galhos possam nascer, bem como gerar frutos, é necessário toda uma estrutura (não visível) que esteja em funcionamento para que possibilite o desenvolvimento dos galhos, folhas e frutos (a imagem visível). Sendo assim, esse processo é múltiplo e diverso, assim como o processo do que denominamos *por múltiplas formas de opressão*, e essas opressões se encontram em conexão, isto é, mesmo que não seja visível, uma opressão está relacionada e imbricada com outro tipo de opressão. Pressupondo, assim, a não existência de uma hierarquização ou linearidade, ou seja, racismo, posteriormente, a categoria de classe e, posteriormente, a categoria de gênero, e, sim, uma multiplicidade de existências e possibilidades, e, não necessariamente, uma hierarquização de opressões.

Dessa maneira, verificamos, ao longo da sessão anterior, que os estudos sobre comportamento suicida muitas vezes negligenciam e, até mesmo, passam a construir uma visão limitada, parcial e, conseqüentemente, ignoram o marcador racial em suas discussões e análises. No entanto, voltando à metáfora das categorias visíveis e não visíveis, pode-se afirmar que o fenômeno suicida corresponderia ao que denominamos como categoria visível e os marcadores de raça, gênero e classe como as categorias não visíveis.

Contudo, esse processo não diz respeito a um modo fixo e estanque. Nesse sentido, em alguns momentos, marcadores como classe e gênero se encontram em evidência, isto é, encontram-se visíveis, diferente dos marcadores de raça e etnia. No entanto,

Por que o marcador raça, na maioria das vezes, encontra-se como um marcador **invisível** no que diz respeito aos estudos sobre comportamento suicida em jovens LGBTTIIs negros/as?

Nesse sentido, na tentativa de construir uma possível resposta para tais indagações, temos, como tese, como discutido anteriormente, que, ao longo da construção dos saberes sobre o fenômeno do suicídio, passou-se a eleger modos e formas de se falar sobre, com isto, tornou-se necessária a construção de um modo de se falar, em que se institucionalizou como esse fenômeno deveria ser nomeado, compreendido e problematizado, resultando na exclusão e invisibilidade de uma gama de fatores e marcadores que passam a influenciar tal fenômeno, ou seja, caracterizando-se como categorias não visíveis, conforme a metáfora acima.

Todavia, para que essas categorias sejam minimamente expostas e, assim, tornem-se visíveis, passamos a acionar o conceito de *interseccionalidade* em sua dupla função enquanto uma estratégia política, analítica, de desempoderamento e de empoderamento. Desse modo, apresentaremos, a seguir, uma discussão teórico-conceitual-aplicada sobre o conceito de interseccionalidade, realizando uma interlocução com minhas experiências, vivências e com as sessões anteriores, cujo objetivo é contrapor uma realidade científica que se estrutura e se mantém enquanto única possibilidade de nomeação, visibilidade e, conseqüentemente, de existência, ou seja, tornar existente a expressão: **vidas negras importam**.

6.2. Interseccionalidades: traçando um caminho em busca de aplicações

Temos como premissa que, ao longo da construção dos saberes científicos, passou-se a produzir diferentes modos de se compreender as relações interpessoais, bem como a dinâmica social na qual nos encontramos inseridos/as. No entanto, podemos entender que a compreensão dessa realidade estaria enviesada sob uma única voz e, por conseguinte, sob uma única população. Ao fazermos tal afirmação, recaímos na seguinte questão: *Qual voz e população seria essa?* Na tentativa de responder e justificar tal indagação, entendemos que o processo constitutivo da produção dos saberes se deu a partir do olhar da branquitude e, em grande parte, sob o olhar masculino, favorecendo e resultando na exclusão, silenciamento e apagamento de outras possibilidades de ser, bem como outras pluralidades de vozes, tal como discutido na primeira parte deste trabalho.

Todavia, afirmar isso não significa que outras vozes não existiram e não existam, pelo contrário, elas existem – esse processo dissertativo passa a ser uma tentativa de demonstrar que outras vozes e modos de ser existem e resistem. No entanto, essas vozes deixam de existir se tomarmos, como padrão, o modelo moderno de fazer ciência e da produção desta.

Nesse sentido, do final do século XIX e durante o século XX e XXI, diversas vozes, como **Sojourner Truth, Angela Davis, Audre Lorde, Kimberlé Crenshaw, bell hooks, Patricia Hill Collins, Alice Walker, Toni Morrison, Grada Kilomba, Sueli Carneiro, Leila Gonzáles, Ana Maria Gonçalves, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Nilma Lino Gomes, Jurema Werneck, Luiza Bairros, Nilza Iraci, Beatriz Nascimento, Cláudia Pons Cardoso, Rosália Lemos, Raquel de Andrade Barreto, Ana Angélica Sebastião, Ana Claudia Lemos Pacheco, Regina Coeli Benedito dos Santos, Sonia Beatriz dos Santos, Djamilia Ribeiro**, dentre outras mulheres negras, resistiram e ainda persistem para romper com o silêncio, afinal, como afirma **Lorde** (1977, p. 4), “fomos educadas para respeitar mais ao medo do que a nossa necessidade de linguagem e definição, mas se esperamos em silêncio que chegue a coragem, o peso do silêncio vai nos afogar”, ou seja, em silêncio ou não, nossas vozes, nossos corpos, nossas vidas e nossas histórias foram, estão e continuarão sendo apagadas, invisibilizadas e excluídas. Desse modo, romper com o silêncio é resistência, é direito à possibilidade de existência, afinal, se não posso verbalizar, se meu povo não pode contar sua história, logo não existimos?

Sendo assim, quando não temos direito à voz e à possibilidade de narrarmos e construirmos outras possibilidades e pluralidades de existência e de vozes, temos, também, a nossa humanidade, bem como a nossa existência negada.

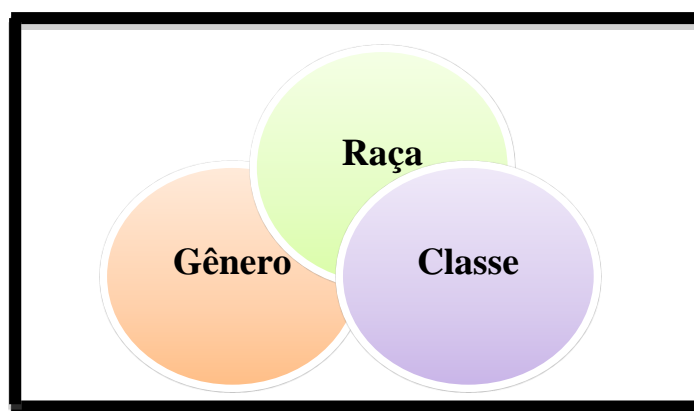
Assim como afirma **Ribeiro** (2016), quando dizemos silêncio, não estamos nos referindo à resposta a alguém, pelo contrário, quando pensamos em silêncio, pensamos nos silêncios à naturalização da morte dos corpos negros; o silêncio à objetificação dos corpos negros; nos silêncios institucionais; nos silêncios relacionados às mortes de **Amarildo, Cláudia, Luana, dos cinco jovens assassinados com 111 tiros**; nos silêncios em relação às desigualdades; no silêncio diante do fato de que mais de 54% da população brasileira é negra, no entanto, sua grande maioria não se enxerga enquanto negra; no silêncio da Psicologia frente ao genocídio da população negra; no silêncio frente o sofrimento da população negra; dentre outros inúmeros silêncios que foram arquitetados pela branquitude visando à imposição de uma voz única, isto é, uma voz que fale sobre a população negra, uma voz que nos coloca como inferiores, uma voz que fale sobre os corpos negros e, conseqüentemente, uma voz que impede uma pluralidade de outras vozes. Sendo assim, ter direito à voz é ter direito à humanidade (**Ribeiro**, 2016).

Pensar em uma pluralidade de vozes e existências é pensar, também, numa pluralidade de saberes, ou seja, entender o racismo não somente sob o viés de um único determinante ou fator social, cultural e econômico. E, sim, pensar esse fenômeno dentro de uma perspectiva plural, que se encontra atravessada por outros fenômenos, tais como o que denominamos por marcadores da diferença, como etnia, classe e gênero. Isto é, não há como falar de raça sem falar de gênero e classe, haja vista que raça informa classe e classe informa gênero.

Nessa perspectiva, tomamos o conceito de interseccionalidade como um conceito chave para pensarmos a respeito da pluralidade de vozes e existência, afinal, se raça informa classe e gênero, torna-se necessário compreendermos, então, a importância de visualizar esses fenômenos em seu conjunto e, para isso, acionamos algumas autoras que se dedicaram e se dedicam aos estudos sobre interseccionalidade para tentarmos discutir e compreender a intersecção suicídio, jovens LGBTTIIs negros e o campo científico.

Kimberlé Williams Crenshaw, na década de 1980, introduziu o conceito de *interseccionalidade* no debate sobre a discriminação sexista e racista vivenciadas por mulheres negras nos Estados Unidos, as quais nem sempre eram distinguíveis e valorizadas, posto que, segundo a autora, tradicionalmente, foi construída a ideia de que discriminação de gênero dizia respeito às mulheres, racial dizia respeito à raça e discriminação de classe às pessoas pobres. Entretanto, pensar e compreender esses fenômenos sob o viés da interseccionalidade é pensar que eles não se encontram distintos, mas se encontram em relação, conforme a imagem abaixo:

Quadro 08: Cruzamento das opressões



Fonte: Navasconi, P. V. P.; Moscheta, M. S. (2018).

Os estudos tradicionais sobre discriminação operavam no sentido de excluir essas sobreposições, ou seja, se o problema fosse de classe, passaria a ser compreendido e discutido apenas sob o viés de classe. Por exemplo, o problema do Brasil diz respeito à estrutura de classe, conseqüentemente, os estudos sobre as questões de vulnerabilidade estariam respaldados e subsidiados apenas no fator classe, sendo que gênero e raça, dentre outros eixos, também estariam imbricados no que diz respeito a essa problemática, no entanto, mesmo que esses eixos fossem citados, ainda a sobreposição de classe seria evidente e, conseqüentemente, seria o foco de compreensão e intervenção.

Para exemplificar os eixos, **Crenshaw** (2002) utiliza a metáfora de vias de discriminações, na qual, a partir de um cruzamento de trânsito, a autora exemplifica, conforme a imagem abaixo, que a discriminação racial (vermelho) de Pós-Colonialismo (branco) e Patriarcado (verde) se inter cruzam e produzem inúmeros efeitos, deslocando-se da ideia de discriminações singulares para discriminações mistas, compostas e estruturais.



Figura 08: A interseccionalidade na discriminação de Raça e Gênero, Kimberle Crenshaw (2002).

Desse modo, segundo **Crenshaw** (1989), a discriminação, assim como o tráfego de veículos em um cruzamento [*intersection*], pode fluir em uma direção ou em outra, sendo assim,

Se um acidente acontece no cruzamento, ele pode ter sido causado por carros vindos de várias direções e, às vezes, por carros que vêm de todas as direções. De forma semelhante, se uma mulher negra sofreu uma injustiça porque ela está no cruzamento, a injúria cometida contra ela pode resultar da discriminação sexual ou da discriminação racial (p. 149).

Cada via não exclui a outra e, sim, complementar-se-iam de modo que cada via representaria um eixo de poder, e o conjunto desses poderes formariam terrenos sociais, políticos e econômicos. Com isso, uma mulher lésbica e negra se encontra posicionada em um ponto onde racismo, lesbofobia, discriminação de gênero e de classe se entrecruzam e, conseqüentemente, pode ser atingida por todas elas ao mesmo tempo, criando um sistema de desigualdade e de diferenças.

A exemplo disso, a própria concepção de adolescência, encontrada na literatura especializada, refere-se pelo que nomeamos de *uma literatura não interseccional*, ou seja, nos materiais selecionados e analisados, identificamos um entendimento acerca do fenômeno adolescência pautado num viés biologizante ou sociologizante.

Dessa forma, pensar o conceito de adolescência a partir de um viés interseccional é se questionar e se indagar: de quais adolescências estou pretendendo falar? Esse fenômeno é atravessado e demarcado por quais fatores? Estou, genuinamente, abarcando os fatores de classe, gênero, raça, regionalidade, as relações geracionais, as questões relacionadas às deficiências?

Pensar numa linguagem, leitura e contexto interseccional é **ter o zelo**, bem como a responsabilidade pelo o que você reproduz e produz, visto que, a partir do momento em que entendo e produzo um saber pautado numa perspectiva única ou, sobretudo, tomando apenas uma realidade, eu estou corroborando para o apagamento de vozes, vidas, subjetividades e de saberes.

Como, por exemplo, para o apagamento de **Jown**, um jovem negro gay, que não tinha as mesmas vivências, particularidades e experiências descritas na literatura especializada sobre adolescência e juventude. Nesse sentido, pensar interseccionalmente é pensar nas inúmeras questões e fatores que podem constituir o humano. **Jown** talvez não fosse suficientemente humano para que, então, pudesse estar descrito, analisado e visualizado na literatura científica, bem como no contexto social.

Sendo assim, o sofrimento, as vivências e a construção da biografia de **Jown** não estão presentes nos livros, manuais e artigos sobre o processo da adolescência e juventude, mas **Jown** era um jovem, ele existia. Ele ocupa a lacuna produzida pelo saber científico. Provavelmente, não vivenciou as *crises de uma adolescência normal* justamente por apresentar outro padrão de comportamento referente ao fenômeno da adolescência. Provavelmente, passou por diversos conflitos, violências, agressões e traumas em contextos familiares, escolares e sociais que não se encontram descritos na literatura científica. Logo, essas vivências não existiram? São ilegítimas por não estarem nas laudas científicas?

Desse modo, assim como **Crenshaw** (1989), podemos afirmar que **Jown**, mesmo sendo um adolescente, ou seja, apresentando (ou não) as características descritas pelos estudos, **Jown** estaria posicionado em um ponto distinto, posto que, além das questões biológicas, culturais e psicológicas que atravessam o fenômeno da adolescência, **Jown** também é demarcado pelas questões de raça e gênero, por ser um jovem negro e gay (e gordo), ou seja, três marcadores

que criam um sistema totalmente diferente do que a literatura científica sinaliza por “adolescência” ou “adolescências”.

Pensar na interseccionalidade é pensar nesses sistemas que criam desigualdades e posicionam pessoas em condições de vulnerabilidade e em contextos de diferenças, desigualdades e de violências; conseqüentemente, trabalhar para que esses corpos se tornem visíveis e que possamos arquitetar formas de diminuir as desigualdades e os atravessamentos que produzem posicionalidades pautadas na desigualdade e na violência, ou seja, objetivar o processo de empoderamento.

Sobretudo, nota-se que, na literatura analisada, a prática de uma literatura não interseccional se faz presente não só nos estudos acerca do fenômeno da adolescência, como também no que se refere ao fenômeno do suicídio. Desse modo, verifica-se a produção de uma *não sensibilidade analítica*, em outras palavras, não pensar interseccionalidade é não pensar nas múltiplas identidades e possibilidades de existência, sendo assim, pensar visando a interseccionalidade é pensar a partir de *uma sensibilidade analítica*, uma forma de pensar sobre identidade e sua relação com o poder (Crenshaw, 2015).

Com isso, quando afirmamos que o saber sobre comportamento suicida e sobre o fenômeno da adolescência, em grande parte, caracteriza-se por *uma literatura não interseccional*, é, justamente, porque, dentro de uma lógica da intelectualidade, produzem-se normas, regras e padrões que legitimam o poder e o direito de escolher o que se deve nomear como digno e legítimo para compreender, analisar e refletir.

É possível afirmar que instituições de poder usam o conhecimento para exclusão e privilégio, mesmo verificando que a literatura especializada afirma que o suicídio deve ser entendido enquanto um fenômeno multifacetado, ou seja, no plano prescrito, o fenômeno do comportamento suicida é entendido a partir dos fatores sociais, biológicos, culturais, econômicos, políticos, geográficos, geracionais, étnico-raciais e pela perspectiva de gênero, dentre outros fatores, porém, no plano real, observamos a invisibilidade de uma série de fatores e elementos que passam a constituir o que denominamos de comportamento suicida. Favorecendo, então, para o apagamento, exclusão e para a manutenção de uma voz única no que se refere à transmissão, produção e reprodução dos saberes e conhecimentos ditos científicos.

É preciso, com urgência, rompermos com essa **amnésia produzida**, posto que, se, em um dado momento, entendo o fenômeno do suicídio em sua possível totalidade – abarcando

o máximo de marcadores sociais possíveis –, por que, então, ignorar tais marcadores e fenômenos?

Por isso, reiteramos a necessidade de se entender, compreender e produzir um conhecimento acerca do fenômeno do suicídio, enquanto um conhecimento interseccional. Assim, como **Crenshaw** (2002) descreve que os fenômenos sociais são atravessados ou cruzados por uma série de fatores e de opressões, o fenômeno do suicídio também.

Por exemplo, quando encontramos, na literatura científica, bem como nos discursos de profissionais, que o **fenômeno do suicídio é uma questão de saúde pública** ou, como encontramos na literatura especializada, que grupos vulneráveis que sofrem discriminações étnico-raciais, refugiados, migrantes, povos indígenas, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e prisioneiros apresentariam maiores riscos para a consumação do suicídio (OMS, 2014), questionamo-nos: “Será que essa afirmação considera todas essas particularidades e singularidades no que diz respeito ao comportamento suicida e suas relações com os marcadores sociais da diferença?”.

Kayla, Jown, Paulo Vitor, Ana, Elena, Bel, Pedro, João, dentre outras narrativas tiveram suas vidas consideradas enquanto vidas dignas? Tiveram suas particularidades, suas intersecções descritas, compreendidas e analisadas pela literatura especializada? Podemos afirmar que não. Esses corpos são a fissura, a lacuna que a literatura científica produziu, produz e continuará produzindo se não conceber que tais vidas são vidas dignas e, conseqüentemente, que merecem ser reconhecidas como narrativas com singularidades e particularidades.

A título de exemplo, **Alice**, uma jovem negra lésbica, sobrecarregada pela pobreza, pelas inúmeras tarefas domiciliares, bem como pela responsabilidade financeira de sua família, pela falta de oportunidades de trabalho e vivenciando um contexto de violência e precariedade, em dado momento, **Alice** não só idealiza o suicídio como tenta o suicídio.

Eis a questão: “O suicídio, por ser um problema multifacetado e de saúde pública, será visto e entendido, pela literatura científica e por profissionais da saúde e de educação, como um problema multifacetado e atravessado por diferentes marcadores e fatores, isto é, como um problema interseccional? Ou tanto a literatura científica como os profissionais entenderão o

problema de **Alice** focalizando apenas no que a levou ao ato do suicídio, desconsiderando, assim, esses e outros fatores que atravessam sua vida? A resposta, provavelmente, seria não, isto é, a literatura e os profissionais não entenderiam o problema de **Alice** como um problema interseccional.

Fazemos uso desse exemplo, justamente, para ilustrar como os padrões de subordinação se cruzam nas experiências de determinadas pessoas e que necessitam de atenção e visibilidade, para, então, pensar-se em possibilidades de transformações e de empoderamento.

Cabe pontuar que a subordinação interseccional pode ser entendida como uma consequência de uma série de fatores relacionadas à vulnerabilidade e ao contexto de exclusão e invisibilidade. Por isso, a necessidade de se pensar o fenômeno do suicídio enquanto um fenômeno interseccional, posto que mulheres negras e jovens LGBTTIs negras vivenciam a realidade de maneiras nem sempre iguais que as experimentadas por homens negros e jovens negros LGBTTIs, posto que outros fatores, paralelos ao racismo, constituem a realidade dessas mulheres e jovens negras.

Nesse sentido, *interseccionalidade* corresponderia a uma conceituação que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata, especificamente, da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (**Crenshaw**, 2002, p. 177).

No entanto, entender o conceito de interseccionalidade e colocá-lo em prática não é uma tarefa fácil de ser feita. Primeiro, pois, segundo **Crenshaw** (2002), há um duplo problema no que se refere à efetivação desse conceito, isto é, a discriminação em si e a invisibilidade dessa discriminação dentro dos movimentos políticos e das políticas intervencionistas – acrescentaria, também, dentro dos movimentos sociais, acadêmicos e de militância –, posto que incorporar que as discriminações interseccionais requerem o reconhecimento de privilégios, a nomeação dessas e a *integração efetiva dessas discriminações* na construção de saberes e políticas públicas.

Quando sinalizamos a integração efetiva dos diversos modos de discriminação, refere-se à efetivação da compreensão interseccional das opressões, e não sobrepor uma em relação à outra, em outras palavras, **Crenshaw** (2002) afirma que, quando certos problemas passam a ser categorizados como manifestações subordinadas a uma opressão específica, por exemplo, de gênero, classe ou raça, temos, aqui, uma *superinclusão* ou *subinclusão*.

Por exemplo, o mito da democracia racial fez com as discussões científicas negligenciassem o marcador racial das discussões referente aos problemas no Brasil, conseqüentemente, o problema do Brasil passou a ser um problema de classe, entretanto, mesmo com os estudos demonstrando que o Brasil apresentaria, sim, um problema racial, este ainda se encontrava nas discussões referentes aos problemas no Brasil, entretanto, a *classe* passaria a ser lida e visualizada como o problema chave.

Outro exemplo de *superinclusão* se refere a quando a literatura especializada aborda o fenômeno do suicídio se pautando apenas pelo viés psicológico, cultural ou social, fazendo com que aspectos de uma determinada situação de subordinação, que a torna interseccional, seja absorvido pela estrutura social, psicológica ou cultural, sem reconhecer o viés racista ou outra forma de discriminação exercida naquela circunstância.

Desse modo, esse problema passa a ser entendido como um problema universal de todos e todas, ou seja, um fenômeno que atravessa e atinge toda a população ocidental e não ocidental. O que vem a ser um fato, no entanto, esse problema possui especificidades e particularidades a uma determinada etnia, raça, gênero ou classe, por exemplo.

Os desabafos expostos por **Elena** podem ser transpostos para o que estamos chamando de *superinclusão*, uma vez que **Elena** aponta particularidades e questões específicas no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem, bem como no processo construtivo do fazer ciência.

No entanto, a tendência é que educadores/as, pesquisadores/as etc. leiam a “queixa” de **Elena** como um problema individual ou como um problema de adaptação no que se refere ao contexto universitário, bem como no contexto do fazer ciência ou, ainda, como um problema referente ao nível da educação.

No entanto, afirmar e se posicionar desse modo sobre o caso de **Elena** e de outras Elenas é justamente apagar a vida, a voz e as queixas dessas **Elenas**. De fato, podemos considerar que esse seja um problema levado em consideração no que diz respeito à estruturação, formação e desenvolvimento da *educação* no contexto brasileiro, no entanto, essa educação, o processo de apropriação, bem como de produção de saberes possui atravessamentos distintos por diferentes marcadores.

Assim sendo, afirmar que a queixa de **Elena** é um problema referente “à educação” tende a produzir e reproduzir uma abordagem superinclusiva, na qual se cria o “mito” de que o problema estaria “na educação” e que, se fossem realizadas intervenções “na educação”, essa

intervenção abarcaria e discutiria as demais questões e atravessamentos, mas o que observamos acontecer é o apagamento dos diversos fatores que compõe esse “problema”.

Sendo assim, a *superinclusão*, segundo **Crenshaw** (2002), pretende dar conta da circunstância em que um problema ou condição imposta de forma específica ou desproporcional a um subgrupo de mulheres, por exemplo, é simplesmente definido como um problema de mulheres.

A *superinclusão* ocorre na medida em que os aspectos que o tornam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância. O problema dessa abordagem superinclusiva é que a gama total de problemas, simultaneamente produtos da subordinação de raça e de gênero, escapa de análises efetivas (**Crenshaw**, 2002, p. 175).

Mais exemplos de *superinclusão* dizem respeito aos movimentos sociais, tais como o movimento LGBTTI, movimento negro, bem como o movimento feminista. Em específico, no movimento negro, ainda se verifica a resistência de olhar para outras formas de discriminações, dentre elas, a de gênero. Passa a ser notório o discurso de que há o reconhecimento dessa opressão/discriminação, todavia a opressão/discriminação que sobressai se refere à opressão/discriminação de raça. Nesse sentido, mesmo que, em algumas situações, outras formas de discriminações sejam visíveis, esse reconhecimento não é suficiente para garantir a compreensão totalizada e interseccionalizada de dado fenômeno ou acontecimento.

Além disso, **Crenshaw** (2002) exemplifica a *superinclusão* com o discurso sobre o tráfico de mulheres, haja vista que, quando se presta atenção em quais mulheres são traficadas, automaticamente, liga-se à marginalização racial e social, entretanto, segundo a autora, o problema de tráfico é, frequentemente, absorvido pela perspectiva de gênero sem que se discuta raça e outras formas de subordinação que também se encontram presentes.

Em algumas ocasiões, é visível a atenção dada à identidade racial ou social de mulheres traficadas; no entanto, o reconhecimento das dimensões raciais do problema nem sempre é suficiente para garantir que as soluções propostas sejam absolutamente informadas por esses fatores (**Crenshaw**, 2002, 175).

Em contrapartida, há, também, a *subinclusão*, que corresponderia a quando uma subcategoria se encontra invisibilizada em relação a uma categoria maior, ou seja, quando um subconjunto de mulheres subordinadas enfrentam um problema, em parte por serem mulheres, mas isso não é percebido como um problema de gênero, posto que não se encontra presente na

realidade das mulheres do grupo dominante, ou, por exemplo, quando um problema específico atinge mulheres negras e sua subordinação fica reclusa apenas à questão racial. **Exemplos de subinclusão dizem respeito à esterilização de mulheres marginalizadas e a violência obstétrica em mulheres negras.**

Verificamos, na literatura analisada, que a incompletude das informações sobre as notificações de violência, intoxicação exógena e nas declarações de óbito, bem como o entendimento da sexualidade, pautando-se na perspectiva binária normativa, podem ser transpostas como *subinclusão*, explicamos o porquê.

No que diz respeito aos sistemas SIM e SINAN, isto é, ao não preenchimento da variável raça/cor, pode ser sugerido que esse fator raça/cor não é reconhecido como um problema referente à questão do comportamento suicida, posto que, no grupo dominante, esse fator não diz respeito a um problema, ou seja, pessoas brancas não se matam por serem brancas, criando, então, a ideia de que pessoas negras, também, não se matam simplesmente por serem negras. No entanto, a questão étnico-racial passa a ser um influenciador na configuração da idealização, tentativa, bem como consumação do comportamento suicida em pessoas negras.

Nessa perspectiva, por não vivenciarem e não enfrentarem esse problema racial, essa questão não é reconhecida como um problema ou digna de atenção, construções de políticas públicas e desenvolvimentos de intervenções, logo se naturaliza a ideia de que não é necessário ou não é preciso preencher esse campo de informação, posto que raça não interferiria na consumação suicida.

O mesmo acontece quando se verifica que, nos materiais analisados, em sua maioria, compreendem a sexualidade a partir de uma ótica binária/normativa, ou seja, para explicarem a relação comportamento suicida, gênero e sexualidade, partem ou entendem como norma a heterossexualidade.

Essas questões, além de demarcarem a invisibilidade, o descuido e descaso com esses corpos dissidentes, também denotam essa *subinclusão*, posto que determinados grupos sociais – LGBTTIIs negros/as e não negros – não têm seu problema específico reconhecido, porque não atinge homens e mulheres heterossexuais, logo tal acontecimento ocasiona uma invisibilidade de gênero e raça dentro de uma questão social e de saúde pública, **que deveria ser entendida e compreendida como, também, uma questão de gênero e raça.**

Podemos entender, também, que as questões relatadas por **Elena**, além de serem demarcadas como *superinclusão*, também, podem ser entendidas como *subinclusão*, posto que

Elena ocupa e se encontra posicionada em um grupo social que destoa das vivências e experiências do que denominamos por grupo dominante.

Logo, suas queixas e problemáticas não serão reconhecidas como demandas e questões para serem analisadas e trabalhadas, uma vez que o grupo dominante não experiencia tais questões, portanto a invisibilidade, o sentimento de solidão, a não representatividade nos livros didáticos, nas grades curriculares, bem como no espaço universitário não será um problema ou, quiçá, reconhecido e nomeado como um problema, posto que o grupo dominante não vivencia essa realidade, sendo assim, se invisibiliza e *subinclui* tal realidade, pois o problema se encontra nas “bases da educação”.

Portanto, *subinclusão* ocorre quando são indevidamente excluídas de um critério proibido de discriminação certas situações discriminatórias por não serem percebidas como pertinentes ao critério em questão. Em resumo, nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença *torna invisível* um conjunto de problemas; enquanto que, em abordagens superinclusivas, *a própria diferença é invisível* (Crenshaw, 2002).

Nesse sentido, torna-se um processo árduo a identificação e reconhecimento no que se refere à *discriminação interseccional*, haja vista que, na maioria das vezes, enxergamos e elencamos como um processo de subordinação, discriminação e opressão aquilo que se encontra visível e identificável, resultando na exclusão da estrutura dessa discriminação, isto é, da compreensão do pano de fundo que, muitas vezes, denomina-se como invisível. Em outras palavras, não raro reconhecemos apenas algum aspecto mais imediato da discriminação, enquanto a estrutura que favorece e possibilita a sua materialidade e existência permanece obscurecida e invisibilizada.

Com isso, muitas discriminações passam a ser vistas e entendidas apenas como sexistas ou de raça ou classe, entretanto essas subordinações se encontram entrelaçadas e inter cruzadas, uma vez que cada subordinação isolada faz parte de uma unidade da estrutura global de opressão e subordinação, posto que não haja um único eixo de poder/opressão e, sim, vários eixos que se inter cruzam e produzem inúmeros efeitos na realidade social.

Todavia, torna-se corriqueiro olharmos e entendermos que os eixos de poder – raça, etnia, gênero e classe – são distintos e mutuamente excludentes. Nesse sentido, o racismo se refere a um problema distinto do problema de gênero, que, por sua vez, é diferente da opressão de classe. **Entender o conceito de interseccionalidade requer entendermos o contrário, ou seja, tais sistemas se sobrepõem e se cruzam, criando, assim, intersecções complexas nas quais vários eixos se inter cruzam.**

O problema interseccional não está simplesmente no fato de não abordar um único tipo de discriminação de forma completa, mas no fato de que uma gama de violações de direitos humanos fica obscurecida quando não se consideram as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas e, ocasionalmente, também de homens marginalizados (Crenshaw, 2002, p. 178).

Como, por exemplo, no que diz respeito aos fatores de risco, verifica-se que a literatura especializada elenca uma série de elementos que podem ser considerados como possíveis fatores de risco para o comportamento suicida. Em alguns estudos, verifica-se a existência dos marcadores de raça, gênero e sexualidade, todavia tais marcadores, na maioria das vezes, só se fazem presentes, isto é, estão inclusos, mas não, necessariamente, inclusos e abordados genuinamente.

Nesse sentido, abordar e pontuar a necessidade de se compreender o fenômeno do suicídio enquanto um fenômeno interseccional é possibilitar uma compreensão minimamente abrangente, ou seja, que passe a considerar minimamente as opressões, discriminações, relações de poder, bem como possíveis fatores e elementos que constituem a realidade de determinados grupos sociais.

Podemos utilizar a questão dos transtornos psicológicos e psiquiátricos para exemplificar como a literatura analisada, bem como a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014) produzem o apagamento e, conseqüentemente, corroboram para um saber não interseccional, uma vez que, segundo a literatura analisada, transtornos psiquiátricos e, em específico, a depressão seria uma *causa* frequente no que diz respeito ao comportamento suicida.

Novamente, realizar tal afirmação e demarcar a depressão como uma causa frequente impossibilita entender esse fenômeno do suicídio enquanto um problema multifacetado por diversos motivos, uma vez que corremos o risco de realizarmos uma análise biologicista ou casualista, portanto excluindo uma gama de fatores constituintes e, sobretudo, apagando a possibilidade de realizamos **perguntas interseccionais**, isto é: “Esse/a jovem se encontra

inserido/a em qual contexto? Em qual contexto geográfico? Sua família e amigos/as acolhem, respeitam e fazem esse/a jovem se sentir pertencente ao grupo social em que se encontra inserido/a? Como é a relação desse/a jovem no contexto escolar, no ambiente de trabalho, no círculo social propriamente dito? Esse/a jovem faz uso de algum medicamento? Marcadores racial, de gênero e de sexualidade se encontram presentes e interferem na sociabilidade desse/a jovem?”.

Essas e outras perguntas nos possibilitam, minimamente, atentarmos para as possíveis vulnerabilidades, bem como para as possíveis **subordinações interseccionais** presentes nesse contexto em relação ao comportamento suicida, ou seja, objetivamos com essas e outras perguntas compreender como essa pessoa ou grupo social pode se tornar mais vulnerável à medida que distintos tipos de opressão interagem entre si, aprofundando o processo de subordinação e ocasionando inúmeras possibilidades de adoecimentos, bem como a idealização suicida ou a consumação suicida.

Portanto, trabalhar com o conceito de interseccionalidade possibilita não só denunciar uma realidade, como, também, demarcar a necessidade de tornar visível estruturas de poder, subordinações e opressões que, muitas vezes, não são identificadas e, então, corroboram para a manutenção de determinadas desigualdades e contextos de vulnerabilidades²⁵.

Além disso, segundo **Collins** (2015), é preciso conceber novas concepções sobre o que é opressão, ou seja, é preciso entender e analisar essas categorias de modo que incluam raça, classe e gênero como estruturas de opressões distintas, mas imbricadas. Realizar tal afirmação significa entender que não há uma hierarquização de opressões (**Lorde**, 1977), e, sim, uma inter-relação entre elas, mesmo que sejam distintas e apresentem particularidades. Desse modo, devemos afastar nossos discursos de análises somatórias ou aditivas da opressão (**Collins**, 1989).

²⁵ Cabe pontuar que a autora, ainda, apresenta a ideia de **discriminação composta, superposição e interseccional estrutural**. Em relação à **discriminação composta**, Crenshaw (2002) utiliza o campo de trabalho para exemplificar, isto é, quando mulheres racializadas enfrentam discriminação, porque os empregos femininos não são apropriados para elas, e o trabalho designado para homens racializados é definido como inapropriado para mulheres. O que pode recair em casos de **superposição**, ou seja, em casos onde o trabalho é disponível para homens mais privilegiados, e não é oferecido a homens racialmente subordinados. No que diz respeito à **subordinação interseccional estrutural**, pode-se afirmar que esse fenômeno representa uma gama completa de circunstâncias em que as políticas se intersectam com as estruturas básicas de desigualdade, criando uma mescla de opressões para vítimas, especialmente, vulneráveis. Exemplo: a questão da pobreza no Brasil. No entanto, as consequências da subordinação interseccional não precisam ser intencionalmente produzidas.

Nesse contexto, não há uma dicotomia quando trabalhamos com os marcadores sociais, como o de raça, gênero e classe, isto é, eu vivo, todos os dias, como um homem negro, bissexual e pós-graduando. Eu não estou sozinho nesse process. Todas as pessoas possuem uma identidade específica de raça/gênero/classe, conseqüentemente, aplicar o pensamento dicotômico no que diz respeito às teorias de opressões é possibilitar concepções somatórias ou hierarquizadas.

Em outras palavras, trabalhar com a produção de concepções hierarquizadas é produzir discursos justificadores, bem como análises descontextualizadas e universais. Por exemplo, acredito ser muito provável que, para a literatura especializada, **Kayla** tentou o suicídio e, por conseguinte, veio a óbito por conta da sua sexualidade e, quiçá, por conta das pressões sociais.

No entanto, discursos como esses e análises pautadas nessas perspectivas possibilitam uma série de problemáticas, tais como a possibilidade da construção de uma dualidade “culpado/a e inocente” ou “forte e fraco/a”, isto é, Kayla não conseguiu lidar com a pressão social e veio a óbito. Logo, esse discurso retira toda e qualquer responsabilidade social de um contexto estruturado por diversos fatores – classe, raça, territorialidade, gênero, sexualidade, entre outros – e, conseqüentemente, atribui unicamente à pessoa (**Kayla**). Além do mais, é um discurso *justificador*, pois “o problema” estaria em sua sexualidade, afinal **Kayla** apresentaria uma sexualidade destoante do padrão de normalidade, o que, novamente, favorece a construção de um discurso individualizante, culpabilizante e justificador.

Assim como vivenciei, acredito que **Kayla** e as demais pessoas, também, vivenciaram e escutaram a seguinte frase: “o preconceito está na sua cabeça; o racismo está nos seus olhos”.

Não. O preconceito, a discriminação, a violência, a opressão, a exclusão começam a partir do momento em que o sistema posiciona e demarca corpos para serem violentados, excluídos e aniquilados. O preconceito está nas mãos violentas, nos olhos fulminantes, nas piadas, no nojo camuflado de opinião e nas demais ações que favorecem e corroboram para o nosso adoecimento e, por conseguinte, para a construção de idealizações suicidas, tentativas suicidas, bem como para a consumação suicida.

Kayla não se atirou da janela de seu prédio: foi a sociedade que a empurrou.

Portanto, afirmar que **Kayla** se matou por conta da sua sexualidade é trabalhar numa lógica de hierarquização de violências, opressões e discriminações. Não quer dizer que as

questões relacionadas à sua identidade de gênero não devem ser consideradas e visualizadas como uma questão possível de adoecimento, no entanto, esse “adoecimento” não diz respeito a porque **Kayla** era transexual não-binária, mas, sim, por conta de uma estrutura social que generifica e pauta a heterossexualidade compulsória como norma e regra, logo qualquer corpo que difere dessa lógica deve ser considerado abjeto, errado e anormal.

Arelado a isso, **Kayla** era negra, ou seja, outro fator que a posiciona em um contexto de vulnerabilidade e de violência, mas que, provavelmente, a literatura especializada iria esquecer de nomear e visualizar como um fator recorrente de adoecimento, por isso, pensar numa lógica interseccional é examinar, minimamente, as estruturas que configuram o poder e a manutenção das desigualdades, das diferenças e das violências, e não trabalhar com a lógica de hierarquização de opressões e subordinações.

Nessa perspectiva, segundo **Collins** (2015), assim, pessoas brancas comandam pessoas negras, homens são considerados superiores às mulheres, e a razão é preferida à emoção. Entender a dinâmica das opressões sob esse viés nos leva à suposição de que a opressão pode ser quantificada em grupos que são mais oprimidos que outros. Com isso, as “análises somatórias da opressão se assentam, diretamente, nos pilares gêmeos de pensamento ou na necessidade de quantificar e hierarquizar todas as relações para que se saiba onde alguém se localiza” (**Collins**, 2015, p. 18).

No entanto, é de suma importância ressaltar que entender as opressões enquanto fenômenos imbricados não se refere a negar que grupos específicos vivenciam experiências de opressões mais intensas e com mais especificidades do que outros. Contudo, segundo **Collins** (2015), é necessário um cuidado para não confundirmos essa questão da primazia de um tipo de opressão na vida das pessoas com uma postura teórica que propõe a natureza imbricada das opressões.

Raça, classe ou gênero podem estruturar uma situação, mas podem não ser igualmente visíveis e/ou importante nas auto definições das pessoas. Em alguns contextos, como o período conhecido como *antebellum*²⁶ no sul dos Estados Unidos e na América do Sul contemporânea, a opressão racial é mais visível, enquanto que, em outros contextos, como no Haiti, em El Salvador ou na Nicarágua, a opressão de classe social pode ser mais aparente (**Collins**, 2015, p. 19).

²⁶ Antebellum é uma palavra latina que significa "antes da guerra". Nos Estados Unidos o termo antebellum refere-se ao período no qual se incrementou o secessionismo por parte dos Estados Confederados da América, o que conduziu à Guerra Civil Americana entre os Estados da União e os Confederados.

Reconhecer e compreender que uma categoria de opressão pode ter prioridade sobre outras por determinado tempo e lugar não exclui a importância de compreender que raça, classe e gênero são categorias de análise que organizam e estruturam todas as relações, posto que raça, classe e gênero funcionam como sistemas paralelos e imbricados, e não de modo hierárquico ou somatório.

Para exemplificar essa afirmação de que os três sistemas se entrelaçam e, conseqüentemente, produzem e estruturam a dimensão institucional da opressão, **Collins** (2015) utiliza a metáfora das *plantations*²⁷ no período da escravidão, posto que, muito embora, a escravidão seja tipicamente analisada e compreendida como uma instituição racista e, quiçá, como uma instituição de classe, **Collins** (2015) afirmará que a escravidão foi uma instituição específica de *classe, raça e gênero* e que continua sendo uma metáfora convincente para a opressão institucional. Por exemplo, afirma a autora:

Se você é de uma universidade norte-americana, seu campus é uma *plantation* moderna? Quem controla a economia política da sua universidade? Os homens brancos da elite estão super-representados entre os altos administradores que controlam as finanças e a política de sua universidade? Aos homens brancos da elite, estão se somando mulheres brancas da elite como suas boas companheiras? Que tipo de pessoa está na sua sala de aula, fomentando a próxima geração que vai ocupar essas e outras posições como tomadores de decisão? Quem é o pessoal de apoio que elabora a correspondência geral, que encomenda material, que conserta os canos que estão vazando? As pessoas afro-americanas, hispânicas, de outras raças e etnias formam a maioria das/os trabalhadoras/es invisíveis que te alimentam, que lavam sua louça, que limpam seu escritório e sua biblioteca depois que todas as outras pessoas já foram para casa? (p. 24).

– Infelizmente, essa realidade não diz respeito apenas ao contexto norte-americano. –

Outro exemplo que podemos fazer uso diz respeito aos ataques discriminatórios e homofóbicos que jovens LGBTTIs vivenciam no contexto de saúde e de internação após as tentativas de suicídio, posto que, segundo a literatura analisada, verifica-se que jovens LGBTTIs vivenciam violências praticadas por profissionais da saúde que vão desde a invisibilidade da orientação sexual a, até mesmo, ataques homofóbicos em relação à sua performance de gênero.

Infelizmente, essa realidade se faz presente e devemos combatê-la e lutar pela transformação de práticas discriminatórias, violentas e excludentes. No entanto, podemos

²⁷ *Plantation* ou plantação é um tipo de sistema agrícola baseado em uma monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios e mão de obra escrava.

ampliar a discussão e entender essa afirmação sob o olhar de uma *superinclusão* e *subinclusão* ao mesmo tempo. Explicaremos o porquê.

Entender e fazer uma leitura interseccional não diz respeito a uma hierarquização das opressões e subordinações como pontuamos a pouco, mas, sim, entender, dinamicamente, que uma experiência pode ser atravessada por uma série de fatores/subordinações/opressões e violências. Sendo assim, a partir do momento em que a literatura científica afirma que jovens LGBTTIs sofrem ataques e violências de gênero, ou seja, LGBTTIfobia, esses/as jovens e adolescentes passariam a enfrentar um obstáculo no que diz respeito ao acesso a serviços de saúde e cuidado por conta de questões de gênero e sexualidades.

Sim, isso é um fato. Todavia, além dessa opressão/violência e subordinação, não poderiam estar outras presentes? Tais como uma subordinação de classe social e racial. O que estamos tentando sinalizar é justamente a importância genuína de entendermos esses fenômenos de modo interseccional para não realizarmos uma *superinclusão* – jovens LGBTTIs possuem dificuldades de acesso a serviços de saúde em condições gerais e no que diz respeito a tentativas de suicídio.

Sim, jovens LGBTTIs sofrem violências e possuem um atendimento, na maioria das vezes, diferenciado, todavia essa diferenciação também estará pautada na cor e na classe social dessa pessoa, ou seja, se essa pessoa for negra, periférica/pobre e desempenhar um papel de gênero destoante do que se espera socialmente – por exemplo, é gay, mas se comporta como “homem” –, logo a violência que essa pessoa irá enfrentar será em níveis diferentes do que uma pessoa LGBTTI que desempenha um papel de gênero mais próximo do que se espera, socialmente, dessas pessoas, por exemplo.

E, quando afirmamos que esse apontamento possibilita, também uma *subinclusão*, referimo-nos à noção de que um subgrupo de LGBTTIs enfrentam um problema de raça e classe, mas que, geralmente, não é reconhecido como tal, porque certa parcela de pessoas LGBTTIs não passam por essa mesma experiência/subordinação e desigualdade.

Nessa perspectiva, para **Collins** (2015), raça, gênero, classe, sexualidade, etnicidade, dentre outros marcadores não operam de forma unitária, ou seja, como entidades excludentes, mas como fenômenos que se constroem e reconstroem reciprocamente. Assim como **Crenshaw** (1991) afirma, as formas de opressão não atingem as pessoas de modo isolado ou acoplado, ou seja, de modo somatório, permitindo, assim, não visualizar cada eixo de opressão separadamente, mas, sim, em conjuntos e em concomitância.

Danièle Kergot (2010) também vem se dedicando aos estudos sobre interseccionalidade, no entanto, Kergot (2010) opta por chamar *consustancialidade* o que **Crenshaw** denomina por interseccionalidade, posto que, para a autora, há uma necessidade de se compreender melhor as relações sociais e seu entrelaçamento, uma vez que essas relações não são estáveis e estanques, sendo assim, deve-se compreender e analisá-las rompendo com a ideia de que corresponderiam a categorias fixas, assim “permite recolocar, no centro da análise, o sujeito político (e não a vítima de múltiplas dominações), levando em consideração todas as suas práticas, frequentemente ambíguas e ambivalentes” (p. 103).

Colocar o problema nos termos da consustancialidade das relações sociais permite outra abordagem: de acordo com uma configuração dada de relações sociais, o gênero (ou a classe, a raça) será — ou não será — unificador. Mas ele não é, em si, fonte de antagonismo ou solidariedade. Nenhuma relação social é primordial ou tem prioridade sobre outra. Ou seja, não há contradições principais e contradições secundárias (Kergot, 2010, p. 99).

Desse modo, as construções das categorias de opressões não se constituem e se baseiam na diferenciação das desigualdades, portanto as categorias se articulam entre si de maneira intra e intersistêmica.

A exemplo, temos **João**, um adolescente negro, bicha e morador de um bairro periférico que rompe com os padrões estabelecidos pela sociedade em diferentes quesitos: masculinidade, beleza, performance do que se espera de um adolescente, dentre outros padrões. No entanto, como verificamos no quinto interlúdio, **João** vivencia uma série de problemas que não estão atrelados a uma única questão ou um único fator, pelo contrário, a construção das categorias de opressões se forma nas relações sociais, assim como Kergot (2010) pontua no que chama de consustancialidade, a qual vai permitir que as opressões/violências se configurem de modo sistêmicas. Sendo assim, **João** não sofre apenas por ter um cabelo destoante do padrão estabelecido e imposto de beleza, mas, também, porque, além desse elemento, há imbricado uma cadeia de sistemas que intensificam, corroboram e favorecem para a configuração de uma cadeia de opressões (consustancialidade), ou seja, por ser negro, afeminado, pobre e desempenhando um papel de masculinidade totalmente contrário ao que a norma entende por “ser masculino”.

Pensar na consustancialidade, portanto, é também pontuar que **João** não sofre mais por ser afeminado, por ser pobre – morador de um bairro sem condições mínimas de sobrevivência – ou por ser negro, e, sim, que esses sistemas de violência e de opressões, em determinados

espaços e momentos, podem se destacar, ou seja, sobressair mais que os demais. Por exemplo, em um determinado contexto, a racialidade de **João** pode ser algo evidente e, conseqüentemente, aparato de violência, diferenciação e desigualdade, em outro momento, sua performance de gênero, e assim por diante.

No entanto, isso não quer dizer que essas categorias atuam e se encontram desconectadas, mas, sim, interconectadas. Sendo assim, entender em termos da consubstancialidade das relações favorece, segundo Kergot (2010), para a não rigidez e fixação de determinadas categorias, haja vista que, para a autora, haveria uma tendência a fixar e tratar as categorias de raça, classe e gênero de modo estanques, bem como, em muitas análises, haver uma subconsideração das relações de classe, havendo, então, um “cruzamento privilegiado entre raça e gênero, enquanto a referência à classe social não passa muitas vezes de uma citação obrigatória” (p. 97).

Mesmo com as diferenciações teóricas e conceituais, nota-se que, para ambas as autoras, as opressões seriam de níveis estruturais, conseqüentemente, havendo a necessidade de se olhar o funcionamento desse conjunto de estruturas de desigualdades que não possuem uma única raiz ou origem. Portanto, raça, classe, gênero, sexualidade, idade, capacidade, nação, etnia são categorias semelhantes de análise e são compreendidas em termos relacionais, e não isoladas umas das outras. Com isso, essas categorias de construção mútua fundamentam e formam sistemas de intersecção, por exemplo, das relações de poder do racismo e do sexismo, posto que se encontram inter-relacionadas (**Collins**, 2015).

Sardenberg (2015) afirma que, nas sociedades contemporâneas, capitalismo, sexismo, racismo, etarismo, LGBTTifobia, dentre outras matrizes de opressão, não agem independentemente, pelo contrário, essas matrizes se encontram imbricadas ou em “simbiose” (Saffiotti, 1992). Sendo assim, constituindo-se como matrizes de opressões que se entrelaçam e se reforçam (**Collins**, 1989), formando sistemas de opressões interseccionados (**Crenshaw**, 1991).

Compreender esses fenômenos enquanto fenômenos que se inter cruzam, intersectam, recortam uns aos outros e, conseqüentemente, modificam-se mutuamente uns aos outros implica dizer que categorias como raça, gênero e classe são similares, e não categorias distintas ou autônomas.

Nesse sentido, segundo Sardenberg (2015), a noção de caleidoscópio de gênero, proposta por Joan Spade & Catherine Valentine (2008), possibilita, também, compreender esse processo referente à interseccionalidade. Segundo as referidas autoras, caleidoscópio diz

respeito a um tubo composto por espelhos e prismas que se combinam e recombinam, cuja função é a produção de imagens e desenhos distintos conforme a movimentação do tubo. Sendo assim, a cada movimento do tubo, a luz dos espelhos se reflete nos prismas, formando diferentes mosaicos e desenhos.

Desse modo, Spade & Valentine (2008 citados por Sardenberg 2015) se utilizam dessa ferramenta para compreender as categorias de raça, gênero, classe, etnia, idade etc.; como prismas sociais e espelhos que formariam as imagens, e os mosaicos corresponderiam ao contexto em que se refletem no tempo e espaço sociais.

Com isso, a metáfora do caleidoscópio possibilita apreender a dinâmica das relações sociais na medida em que um prisma, por exemplo, “prisma de raça” interage com os demais prismas sociais – gênero, sexualidade, classe, social –, produzindo, assim, distintos ou complexos padrões de identidades e relações que são, historicamente, produzidos e específicos (Sardenberg, 2015). Pensar nessa metáfora possibilita pensar as múltiplas configurações que um marcador da diferença possui quando se encontra intersectado com outros marcadores da diferença. Em outras palavras, o conceito de prismas sociais nos ajuda a entender que gênero não é uma entidade universal ou estática, mas, sim, criada continuamente nos parâmetros sociais da vida individual e em grupo (Spade & Valentine, 2008, p.13, citado por Sardenberg, 2015, p. 88).

Todavia, é de suma importância reforçar que, mesmo compartilhando as mesmas feições como prismas sociais ou como marcadores das diferenças, estes não podem ser reduzidos uns aos outros. Se, por um lado, há especificidades no que se refere aos marcadores de raça, gênero e classe, esses marcadores ou prismas sociais não se encontram isolados socialmente, ou seja, esses prismas não agem por si só dentro do contexto social.

Pedro, Ana, João, vidas, histórias e narrativas diferentes.

No entanto, com marcadores que possibilitam que essas vidas, histórias e narrativas se inter cruzem e se conectem, ou seja, a começar pela questão racial, três jovens negros que foram demarcados socialmente enquanto sujeitos inferiores, menos capacitados e, conseqüentemente,

objetificados – retirando a possibilidade de humanidade – pelo grupo dominante. Três narrativas destoantes no que diz respeito à sexualidade e gênero: Bissexual, Lésbica e Bicha. Contudo, mesmo apresentando suas diferenças e nuances, esses marcadores se inter cruzam e formam um sistema que é pautado pela discriminação, opressão, violência e que posicionam esses corpos no contexto de subalternidade e vulnerabilidade.

Mesmo apresentando especificidades, ou seja, mesmo que Ana, Pedro e João apresentem particularidades no que diz respeito à constituição de suas subjetividades, bem como na condição de vulnerabilidade, essas **vidas** se cruzam e inter cruzam.

Essas três narrativas ocupam e representam as lacunas produzidas pela literatura científica no que diz respeito à relação comportamento suicida com os marcadores de raça, sexualidade e gênero. Mesmo que esses corpos sejam inexistentes, encontram-se ancorados numa lacuna, eles existem e, por isso, a necessidade de se pensar nessas narrativas sob o viés da consubstancialidade/interseccionalidade ou caleidoscópico, uma vez que falar de vidas, bem como de relações de opressões e de subordinações é, automaticamente, compreender esse processo de modo dialético e em constante construção.

Sendo assim, é nessa perspectiva que a metáfora dos caleidoscópios possibilita pensar esses mosaicos sociais – marcadores sociais – enquanto um constante processo dialético de construção, isto é, simultaneamente, esses marcadores se constroem e vão construindo pelos demais marcadores a partir da posicionalidade destes marcadores.

Creio que o foco nos mosaicos/posicionalidades é particularmente relevante, pois eles correspondem ao lugar social que ocupamos em um determinado contexto e, assim, o que contorna as nossas vivências/experiências. É no plano dos mosaicos/posicionalidades que se forjam, também, as nossas identidades ‘possíveis’ – e digo possíveis, vez que a simultaneidade dos marcadores de diferença, ou de privilégios e vulnerabilidades, permite, por assim dizer, que nos identifiquemos mais com umas do que com outras de nossas múltiplas identidades possíveis (Sardenberg, 2015, p. 90).

Wendy Hulko (2009) também abarca a posicionalidade junto ao conceito de interseccionalidade para discutir o inter cruzamento das opressões, contudo Hulko (2009) afirma que posicionalidade indica os diferentes graus de privilégio e opressão que uma pessoa detém

ou sofre em função da intersecção de construtos identitários específicos, tais como raça, etnicidade, classe, gênero, orientação sexual, idade etc. (Sardenber, 2015, p. 82).

Todas (e todos) nós desfrutamos de privilégios e sofremos opressão de acordo com nossa posicionalidade relativa aos sistemas de opressão que se entrelaçam, tais como racismo, classismo, sexismo, etnocentrismo e etarismo. O lugar específico que cada uma de nós ocupa em relação ao centro ou margem, ou seja, a nossa posicionalidade é determinada por nossas identidades – que são, necessariamente, interseccionadas (Hulko, 2009 citado por Sardenberg, 2015, p. 82).

Nesse sentido, as identidades de Pedro, Ana, João e das demais histórias relatadas apresentam um lugar específico, entretanto, esse lugar é interseccionado com diferentes marcadores que poderão fazer com que essas vidas se espelhem e, assim, convirjam em semelhanças, diferenças e interconexões.

A título de exemplo, verificamos, nos estudos analisados, que as pessoas negras LGBTTIs, representadas nos estudos sobre gênero e sexualidade, majoritariamente, são representadas na figura do gay negro, logo há o predomínio da identidade do gay negro nas discussões sobre a intersecção de raça, gênero e sexualidades e, por conseguinte, a exclusão de outras identidades de gênero.

Nesse sentido, mesmo pessoas LGBTTIs negras sendo invisibilizadas pela literatura científica em determinados contextos, nota-se que, em certos contextos, algumas pessoas LGBTTIs negras apresentam uma posicionalidade diferente das demais, como é o caso dos homens negros gays em relação às demais pessoas LGBTTIs. Talvez pudéssemos explicar esse fato nos pautando na perspectiva de que, mesmo sendo invisibilizado e violentado por conta da sua raça, gênero e sexualidade, esse homem negro e gay vem a ser o predomínio na representação dos estudos, justamente, por ser homem, e sabemos que nos encontramos inseridos/as em um contexto culturalmente construído e pautado pela lógica do patriarcalismo e do machismo.

Claro que esse apontamento diz respeito a uma hipótese e uma alusão, contudo o que gostaríamos de apontar se refere à questão da importância de aprendermos que, mesmo dentro de um grupo de pessoas subordinadas, violentadas, oprimidas, ainda há relações de poder, de representatividade, bem como de posicionalidade, logo a importância de compreendermos esses

fenômenos sob o olhar interseccional e, conseqüentemente, fazer as perguntas que estamos tentando realizar ao longo desta sessão: “por que um grupo é representado, e outro não? Por que exclui, apaga e invisibiliza um, e outro não?”.

Entretanto, é de suma importância sinalizarmos que nossas identidades não são fixas, conseqüentemente, as posicionalidades também mudam de acordo com as transformações dos nossos papéis sociais, bem como de nossas categorias identitárias. Portanto, a posicionalidade depende do contexto e, assim, ela é, sempre, historicamente determinada, variando de acordo com cada contexto social, cultural, econômico e político.

Sendo assim, após essa longa exposição teórico-conceitual-aplicada, esperamos ter alcançado minimamente nosso objetivo, isto é, de tentar exemplificar e pontuar a necessidade de se compreender os fenômenos sociais a partir de um olhar e de uma dinâmica interseccional. No entanto, pontuamos que todos os estudos sobre interseccionalidade apresentam seus méritos e avanços, não havendo uma perspectiva mais cabível, ou melhor, descritiva no que diz respeito ao que viria ser interseccionalidade, mas, sim, todas as perspectivas passam a se complementar e dialogar entre si e, conseqüentemente, abrangendo o leque de possibilidades para se compreender o que poderia ser visualizado, nomeado e entendido por interseccionalidade.

Nessa perspectiva, assim como pontua **Rodrigues** (2012), por estabelecer uma ponte com perspectivas pós-estruturalistas e desconstrucionistas que se tornaram bastante influentes no pensamento feminista brasileiro, o conceito de interseccionalidade pode se constituir num novo campo de investigação capaz de encorajar pesquisadoras e pesquisadores das mais distintas perspectivas a se engajar, criticamente, com seus próprios pressupostos de maneira reflexiva, situada e responsável.

Desse modo, entendemos que o conceito interseccionalidade passa a ser uma ferramenta de empoderamento, bem como de combate às diferentes desigualdades, violências e produções de invisibilidades, mas, também, uma ferramenta de criação de realidades pautadas numa pluralidade de vozes, vidas, singularidades e de desejos, logo rompendo com a produção de novos essencialismos e exclusões.

Isso não significa afirmar, contudo, que se trate de “meta teoria” capaz de abarcar todas as questões fundamentais, mas que, exatamente por suas características de maleabilidade e ambigüidade teórica, fornece um campo aberto de novas possibilidades de pesquisa e intervenção
(Rodrigues, 2012).

Portanto, assim como afirma **Crenshaw** (2015), agora, mais do que nunca, é imprescindível olharmos corajosamente para a nossa realidade, ou seja, para a realidade do preconceito de gênero, de raça, de classe, dentre outros, para, então, compreendermos como esses marcadores podem se unir para causar ainda mais danos.

Deslocar-se é preciso!

O deslocamento nunca é pacífico, uma vez que se deslocar da norma é estar numa luta constante contra a norma, pois a norma, a todo o momento, fará com que você seja enquadrado/a e recapturado/a, sendo assim, é sempre um tensionamento (Mombaça, 2017).

A luta contra a norma é uma guerra.

Consequentemente, nessa guerra, alguns corpos são mais expostos, violentados, aniquilados e postos em negligência. Com isso, a violência, de certa maneira, estrutura o mundo, como também a vida de muitos corpos dissidentes, ou seja, corpos negros, corpos não heteros, corpos desobedientes de gênero, corpos femininos, corpos descritos como loucos, corpos deficientes, todos esses corpos foram alocados no mundo, marcados e demarcados pela violência e, por conseguinte, alocados num mundo construído através da violência. Sendo assim, a violência se torna uma questão chave (Mombaça, 2017).

Portanto, a possibilidade de ser e estar em um mundo não violento ou, então, em um lugar isento de violência é estar numa posição de privilégio, e esse privilégio foi outorgado a pouquíssimas pessoas.

Onde você está?

Deslocar é preciso!

Dáleti Jeovana Neusa Sousa Santos Williams da Silva Barbosa Diego Machado
Jeferson Sales de Souza Kayla França Lucas Justin Fashanu Marylucia Mesquita
Kaique Augusto Bruno Mickael Hudson Leão Kyara Barbosa Beatriiz Monteiro
Roniere Vieira Duarte Erik Pereira Daniel Bassani Amanda Cardoso de Araújo
Ramon Santos Jown Silva Fábio Leandro da Cruz e Souza Kemelhy Costa
Sandra de Souza Medeiros Luiz A Paulinha Silva Danilo Matheus Dias da Silva
Kandice Johnson Maria Beatriz Maria Eduarda Alves Ferreira Gabriel Paiva

VIDAS NEGRAS IMPORTANTAM

VIDAS NEGRAS LGBTTI_s IMPORTANTAM

Carla A. de Mendonça Maria Carolina da Silva Costa Claudim Jhonson Santos
Ligivaldo Conceição dos Santos Maximiliano de Oliveira Itamila Moura de Souza
Elismar Ferreira de Souza Henrique de Amâncio Claudia Silva Ferreira
Eduardo Henrique de Carvalho Dias Amarildo Dias de Souza Erick Maina
Ray Santo's Luana Barbosa Kalief Browder Sandra Bland Jadson Silva
Dario Silva Daniel Marques Carlos Eduardo da Silva Souza Joel de Castro
Cleiton Corrêa de Souza Wesley Castro Wilton Esteves Domingos Junior

“Cheguei à teoria, porque estava sofrendo, a dor dentro de mim era tão intensa que eu não poderia continuar a viver. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender, querendo entender o que estava acontecendo ao meu redor. Acima de tudo, cheguei à teoria, porque queria fazer a dor ir embora. Eu vi, na teoria, um local para a cura.” (**bell hooks**, In: Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade, p. 59).

Eu vi, no processo de fazer pesquisa, um local para a cura.

Um local para escrever, nomear e afirmar:

Vidas negras importam, vidas LGBTTIIs negras importam

Durante a construção deste processo dissertativo, inúmeras vezes me deparei com a solidão, com apagamento e com a inexistência. Nos momentos em que me vi imerso na solidão e, conseqüentemente, sem saber o que fazer, tive o privilégio de ter uma pessoa que, antes de tudo, visualizava-me como um humano, acreditava em mim e que segurou na minha mão e me disse: “vamos, estamos juntos (...). Onde vai dar, não sabemos, mas estamos juntos!”²⁸. E, assim, fomos: eu e meu orientador caminhamos juntos, enfrentamos os obstáculos juntos e, aqui, chegamos.

No decorrer deste processo, pudemos verificar a inexistência de estudos sobre comportamento suicida em jovens LGBTTIIs negros/as, ou seja, a literatura especializada não produz conhecimento sobre a relação comportamento suicida e jovens LGBTTIIs negros/as. Assim como pouco produz sobre comportamento suicida e jovens LGBTTIIs.

Por outro lado, verificamos que vidas, singularidades, subjetividades e personalidades gritavam, exclamavam e escancaravam suas dores, suas vivências e suas violências, mas que tais gritos não eram suficientes para incomodar, sensibilizar e perturbar a literatura científica, uma vez que a produção do conhecimento se encontra pautada e orientada por uma lógica na qual, propositalmente, elege quais vidas são dignas de luto e luta e quais vidas são indignas de luto e luta.

Em outras palavras, pudemos constatar a produção de visibilidade e invisibilidade no contexto científico, logo algumas vidas, narrativas e conhecimentos são silenciadas, porque

²⁸ Retirado do diário de anotações.

outras vozes falam mais alto, e “não é que não estamos a falar, mas, sim, que nossa voz não é escutada” (Kilomba, 2010). Sendo assim, vozes, vidas e subjetividades dissidentes – corpos LGBTTIIs negros e corpos negros –, para o conhecimento científico, estariam alocados no posto da subalternidade e, conseqüentemente, não teriam o poder de voz e, talvez, de existência.

Com isso, podemos afirmar, diante desse cenário, que a produção intelectual se estrutura a partir de uma lógica epistemicida, racializada, generificada e regionalizada. **Epistemicida**, pois o conhecimento científico e, em específico, a literatura sobre comportamento suicida desqualifica a cultura do que nomeamos por corpos dissidentes, ou seja, o saber científico retira toda e qualquer legitimidade epistemológica dessa população, predominando, assim, uma única voz, um único modo de compreender a realidade, bem como uma única forma de produzir e fazer ciência.

Pudemos aprender que não há modernidade sem colonialidade, posto que ambos são um único projeto. A partir da apreensão dessa realidade, podemos afirmar que há uma **regionalização** do saber, isto é, apenas o conhecimento norte (euro-americoentrico) deve ser reconhecido e apreendido como aquele conhecimento legítimo e verdadeiro, conseqüentemente, essa realidade produz formas de relações pautadas nas dicotomias colonizador – colonizado e explorador – explorado. E, assim, esse saber possui uma regionalidade, um gênero e, sobretudo, uma raça.

A intelectualidade é euro-americoentrica, branca e, sobretudo, masculina.

Nessa perspectiva, o conhecimento não se resume a um simples estudo apolítico da verdade, mas é, sim, a reprodução de relações de poder raciais e de gênero, que definem não somente o que conta como verdadeiro, bem como em quem acreditar. Tornando-se, então, toda epistemologia um reflexo dos interesses políticos específicos de uma sociedade *branca colonial e patriarcal* (Kilomba, 2010).

Com isso, o privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado, não somente, injustiça cognitiva, como, também, tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo. A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta – incluindo as mulheres ocidentais – tem

dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais.

Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais têm gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo (Grosfoguel, 2013).

Por outro lado, mesmo que, nas análises e nas discussões dos materiais analisados, verificamos a existência de uma universalização dos conceitos, bem como do fenômeno do suicídio ser compreendido a partir do viés normativo/binário, uni-racializado, ou seja, na perspectiva de pessoas brancas, resultando na exclusão dos marcadores de racialidades e gênero nas análises e discussões. É de suma importância ressaltar que houveram materiais em que os marcadores de gênero e sexualidade estiveram presentes nas análises e discussões. Entretanto, mesmo discutindo e produzindo um conhecimento minimamente zeloso com as questões de gênero, verificamos que a produção científica ainda se encontra pautada pela invisibilidade, anulação e exclusão dos corpos negros e corpos negros LGBTTI.

No entanto, isso não significa que eu não exista ou que corpos negros LGBTTI e corpos dissidentes não existam e que são incapazes de produzir conhecimento.

Nós produzimos conhecimento. Nós existimos e resistimos. Nossas vidas importam.

Assim como afirma **Kilomba** (2010), quando escrevemos, nós descolonizamos a academia, uma vez que transformamos as configurações de conhecimento e poder. Cada sentença e cada palavra abre um novo espaço para discursos alternativos e políticas do conhecimento.

ISSO É A DESCOLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

É a pontuação de que teorias não são universais nem neutras, mas sempre localizadas em algum lugar e sempre escrita por alguém, e que esse alguém possui uma história. Sendo assim, ao longo deste processo dissertativo, pretendemos ilustrar, justamente, essa afirmação de que o conhecimento não é neutro e, tampouco, universal. Desse modo, outras vidas e vozes existem, tais como as vidas nomeadas e apresentadas nos interlúdios.

Com isso, os interlúdios funcionaram, aqui, como mais do que um artefato metodológico, e, sim, como uma ferramenta **de demarcação**, ou seja, objetivamos demarcar as lacunas produzidas pela literatura científica sobre o fenômeno do suicídio quando essa literatura deixou de abordar, em suas análises, as questões relacionadas à raça e gênero.

Nesse sentido, corpos subalternos (Spivak, 2010) não só podem existir, como também podem denunciar uma realidade que negligencia, violenta e corrobora para o **genocídio da população negra e população negra LGBTTIs**. Sendo assim, além de denunciarmos essa estrutura, almejamos apontar a urgência de compreendermos o fenômeno do suicídio, bem como o sofrimento psíquico a partir de um **viés interseccional**, ou seja, a partir da compreensão genuína dos diferentes marcadores e fatores que podem compor e atravessar a vida de pessoas negras LGBTTIs.

Dessa forma, compreender que a história de Paulo Vitor ou de outros jovens LGBTTIs negros/as são atravessadas por diferentes fatores e particularidades, e que esses fatores podem convergir e, também, podem divergir, isto é, ter um olhar interseccional é entender as posicionalidades que cada pessoa ocupa, e que essas posições são flexíveis e atravessadas por questões de classe, raça e gênero.

Quando afirmo que este processo dissertativo foi a cura, estou tentando afirmar e entender essa cura como um sinônimo de ressignificação, ou seja, a partir da escrita, tive a oportunidade e a possibilidade de rever e re-compreender a minha história, de entender os meus traumas, os meus sofrimentos, bem como nomeá-los.

E, por conseguinte, afirmar:

Eu existo!

Pessoas negras existem!

Nossas vidas são dignas de luto e luta!

Sendo assim, os interlúdios, bem como a capa final desta sessão não são meramente artifícios estéticos ou objetos decorativos, mas, sim, ferramentas políticas de contraposição e instrumentos potencializadores de nomeação e visibilidade, tendo o seguinte objetivo: afirmar e demarcar que esses corpos dissidentes existem.

Portanto, os nomes expostos no começo desta sessão não são apenas nomes, mas vidas que tiveram histórias e que, infelizmente, não tiveram a oportunidade de serem conhecidas,

valorizadas e aprendidas. No entanto, uma coisa é certa: essas vidas deixaram histórias, deixaram saudades e deixaram sementes.

Perdemos muitas histórias de luta, de resistência e de encantamento quando perdemos essas vidas.

Por exemplo, quando perdemos Kayla:

Perdemos uma moça cheia de sonhos, de garra e de vontade de lutar para transformar esse mundo tão cruel em um mundo mais dócil e acolhedor. Perdemos mais uma jovem com um olhar que fascinava, encantava e TRANSbordava força.

Quando Douglas Martins proferiu sua última frase após levar um tiro de um policial militar – **“Por que o senhor atirou em mim?”** –, perdemos um jovem que, provavelmente, tinha sonhos, tinha uma família, tinha amigos, tinha desejos. Talvez, esses desejos fossem similares aos seus, então, por que não nos comovemos com essas mortes?

Por que não nos comovemos, não choramos e não lutamos por essas vidas?

Talvez, porque não deixemos que essas histórias nos afetem. Possivelmente, não reconhecemos que, nessas histórias, há vidas, desejos e sonhos. Logo, se não somos atravessados por essas histórias, se não reconhecemos essas histórias, não há perda, não há luto, não haverá vida que foi perdida.

Portanto, o que pretendemos com essa discussão é fazer um convite a você, leitor e leitora, a prestar atenção, a pensar, a examinar sua visão e refletir: **“Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?”** (Haraway, 1995). O que deixamos de ver, o que perdemos e o que deixamos de sentir quando não reconhecemos essas histórias e essas narrativas?

Aprender a enxergar aquilo que nos cega para aquilo que vemos não é tarefa fácil.

MAS É NECESSÁRIO.

É necessário ter coragem, valentia, bravura, esforço, perseverança e, infelizmente, isso não ocorre espontaneamente. É processual. É preciso romper com o habitual, e isso requer coragem, pois romper é um processo doloroso.

Desse modo, quando começamos esse processo de descolonização e de autenticidade, isto é, de reconhecer que vidas dissidentes importam, existem e que fazem falta, começamos a construir um processo de espelho, ou seja, de auto reflexividade, pois, quando eu olho para minha imagem, eu não só enxergo, mas como também sinto a violência no meu corpo, posto que a violência me constitui. A violência produz enquadramentos, biografias, narrativas e vidas não passíveis de lutos, logo essa violência produz nossa biografia, como também produz nossos corpos.

No entanto, o corpo branco tem o privilégio de vivenciar essa dor ou não, de ligar ou de desligar, de lidar ou não com o racismo, com a violência e, conseqüentemente, de poder narrar sua história. Privilégio esse que eu não tenho.

Que Kayla não teve.
Que Cláudia não teve.
Que Amarildo não teve.
Que Daniel Marques não teve.

Que tantos outros corpos negros LGBTTIs não tiveram, justamente, porque nós corroboramos com o seu assassinato.

Por isso, entendo esse exercício enquanto um processo. E esse processo não é tarefa fácil. Você terá que abrir mão de inúmeras questões, e uma delas é a sua prepotência. Isso irá doer. Vai sangrar. E será um processo e uma luta sem fim, nunca termina.

Pois bem, o convite está posto para você, pessoa branca.

E cabe lembrar que o silêncio também é uma posição!

E, assim, finalizo esta pesquisa afirmando e reafirmando:

VIDAS NEGRAS IMPORTAM

VIDAS NEGRAS LGBTTIs IMPORTAM

REFERÊNCIAS

- Alcoff, L., M. (2016). Uma epistemologia para a próxima revolução. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31, N. 1. Jan-Abril.
- Aguiar, G., O. (2012). O suicídio entre jovens negros na perspectiva Durkheimiana. *Identidade*, São Leopoldo, RS, v.17.
- Aguião, S. (2007). “*Aqui nem todo mundo é igual*” *Cor, Mestiçagem e Homossexualidades numa Favela do Rio de Janeiro*. Dissertação: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Medicina Social.
- Aguião, S. (2011). Cenas de circulação: fragmentos de uma etnografia sobre homossexualidade, gênero, cor e mestiçagem em uma favela do Rio de Janeiro. *Sex., Salud Soc.* (Rio J.), n.9, pp.61-90.
- Aquino, M., A., Santana, S. R., Silva, L. K. R., & Júnior, J. F. S. (2010). Dissonâncias e assimetrias na produção de conhecimento na UFPB (IN)visibilidade de temas sobre negros(as). *Biblionline*, João pessoa, v.6, n.1.
- Arantes, J. E. R., & Mello, L. (2008). *Homossexualidades e negritude: identidade e afetividades no entre-lugar*. Dissertação: Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás.
- Araújo, L., Vieira, K. F. L., & Coutinho, M. P. L. (2010). Ideação suicida na adolescência: um enfoque psicossociológico no contexto do ensino médio. *Psico-USF* (Impr.) vol.15 no. 1 Itatiba Apr.
- Arendt, H. (1988). *Homens em tempos sombrios: Men in dark times*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ariès, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Editora Afiliada.
- Avanci, R. C., Pedrão, L. J., & Júnior, M. L. C. (2005). Perfil do adolescente que tenta suicídio em uma unidade de emergência. *Rev. Bras Enferm.* Set-out, 58(5): 535-9.
- Ashe, F. (2004). “Deconstructing the Experiential Bar Male Experience and Feminist Resistance”. *Men and Masculinities*, v. 7, n. 2, p. 187-204.
- Azevedo, A. K. S., & Dutra, E. M. S. (2012). Relação amorosa e tentativa de suicídio na adolescência: uma questão de (DES)amor. *Revista da Abordagem Gestáltica*, XVIII (1): 20-29, jan-jun.
- Azevedo, A. K. S. (2006). *Relação amorosa e tentativa de suicídio na adolescência: uma questão de (des)amor*. Dissertação: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade do Rio Grande do Norte.

- Baggio, L., Palazzo, L. S., & Aerts, D. R. G. C. (2009). Planejamento suicida entre adolescentes escolares: prevalência e fatores associados. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, (25)1: 142-150, jan.
- Barnard, I. (2004). *Queer Race*. Nova York: Lang.
- Batista, L. E., Escuder, M. M. L., & Pereira, J. C. R. (2004). A cor da morte: causas de óbito segundo características de raça no Estado de São Paulo, 1999 a 2001. *Rev. Saúde Pública*; 38(5): 630-6.
- Benincasa, M., & Rezende, M. M. (2006). Tristeza e Suicídio entre adolescentes: fatores de risco e proteção. *Boletim de Psicologia*. Vol. XVI, nº 124: 93-110.
- Bento, M. A. S. (2012). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Carone, I., & Bento, M. A. S. (2012). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 5. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bento, M. A. S. (2012). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Carone, I., & Bento, M. A. S. (Org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 5º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bernardino-Costa, J. (2015). Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Soc. estado*. vol.30 no.1 Brasília Jan./Apr.
- Bertolote, J. M. (2012). *O Suicídio e sua prevenção*. São Paulo. Ed. Unesp.
- Bertolote, J. M., & Fleischmann, A. (2004). Suicídio e doença mental: uma perspectiva global. In N. J. Botega & B. G. Werlang (Orgs.), *Comportamento suicida* (pp. 35-44). Porto Alegre: ArtMed.
- Biroli, F., & Miguel, L. F. (2015). Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*. v. 20, n. 2.
- Bhabha, H. *O local da Cultura*. Ávila, M., Reis, E. L. L., & Gonçalves, G. R. (2005). (Trad). Belo Horizonte: EdUFMG. (3º Impressão).
- Bocato, V. R. C. (2006). Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274.
- Bock, A. M. B. (2004). A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. *Cad. Cedes, Campinas*, vol. 24, n. 62, p. 26-43, abril.
- Bonnici, T. (2005). *Conceitos-chave da teoria pós-colonial*. Maringá, PR: Eduem.
- Bonnici, T. (1998). *Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais*. Mimesis, Bauru, v. 19, n. 1, p. 07-23.

- Borges, P. (2017). Existe genocídio negro no Brasil? *Alma Preta*. Disponível em: <<http://www.almapreta.com/editorias/realidade/existe-genocidio-negro-no-brasil>>. Acessado em: 21/12/2017.
- Borges, V. R., & Werlang, B. S. G. Estudo de ideação suicida em adolescentes de 15 a 19 anos. *Estudos de Psicologia*, 2006, 11(3), 345-351.
- Borges, V. R., Welang, B. S. G., & Copatti, M. (2008). Ideação suicida em adolescentes de 13 a 17 anos. *Barborói*. Santa Cruz do Sul, n° 28, jan-jun.
- Botega, N. J. (2015). *Crise suicida: avaliação e manejo*. Porto Alegre: Artmed.
- Brasil, K. T., Alvez, P. B., & Amparo, D. M.; Frajorge, K. C. (2006). Fatores de risco na adolescência: discutindo dados do DF. *Paidéia*, 16(35), 377-384.
- Braga, L. L., & Dell'aglio, D. D. (2013). Suicídio na adolescência: fatores de risco, depressão e gênero. *Contextos clínicos*, 6(1): 2-14, janeiro-junho.
- Braga, L. L. (2011). Exposição à violência e comportamento suicida em adolescentes de diferentes contextos. Dissertação: programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Branco, G. C. (2009). Racismo, individualismo e biopoder. *Revista de Filosofia Aurora*, v.21, n.28.
- Bussotti, L., & Tembe, A. (2014). A Homossexualidade na concepção afrocentrista de Molefi Kete Asante: entre libertação e opressão. *Revista Ártemis*, Vol. XVII, n° 1. Jan-jun.
- Butler, J. (2000). *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* 2° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2011). Vida precária. *Dossiê Diferenças e (Des)Igualdade*, n. 1 p. 13-33. Jan-Jun.
- Camino, L. A. (2000). Face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista Psicologia Política*.
- Campos, M. T. A. (2014). *Tá rindo de quem? O negro e o Gay como motivos de Piadas*. Tese: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas-SP.
- Cantão, L., & Botti, N. C. L. (2014). Suicídio na população de 10 a 19 anos em Minas Gerais (1997-2011). *R. Enferm. Cent. O. Min. set/dez*; 3(4): 1262-1267.
- Carlini-Cotrim, B., Gazal-Carvalho, C., & Gouveia, N. (2000). Comportamentos de saúde entre jovens estudantes das redes públicas e privada da área metropolitana do Estado de São Paulo. *Saúde Pública*, 34(6): 636-45.

- Carneiro, S. (2011). *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Ed. Summus Editorial.
- Carneiro, S. A. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado, USP, São Paulo.
- Cardoso, M. R., & Ferro, L. F. (2013). Saúde e População LGBT: Demandas e especificidades em questão. *Psicol. cienc. prof.* vol.32, n.3, pp.552-563.
- Cassorla, R. M. S. (1991). *Do suicídio: Estudos Brasileiros*. Campinas: Editora Papirus, 1991.
- Cerqueira, D. R. C., & Moura, R. L. (2013). *Vidas Perdidas e Racismo no Brasil*. Instituto de Pesquisa econômica aplicada – IPEA, Brasília.
- Collins, P. H. (2009). *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge.
- Collins, P. H. (2015). Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, Vol. 41:1-20.
- Collins, P. H. 1989. "The *Social Construction of Black Feminist Thought*." Signs. Summer.
- Collins, P. H. (2015). Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: moreno, R. (Org.). Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: SOF.
- Connell, R. (2000). *The Men and The Boys*. California: University of California Press.
- Conrado, M., & Ribeiro, A. A. M. (2017). Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. *Estudos Feministas, Florianópolis*, 25(1): 422, janeiro-abril.
- Cordeiro, R.; Kind, L. (Org.). (2016). *Narrativas, gênero e política*. 1. Ed. Curitiba, PR: CRV.
- Corradi-Webster, C. M. (2014). Ferramentas teórico-conceituais do discurso construcionista. In: Moscheta, M. dos S., Webster-Corradi, C. M., & Souza, L. V. (Org.). *Construcionismo social: discurso, prática e produção de conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Costa, I. A. N. C. (2012). Adolescência: ideação suicida, depressão, desesperança e memórias autobiográficas. Dissertação: Instituto Universitário Psicológicas sociais e da vida.
- Crenshaw, K. W. (2002). A interseccionalidade na discriminação de Raça e Gênero. *Revista Estudos Feministas*, nº1.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 171-187.

- Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In: *Stanford Law Review*, vol. 43, July.
- Crenshaw, K. (1989). "Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". *The University of Chicago Legal Forum*.
- Crenshaw, K. (2015). *The Washington Post*. Tradução: Santiago D'Almeida Ferreira. Porque é que a interseccionalidade não pode esperar.
- Crenshaw, K. (2016). *The urgency of intersectionality*. TEDWomen.
- Cunha, M. C. (2012). *Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. 2. ed., revisitada, ampliada. São Paulo: Companhia das Letras.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo.
- Devreux, A. M. (2005). A Teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Sociedade e Estado. Brasília*, v. 20, n. 3, p. 561-584, set/dez..
- Deus, L. F. A. (2014). *Contextos de revelação da orientação sexual: no final do arco-íris tem um pote de ouro?* Dissertação: Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo.
- Eribon, D. (2008). *Reflexões sobre a questão Gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Fanon, F. (1986). *Black Skin, White Masks*. United Kingdom, Pluto Press.
- Fanon, F. (2008). *Pele Negra, máscaras brancas*: Tradução Renato da Silveira, Salvador: EDUFBA.
- Fautisno (Nkosi), D. (2014). O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo in: Blay, E. A. (Org.) *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*, 1º ed. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Filho, W. M., Mezzaroba, L., Turini, C. A., Koike, A., Junior, A. M. Shibayama, E. E. M., & Fenner, F. L. S. (2002). Tentativas de suicídio por substâncias químicas na adolescência e juventude. *Adolesc. Latinoam*. V.3, nº2. Porto Alegre, nov.
- Fiorio, N. M., Flor, L. S., Padilha, M., Castro, D. S., & Molina, M. C. B. (2011). Mortalidade por raça/cor: evidências de desigualdades sociais em Vitória (ES), Brasil. *Rev. bras. epidemiol.* vol.14 no.3 São Paulo Sept.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo – SP: Martins Fontes. p.307-309.
- Foucault, M. (2013). *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2002). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade – A vontade do Saber I*. Rio de Janeiro, Graal.
- Foucault, M. (1996). *Genealogia del racismo*. La Plata: Altamira.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1995). Sujeito e Poder. In: Dreyfus, H. & Rabinow, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Universitária. p. 231-239.
- Foucault, M. (1984/2005) O Que São as Luzes? In: *Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Editora Forense Universitária.
- França, I. L. (2013). “Frango com frango é coisa de paulista”: erotismo, deslocamentos e homossexualidade entre Recife e São Paulo. *Sex., Salud Soc.* (Rio J.) no.14 Rio de Janeiro Aug.
- Friedman, D. M. (2001). *Uma Mente Própria. A história cultural do pênis*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Freitas, M. L. V. (2005). *Razões para tentativas suicidas em adolescentes: desafio para a educação em saúde*. Dissertação: Programa de Pós-Graduação em Educação em saúde da Universidade de Fortaleza, UNIFOR.
- Freitas, M. N. V., Seiwald, M. C. N., Parada, R. A., & Hubner, C. V. K. (2013). Suicídio consumado na cidade de Sorocoba-SP: um estudo epidemiológico. *Revista de Faculdade de Ciências Médicas de Sorocoba* V. 15, nº 3. P. 53-58.
- Garcia, M. R. V. (2009). Homofobia e heterossexismo nas escolas: discussão da produção científica no Brasil e no Mundo. *ANAIS, IX Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE*.
- Gil, A. C. (1994). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gergen, K. J., & Gergen, M. (2010). *Construcionismo social: um convite ao diálogo*. Tradução de Gabriel Fairman. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Gergen, K. J. (1999) *Realities and relationships: soundings in social construction*. Cambridge: Harvard University Press.
- Ghorayeb, D. B. (2012). *Homossexualidades na adolescência: Aspectos de Saúde mental, qualidade de vida, religiosidade e identidade psicossocial*. Tese: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP.
- Gomes, N; L. (2008). *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Gomes, A. C. W. C. (2015). *Penalidade e Privilégio: a falsa representação dos homens negros homossexuais*. Dissertação: Programa de Pós-graduação em Direito Político e Econômico – Universidade Presbiteriana Mackenze, São Paulo.

- Gonzales, L. (1984). Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244.
- Grosfoguel, R. (2013). Racismo/Sexismo Epistêmico, Universidades Ocidentalizadas e os quatro Genocídios/Epistemicídios ao longo do século XVI. *Tabula Rasa* [online], n.19, pp.31-58.
- Grosfoguel, R. (2006). “La descolonización de la economía-política y los estudios poscoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global”, in *Tábula Rasa* (Bogotá, Colombia), nº. 4 (enerojunio), pp. 17-48.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Guimarães, A. S. A. (1999). *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. Rio de Janeiro, ed.34.
- Guimarães, A. S. (1995). Racismo e Anti-racismo no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, Nº 43, novembro.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5): pp. 07-41.
- Hoeltgebaum, K. F. K., & Godói, C. K. (2010). Discussão e Prática da Autoetnografia: um estudo sobre Aprendizagem Organizacional em uma Situação de Catástrofe. *Anais do XXXIV EnANPAD*, Rio de Janeiro.
- Hooks, B. (1995). Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*, V.3, nº 2, p. 454-478.
- Hooks, B. (2003). Living to Love, In: *Rock My Soul: Black People and Self-Esteem*, Atria Books.
- Hooks, B. (2003). *We real cool: Black men and masculinity*. Nova Iorque: Routledge.
- Henriques, G. (2010). O isolamento existencial e a psicopatologia. *Análise. Psicológica*, Lisboa, v.28 n.4, out.
- Hesler, L. Z. (2013). Suicídio em municípios do Sul do Brasil: um enfoque de gênero. Dissertação: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Porto Alegre.
- Hildebrandt, L. M., Zart, F., & Leite, M. T. (2011). *A tentativa de suicídio na percepção de adolescentes: um estudo descrito*. *Rev. Eletr. Enf.* abr/jun;13(2):219-26.
- Hulko, W. (2009). The Time-and-Context-Contingent Nature of Intersectionality and Interlocking Oppressions. *Aflia: Journal of Women and Social Work*. Vol. 24, nº 1, p.44-55.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2016). *Características Étnico-raciais da População: classificações e identidades*. (Org). José Luis Petrucelli, Ana Lucia Saboia. Rio de Janeiro, Brasil.

- Jatobá, J. D. V. N., & Bastos, O. (2007). Depressão e ansiedade em adolescentes de escolas públicas e privadas. *J. bras. psiquiatr.* vol.56 no.3 Rio de Janeiro.
- Jesus, B. M. A. (2011). (Des)naturalização do gênero e da sexualidade: algumas reflexões sobre o acesso das/dos transexuais à cidadania no Brasil. *II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais UFG – Goiânia – Goiás.*
- Jones, J. M. (1972). *Racismo e preconceito*. São Paulo: Edgard Blücher.
- Júnior, A. M. S., Jesus, J. G. (2014). *Hiperssexualização e segregação social do homoafetivo negro: uma análise crítica em torno da intersecção entre homofobia e racismo*. Trabalho de Conclusão de Curso em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- Júnior, J. S. M. (2011). Notas sobre um itinerário bibliográfico: onde estão os homossexuais negros? *EM PAUTA*, Rio de Janeiro, v, 9, n° 28.
- Junior, A. F. (2015). O comportamento suicida no Brasil e no mundo. *Revista Brasileira de Psicologia*, 02(01), Salvador, Bahia.
- Junqueira, R. D. (2009). Homofobia nas escolas: um problema de todos in: *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*: Rogério, D. J. (Org.). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Kilomba, G. (2010). “*The Mask*” In: *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição.
- Kilomba, G. (2015). A máscara. Tradução: Jesus, J. O. *Cadernos de Literatura em Tradução*, n. 16, p. 171-180.
- Kilomba, G. (2016). “*Descolonizando o conhecimento*” Uma Palestra-Performance de Grada Kilomba. Tradução, Oliveira, J. São Paulo, Goethe-Institut.
- Kergoat, D. (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estud. - CEBRAP* n° 86 São Paulo Mar.
- Kerner, I. (2012). Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. *Novos Estudos*, julho.
- Kuczynski, E. (2014). *Suicídio na infância e adolescência*. *Psicol. USP* [online], vol.25, n.3, pp.246-252.
- Kurashige, K. D. (2014). *Marcas do desejo: um estudo sobre os critérios de “raça” na seleção de parceiros em relações homoeróticas masculinas criadas online na cidade de São Carlos*. Dissertação: Universidade Federal de São Carlos, UFSCar.
- Lima, M. E. O. L., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estud. psicol. (Natal)* vol.9 no.3 Natal Sep/Dec.

- Lopes, M. (2011). A construção social da “branquidade” em homossexuais masculinos do Brasil e da Argentina. *Sexualidad, Salud y Sociedad Revista latino-americana*: n.8 - ago.
- Lopes, F. H. (2012). Reflexões históricas sobre os suicídios: saberes, biopolítica e subjetivação. *ArtCultura, Uberlândia*, v. 14, n. 24, p. 185-203, jan.-jun.
- Lopes, F. H. (2003). Suicídio masculino ou feminino: as atribuições de gênero. ANPUH – XXII *Simpósio Nacional de História*, João Pessoa.
- Lopes, F. H. (2007). Medicina, educação e gênero: as diferenciações sexuais do suicídio nos discursos médicos do século XIX. *Educar, Curitiba*, n.29, p. 241-257.
- Lopes, P.; Barreira, D. P.; Pires, A. M. (2011). Tentativa de suicídio na adolescência: avaliação do efeito de gênero na depressão e personalidade. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 2(1), 47-57.
- Lorde, A. (1977). A transformação do silêncio em linguagem e ação. *Comunicação de Audre Lorde no painel “Lésbicas e literatura” da Associação de Línguas Modernas em 1977*.
- Lorde, A. (1984). *Não existe hierarquia de opressão*. Disponível em <<http://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao>>. Acesso em 10 de setembro de 2015.
- Machado, D. B., & Santos, D. N. (2015). Suicídio no Brasil de 2000 a 2012. *J. Bras Psiquiatri*. 64(1): 45-54.
- Mansano, S. R. V. (2009). Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2). 117
- Martins, P. O. (2012). *As expectativas do ter e o fracasso do ser: representações sociais de adolescência e suicídio entre adolescentes: Dissertação: Programa de Pós-Graduação em psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo*.
- Marín-León, L., & Barros, M. B. A. (2003). Mortes por suicídio: diferenças de gênero e nível socioeconômico. *Rev Saúde Pública*: 37(3): 357-63.
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da razão negra*. Antígona, Portugal.
- Mcnamee, S., & Hosking, D. M. (2011). Research and social change: a relational constructionist approach. *New YORK/Oxford: Routledge*. P. 136.
- Mcnamee, S. (2014). Construindo conhecimento/construindo investigação: coordenando mundos de pesquisa. In: Moscheta, M. dos S., Webster-Corradi, C. M., & Souza, L. V. (Org.). *Construcionismo social: discurso, prática e produção de conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Meleiro, A. M. A. S., & Teng, C. T. (2004). Fatores de risco de suicídio. *Suicídio estudos fundamentais*. São Paulo: Segmento Farma.

- Melo, G. C. V., & Lopes, L. P. M. (2014). Ordens de indexicalidade mobilizadas nas performances discursivas de um garoto de programa: ser negro e homoerótico. *Ling. (dis)curso*, vol.14, n.3, pp.653-673.
- Menafrá, R. P. (2009). Ciências sociais e modernidade. Relação histórica, cumplicidades e alternativas. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. *Asociación Latinoamericana de Sociología*, Buenos Aires.
- Menafrá, R. P. (2007). Notas sobre violência epistêmica, vigilância epistemológica e alternativas à produção do conhecimento em Ciências Sociais. *Latitude*, Vol. 1, nº2, pp.66-79.
- Miskolci, R. (2009). A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias* nº.21 Porto Alegre Jan./June.
- Miskolsi, R. (2006). Corpos Elétricos: do assujeitamento à estética da existência. *Revista Estudos Feministas. Florianópolis*: Ed. IEF.
- Moscicki, E. (1997). Identification of suicide risk factors using epidemiologic studies. *Psychiatric Clinics of North America*, 20, 499-517.
- Mombaça, J. (2015). *Pode cú-subalterno falar?* Medium: Disponível em: <<https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>>. Acesso em: 19 abril 2017.
- Mombaça, J. (2017). O mundo é meu trauma. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, número 11, página 20 - 25.
- Mombaça, J. (2017) Lugar de fala e relações de poder. *Radio Afrolins*. Disponível em: <<https://soundcloud.com/r-dio-afrolis/audio-166-lugar-de-fala-e-relacoes-de-poder-com-jota-mombaca-parte-i>>. Acesso em: 21 nov 2017.
- Monteiro, H. M. V.; M, R. (2015). Narrativas dos moradores da terra de Macunaíma: Deslocamentos com o saber apimentado da Damorida. *Revista de Estudos Universitários*, 41, 197-211.
- Monteiro, S., Vargas, E.; Cecchetto, F., & Mendonça, F. (2010). Identidades, trânsitos e diversidade sexual em contextos de sociabilidade juvenil no Rio de Janeiro. *Cadernos pagu*, (35).
- Moscheta, M. S. (2011). *Responsividade como recurso relacional para a qualificação da assistência a saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Moreira, L. C. O., & Bastos, P. R. H. O. (2015). Prevalência e fatores associados à ideação suicida na adolescência: revisão de literatura. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 19, Nº3, Set/Dez.

- Mott, L. Cerqueira, M. (2006). *Matei por que odeio gay*. Editora Grupo Gay da Bahia, Bahia.
- Moutinho, L. (2006). Negociando com a adversidade: reflexões sobre “raça”, (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro. *Estudos Feministas, Florianópolis*, 14(1): 336.
- Munanga, K. (1998). Negritude: Usos e Sentidos, 2ª ed. São Paulo: Ática. In: Munanga, K. (1998). *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra*. Petrópolis: Ed.Vozes.
- Munanga, K. (2003). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB-RJ*.
- Murasaki, A. K., & Galheigo, S. M. (2016). Juventude, homossexualidade e diversidade: um estudo sobre o processo de sair do armário usando mapas corporais. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 53-68.
- Nagafuchi, T., & Adorno, R. C. F. (2011). O suicídio entre jovens não heterossexuais. *Projeto de doutorado*.
- Natarelli, T. R. P., Braga, I. F., & Silva, M. A. I. (2015). O impacto da homofobia na saúde de adolescentes homossexuais. *Rev. Escola Anna Nery*.
- Navasconi, P. V. P., & Silva, L. C. (2017). Conducta suicida em adolescentes y jóvenes brasileiros. *Alternativa em Psicología*. Número 37. Febrero – Julio.
- Navasconi, P. V. P., & Silva, L. C. (2013). *Suicídio e tentativa de suicídio em jovens: o que diz a bibliografia especializada a partir da década de 90*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá. 53 p. Relatório de Pesquisa (PIBIC/AF/IS-CNPq-FA-UEM).
- Navasconi, P. V. P., & Silva, L. C. (2014). *O sentimento de despertencimento e suas possíveis implicações no suicídio de jovens e adolescentes: o que diz a bibliografia especializada a partir da década de 90*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá. 75 p. Relatório de Pesquisa (PIBIC/AF/IS-CNPq-FA-UEM).
- Neves, C. R., & Almeida, A. C. (2012). A identidade do “outro” colonizado a luz das reflexões dos estudos Pós-Coloniais. *Em tempos de historias*. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB) Nº. 20, Brasília, jan. – jul.
- Nogueira, I. B. (1998). *Significações do Corpo Negro*. Tese de Doutorado: Universidade Estadual de São Paulo (USP): São Paulo.
- Nunes, M. F. (2007). *Família e comportamento suicida: um estudo exploratório de dinâmicas familiares*. Dissertação: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília, Brasília.

- Oliveira, G. (2017). *Diálogos, marcas e conexões: o método em Teoria Ator-Rede Dialogues, marks and connections: the method in Actor-Network Theory*. IGT na Rede, Rio de Janeiro, RJ.
- Oliveira, M. C. M. G. (1998). *O senhor negritude: um caso de suicídio, depressão e dor mental*. Dissertação: Programa de Psicopatologia e Psicologia Clínica do instituto superior de Psicologia Aplicada.
- Organização Mundial da Saúde. OMS (2012). *World report on violence and health*. Geneva: WHO.
- Organización Mundial de la Salud. OMS. (2013). *Prevención del suicidio (SUPRE)*. Disponível em: http://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/suicideprevent/es/index.html Acessado em jan. de 2017.
- Organização Mundial de Saúde, OMS. *Prevenção e Suicídio* (2014). Disponível em: <http://who.int/mental_health/prevention/suicide/suicideprevent/en/index.html.> Acessado no dia: 29/11/2016.
- Osmundo, P. A. (2015). “Putaria”: Masculinidade, Negritude e Desejo no Pagode Baiano. *Em línea*. vol. 29, n.º 2 (jul-dic), pp. 209-238.
- Osmundo, P. A. (2004). O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação. *cadernos pagu* (23), julho-dezembro, pp.89-119.
- Osmundo, P. A. (2004). Qual é a identidade do homem negro? *Democracia Viva*, Jun/Jul.
- Osmundo, P. A. Tradução Phillip Villani. Queering moral panic: State violence and black masculinity in Bahia, Brazil. *Queering Paradigms IV*, Rio de Janeiro, 2012.
- Osmundo, P. A. (2012). O. Race Fucker: representações raciais na pornografia gay. *Cardernos pagu* (38).
- Ores, L. C. (2008). *Prevalência de risco de suicídio e fatores associados: estudo de base populacional com jovens entre 18 a 24 anos, Pelotas-RS*. Dissertação: Programa de Pós-Graduação em Saúde e Comportamento: Universidade Católica de Pelotas.
- Ores, L. C., Quevedo, L. A., Jansen, K., Carvalho, A. B., Cardoso, T. A., Souza, L. D. M., Pinehrio, R. T., & Silva, R. A. Risco de suicídio e comportamentos de risco à saúde em jovens de 18 a 24 anos: um estudo descritivo. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 28(2): 305-312, fev. 2012.
- Pereira, O. M. L. (2012). A dor da cor: reflexões sobre o papel do negro no Brasil. *Cadernos Imbondeiro*. João Pessoa, v.2, n.1.
- Pereira, S. J. N., & Ayrosa, E. A. T. (2012). Corpos consumidos: cultura de consumo gay carioca. *O&S – Salvador*, v.19 – nº61, p. 295-313.

- Perucchi, J., Brandão, B. C., & Vieira, H. I. S. (2014). Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. *Estud. psicol.* (Natal) vol.19 no.1 Natal Jan./Mar.
- Pinho, M. D.; Berquó, E., Oliveira, K. A., Lopes, F., Lima, L. C. A., & Pereira, N. (2002). Juventudes, raça e vulnerabilidades. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, nº2, jul/dez.
- Pires, M. C. C., Raposo, M. C. F., Sougey, E. B., Filho, O. C. B., Silva, T. S., & Passos, M. P. (2015). Indicadores de risco para tentativa de suicídio por envenenamento: um estudo caso-controle. *J. Bras. Psiquiatr.*, 64(3): 193-9.
- Piscitelli, A. (2009). Gênero: a história de um conceito. In: Almeida, Heloisa H. B; Szwako, J (Orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, (Coleção sociedade em foco: introdução às ciências sociais).
- Piza, E. (2012). Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: Carone, I.; Bento, M. A. S. (Org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 5° Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Pocahy, F. (2012). “Vem meu menino, deixa eu causar inveja” ressignificações de si nas transas do sexo tarifado. *Sex., Salud Soc.* (Rio J.) no.11 Rio de Janeiro Aug.
- Quijano, A. (2005) Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Quijano, A. (2015). *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Reigota, M. (2016). Aspectos teóricos e políticos das narrativas: ensaio pautado em um projeto transnacional. In: Cordeiro, R.; Kind, L. (Org.). *Narrativas, gênero e política*. 1. Ed. Curitiba, PR: CRV.
- Resmini, E. (2004). *Tentativa de Suicídio: um Prisma Para Compreensão da Adolescência*. São Paulo, Revinter.
- Ribeiro, A. A. M. (2013). Blackness: identidades, racismo e masculinidades em Bell Hooks. *Anais: 10° Fazendo Gênero: Desafios Atuais dos Feminismos*.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando
- Ribeiro, D. (2016). *Precisamos romper com os silêncios*: TEDxSaoPauloSalon, 27 Jan. Disponível em: <<https://youtu.be/6JEdZQUmdbc>>. Acesso em: 29 Jan 2017.
- Ribeiro, N. M. (2016). (2016). *Análise dos sistemas de informação em saúde SIM E SINAN em relação ao suicídio na cidade de Uberaba/MG*. Dissertação: Programa de Pós-graduação em Atenção à saúde, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba/MG.
- Rich, A. (1980/2010). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas: estudos gays: gêneros e sexualidades*, Natal, 4 (5), jan./jun, pp. 17-44.

- Rigo, S. C. (2013). Suicídio: uma questão de saúde pública e um desafio para a psicologia clínica. CFP: *O suicídio e os desafios para a Psicologia*. Brasília.
- Rios, L. F. (2013). Homossexualidade, juventude e vulnerabilidade ao HIV/AIDS no Candomblé Fluminense. *Temas em Psicologia*, V. 21, n° 3, 1051-1066.
- Rodrigues, C (2012). Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *Anais: Fazendo Gênero 10° - desafios atuais dos feminismos*.
- Rodrigues, F. (1995). Racismo Cordial. Em: C. Turra e G. Venturi, (Orgs.). *Racismo Cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. Editora Ática. São Paulo: 11-56.
- Rodrigues, P. (2010). Homofobia internalizada e suicidalidade em jovens LGB e não LGB. *LES Online*, Vol. 2, N° 2.
- Saffioti, H. (1992). Rearticulando gênero e classe social. In: Bruschini, C., & Costa, A. O. (Orgs.). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p.183-215.
- Santos, B. S. (2004). Do pós moderno ao pós-colonial. *Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de Setembro de 2004*.
- Santos, B. S. 1996. *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*. Campinas: Cortez.
- Santos, B. S; Meneses, M. P. (2010). *Epistemologias do Sul*. São Paulo; Editora Cortez.
- Santos, B. S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estud.* - CEBRAP n°.79 São Paulo Nov.
- Santos, W. B.; Borges, M.; Almeida, J. S. M. (2013). Adolescência heteronormativa masculina: um enfrentamento com possibilidade de suicídio. *Revista Educação e Políticas em debate*, v.2, n°2.
- Santos, É. N., & Pereira, P. P. G. (2016). Amores e vapores: sauna, raça e prostituição viril em São Paulo. *Estudos Feministas, Florianópolis*, 24(1): 406.
- Sardenberg, C. M. B. (2015). Caleidoscópios de gênero: Gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. *Mediações, Londrina*, V. 20 N. 2, P. 56-96, jul./dez.
- Schmit, R.; Lang, M. G., Quevedo, J., & Colombo, T. (2008). Perfil epidemiológico do suicídio no extremo oeste do estado de Santa Catarina, Brasil. *Ver. Psiquiatr. RS*, 30(2).
- Schucman, L. V. (2014). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume.
- Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, 26, v.1, 83-97.

- Silva, L. L. T., Alvim, C. G., Costa, C. C., Ramos, T. M., & Costa, E. E. O suicídio na adolescência nas publicações da enfermagem brasileira: revisão integrativa da literatura. *R. Enferm. Cent. O. Min.* 2015 set/dez; 5(3): 1871-1884.
- Silva, L. L. T. (2014). *Atitudes e Percepções de estudantes e professores de enfermagem frente ao suicídio de adolescentes*. Tese: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Silva, L. L. T., & Madeira, A. M. F. Tentativa de autoextermínio entre adolescentes e jovens: uma análise compreensiva. *E. Enfer. Cent. O. Min.* 2014 set/dez: 3(4): 1281-1289.
- Silva, L. V., & Barbosa, B. R. S. N. (2014). Suicídio ou Assassinato? Um outro crime por trás da prática homofóbica. *Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito*: Universidade Federal da Paraíba, nº2.
- Silva-Junior, P. M., & Ivenicki, A. (2015). Sou negão com prazer!: Em busca de possibilidades de problematizar o processo de construção das masculinidades negras. In: *Seminário enlaçando sexualidades: moralidades, família e fecundidade*, 4., Salvador. Anais... Salvador: UNEB.
- Silveira, S. B. M. (2010). *Cultura afro-brasileira uma perspectiva para a educação*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Simões, J. A., França, I. L., & Macedo, M. (2010). Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidades e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. *Cadernos pagu*, (35), julho-dezembro.
- Spivak, G. C. (2010). Pode o subalterno falar? Tradução de Almeida, S. R. G., Feitosa, A. P. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Sousa, C. F., & Branco, M. Z. P. C. (2013). Meta-síntese: uma revisão da literatura – contributos para o conhecimento e para os cuidados de enfermagem. *Enferm em Foco*, 4(2), 97-101.
- Souza, L. V. (2014). Discurso construcionista social: uma apresentação possível. In: Moscheta, M. dos S.; Webster-Corradi, C. M.; Souza, L. V. *Construcionismo social: discurso, prática e produção de conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro* (2a ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Souza, R. R. (2009). As representações do homem negro e suas consequências. *Revista Fórum Identidades*, Ano 3, Volume 6, jul-dez.
- Souza, T. S. (2012). *Fazer banheirão: as dinâmicas das interações homoeróticas nos sanitários públicos da estação da lapa e adjacências*. Dissertação: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia.

- Souza, L. D. M., Ores, L., Oliveira, G. T., Cruzeiro, A. L. S., Silva, R. A., Pinheiro, R. T., & Horta, B. L. (2010). Ideação suicida na adolescência: prevalência e fatores associados. *J. Bras. Psiquiatr*; 59(4): 286-292.
- Spink, M. J. (2004). *Práticas discursivas e produções de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3º ed. São Paulo: Cortez.
- Spivak, C. G. *Pode o subalterno falar?*. (2010). Belo Horizonte: Editora: UFMG.
- Soares, R. (2000). Adolescência: monstruosidade cultural? *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.25, n.2. p.151-9.
- Soliva, T. B. (2010). Família e homossexualidade: uma análise da violência doméstica sofrida por jovens homossexuais. In: *IX Seminário Internacional Fazendo Gênero – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Florianópolis – SC. Anais do IX Seminário Internacional Fazendo Gênero, pp. 1-12.
- Sullivan, N. (2003). A critical introduction to queer theory. Nova York: *New York University Press*.
- Taquette, S. R., & Rodrigues, A. O. (2014). Experiências homossexuais de adolescentes: considerações para o atendimento em saúde. *Interface: comunicação saúde educação*: 19(55): 1181-91.
- Teixeira-Filho, F. S., & Rondini, C. A. (2012). Ideações e Tentativas de Suicídio em Adolescentes com Práticas Sexuais Hetero e Homoeróticas. *Saúde Soc*. São Paulo, v.21, n.3, p.651-667.
- Teixeira-Filho, F. S., & Marreto, C. A. R. (2008). Apontamentos sobre o atentar contra a própria vida, homofobia e adolescências. *Revista de Psicologia da UNESP*, 7(1), 2008.
- Teixeira-Filho, F. S., & Marreto, C. A. R. (2008). Homossexualidades, homofobia e tentativas de suicídio em adolescentes LGBT. *Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero 8–Corpo, violência e poder*.
- Teixeira-Filho, F. S., Rondini, C. A., & Bessa, J. C. (2011). Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 378, nº4, p.725-742, dez.
- Teixeira, C. M. F. S. (2004). Tentativa de suicídio na adolescência - *Revista da UFG*, vol. 6, n.1, jun.
- Versiani, D. B. (2002). Autoetnografia: uma alternativa conceitual. *Letras de Hoje: Estudos e debates em linguística, literatura e língua portuguesa*. V. 37, n. 4.
- Vieira, L. J. E. S., Freitas, M. L. V., Pordeus, A. M. J., Lira, S. V. G., & Silva, J. G. (2009). “Amor não correspondido” discursos de adolescentes que tentaram suicídio. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. vol.14, n.5, pp.1825-1834.

- Vieira, L. P. V., Santana, T. P., & Suchara, E. A. (2015). Caracterização de tentativas de suicídios por substância exógenas. *Cad. Saúde Colet.*, Rio de Janeiro, 23(2): 118-123.
- Venturi G., & Paulino, M. F. (1995) – Pesquisando preconceito racial. Em: C. Turra e G. Venturi, (Orgs.). *Racismo Cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. Editora Ática. São Paulo: 83-95.
- Waiselfisz, J. J. (2013). Mapa da Violência 2011: Os Jovens do Brasil. *Instituto Sangari*. São Paulo, 2013.
- Wang, Y. P., & Ramadam, Z. B. A. (2004). Aspectos psicológicos do suicídio. In: Meleiro, A. Teng, C. T & Wang, Y. P. *Suicídio: estudos fundamentais*. São Paulo: Segmento Farma.
- Werlang, B.S.G., Borgers, V.R., & Fensterseifer, L. (2005). Fatores de risco ou proteção para a presença de ideação suicida na adolescência. *Revista Interamericana de Psicologia*, Porto Alegre, PUCRS, 39(2), 259-266.
- Wang, Y. P., & Ramadam, Z. B. A. (2004). Aspectos psicológicos do suicídio. In: Meleiro, A. Teng, C. T & Wang, Y. P. *Suicídio: estudos fundamentais*. São Paulo: Segmento Farma.
- Zamboni, M. (2013). A sessão de desenho de modelo nu: produção artística e marcadores sociais da diferença. *Sex., Salud Soc.* (Rio J.) n.15, pp.62-85.

Apêndice 1.

1. Laura Moutinho – Negociando com a adversidade: reflexões sobre “raça”, (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir como a dinâmica dos afetos e prazeres se cruza com a desigualdade social no circuito GLS carioca. Mais especificamente, será abordada parte da trajetória de vida de dois jovens homossexuais negros que vivem no subúrbio carioca e de um que vive na favela da Maré. O trabalho de campo evidenciou que nesse contexto os homossexuais masculinos mais escuros que moram nos subúrbios e nas favelas do Rio de Janeiro possuem um campo de manobra mais amplo do que aqueles nos quais se inserem rapazes e moças heterossexuais da região e, mesmo, as lésbicas e travestis de diferentes cores que habitam essas áreas.

Palavras-chave: homossexualidade, pobreza, raça/cor, Rio de Janeiro, relações afetivo-sexuais inter-raciais, desigualdade social.

- Anuncia que tem como foco ou trabalhará com marcador de raça, gênero e sexualidades e classe.

- Trabalha a questão da **Posicionalidade**: “Verifica-se que os homossexuais masculinos mais escuros que moram nos subúrbios e nas favelas do Rio de Janeiro possuem um “campo de possibilidades” mais amplo do que de rapazes e moças heterossexuais da região e mesmo, até onde o trabalho de campo permite afirmar, de lésbicas e travestis que habitam essas áreas”.

- Turismo Carioca – Prostituição masculina: Descrevem a realidade de jovens negros e gays e seus relacionamentos com gringos, jovens brancos na intenção comercial ou de “diversão”. Bem como a questão do “sucesso com os gringos”. Encruzamento da noção de raça e cor e nacionalidade demonstrando uma hierarquização: Por exemplo, não sentir atração pelo negro gay brasileiro, mas sim pelo americano.

- A negação do relacionamento com outra pessoa negra. (**Preferência por pessoas brancas**), pois, os brancos e principalmente acreditam que os negros teriam mais calor e uma coisa diferente.

- A cor negra aparece marcada pelo erotismo e para sob o universo erótico dos encontros amorosos sejam eles homo ou heterossexuais.

- Coloca-se que a combinação das desigualdades raciais se encontra diferenciada, ou seja, a homofobia é vivenciada de modo mais intenso do que o racismo ou discriminação de classe.

2. José Estevão Rocha Arantes: Homossexualidades e negritudes: identidades e afetividades no entre lugar

Resumo: Compreender as identidades sociais no mundo contemporâneo demanda um deslocamento do olhar para as interseccionalidades que estruturam tanto as subjetividades quanto os posicionamentos políticos dos atores sociais. Neste trabalho, procuramos apreender, por meio das falas, discursos, práticas e posicionalidade de homens - que ao mesmo tempo se percebem como negros e gays - suas construções identitárias. As experiências de vivenciar um entre-lugar, uma fronteira, são constitutivas da forma como estes sujeitos se percebem nas relações de poder que organizam a vida em sociedade. Seus envolvimentos afetivo-sexuais, a percepção do preconceito em razão de suas práticas sexuais não-hegemônicas, somados a elementos de um racismo brasileiro, são elementos que caracterizam suas experiências e promovem sociabilidades.

Palavras-chaves: identidades, interseccionalidades, questão racial, homossexualidades.

- Anuncia que tem como foco ou trabalhará com marcador de raça, gênero e sexualidades e classe.
- Construção identitária (Negro e gay)
- Relacionamento afetivo entre negros-negros e inter-raciais
- Hierarquização das opressões (na fala dos entrevistados sobre sofrer mais preconceito por ser pobre do que ser negro)
- Mercado dos envolvimentos
- Performatividade e subversão (conceitos de Butler)
- Masculinidade – Machismo – Heteronormatividade
- Religiosidade
- Questão do armário
- Embranquecimento – Processo de branqueamento (Percepção da identidade negra e de sua negritude)
- Epistemicídio
- Representação social do corpo negro (Fantasia pelo corpo negro)
- Invisibilidade dos corpos negros LGBTTI nos espaços públicos
- Conceito de interseccionalidade para explicar os entre-lugares

3. Patrícia Rodrigues: Homofobia internalizada e suicidalidade em Jovens LGB e Não LGB

Resumo: A maioria dos estudos não considera as implicações da homofobia e a sua relação com pensamentos e tentativas de suicídio em adolescentes. O presente estudo teve como objetivo avaliar os níveis de homofobia internalizada e ideação suicida em adolescentes lésbicas, gays, bissexuais (LGB) e heterossexuais. Para tal, recorreu-se à Internet através de comunidades virtuais, mailings lists e portais mundiais, recolhendo-se um número significativo de participantes (389), 140 assumiram-se gays, 85 como lésbicas, 98 bissexuais e 66 como heterossexuais. Averiguou-se que existem diferenças, entre dois ou mais grupos, relativamente à orientação sexual e aos níveis de homofobia internalizada. Em relação à ideação suicida e à orientação sexual, também se verificam diferenças entre dois ou mais grupos. No que concerne ao género, não se aferem diferenças significativas entre o género e pensamentos suicidas. Contrariamente à literatura, em que os pensamentos sobre suicídio são mais comuns no sexo feminino, neste estudo não se verifica.

Palavras-chave: Homofobia internalizada, ideação suicida, adolescência, orientação sexual, LGB.

- Conceito de adolescência enquanto uma fase/momento consolidada numa perspectiva universalista e maturacionista.
- Ideia de normalidade referente às ideias suicidas na adolescência.
- Consolidação e construção da identidade
- Identidade homossexual considerada como fator de risco.
- Homofobia produtora de comportamentos e atitudes depressivas e conseqüentemente desencadeando no suicídio. NO ENTANTO, o estudo afirma que não tem sido considerado as implicações da homofobia e a sua relação com pensamentos suicidas adolescentes LGB.
- Homofobia internalizada e suicídio.
- Tendência nos estudos sobre maior prevalência nas taxas de ideações suicidas em jovens bissexuais.

4. Ana Carolina Welligton Costa Gomes: Penalidade e Privilégio: a falsa representação dos homens negros homossexuais.

Resumo: Esta pesquisa visa estudar a interseccionalidade em sujeitos negros homossexuais, mas adicionando uma dimensão considerada como privilegiada: o género masculino. A dissertação tomou como referencial teórico a ideia de justiça tidimensional de Nancy Fraser, que permitiu analisar de que forma os homens negros homossexuais sofrem da injustiça da falsa representação dentro do movimento gay. Para uma definição precisa da identidade negra homossexual, utilizaram-se entrevistas com homens desse grupo. Ao afinal, o trabalho propõe soluções para o problema do déficit representativo, por meio de uma análise com o feminismo negro, a fim de que sejam pensadas políticas e legislações mais eficazes ao grupo objeto de estudo.

Palavras-chave: interseccionalidade; raça; homossexualidade; Nancy Frase; Falsa representação.

- Sinaliza a dificuldade em encontrar obras brasileiras ou mesmo estrangeiras que trabalham especificamente LGBTs e negritude. (A própria invisibilidade já é um dado)
- Trabalha conceitualmente diferença entre discriminação, racismo, preconceito, raça, etnia, marginalização do corpo negro.
- Critica ao modelo de sociabilidade homossexual (Branco/Elitista)
- Vulnerabilidade à violência homofobia – Discussão tomando ponto de partida intersecção raça, classe e gênero.
- Soma de opressões e seus intercruzamentos referente ao homossexual negro (conceito de interseccionalidade)
- Conceito de Interseccionalidade
- Construção identitária + movimentos indenitários a importância da reivindicação para as pautas raciais
- Questão de ser negro e vivenciar todos os dias esse “fardo”
- Homofobia nas comunidades negras
- Armário Negro X Armário Homossexual
- Aceitação e os benefícios de ser negro homossexual

5. Daniela Barbeta Ghorayeb: Homossexualidades na adolescência: Aspectos de saúde mental, qualidade de vida, religiosidade e identidade psicossocial

Resumo: O presente estudo foi desenvolvido acerca do tema da homossexualidade na adolescência. Saúde mental, qualidade de vida, religiosidade e identidade psicossocial foram as dimensões eleitas para investigação. Como objetivo geral considerou-se a comparação dos resultados do presente estudo com outros internacionais. Como objetivos específicos focou-se na identificação da prevalência de transtornos mentais, avaliação da qualidade de vida em SOHomA e a comparação com SOHetA de mesma faixa etária, gênero e nível educacional, assim como na investigação da religiosidade de SOHomA em comparação com a de SOHetA; na avaliação de dimensões da identidade psicossocial em SOHomA e nas possíveis associações entre qualidade de vida, prevalência de transtornos mentais, religiosidade e identidade psicossocial em SOHomA. O estudo caracteriza-se como quantitativo-qualitativo. O recrutamento dos sujeitos de ambos os grupos ocorreu pelo método “bola de neve”, a partir do qual cada sujeito entrevistado indica outros para as próximas entrevistas, tendo como critério de inclusão a faixa etária de 16 até 22 anos e a auto-identificação dos sujeitos como tendo uma orientação sexual homossexual ou heterossexual. Para a obtenção dos dados relativos à saúde

mental, aplicou-se o M.I.N.I (Mini International Neuropsychiatric Interview). 5.0 Plus Versão Brasileira. Tal instrumento consiste em uma entrevista diagnóstica estruturada, a qual investiga os transtornos mentais do eixo I do DSM-IV e CID-10. A investigação sobre qualidade de vida se deu através da aplicação do WHOQOL Abreviado, sendo este um instrumento derivado do WHOQOL 100. Ainda foram investigados dados sócio-demográficos gerais, religiosidade e identidade psicossocial, através da aplicação de questionários semi-abertos desenvolvidos para a obtenção de dados específicos. Os dados quantitativos foram analisados estatisticamente (Chi-Square T-Teste), enquanto aos qualitativos foi aplicada análise temática de conteúdo. Quanto aos resultados ressaltaram-se a prevalência aumentada de depressão e risco de suicídio nos SOHomA em comparação com os SOHetA; a identificação do “individualismo religioso” nos SOHomA como modo de integrar as identidades homossexual e religiosa; a identificação de processos de construção identitária no SOHomA, os quais não apontaram diferenças entre os gêneros, mas revelaram aspectos da função do grupo social para esses sujeitos e finalmente, a demonstração de associação entre o sentimento de vergonha da orientação homossexual e a prevalência de transtornos mentais. Desse modo foi possível verificar que a presente pesquisa confirma achados de outros estudos realizados nos Estados Unidos e Reino Unido, apesar da diferença do contexto sócio-cultural onde cada pesquisa foi realizada.

Palavras-Chave: Homossexualidade, Adolescência, Saúde mental, Discriminação.

- Discussão entre homossexualidade e saúde mental (Mas sem apontar ou reconhecer diferenças de raça e classe)
- Aponta a existência de autores que investigam a associação entre orientação sexual na adolescência e o risco de suicídio (Falta de suporte familiar, transtornos psiquiátricos e homofobia/discriminação).
- Qualidade de vida entre homossexuais se traduz inferior (pior) do que heterossexuais – ocasionando em ideações suicidas e comportamentos de risco.
- Religiosidade, condenação podendo se tornar um fator de risco a saúde mental dos jovens LGBTs
- Biologização e psiquiatrização dos fenômenos

6. Laionel Vieira da Silva & Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa: Suicídio ou Assassinato? Um outro Crime por trás da Prática homofóbica

Resumo: Vivemos hoje em uma cultura homofóbica, com a constante manifestação dos sentimentos negativos aos homossexuais, os quais enquanto vítimas de homofobia podem chegar a sofrer com uma baixa autoestima, depressão e por vezes (casos mais extremos) a prática do suicídio. O presente estudo tem como objetivo refletir acerca da relação entre homofobia e a prática de suicídio. Tratasse de uma pesquisa bibliográfica. Foram encontrados relatos de jovens que já pensaram em cometer suicídio devido à prática homofóbica na qual foram vítimas, bem como notícias de jovens que cometeram suicídio. Os resultados atentam para a necessidade de se enxergar o fenômeno homofóbico como um crime contra a vida, da maneira como ele realmente se expressa. **Palavras-chave:** Homofobia. Heteronormatividade. Suicídio. LGBT.

- Homofobia internalizada + Suicídio
- Heteronormatividade + Suicídio
- Homofobia e Suicídio

**7. Welson Barbosa Santos, Marisa Borges, Juliano da Silva Martins de Almeida:
Adolescência heteronormativa masculina: um enfrentamento com possibilidade
de suicídio**

- Construção histórica acerca do conceito de adolescência
- Noção da produção discursiva acerca do Masculino/Adolescência/Gênero
- Discussão acerca da identidade masculina (numa perspectiva branca tomando como universal)

**8. Taison Regis Penariol Natarelli, Iara Falleiros Braga, Marta Angélica Iossi Silva.
O Impacto da homofobia na saúde de adolescentes homossexuais**

Resumo: Esse estudo objetivou compreender como a homofobia pode influenciar a saúde do adolescente homossexual. O desenvolvimento da investigação se deu por meio de uma abordagem qualitativa, o campo de estudo foi o município de Ribeirão Preto/SP, os participantes foram nove adolescentes, com idade entre 10 e 19 anos, que se autodeclararam homossexuais. Dentre os resultados, destaca-se a alta recorrência de violência homofóbica no cotidiano dos adolescentes, destacando as violências física, verbal, psicológica e sexual. A saúde dessa população é afetada pela homofobia, que provoca quadros e comportamentos que caracterizam sofrimento mental e interfere na adoção de comportamentos e hábitos de vida saudáveis. Problematisa-se que os dados apresentados e discutidos contribuem para (re)pensar as práticas de cuidado e atenção à saúde direcionadas aos adolescentes homossexuais.

Palavras-chave: Saúde do Adolescente. Violência. Homossexualidade.

- Aponta que a literatura científica indica a homofobia como um dos determinantes para saúde dos adolescentes. Bullying e Orientação sexual + suicídio.
- Adolescentes homossexuais mais vulneráveis a violência e exclusão
- Violência Física, Sexual, Verbal e Psicológica, discriminação + Tentativa de suicídio

**9. Fernando Silva Teixeira-Filho, Carina Alexandra Rondini: Ideações e Tentativas
de Suicídio em Adolescentes com Práticas sexuais Hetero e Homoeróticas**

Resumo: Esta pesquisa, que teve como população-alvo adolescentes com idade entre 12 e 20 anos, residentes em três municípios do interior Paulista, buscou conhecer as associações entre

orientação sexual e ideações e tentativas de suicídio. Corroborando com as pesquisas internacionais, evidenciou-se que os não heterossexuais têm mais chances de pensarem e tentarem suicídio, comparativamente aos heterossexuais. Todavia, encontrou-se que, dentre o grupo de adolescentes que se assumiram não heterossexuais, os que estão mais vulneráveis são aqueles que se auto definiram bissexuais e “outros”, os quais constituem o grupo de pessoas menos assumidas, dentre os não heterossexuais. Do mesmo modo, constatou-se que os respondentes apresentam diversas opiniões e valores homofóbicos, sexistas e heterocentrados, o que revela ser o espaço escolar, onde se encontram esses jovens não heterossexuais, bastante carregado de posicionamentos discursivos discriminatórios. Conclui-se que a questão do suicídio é uma problemática de saúde pública e que a população de jovens não heterossexuais necessita de abordagens específicas para a prevenção e de atenção relativas a essa conduta.

Palavras-chave: Homofobia; Suicídio; Homossexualidade; Adolescência; Identidade sexual; Violência

- Universalização do conceito de adolescência/Juventude
- Aponta que as taxas de suicídio na população negra estão aumentando, mas não referencia
- Faz sub entender que ser branco como um fator de risco
- Tentativas de suicídio de adolescentes não-heterossexuais como sendo processos homofóbicos e não como uma decorrência de processos patológicos individuais.
- Na amostra aciona o marcador raça
- Heteronormatividade/Homofobia e suicídio
- Mesmo acionando, a pesquisa afirma que teve publico alo apenas adolescentes com idade 12 e 20 anos, sem distinção de cor, raça, credo ou orientação sexual.
- Sinaliza que no contexto brasileiro há poucos estudos e que a população LGBT e em específico bissexuais estaria mais vulneráveis a ideações suicidas.

10. Gilberto Orácio de Aguiar: O suicídio entre jovens negros na perspectiva Durkheimiana

- Afirma que segundo IBGE o número de jovens negros que se suicidam é maior do que jovens brancos, mas não apresenta referências.
- Apresenta correlação com a história: período escravocrata e atualidade
- Problematiza o lugar social do negro no Brasil
- Tratamento social que é dado à população negra
- Suicídio e baixa autoestima entre jovens negros

11. Fernando Silva Teixeira-Filho & Carina Alexandra Rondini Marreto: Apontamentos sobre o atentar contra a própria vida, homofobia e adolescências

Resumo: Trata-se de um estudo piloto transversal analítico descritivo realizado em maio de 2008 em uma Escola do Ensino Médio de uma cidade do interior do Oeste paulista. A amostra que compôs o estudo corresponde a 108 adolescentes, de ambos os sexos, entre 14 e 20 anos cursando as três séries do Ensino Médio. Observamos que os/as jovens da amostra incorporaram o discurso preventivista pelo menos durante as primeiras relações sexuais com o sexo oposto. Suas crenças sobre as sexualidades não-heterossexuais revelaram-se homofóbicas e segregatórias. Encontramos que 25.0% da amostra já pensou em se matar e dentre estes 40% já tentou, havendo maior concentração entre as jovens. Acreditamos estar diante de um grande desafio para as políticas públicas de Educação e Saúde, respectivamente, no sentido de garantir o acesso e pleno direito de expressão das homossexualidades no espaço escolar, bem como lidarem de modo preventivo em relação à Saúde Mental dos/das jovens que frequentam a escola.

Palavras-chave: Homofobia e Educação, Suicídio, Adolescência LGBT, Identidade de gênero.

- Heteronormatividade e suicídio
- Sinaliza que as taxas de suicídio na população negra está aumentando, mas não referencia.
- Homofobia internalizada e suicídio
- Contexto heterossexista e suicídio.
- Não pertencimento e suicídio
- Na distribuição dos participantes apresenta a variável raça e cor, mas este dado fica avulso posteriormente nas discussões.
- Homofobia e suicídio no espaço escolar (produtor de sofrimento).

12. Osmundo Pinho: Race Fucker: representações raciais na pornografia gay

Resumo: Neste estudo, procuro explorar determinada perspectiva crítica relacionada à articulação entre raça, sexualidade e gênero, entendendo que a pornografia gay se prestaria exemplarmente a flagrar a produção de um sistema ordenado de classificações e categorias, estereótipos e representações, instituídos como um discurso capaz de ser lido como o inventário da fetichização socialmente produzida para o desejo sexual racializado. Para desenvolver essa perspectiva apresento uma breve discussão teórica sobre a pornografia, interrogada pela articulação prazer/poder e a leitura de três conjuntos êmicos de representação racial associados ao desejo homossexual: a negritude, a branquidade e a brasilidade.

Palavras-chave: Pornografia, Raça, Gay, Branquidade, Brasilidade, Internet.

- Indústria pornográfica como uma economia racializada do desejo
- Colonialidade do poder e do racismo se traduz também nestes espaços referente à pornografia.
- Reforço de estereótipos e de performances que se espera frente à masculinidade e reforço de questões relacionadas ao imaginário racial e na exaltação da branquitude.
- Reforço da representação social do homem negro enquanto falos descomuns, comparações com animais, na compulsividade sexual e na extrema objetificação.
- Biologização da negritude (masculina e feminina)
- Teatralização das hierarquias raciais e de classe.
- Branquitude (pureza) X negritude (sujeira)

13. Maria Teresa de Arruda Campos: Tá rindo de quem? O negro e o Gay como motivos de piadas

Resumo: Este trabalho pretende trazer para a cena de discussão algumas formas de provocar o riso que se baseiam na desqualificação do Outro, colocando-o sempre como inferior. A partir do relato de jovens negros e gays, realizou-se uma transcrição, com a elaboração de um texto em formato teatral em que as falas e as piadas racistas se apresentam. As piadas estão presentes em programas de humor na televisão e nos teatros nos espetáculos stand up. A discussão sobre de quê rimos? instiga a pensar nos microfascismos que estão sendo criados e se presentificam como formas silenciosas de racismo contra pessoas que, pelas suas diferenças, pela estranheza que provocam, são desqualificadas. No contexto do trabalho, Nietzsche e Foucault são visitados, em busca de inspiração para refletir acerca da história do presente.

Palavras-chave: piada, humor, racismo, violência, microfascismo.

- Contexto brasileiro – intersecção de raça e gênero/sexualidades e o preconceito velado e sutil.
- Escracho e a representação “cômica” com as questões raciais e de gênero
- Imagem construída socialmente do negro e do gay no Brasil e o reflexo disto na realidade cotidiana.
- Suicídio como consequência desta realidade

14. Keith Diego Kurashige: Marcas do Desejo: um estudo sobre os critérios de “raça” na seleção de parceiros em relações homoeróticas masculinas criadas online na cidade de São Carlos

- Epistemologia do armário e suas relações com mundo virtual

- Trabalho coloca o eixo racial como sendo um foco e este interesse surgiu pelas próprias experiências de sexo-racialização.
- Aponta a carência de estudos históricos que buscam discutir as relações heterossexuais e homossexuais, bem como as questões raciais e relações homoeróticas. Entretanto, há trabalhos que estudam e problematizam o universo da mercantilização dos corpos (michê).
- Espaço virtual e a racialidade (Nicks como pauzudo, negão) marcas sociais/raciais entre brancos e negros.
- Hiperssexualização e Fetichização do corpo negro
- Questão de classe e raça
- Performance e masculinidade

15. Mirian de Albuquerque Aquino, Sérgio Rodrigues Santana, Leyde Klébia Rodrigues da Silva e Jobson Francisco da Silva Júnior: Dissonâncias e assimetrias na produção de conhecimento na UFPB (IN)visibilidade de termos sobre negros(as)

Resumo: As pesquisas sobre a temática étnico-racial caminham lentamente em todas as áreas do conhecimento, implicando em uma bibliografia insuficiente e mantida longe da inclusão de grupos socialmente vulneráveis, e de modo específico, o (a) negro (a) africano (a) e afrodescendente. O projeto de pesquisa Memória da Ciência: a (in) visibilidade de negros/as na produção do conhecimento da Universidade Federal da Paraíba se configura como uma possibilidade de minimizar a (in) visibilidade dessa população nessa produção de conhecimento que tende para o discurso universal/eurocêntrico. Adotamos a abordagem qualitativa e interpretativa, onde o pesquisador (a) está inserido no contexto. Tem como objetivo específico identificar os temas mais trabalhados acerca do (a) negro (a) por meio da busca da informação nos repositórios digitais e, posteriormente, servir para análise dessas informações. O campo empírico da pesquisa foi o Currículo Lattes - CNPq de professores (as) pesquisadores (as) e seis programas de pós-graduação da UFPB. Os dados foram coletados por meio de planilhas e quadros, possibilitando, assim, a compreensão de que o pensamento acadêmico permanece cristalizado, atendendo ainda aos gestos de dominação da elite branca, desconfigurando o (a) negro (a) em sua história e cultura. Concluimos, afirmando que as relações raciais são ainda baseadas nas discriminações, preconceitos e racismos, fazendo com que a memória da ciência dessa instituição torne a população negra (in) visível na produção de conhecimento nessa Sociedade da Informação e do Conhecimento. Assim, o contexto de exclusão onde estamos inseridos não se distancia do contexto do século passado, onde o (a) negro (a) e sua memória individual/coletiva foram apagados nos processos de criação de uma sociedade baseada no modelo eurocêntrico.

Palavras-chave: Temas. Negros (as). Produção de Conhecimento. UFPB. Dissonâncias e assimetrias.

- Invisibilidade do conhecimento étnico-racial: pouca produção

- Não discussão da temática nos currículos de graduação e pós-graduação
- Poucos materiais e pesquisas que situa ou discutem de forma positiva a respeito da população negra.
- Distorção da realidade negra, bem como da cultura afro-brasileira. Relação grupo dominante (voz única)
- Negação da cultura afrocêntrica

16. Silvia Aguião: Aqui nem todo mundo é igual: Cor, mestiçagem e homossexualidades numa favela do Rio de Janeiro

Resumo: O objetivo dessa dissertação é analisar as vivências e representações sociais sobre (homos)sexualidade, cor/raça, mestiçagem e gênero na favela de Rio das Pedras. Situada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, a localidade tem como características marcantes a ausência do tráfico de drogas e uma intensa imigração nordestina. Esses aspectos contribuem para uma conformação específica no que tange aos conflitos relacionados aos temas aqui analisados. Sendo assim, procurou-se observar como o entrecruzamento desses aspectos perpassa as estruturas e hierarquias sociais no contexto da favela. Além disso, buscou-se compreender as dinâmicas de circulação de pessoas que transitam pelo circuito GLS da cidade, mais especificamente, pelo bairro de Madureira.

Palavras-chave: cor/raça; mestiçagem; homossexualidade; GLS; gênero; favela.

- Propõe trabalhar numa perspectiva metodológica que intercruza cor/raça, sexualidades, gênero e gerações.
- Assim como há diferença de classe a autora problematiza a interferência da raça no processo do fazer pesquisa (Uma pesquisadora branca ou negra no campo de pesquisa)
- Processo de miscigenação, processo de branqueamento, naturalização do racismo (aqui não existe afirma uma entrevistada)
- Masculinidade e seus vieses raciais e reflexo no contexto de gênero e sexualidades
- Dupla opressão gay e negro, mas muitas vezes o que fica evidenciado é opressão a questão da homossexualidade visto que oprimir a raça é crime. (Afirma uma entrevistada)
- Negação da negritude visto que se encontra representada de modo pejorativa
- “Todos são pretos, mas nos chamamos de morenos”
- Classificações do desejo: raça dificilmente passa ser afirmado como fatores determinantes e de relevância, com isto dão-se mais ênfase a preferências físicas e outros atributos
- Mito do negão

17. Nilva Maria Ribeiro: Análise dos sistemas de informação em saúde SIM e SINAN em Relação ao suicídio na cidade de Uberaba/MG

Resumo: Há alguns anos os Sistemas de Informação em Saúde (SIS) surgiram para monitorar de forma rápida e eficaz os agravos à saúde, permanecendo em constante aprimoramento. Fazem parte dessa estratégia o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) que tem além de outras funções a capacidade de captar dados sobre vítimas de tentativa de suicídio e óbito por suicídio. Os objetivos deste estudo foram: analisar a qualidade do preenchimento dos formulários nos casos de tentativa de suicídio e óbitos por suicídio, notificados no SIM e SINAN; descrever o perfil epidemiológico dos casos de tentativa de suicídio e óbitos por suicídio, registrados no SIM e SINAN na cidade de Uberaba/MG; descrever a incidência, mortalidade e letalidade dos casos de tentativa de suicídio e óbitos por suicídio, notificados no SIM e SINAN segundo sexo e faixa etária; verificar a associação (razão de sexo) entre o suicídio e a tentativa de suicídio com sexo; analisar a cobertura dos óbitos por suicídio no SIM comparado ao SINAN; analisar a tendência temporal dos óbitos por suicídio entre 1966 à 2014 por meio dos indicadores de mortalidade. Trata-se de um estudo ecológico, de base territorial e também de análise de tendência temporal. Para análise dos dados utilizou-se estatística descritiva, cálculos dos coeficientes de incidência, mortalidade e letalidade; cálculo da razão de incidência e modelo de regressão linear simples. Em 2014 foram registrados 11 casos de suicídio no SIM, as tentativas de suicídio e óbitos por suicídio no SINAN foram 89 casos nos formulários de Intoxicação Exógena e 80 casos nos formulários de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências. A completude de preenchimento dos formulários que obteve classificação “excelente” foi de identificação pessoal nos três bancos examinados, os demais campos não teve boa classificação. No SINAN o local da ocorrência da tentativa de suicídio foi na maioria a própria residência. As agressões predominantes foram a intoxicação exógena através do uso de medicamentos e envenenamento. Houve predomínio do sexo feminino para os casos de tentativa de suicídio na faixa etária de 15 a 29 anos, raça branca e parda e situação conjugal solteira. No SIM o suicídio ocorreu principalmente na faixa etária de 30 a 59 anos, com maior número em homens, raça branca e parda e o principal meio de agressão foi enforcamento seguido de autointoxicação. Nem todos os casos registrados no SIM foram notificados no SINAN, havendo algumas divergências de CID’s entre um banco e outro. A série temporal de 1996 a 2014 apresentou tendência crescente de 0,065 ao ano e aceleração negativa de 0,007. Conclui-se que os SIS são muito importantes para identificar o perfil epidemiológico de agravos de saúde, sendo necessário o correto preenchimento para gerar informações fidedignas para o desenvolvimento de ações específicas para controle dos eventos de maior incidência e gravidade. Os formulários avaliados no SIM e SINAN não estavam corretamente preenchidos, necessitando melhoria contínua através da divulgação e treinamento específico para as equipes de saúde.

Palavras chave: Suicídio, Tentativa de Suicídio, Sistemas de Informação em Saúde.

- A partir do que a literatura especializada coloca como fator de risco: raça e gênero não são considerados. Mas ao longo do texto afirma segundo a OMS que populações em situações de vulnerabilidade passariam a ter maior probabilidade para consumação, ou seja, sendo fator de risco.

- Coloca-se a depressão como “causa” frequente do suicídio

- Aponta que a maioria dos estudos sobre suicídio realizado na área das ciências da saúde focaliza coeficientes de mortalidade e perfil epidemiológico e focalizando fatores de riscos como diagnósticos psiquiátricos.
- Mesmo com os sistemas SIM e SINAN verifica-se poucas pesquisas publicas e pouca utilização dos sistemas de informação em saúde no Brasil.
- O não preenchimento do campo raça na ficha dos formulários dos casos de tentativas de suicídio.
- Logo este instrumento não pode retratar a realidade de todas as informações necessárias devido à incompletude no preenchimento das informações.
- Problematização da falta do preenchimento das informações e a correlação com os fatores de risco, uma vez que com o preenchimento poderiam ter informações e possibilidades de intervenção frente aos marcadores de fatores de risco tais como: pobreza, HOMOSSEXUALISMO, Bullying, relacionamento sexuais, não pertencimento, sentimento de solidão, incapacidade e etc.

18. Moisés Lopes: A construção social da “branquitude” em homossexuais masculinos do Brasil e da Argentina

Resumo: Este artigo visa desenvolver uma discussão a respeito da construção da “branquitude” entre homens homossexuais que vivem relações estáveis de conjugalidade com outros homens. A perspectiva adotada traz à tona elementos interseccionais de análise tais como gênero, cor/raça, nacionalidade, classe/camada social, grupo etário/geracional, pensados de maneira articulada e contextual. É nessa articulação que se produzem determinadas relações interpessoais, formas particulares de opressão e privilégio, formas contextuais de ser e estar no mundo, e, com isso, uma identidade, um sujeito específico e uma subjetividade particular. Este artigo é baseado em trabalho de campo etnográfico realizado entre 2006 e 2008 com homens com performance de gênero masculina pertencentes à camadas médias que viviam em situação de conjugalidade homossexual no Brasil e na Argentina.

Palavras-chave: “Branquidades”; homossexualidades; interseccionalidade; marcadores de diferença.

- Apresenta a demarcação de casais Heterocrômicos
- Intersecção de raça, gênero, sexualidades e geracional
- Masculinidade “homens comuns” em contraposição a certa “feminilidade”, heteronormatividade (mas na concepção de uma branquitude?).
- Aponta a questão do mercado sexual (Turismo) + a questão do Brasil exportação do sexo
- Tropicalismo, miscigenação, permissividade sexual, bem como a exotificação
- Definição e categoria “negro” e “branco”

- Processo de branqueamento e identidade brasileira (Entrevistados excluí as origens afro/índigenas e enaltecem europeias)
- Brancura desconfortável (Apagamento dos traços e da história de vida referente a origem familiar)
- Hierarquia de poder “construção identitária em ser homem branco” em relação ao homem mestiço ou negro.

19. Isadora Lins França: “Frango com Frango é coisa de Paulista”: erotismo, deslocamentos e homossexualidade entre Recife e São Paulo

Resumo: Neste artigo, desenvolvo uma reflexão explorando possíveis articulações entre trânsitos, itinerários, homossexualidade masculina, desejo e marcadores sociais da diferença. Analiso a produção discursiva de sentidos de lugar relacionados ao Recife e a São Paulo a partir de pesquisa etnográfica com homens que se relacionam afetivo-sexualmente com outros homens nas duas cidades – e transitam entre elas – buscando compreender como nesse processo articulam-se convenções de gênero e sexualidade, noções de brasilidade e regionalidade e sistemas de classificação relacionados à homossexualidade. Ao mesmo tempo, tematizo tensões envolvendo relações em que a diferença – de classe social, cor/raça, geração, gênero, regionalidade e sexualidade – atua como motor do desejo entre esses homens, compondo roteiros que mesclam trocas afetivas, sexuais e materiais de variadas ordens, e em que certa dose de risco parece estar implicada.

Palavras-chave: espaço; lugar; gênero; sexualidade; erotismo.

- Territorialidade e suas relações com raça, gênero, sexualidades e classe
- Masculinidade
- Mercado comercial – Michê/Prostituição
- Imaginário social de o Brasil ser um local quente e propício para o sexo
- Desejo erótico enquanto uma construção e dimensão social
- Trás a questão e a importância da autora Avtar Brah nos estudos de interseccionalidade e marcadores da diferença (Anne McClintock)
- Valorização da ideia do cafuçu (moreno, rustico, bem brasileiro)
- Territorialidade e espaços para se encontrar esses perfis
- Hierarquização de poder (Branco para com negro)
- Aciona o marcador raça, mas no decorrer do trabalho não problematiza e não aponta tal marcador

20. Marcio Zamboni: A sessão de desenho de modelo nu: produção artística e marcadores sociais da diferença

Resumo: Este artigo apresenta a etnografia de uma sessão de desenho de modelo nu, com dois artistas plásticos na faixa etária dos 50 anos, que se afirmam como homossexuais e fazem parte de uma rede de homossexuais da elite paulistana. A partir da análise desta situação, tomada como característica do universo gay masculino em camadas altas, o texto apresenta reflexões sobre a relação entre a representação no contexto da produção artística e certos marcadores sociais da diferença (gênero, sexualidade, raça, classe e geração).

Palavras-chave: homossexualidade, arte, classe, HIV/AIDS, marcadores sociais da diferença.

- Aponta a questão de classe e hierarquização
- Trabalha a questão da masculinidade
- A raça é negligenciada mesmo que aponta que irá ter como foco “marcadores da diferença”, aliás, ao longo do trabalho não fala negro e sim “mais escuros”.
- Posicionalidades e status social
- Aponta sutilmente a produção da diferença do e pelo desejo do corpo negro no contexto brasileiro (sexualização da raça).

21. Paula Lopes, David Pires Barreira e Ana Matos Pires: Tentativa de Suicídio na adolescência: avaliação do efeito de gênero na depressão e personalidade

Resumo: O presente trabalho debruça-se sobre aspectos clínicos relativos à tentativa de suicídio na adolescência. Assim, pesquisou-se a existência de sintomatologia depressiva, bem como de traços disfuncionantes da personalidade em adolescentes com história prévia de tentativa de suicídio e efectuou-se um estudo comparativo entre sexos.

Constituíram-se duas amostras, uma composta por indivíduos do sexo feminino (n=12) e outra por indivíduos do sexo masculino (n=10), com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos. Todos os sujeitos foram avaliados com o Children’s Depression Inventory (CDI) e com o Mini-Mult. Os resultados sugerem a existência de um efeito de gênero quer na expressão clínica do quadro depressivo, quer na presença de traços patológicos da personalidade.

Palavras chave: Adolescência, Depressão, Personalidade, Tentativa de suicídio

- Concepção biológica frente ao conceito de adolescência – Ideia de estágio e fase.
- Utilização de referências “antigas” afirmando que as tentativas de suicídio nesta faixa etária seriam fenômeno raro.
- Sinaliza que o fenômeno do suicídio refere-se a uma situação multideterminada, no entanto, exclui uma série de fatores possíveis frente à composição deste contexto multideterminado.
- Ideia de patologia/transtorno e suicídio (Psiquiatrização do fenômeno e medicalização).
- Aponta que a desesperança assim como, idade, sexo e RAÇA corresponderiam ser entendidas como preditor do suicídio.

- Aponta a questão genética e suicídio.

- Apesar de trazer em um único momento fator sexo/sexualidade e raça estes marcadores ficam avulsos nas discussões, no entanto, as discussões de gênero pautando-se no biônimo masculino e feminino (heterossexual).

22. Luiza de Lima Braga: Exposição à violência e comportamento suicida em adolescentes de diferentes contextos

- Concepção maturacionista frente ao fenômeno da adolescência

- Apontam o sentimento de solidão, não reconhecimento e não pertença como sendo fatores de risco e fatores associados a adolescentes com ideação e que tentaram o suicídio.

- Não menciona o fator raça enquanto um fator de risco ou fator associado ao comportamento suicida.

- Fatores de risco ao suicídio na adolescência: entende-se o *homossexualismo* como sendo um fator de risco. (Porque hetero não seria uma condição de risco? Qual representação social que o termo risco ganha e adquiriu socialmente?)

- Trabalha a questão de gênero pautada na dicotomia masculino-feminino dentro da perspectiva normativa.

- Biologização e psiquiatrização do fenômeno (entendendo suicídio enquanto uma psicodinâmica) – Cérebro suicida.

- Aponta a família como sendo um fator de proteção e de risco (ambiente familiar) apontando a violência física, sexual, psicológica e rejeição.

- Normalização do pensamento de morte na adolescência

23. Daniel R. C. Cerqueira e Rodrigo Leandro de Moura: Vidas Perdidas e Racismo no Brasil

- Diferencia o conceito de discriminação e de racismo

- Distribuição da população negra e não negra no Brasil

- Vulnerabilidade da população negra

- Racismo institucional e seus impactos epidemiológicos e estatísticos no que se refere às taxas de homicídios e de suicídio.

- Vidas que não importam
- Importância de se compreender a discriminação no Brasil sob o viés de classe e raça (proposta final do trabalho)

24. Fábio Henrique Lopes: Reflexões históricas sobre os suicídios: saberes, biopolítica e subjetivação

- Necessidade de se falar do suicídio sem desconsiderar a vida.
- Problematização das narrativas no que se refere ao fenômeno do suicídio
- Aciona o conceito de biopolítica para correlacionar com o conceito de suicídio, bem como medidas preventivas, novas regulações, disciplinas, normalizações e normatividades. (Porque apenas há o “controle” de algumas vidas? As demais vidas não são “dignas de controle”?)
- governamentalidade e suicídio, tecnologias políticas de vida, no entanto, esquecendo algumas vidas. Organização do poder sobre a vida não é universal, há vidas desqualificadas e vidas qualificadas para o cuidado
- Aciona a possibilidade do suicídio em negros

25. Avimar Ferreira Junior: O comportamento suicida no Brasil e no mundo

- Entendem o suicídio enquanto fenômeno multideterminado
- Crise econômica e suicídio
- Suicídio e gênero reproduzindo a questão normativa de masculino e feminino focalizando a genitália.
- Aponta a questão do suicídio indígenas e quilombolas bem como na preocupação de verificar a questão raça/etnia dos suicidados.
- Aponta que aspectos políticos, econômicos, raciais, de gênero e culturais NÃO podem ser negligenciados sob pena de se perder mediações importantes para o surgimento e manutenção do comportamento suicida.
- Aponta a questão de gênero, índice e acréscimo na população LGBT como uma população de risco.
- Subnotificação dos casos de suicídio, bem como também a problematização do suicídio como tabu social

26. Marcos Roberto Vieira Garcia: Homofobia e Heterossexismo nas escolas: discussão da produção científica no Brasil e no Mundo

- Espaço escolar como combate ao sexismo e a homofobia (e o racismo?)
- Modelo heteronormativo da sociedade e no âmbito escolar
- Heteronormatividade + homofobia causadora de sofrimento psíquico e de inúmeras violências. (Suicídio)
- Discussão ampla do conceito de Bullying visto que há poucos materiais referente a a homofobia nas escolas brasileiras.
- Bullying homofóbico e suicídio

27. Fábio Henrique Lopes: Suicídio masculino ou feminino: as atribuições de gênero

- Análise do suicídio a partir de um modelo higienista desenvolvendo práticas e medidas normativas
- Trabalha a questão de gênero dentro da lógica binária e normativa
- Problematiza a noção do feminino
- Discursos médicos frente ao suicídio entre homens e mulheres no século XIX e XX
- Diferenciação ajudou a reforçar a ótica masculina sobre as diferenças sexuais, a assegurar os espaços masculinos de manipulação e controle.

28. Inês Alexandra Nabrica Cardoso da Costa: Adolescência: Ideação suicida, depressão, desesperança e memórias autobiográficas

- Adolescência dentro do viés binário e normativo
- Importância da aceitação dos pais frente à sexualidade e o processo da adolescência
- Correlação suicídio com transtornos psiquiátricos (depressão)
- Não aborda a questão racial e de gênero, a não ser dentro da perspectiva binária

29. Nathalia Modenesi Fiorio, Luisa Sorio Flor, Monique Padilha, Denise Silveira de Castro e Maria del Carmem Bisi Molina: Mortalidade por raça/cor: evidências de desigualdades sociais em Vitória (ES), Brasil

- Dificuldade dos acessos e do preenchimento das informações no SIS e SIM
- Aponta a importância dos marcadores de raça/cor como ferramenta de orientação e análise das desigualdades em saúde e adoecer.
- Importância de se compreender as questões socioeconômicas no que refere-se ao processo de mortalidade

30. Stella Regina Taquette, Adriana de Oliveira Rodrigues: Experiências homossexuais de adolescentes: considerações para o atendimento em saúde

- Afirma que adolescentes com práticas homossexuais vivem em contextos de maior vulnerabilidade à saúde devido a variados fatores: individuais, sociais e programáticos. Este segmento social se engaja menos em comportamentos de autocuidado, sofre mais violência e não recebe atendimento nos serviços de saúde que leve em conta sua diversidade.
- Adolescentes do sexo feminino que tem sexo com outras mulheres apresentam necessidades de saúde diversas das heterossexuais que, em geral, passam despercebidas nos serviços de saúde. Por outro lado, depressão e comportamento suicida são mais frequentes entre homossexuais do que em heterossexuais. (Considerando então ser homossexual fator de risco)
- A relação entre soropositividade para o HIV e suicídio
- Reprodução da heteronormatividade nos atendimentos e conseqüentemente a invisibilidade de características relacionadas ao gênero e sexualidades.
- Homofobia favorece e contribui para que adolescentes adotem praticas sexuais de risco e se isolem (podendo ocasionar ideações suicidas) não tendo coragem de revelar suas orientações sexuais.
- Violência familiar, social e dos profissionais da saúde, favorecem para humilhações, terror psicológico resultando então na ideação suicida e na concretização, sendo a solução para se livrarem de todo o sofrimento.
- Relação amorosa diferenciada entre homossexuais masculinos e femininos, ocasionando em maiores propensões nas narrativas femininas pensamentos suicidas visto que perderam o objeto de amor e isto tornar-se insuportável (ideia do amor romântico)
- Falta de apoio e estruturação familiar faz com que as adolescentes (no caso entrevistadas) depositem e procurem no outro/parceira o apoio e o suprimento da falta, sendo assim, a ideação suicida entre rapazes está mais relacionada a homofobia social e das mulheres à perda do objeto amoroso.

31. Júlio Assis Simões, Isadora Lins França e Marcio Macedo: Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo

- Entendem categorias de cor/raça, gênero e sexualidades como produções culturais e históricas que encontram-se articuladas a sistemas classificatórios.
- Estruturação brasileira por uma ideia de sexualidade e miscigenação
- Trabalha como as questões dos marcadores sociais influenciam e interferem nos modos de relacionamento, nas escolhas bem como no sistema de classificação, além das discussões acerca da territorialidade e de classe.
- Articulação das performances de gênero e raça: “bicha-padrão”; “bicha-pão-com-ovo”, “bicha quá-quá”.
- Marcador de raça + desejo sexual + performance para desenvolver e produzir a figura do “negão”
- Caricatura do “negão” e atribuição ao garoto de programa + Tamanho do pênis, potência e desempenho sexual acima da média, mais sensuais, mais desenvoltura e habilidade para dança e expressão corporal. (P.54)
- Cheiram mais, tem pele grossa, são suados, tem testão, tem cabelo ruim – hierarquia estética que reproduzida no universo LGBT. (p. 55)
- Performance Masculina X efeminizado
- Assumir “x” (bicha) representação para ser reconhecido e aceito nos espaços públicos
- Aponta sobre as mulheres homossexuais que frequentam os espaços que são principalmente de classe baixa e maioria negras e mestiças que vivem em bairros periféricos (Um dos poucos artigos que sinalizam mulheres LGBTs)
- Territorialidade + “Negro virou moda”
- Relacionamento inter-racial

32. Severino Joaquim Nunes Pereira, Eduardo André Teixeira Ayrosa: Corpos Consumidos: cultura de consumo carioca

- Consumo demonstrando e demarcando o que somos de onde viemos e nossos estilos de vida.
- Construção identitária e sua relação com o corpo
- Trás a população negra como exemplo de grupo marginalizado

- Corpo, masculinidade e homossexualidade – enquanto construções sociais

33. Joilson Santana Marques Júnior: Notas sobre um itinerário bibliográfico: onde estão os homossexuais negros?

- Discussão sobre o movimento Gay
- Ressalva de que a partir de 2000 especificamente em 2001 com a Conferencia Mundial de Combate Racismo, a Xenofobia e Intolerâncias em Durban pode-se verificar a construção de grupos políticos específicos para negros LGBTs
- Identidade de negro gay (discute)
- Produção literária e bibliográfica referente à homossexualidade negra
- Invisibilidade

34. Simone Monteiro, Eliane Vargas, Fátima Cecchetto e Felipe Mendonça: Identidades, trânsitos e diversidade sexual em contextos de sociabilidade juvenil no Rio de Janeiro (Brasil)

- Inicia-se com a proposta de articulação com os marcadores de raça e gênero, no entanto ao longo da discussão do artigo o marcador raça encontra-se retirado de cena, por exemplo no foco das entrevistas vários aspectos foram abordados, menos o marcador racial.
- Menor valorização da categoria negra na comunidade de Madureira (impacto social que isto possui)
- Caracterização negativa da Negritude
- Focalizando a questão de gênero e racial (?) a questão de sociabilidade e lazer/festa
- Discussão da performance de gênero entre lgfts mais masculinos/as e femininas/as
- Descreve na fala das pessoas entrevistadas a questão do “instinto” ser mais atrevido, sensual e animal – correlacionar com a questão racial. Mas o artigo não realiza tal ponte de discussão.

35. Silvia Aguião: Cenas de circulação: fragmentos de uma etnografia sobre homossexualidade: gênero, cor e mestiçagem em uma favela do Rio de Janeiro

- Recorte da Tese da autora (aponta algo mais descritivo da realidade da favela Rio das Pedras e demonstra questões relacionadas à heteronormatividade, machismo, masculinidade, e a

invisibilidade lgbt nestes espaços sendo marcada e caracterizada em alguns locais e contextos e a negação da palavra negro).

36. Michelle Rodrigues Cardoso, Luiz Felipe Ferro: Saúde e População LGBT: demandas e especificidades em questão

- Homofobia: violência contra a população LGBT e seus impactos na saúde e os tipos de violência (Fala-se de modo geral sem recorte de classe e raça)
- Aciona as demandas de saúde da Mulher lésbica e homossexual masculino, mas sem recorte de classe e raça.
- As demandas de transgêneros sem recorte de classe e raça.

37. Luis Felipe Rios: Homossexualidade, Juventude e Vulnerabilidade ao HIV/Aids no Candomblé Fluminense

- Nas discussões introdutórias aciona o marcador de raça
- Nos resultados e nas discussões trabalha a representatividade da homossexualidade e religiosidade
- Hierarquização racial neste espaços
- Categorias etárias e gênero

38. Juliana Perucchi, Brune Coelho Brandão e Hortência Isabela dos Santos Vieira: Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays

- Enfatiza a diversidade e complexidade das práticas discriminatórias por conta da orientação sexual articulada com outros marcadores sociais
- Homofobia internalizada
- Aspecto familiar e juventude
- Saída do armário + invisibilidade e ideação suicida
- Importância de construção de rede de apoio

39. Luca Bussotti, António Tembe: A Homossexualidade na concepção afrocentrista de Molefi Kete Asante: entre libertação e opressão

- Discussão acerca da homossexualidade e homoafetividade – pressupondo uma conceitualização negativa
- Discussão sobre a homossexualidade a partir de uma perceptiva africanista e não eurocêntrica

40. Aryel Ken Murasaki, Sandra Maria Galheigo: Juventude, Homossexualidade e diversidade: um estudo sobre o processo de sair do armário usando mapas corporais

- Trabalha a homossexualidade, estigma e dificuldade do processo de se “aceitar e se reconhecer como homossexual”.
- Discute as facetas da homofobia
- Vulnerabilidade + adoecimento psíquico (suicídio)
- Preconceito, estigma e o empoderamento
- Apenas no final apresenta a importância de se olhar e compreender diferentes fatores e fenômenos, mas ao longo do trabalho foco fica apenas no que refere-se a uma discussão universalizada e generificada.

41. Luís Eduardo Batista, Maria Mercedes Loureiro Escuder e Julio Cesar Rodrigues Pereira: A cor da morte: causas de óbito segundo características de raça no Estado de São Paulo, 1999 a 2001

- Construção social do sujeito brasileiro: a constatação incontornável que se apresenta é que nascer de cor parda ou de cor negra aumenta de forma significativa a portabilidade de ser um brasileiro pobre.
- Questão da vulnerabilidade social demarcando diversos fatores dentre eles classe, raça e gênero
- Trabalha que a etnia/raça não é um fator de risco, mas a inserção social adversa de um grupo racial que se constitui em característica de vulnerabilidade.
- Discute o processo de saúde-doença e suas perspectiva num viés racializado.
- Problematiza a importância da inclusão e efetivação de informação sobre o registro raça/cor nos registros de óbitos.

42. Glenda Cristina Valim de Melo, Luiz Paulo da Moita Lopes: Ordens de indexicalidade mobilizadas nas performances discursivas de um garoto de programa: ser negro e homoerótico

- Problematiza as práticas discursivas do vir a ser homem negro e gay dentro de uma perspectiva heteronormativa
- Aponta que a raça seria sexualizada e a sexualidade racializada
- Trabalha com a intersecção de raça, gênero e sexualidades
- Trabalha a importância de entender a Performatividade e o discurso e seus efeitos referentes a imagens construídas sobre homem negro e homem negro gay
- Discussão do homem negro gay enquanto um traidor (dupla exclusão no mundo branco e negro)
- Binarismos criados pela intersecção de raça, sexualidades e gênero
- Internalização do preconceito e de que pessoas negras seriam preconceitosas consigo mesmo e com seus iguais.
- relacionamentos + sofrimento e apagamento de sentimentos

43. Fernando Pocahy: “Vem meu menino, deixa eu causar inveja”: ressignificações de si nas transas do sexo tarifado

- Interseção de classe, gênero, raça e geracionalidade
- Mercado de consumo
- Corpo negro (objeto)

44. Maria Dirce Pinho, Elza Berquó, Kelly Adriano Oliveira, Fernanda Lopez, Luis Carlos Araújo Lima e Noeli Pereira: Juventudes, raça e vulnerabilidades

- Discussão pautada na perspectiva de classe, vulnerabilidade e raça
- Apontamento da ausência do recorte racial nas estatísticas oficiais sobre HIV/AIDS dificulta o conhecimento do processo de expansão da epidemia nesse segmento populacional.

- Lugar social do negro no Brasil: colocando-o em condições de vulnerabilidade

45. Ana Karina Silva Azevedo, Elza Maria do Socorro Dutra: Relação Amorosa e Tentativa de Suicídio na adolescência: uma questão de (des)amor

- Sinaliza que o suicídio é um fenômeno presente em todas as civilizações e que deva ser entendida dentro e de acordo com cada cultura e numa perspectiva multideterminada.
- Mas ao longo do estudo não evidencia as multideterminações
- Trabalha a questão da adolescência numa perspectiva múltipla, mas que desencadeia numa universalização, bem como na perspectiva binária normativa.
- Aponta questões familiares, impulsividade, relação amorosa, baixa-autoestima, não pertencimento.

46. Miria Benincasa, Manuel Morgado Rezende: Tristeza e Suicídio entre Adolescentes: Fatores de Risco e Proteção

- Concepções universalizantes acerca da adolescência e suicídio
- Ideia da adolescência enquanto um momento negativo, depressivo e de luto.
- Apresenta que a vivência de um adolescente com ideações ou com tentativas de suicídio se revela por sentimentos de vazio, tédio, insegurança, solidão, indiferença, abandono, não pertencimento, incompreendido e rejeitado.
- A partir da fala de um entrevistado “Se você é alemão, suicidar é fácil” – trás a questão étnica
- racial, no entanto é discutida e abordada focalizando apenas o ambiente climático.

47. Lenice Carrilho de Oliveira Moreira, Paulo Roberto Haidmus de Oliveira Bastos: Prevalência e fatores associados à ideação suicida na adolescência: revisão de literatura

- Concepção de juventude e adolescência enquanto estágio e período crítico.
- Trabalha com a perspectiva do fenômeno do suicido enquanto fenômeno multideterminado
- Desconsidera raça e gênero como sendo fatores importantes na constituição do adoecimento bem como do que entende-se por produção do comportamento suicida.
- Aponta ser “normal” ideações suicidas na adolescência

- Aponta o suicídio em indígenas, mas apenas para falar que as taxas são altas
- Prevalência de ideação suicida em adolescentes: constroem-se uma tabela de fatores associados, raça não encontra-se presente, mas gênero encontra-se presente numa único trabalho
- Trabalha dentro da perspectiva binária normativa

48. Luciene da Costa Araújo, Kay Francis Leal Vieira, Maria da Penha de Lima Coutinho: Ideação Suicida na adolescência: um enfoque psicossociológico no contexto do ensino médio

- Suicídio enquanto fenômeno multideterminado
- Perspectiva binária de se compreender gênero

49. Rita de Cássia Avanci, Luiz Jorge Pedrão: Perfil do adolescente que tenta suicídio em uma unidade de emergência

- Verificou-se que os jovens suicidas apresentam em seus antecedentes maior proporção de brigas, problemas com a polícia e a justiça, de problemas na escola no trabalho, de gravidez em solteiras e abortos provocados.
- Abordagem de gênero na perspectiva binária
- Adolescentes que tentaram suicídio e vulnerabilidade social
- A maioria da população do estudo é composta pelo sexo feminino brancas e bairros periféricos (Raça, classe e gênero)
- Trás na distribuição dos antecedentes o marcador de raça
- Demonstra e demarca correlação com os estudos no qual aponta que a raça branca entre os adolescentes são os que mais tentam suicídio. No entanto não é encontrado na literatura alguma justificativa que explicasse esse predomínio.
- Ser adolescente, cobranças e suicídio.

50. Luciano Dianas de Mattos Souza, Liliane Ores, Gabriela Teixeira de Oliveira et al: Ideação suicida na adolescência: prevalência e fatores associados

- Demarca suicídio enquanto fenômeno multideterminado

- Descrições de análise possui (sexo) e exclusão de raça
- Questão de classe (baixa escolaridade da mãe pode levar ao suicídio)

51. Joana D'arc Vila Nova Jatoba, Othon Bastos: Depressão e ansiedade em adolescentes de escola públicas e privadas

- Adolescência e juventude numa perspectiva binária e normativa/universalizada
- Suicídio fenômeno multideterminado
- No questionário demográfico inclusão da “cor de pele” e do “sexo” mas estes dados ficam invisíveis nas discussões.

52. Vivian Roxo Borges, Blanca Susana Guevara Werlang: Estudo de ideação suicida em adolescentes de 15 a 19 anos

- Perspectiva estádio da adolescência e universalizada
- Coloca-se a questão de gênero a ser pensada, mas é dentro de uma perspectiva binária e normativa
- Nos dados de análise o marcador de raça é excluído

53. Luiza Jane Eyre de Souza Vieira, Mary Landy Vasconcelos Freitas, Augediva Maria Jucá Pordeus, Samira Valentim Gama Lira, Juliana Guimarães e Silva: Amor não correspondido: discursos de adolescentes que tentaram suicídio

- Suicídio enquanto um fenômeno multideterminado
- Discute a adolescência sem se referir ao marcador de raça e dentro de uma perspectiva universal e de estádio
- Trabalha com a questão de gênero a partir da perspectiva binária normativa.
- Aponta várias questões relacionadas a vivências que podem ser transpostas para um viés de gênero/sexualidades e raça, porém não as discute tornando-se invisíveis.

**54. Lissandra Baggio, Lilian S. Palazza, Denise Rangel Ganzo de Castro Aerts:
Planejamento suicida entre adolescentes escolares: prevalência e fatores
associados**

- Trabalha com a perspectiva do comportamento suicida ser continuum e reflexos de conflitos internos
- Nos critérios de análise raça encontra-se evidenciada e nas tabelas de análise, na discussão afirma que embora a literatura aponte aumento de comportamento suicida entre adolescentes brancos, neste estudo não verificou-se diferença.
- Vulnerabilidade associada a classe/raça e suicídio.
- Adolescência a partir da perspectiva universalizante e binária normativa

55. Liliane de Lourdes Teixeira Silva, Cristina Gonçalves Alvim, Cassia Cristina Costa, Thiago Magelo Ramos, Elbert Eddy Costa: O Suicídio na adolescência nas publicações da Enfermagem Brasileira: revisão integrativa da literatura

- Concepção maturacionista sobre adolescência
- Suicídio enquanto fenômeno multideterminado
- Demarca que a partir de 2006 é possível constatar um aumento no número de produções nacionais de enfermagem envolvendo suicídio na adolescência
- Adolescência dentro de uma perspectiva normativa e binária
- Quem é o adolescente que tenta o suicídio e quais os meios utilizados? Branca, sexo feminino, solteiro, baixa escolaridade e mora em bairros pobres

56. Liliane de Lourdes Teixeira Silva, Anézia Moreira Faria Madeira: Tentativa de autoextermínio entre adolescentes e jovens: uma análise compreensiva

- Suicídio enquanto fenômeno multideterminado
- Adolescência enquanto estágio e vulnerável ao suicídio
- Fantasia da bissexualidade infantil
- Adolescência numa perspectiva binária e normativa

- Questão familiar, não pertencimento, preconceito, exclusão do marcador de raça e gênero/sexualidades

57. Luiza Cantão, Nadja Cristiane Lappan Botti: Suicídio na população de 10 a 19 anos em Minas Gerais (1997 – 2011)

- Suicídio enquanto fenômeno multideterminado
- Adolescência numa perspectiva binária e normativa
- Fatores de risco (vários, exceto raça)

58. Evelyn Kuczynski: Suicídio na Infância e adolescência

- Tabu no que refere-se à morte e suicídio
- Trabalha a construção social da adolescência e infância
- Suicídio enquanto fenômeno multifacetado apontando o Bullying como um fator de risco a ser considerado junto com fatores de raça, cor, peso, origem, grupo étnico, religião, crença, deficiência, orientação sexual, gênero, aparência física, sexo e outras características.
- No entanto apenas descreve e não desenvolve tais explicações e análises referentes aos fatores.

59. Vivian Roxo Borges, Blanca Susana Guevara Werlang, Mônica Copatti: Ideação Suicida em Adolescentes de 13 a 17 anos

- Suicídio enquanto um problema de saúde pública deve-se compreender em sua multideterminação
- Falhas estatísticas e subnotificação
- Não trabalha com recorte de classe, gênero e raça
- Adolescência a partir da perspectiva normativa e binária
- Suicídio e suas relações com transtornos mentais e psicológicos

60. Liliane da Costa Ores, Luciana de Avila Quevedo e Karen Jansen eatl: Risco de suicídio e comportamentos de risco à saúde em jovens de 18 a 24 anos: um estudo descritivo

- Juventude dentro da perspectiva da normalidade-anormalidade e numa perspectiva binaria normativa
- Nos dados de análises foram considerados marcadores de raça, classe e gênero (na perspectiva binaria) Prevalecendo maiores taxas em pessoas brancas do sexo feminino.

61. Walter Marcondes Filho, Leda Mezzaroba, Conceição A. Turini, Alexsandro Koike, Akira Motomatsu Junior, Eliane E. Shibayana. Fábio L. S. Fenner: Tentativa de suicídio por substancias químicas na adolescência e juventude

- Suicídio enquanto fenômeno multifacetado
- Adolescência na perspectiva binaria normativa
- Nos dados de análises foram considerados marcadores de raça, classe e gênero (na perspectiva binaria) Prevalecendo maiores taxas em pessoas brancas do sexo feminino.

62. Letícia Pereira Vieira, Vivian Talitta Pinheiro de Satana, Eliane Aparecida Suchura: Caracterização de tentativas de suicídio por substância exógenas

- Suicídio enquanto alto custo para sociedade
- Aciona nos resultados que as maiores taxas de suicídio eram de pessoas da raça branca 46% e de 44% da raça parda (dado questionável)
- Correlação com a questão do suicídio e farmacologia
- Vulnerabilidade, questão socioeconômica
- Justifica a questão racial (porque maiores taxas em brancos)

63. Daine Borges Machado, Darci Neves dos Santos: Suicídio no Brasil, de 2000 a 2012

- Suicídio fenômeno multideterminado

- Impacto do suicida na sociedade
- Suicídio enquanto fenômeno da saúde pública
- Avaliou-se a incidência de raça/cor e escolaridade, gênero dentre outros fenômenos
- Maior incidência na raça parda (mas somando parda e negra aumenta ainda mais)
- Discussão sobre a etnia principalmente suicídio indígena
- Discussão de gênero a partir da perspectiva binária normativa

64. Maria Cláudia da Cruz Pires, Maria Cristina Falcão Raposo e Everton Botelho Sougey: Indicadores de risco para tentativa de suicídio por envenenamento: um estudo caso-controlado

- Suicídio enquanto fenômeno multifacetado
- Etnia e raça – apenas branca ou parda
- Discussão de gênero pautando-se na perspectiva binária normativa

65. Melissa Nobrega Vasques de Freitas, Maria Cristina Nunez Seiwad: Suicídio consumado na cidade de Sorocaba-SP: um estudo epidemiológico

- Suicídio fator multifacetada
- Discussões de gênero demarcado pela normatividade e binarismo
- Questão racial (mas não discute)

66. Leticia Marín-León e Marilisa B. A. Barros: Mortes por suicídio: diferenças de gênero e nível socioeconômico

- Suicídio fenômeno multideterminado
- Subnotificação das taxas
- Possíveis causas (exclusão de raça)
- Discussão sobre gênero a partir da normatividade e binarismo

67. Ricardo Schmit, Maria Gabriela Lang, João Quevedo, Talita Colombo: Perfil epidemiológico do suicídio no extremo oeste do estado de Santa Catarina

- Suicídio fenômeno multifacetado
- Discussão de gênero é a partir da normatividade e binarismo
- Aponta-se como variáveis e fatores de risco: que perfil étnico (descendentes e imigrantes europeus) e a atividade agroindustrial corresponderiam a fatores de risco
- Discute os aspectos culturais e o suicídio: por exemplo método do enforcamento com a regionalidade “gaúcha” – homem gaúcho que de alguma forma teve sua honra ferida e o enforcamento seria uma forma masculina de morrer.

68. Fábio Henrique Lopes: Medicina, educação e gênero: as diferenciações sexuais do suicídio nos discursos médicos do século XIX

- Discussão sob a desnaturalização do gênero, no entanto, apoiando-se na normatividade binária
- Universalização das mulheres e questão suicida
- Masculinidade e suicídio

69. Luiza de Lima Braga, Débora Dalbosco Dell’Aglío: Suicídio na adolescência: fatores de risco, depressão e gênero

- Subnotificação das taxas de suicídio
- Suicídio enquanto um fenômeno multifacetado
- Adolescência a partir da perspectiva universalista
- Fatores de risco – Bullying, não pertencimento, não se sentir amado e valorizado (solidão)
- Ideias de mortes em níveis (normais e anormais)
- Apontamento da questão da classe e da vulnerabilidade social enquanto fator de risco
- A ideia de que a separação e a vivência com esta realidade pode soar e levar ao suicídio ou desencadear ideias no jovem adolescente.

**70. Beatriz Carlini-Cotrim, Cynthia Gazal-Carvalho, Nélon Gouveia:
Comportamentos de saúde entre jovens estudantes das redes públicas e privada
da área metropolitana do Estado de São Paulo**

- Suicídio enquanto fenômeno multifacetado
- Discussões a partir de uma lógica biológica
- Aponta-se para questão de classe e no que se refere à vulnerabilidade social
- Discussão sobre gênero/adolescência a partir do binarismo normativo

**71. Kátia Tarouquella Brasil, Paola Biasoli Alvez, Deise Matos do Amparo: Fatores
de Risco na adolescência: discutindo dados do DF**

- Adolescência enquanto um processo de estágio mesmo compreendendo no âmbito histórico-social
- Fatores de risco aponta-se gênero, sobretudo dentro da perspectiva normativa
- Analisa a partir da ótica da teoria dos sistemas
- Aponta que no Brasil o “alvo preferencial de morte por homicídio são jovens masculinos, em especial das chamadas classes populares urbanas) – diferenciando-se do suicídio.

**72. Fernando Silva Teixeira-Filho, Carina Alexandra Rondini, Juliana Cristina
Bessa: Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista**

- Sinalização de que a partir da década de 90 intensificaram os estudos sobre gênero e sexualidade e conseqüentemente houve implicações no que se refere ao conceito de homofobia.
- Heteronormatividade + homofobia e suicídio
- Espaço escolar como um espaço de sofrimento e adoecimento
- Não pertencimento e não inclusão
- Apresenta uma discussão de gênero e suas implicações no que se refere ao fenômeno do suicídio
- Discriminação + família + suicídio
- Armário e suicídio

73. Priscila de Oliveira Martins: As expectativas do Ter e o Fracasso do ser: representações sociais de adolescência e suicídio entre adolescentes

- Histórico do suicídio entendendo como um fenômeno multideterminado, porém um ato onde a pessoa pretende e deseja concretizar a própria morte.
- Não sinaliza questões de raça e gênero nos fatores de risco ou nos fatores associados ao suicídio.
- Adolescência entendida enquanto um processo do desenvolvimento (estágio)
- Tentativa de diferenciação da adolescência do campo e contexto urbano
- Suicídio enquanto um desperdício de vidas que pode ser evitado

74. Liliane de Lourdes Teixeira Silva: Atitudes e Percepções de Estudantes e Professores de Enfermagem frente ao suicídio de adolescentes

- Aponta a criação das diretrizes nacionais para a prevenção do suicídio e a importância da Equipe da Saúde da Família na prevenção do suicídio em geral.
- Adolescência enquanto uma construção histórica + síndrome da adolescência normal (maturacionista e estágio)
- Sexualidade/gênero pontuado na norma
- Breve retomada histórica sobre suicídio (fenômeno multifacetado)
- Raça e sexualidades/gênero não constam enquanto fatores de associação ao comportamento suicida
- Despreparo da enfermagem frente ao comportamento suicida
- Quem é o/a adolescente que tenta o suicídio: branca, do sexo feminino, solteira, baixa escolaridade e reside em bairros pobres e periféricos.
- Ausência na grade curricular no que refere-se à temática suicídio e adolescência

75. Ana Karina Silva Azevedo: Relação amorosa e tentativa de suicídio na adolescência: uma questão de (des)amor

- Pontuação de que a questão amorosa corresponderia a mais um fator em relação ao comportamento suicida, visto que não haveria uma única causa para a concretização de tal fenômeno.
- Adolescência enquanto um estágio e referenciada sob os moldes do comportamento heteronormativo.
- Adolescência – levando em questão a cultura/social + síndrome da adolescência normal
- Adolescência, construção identitária e suicídio
- Ausência do fator raça, gênero e sexualidades

76. Marcela Favarini Nunes: Família e comportamento suicida: um estudo exploratório de dinâmicas familiares

- Suicídio enquanto fenômeno de saúde pública e fenômeno multifacetado
- Sinaliza a importância de se compreender os fatores de gênero, idade e método utilizado.
- Discussão acerca do modelo biomédico e o despreparo para prevenção no que se refere ao comportamento suicida.
- Sinaliza a questão de classe + sociedade enquanto uma instância causadora de sofrimento
- Discussão de gênero sobre um fator de risco + entendendo gênero enquanto construções sócio-culturais. Sinaliza a pouca existência de trabalhos sobre gênero e ato suicida.
- Discussão sobre família e comportamento suicida: viés normativo, tradicional e burguês (no que tange as famílias)

77. Liliane da Costa Ores: Prevalência de risco de suicídio e fatores associados: estudo de base populacional com jovens entre 18 a 24 anos, Pelotas-RS

- Associação do comportamento suicida a transtornos depressivos
- Tem como objetivo a associação do comportamento suicida a faixa etária, gênero e depressão, mas gênero encontra-se se pautando na lógica binária e normativa.
- Associação do comportamento suicida a lógica normalidade-anormalidade
- Aponta a questão racial nos dados (brancos) tentam mais, no entanto, mulatos apresentaria risco maior de suicídio (do sexo feminino)

- Na discussão afirma que não houve associação com cor da pele, no entanto, em um estudo realizado na Nova Zelândia associação com baixa renda e diferenças étnicas e risco de suicídio.

78. Mary Landy Vasconcelos Freitas: Razões para tentativas Suicidas em adolescentes: desafio para a educação em saúde

- Suicídio enquanto um fenômeno da saúde pública e fenômeno multifacetado, EXCETO, relacionado às pessoas desempregadas, brancas e com patologia
- Adolescência enquanto estágio (normalidade-anormalidade)
- Discussão de gênero e adolescência sob viés normativo-binário
- Discussão moral/ética acerca do suicídio
- Estabelece que o papel da sociedade é manter o indivíduo motivado
- Discussão acerca do modelo biomédico
- Coleta de dados sem discussão de gênero/raça
- Racista na descrição da estrutura familiar de um dos entrevistados em relação à religião umbandista.
- Um adolescente homossexual (coloca-se como opção sexual)

79. Maria da Conceição M. G. Oliveira: O senhor negritude: um caso, depressão e dor mental

- Concepção individual/Psicanalítica acerca do comportamento suicida
- Associação suicídio e doença mental
- Trabalha a necessidade de entendermos o suicídio sob viés da raça, gênero, classe, idade, localização geográfica, cultura e entre outros fatores. (Racismo, sexismo, migração, conflitos culturais, classe são de suma importância aponta o estudo)

80. Luiz Fabio Alvez de Deus: Contextos de revelação da orientação sexual: no final do arco-íris tem um pote de ouro?

- Discussão acerca da homossexualidade (construção social, estigma, preconceito)
- Vulnerabilidade à saúde das minorias sexuais – suicídio e tentativa de suicídio como uma possibilidade
- Discussão breve, mas presente referente à vulnerabilidade a todos os grupos da sigla LGBTs (exceto as pessoas trans)
- Aponta a necessidade entender as diferenças nas condições de saúde na população LGBT em razão da cor, origem étnica, classe e outros fatores.
- Associação à vulnerabilidade/suicídio ao sexismo, heteronormatividade e homofobia
- Denuncia a negligência com a população LGBT no que refere-se aos serviços de saúde pública.
- Aponta ser “impossível” ignorar que as relações e interações LGBTs não teria dimensões sociais, políticas, raciais e étnicas.
- Questão de gênero e raça encontra-se nas descrições dos sujeitos da pesquisa.
- Discussão racializada sobre a orientação sexual, bem como saída do armário.
- Mesmo apontando a necessidade se olhar para discussões raciais e trabalhar em alguns momentos, em outros pontos universaliza os resultados excluindo uma gama de fatores possíveis e complementares a tais discussões.

81. Lilian Zielke Helser: Suicídio em municípios do Sul do Brasil: um enfoque de gênero

- Suicídio enquanto um fator multifacetado, no entanto, os estudos apontam que se tem dado pouca visibilidade para as questões de gênero.
- Fatores associados e que podem aumentar risco de suicídio – questões de classe, sentimentos de desesperança, tristeza, pobreza, desemprego, conflitos familiares, problemas legais ou no trabalho, abuso de álcool e drogas, violência física ou sexual.
- Gênero numa perspectiva binária e normativa
- Crise do papel masculino (por isto aumento do suicídio e do risco)
- Perfil de vida dos suicidas: maioria branca (marcador racial aparece) o que corrobora com a literatura onde a maioria dos suicídios ocorrem são nas pessoas brancas.

82. Thiago Nagafuchi: O suicídio entre jovens não heterossexuais

- Trabalho que tem como proposta estudar suicídio e suas relações com orientação sexual e identidades de gênero.
- Discute a questão da subestimação dos dados epidemiológicos e estatísticos referente à relação às taxas de suicídio em pessoas não-heterossexuais.
- Discute a noção do alinhamento sexo-gênero e desejo

83. Tedson da Silva Souza: Fazer banheiro: as dinâmicas das interações homoeróticas nos sanitários públicos da estação da Lapa e Adjacências

- Marcador racial e de classe presentes
- Representação do homem negro
- Discussão acerca da heterossexualidade compulsória e heteronormatividade
- Rompendo com padrões instituídos acerca das relações afetivas (tanto normativos quanto no contexto LGBT)
- Sexualidade no âmbito privado e público
- Práticas de risco (Eleição do que pode e tornar-se aceitável e o que não é permitido)
- Masculinidade hegemônica
- Sistema de hierarquia e valores sexuais
- Corpos que pesam (construção discursiva corpos padrões e não padrões)
- Geografia da cor e da pele
- Identidade: movimento negro e movimento LGBT
- Não há hierarquia de opressão.

84. Élcio Nogueira Santos, Pedro Paulo Gomes Pereira: Amores e vapores: sauna, raça e prostituição viril em São Paulo

- Noção de Performatividade (ativo/passivo)
- Interseccionalidade: raça, gênero e classe

- Representação do corpo negro
- Sauna como um armário ampliado
- Masculinidade, machismo, heteronormatividade
- Colorismo/Fetichismo
- Poder do racismo – racismo estrutural
- Branquitude (carte de aceite para transição e estar nos ambientes)
- Heterotopia

85. Suicídio. Gênero e Sexualidade na era digital
Thiago Nafaguchi; Rubens de Camargo Ferreira Adorno

- Trabalha com a perspectiva do suicídio na antropologia digital;
- Suicídio enquanto um fenômeno decididamente cultural e social;
- Realiza diversas discussões bem fundamentadas relacionando suicídio, gênero e sexualidade sob o enfoque do conceito de biopolítica;
- Apresenta discussões sobre vidas precárias, ou seja, que há vidas que não são qualificadas como vidas e idas que são qualificadas como vidas.
- Apontam que “os estudos nas redes sociais são importantes para entender as questões concernentes ao ser humano na contemporaneidade. Aqui, particularmente, relatamos um caso de suicídio e suas consequências na rede social e deixamos espaço para que formas de prevenção e políticas públicas inclusivas sejam pensadas para diminuir os casos de suicídio e de violência contra a população LGBTQIA+. É essencial e urgente colocar o tema em debate”.

Apêndice 2.

Quadro 08: Amostra final dos materiais analisados

	Título	Autores/as	Revista/Dissertação/Tese	Ano
1	Mortalidade por raça/cor: evidências de desigualdades sociais em Vitória (ES), Brasil.	Nathalia Modenesi Fiorio; Luisa Sorio Flor; Monique Padilha; Denise Silveira de Castro; Maria del Carmen Bisi Molina.	Rev Bras Epidemiologia	2011
2	Experiências homossexuais de adolescentes: considerações para o atendimento em saúde	Stella Regina Taquette; Adriana de Oliveira Rodrigues	Interface – Comunicação, Saúde, Educação	2015
3	Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo	Júlio Assis Simões; Isadora Lins França; Marcio Macedo	Cadernos Pagu	2010
4	Corpos consumidos: cultura de consumo gay carioca	Severino Joaquim Nunes Pereira; Eduardo André Teixeira Ayrosa	O&S – Salvador	2012
5	Notas sobre um itinerário bibliográfico: onde estão os homossexuais negros?	Joilson Santana Marques Júnior	Em Pauta	2011
6	Identidades, trânsitos e diversidade sexual em contextos de sociabilidade juvenil no Rio de Janeiro (Brasil)	Simone Monteiro; Eliane Vargas; Fátima Cecchetto; Felipe Mendonça	Cadernos Pagu	2010
7	Race Fucker: representações raciais na pornografia gay	Osmundo Pinho	Cadernos Pagu	2012

8	Cenas da circulação: fragmentos de uma etnografia sobre homossexualidade, gênero, cor e mestiçagem em uma favela do Rio de Janeiro	Silvia Aguião	Revista Latinoamericana - Sexualida, Salud y Sociedad	2011
9	Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em questão	Michelle Rodrigues Cardoso; Luíz Felipe Ferro	Psicologia Ciência e Profissão	2012
10	Homossexualidade, Juventude e Vulnerabilidade ao HIV/AIDS no Candomblé Fluminense	Luís Felipe Rios	Temas em Psicologia	2013
11	Negociando com a adversidade: reflexões sobre “raça”, (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro	Laura Moutinho	Estudos Feministas	2006
12	Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays	Juliana Perucchi; Brune Coelho Brandão; Hortênsia Isabela dos Santos Vieira	Estudos de Psicologia	2014
13	A homossexualidade na concepção afrocentrista de Molefi Kete Asante: entre libertação e opressão	Luca Bussotti; António Tembe	Revista Ártemis	2014
14	Amores e vapores: sauna, raça e prostituição viril em São Paulo	Élcio Nogueira Santos; Pedro Paulo Gomes Pereira	Estudos Feministas	2016
15	Juventude, homossexualidade e diversidade: um estudo sobre o processo de sair do armário usando mapas corporais	Aryel Ken Murasaki; Sandra Maria Galheigo	Cad. Ter. ocup	2016

16	A cor da morte: causas de óbito segundo características de raça no Estado de São Paulo, 1999 a 2001	Luís Eduardo Batista; Maria Mercedes Loureiro Escuder; Julio Cesar Rodrigues Pereira	Ver. Saúde Pública	2004
17	Ordens de indexicalidade mobilizadas nas performances discursivas de um garoto de programa: ser negro e homoerótico	Glenda Cristina Valim de Melo; Luiz Paulo da Moita Lopes	Linguagem em (Dis)curso	2014
18	“Vem meu menino, deixa eu causar inveja” ressignificações de si nas transas do sexo tarifado	Fernando Pocahy	Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad	2012
19	Contextos de revelação da orientação sexual: no final do arco-íris tem um pote de ouro?	Luiz Fabio Alves de Deus	Dissertação	2014
20	Juventudes, raça e vulnerabilidades	Maria Dirce Pinho; Elza Berquó; Kelly Adriano Oliveira; Fernanda Lopez; Luíz Carlos Araújo Lima; Noeli Pereira	Revista Brasileira de Estudos de População	2002
21	Relação amorosa e tentativa de suicídio na adolescência: uma questão de (des)amor	Ana Karina Silva Azevedo; Elza Maria do Socorro Dutra	Revista da Abordagem Gestáltica	2012
22	Tristeza e Suicídio entre adolescentes: fatores de risco e proteção	Miria Benincasa; Manuel Morgado Rezende	Boletim de Psicologia	2006
23	Prevalência e fatores associados à ideação suicida na adolescência: revisão de literatura	Lenice Carrilho de Oliveira Moreira; Paulo Roberto Haidamus de Oliveira Bastos	Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP	2015

24	Ideação Suicida na adolescência: um enfoque psicossociológico no contexto do ensino médio	Luciene da Costa Araújo; Kay Francis Leal Vieira; Maria da Penha de Lima Coutinho	Psico-USF	2010
25	Perfil do adolescente que tenta suicídio em uma unidade de emergência	Rita de Cássia Avanci; Luiz Jorge Pedrão; Moacyr Lobo da Costa Júnior	Rev Bras Enfermagem	2005
26	Ideação suicida na adolescência: prevalência e fatores associados	Luciano Dias de Mattos Souza; Liliane Ores; Gabriela Teixeira de Oliveira; Ana Laura Sica Cruzeiro; Ricardo Azevedo Silva; Ricardo Tavares Pinheiro; Bernardo Lessa Horta	J. Bras. Psiquiatria	2010
27	Depressão e ansiedade em adolescentes de escolas públicas e privadas	Joana D'Arc Vila Nova Jatobá; Othon Bastos	J. Bras. Psiquiatria	2007
28	Estudo de ideação suicida em adolescentes de 15 a 19 anos	Vivian Roxo Borges; Blanca Susana Guevara Werlang	Estudos de Psicologia	2006
29	“Amor não correspondido” discursos de adolescentes que tentaram suicídio	Luiza Jane Eyre de Souza Vieira; Mary Landy Vasconcelos Freitas; Augediva Maria Jucá Pordeus; Samira Valentim Gama Lira; Juliana Guimarães e Silva	Ciência & Saúde Coletiva	2009
30	Planejamento suicida entre adolescentes escolares:	Lissandra Baggio; Lilian S. Palazzo;	Cad. Saúde Pública	2009

	prevalência e fatores associados	Denise Rangel Ganzo de Castro Aerts		
31	O suicídio na adolescência nas publicações da enfermagem brasileira: revisão integrativa da literatura	Liliane de Lourdes Teixeira Silva; Cristina Gonçalves Alvim; Cassia Cristina Costa; Thiago Magelo Ramos; Elbert Eddy Costa	Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro	2015
32	Tentativa de autoextermínio entre adolescentes e jovens: uma análise compreensiva	Liliane de Lourdes Teixeira Silva; Anézia Moreira Faria Madeira	Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro	2014
33	Suicídio na População de 10 a 19 anos em Minas Gerais (1997 – 2011)	Luiza Cantão; Nadja Cristiane Lappann Botti	Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro	2014
34	Suicídio na infância e adolescência	Evelyn Kuczynski	Psicologia USP	2014
35	Ideação Suicida em Adolescentes de 13 a 17 anos	Vivian Roxo Borges; Blanca Susana Guevara Welang; Mônica Copatti	Barbarói, Santa Cruz do Sul	2008
36	As expectativas do ter e o fracasso do ser: representações sociais da adolescência e suicídio entre adolescentes	Priscilla de Oliveira Martins	Dissertação	2002
37	Atitudes e Percepções de estudantes e professores de enfermagem frente ao suicídio de adolescentes	Liliane de Lourdes Teixeira Silva	Tese	2014
38	Homossexualidades na adolescência: Aspectos de	Daniela Barbeta Ghorayeb	Tese	2012

	Saúde mental, qualidade de vida, religiosidade e identidade psicossocial			
39	Relação Amorosa e tentativa de suicídio na adolescência: uma questão de (Des)Amor	Ana Karina Silva Azevedo	Dissertação	2006
40	Razões para tentativas suicidas em adolescentes: desafios para a educação em saúde	Mary Landy Vasconcelos Freitas	Dissertação	2005
41	Risco de Suicídio e comportamentos de risco à saúde em jovens de 18 a 24 anos um estudo descritivo	Liliane da Costa Ores; Luciana de Avila Quevedo; Karen Jansen; Adriana Bezerra de Carvalho; Taiane Azevedo Cardoso; Luciano Dias de Mattos Souza. Ricardo Tavares Pinheiro; Ricardo Azevedo da Silva	Cad. Saúde Pública	2012
42	Tentativas de suicídio por substância químicas na adolescência e juventude	Walter Marcondes Filho; Leda Mezzaroba; Conceição A. Turini; Alexsandro Koike; Akira Motomatsu Junior; Eliane E. M. Shibayama; Fábio L. S. Fenner	Adolescência Latinoamericana	2002
43	Caracterização de tentativas de suicídios por substâncias exógenas	Letícia Pereira Vieria; Vivian Tallita Pinheiro de Santana; Eliane Aparecida Suchara	Cad. Saúde Coletiva	2015

44	Suicídio no Brasil, de 2000 a 2012	Daine Borges Machado; Darci Neves dos Santos	J. Bras. Psiquiatria	2015
45	Indicadores de risco para tentativa de suicídio por envenenamento: um estudo caso-controle	Maria Cláudia da Cruz Pires; Maria Cristina Falcão Raposo; Everton Botelho Sougey; Othon Coelho Bastos Filho; Tatiana Santana Silva; Marcela Pires dos Passos	J. Bras. Psiquiatria	2015
46	Suicídio consumado na cidade de Sorocaba-SP: um estudo epidemiológico	Melissa Nobrega Vasques de Freitas; Maria Cristina Nunez Seiwad; Rodrigo Añez Parada; Carlos Von Krakauer Hubner	Ver. Fac. Ciência Médica Sorocaba	2013
47	Prevalência de risco de suicídio e fatores associados: estudo de base populacional com jovens entre 18 a 24 anos, Pelotas-RS	Liliane da Costa Ores	Dissertação	2008
48	Família e comportamento suicida: um estudo exploratório de dinâmicas familiares	Marcela Favarini Nunes	Dissertação	2007
49	Mortes por suicídio: diferenças de gênero e nível socioeconômico	Leticia Marín-León; Marilisa B. A. Barros	Ver. Saúde Pública	2003
50	Perfil epidemiológico do suicídio no extremo oeste	Ricardo Schmitt; Maria Gabriela Lang; João	Ver. Psiquiatria Rio Grande do Sul	2008

	do estado de Santa Catarina, Brasil	Quevedo. Talita Colombo		
51	Medicina, educação e gênero: as diferenciações sexuais do suicídio nos discursos médicos do século XIX	Fábio Henrique Lopes	Educar – Curitiba	2007
52	Suicídio na adolescência: fatores de risco, depressão e gênero	Luiza de Lima Braga; Débora Dalbosco Dell’Aglío	Contextos Clínicos	2013
53	Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas	Fernando Silva Teixeira-Filho; Carina Alexandra Rondini	Saúde. Soc. São Paulo	2012
54	Comportamentos de saúde entre jovens estudantes das redes públicas e privada da área metropolitana do Estado de São Paulo	Beatriz Carlini-Cotrim, Cynthia Gazal-Carvalho; Néelson Gouveia	Revista de Saúde Pública	2000
55	Fatores de risco na adolescência: discutindo dados do DF	Kátia Touquella Brasil; Paola Biasoli Alves; Deise Matos do Amparo; Kellen Cristine Frajorge	Paidéia	2006
56	Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista	Fernando Silva Teixeira-Filho; Carina Alexandra Rondini; Juliana Cristina Bessa	Educação e Pesquisa	2011
57	O senhor negritude: um caso de suicídio, depressão e dor mental	Maria da Conceição M. G. Oliveira	Dissertação	1998
58	Tentativa de suicídio na adolescência: avaliação do	Paula Lopes; David Pires Barreira; Ana Matos Pires	Psicologia, Saúde & Doenças	2001

	efeito de gênero na depressão e personalidade			
59	Exposição à violência e comportamento suicida em adolescentes de diferentes contextos	Luiza de Lima Braga	Dissertação	2011
60	Vidas perdidas e Racismo no Brasil	Daniel R. C. Cerqueira; Rodrigo Leandro de Moura	Nota Técnica – Ipea	2013
61	Suicídio ou assassinato? Um outro crime por de trás da prática homofóbica	Laionel Vieira da Silva; Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa	Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito	2014
62	Reflexões Históricas sobre os suicídios: saberes, biopolítica e subjetivação	Fábio Henrique Lopes	ArtCultura	2012
62	O suicídio entre jovens não heterossexuais	Thiago Nagafuchi; Rubens de Camargo Ferreira Adorno	Projeto de Doutorado	2013
63	O suicídio entre jovens negros na perspectiva Durkheimiana	Gilberto Orácio de Aguiar	Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa Identidade da Escola Superior de Teologia	2012
64	O impacto da homofobia na saúde de adolescentes homossexuais	Taison Regis Penariol Natarelli; Iara Falleiros Braga; Marta Angélica Iossi Silva	Escola Anna Nery	2015
65	O comportamento suicida no Brasil e no Mundo	Avimar Ferreira Junior	Revista brasileira de Psicologia	2015
66	Homofobia internalizada e suicidalidade em Jovens LGB e Não LGB	Patrícia Rodrigues	Les Online	2010

67	Homofobia e Heterossexismo nas escolas: discussão da produção científica no Brasil e no Mundo	Marcos Roberto Vieira Garcia	Anais IX Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional ABRAPEE	2009
68	Apontamentos sobre o atentado contra a própria vida, homofobia e adolescências	Fernando Silva Teixeira-Filho; Carina Alexandra Rondini Marretto	Revista de Psicologia da UNESP	2008
69	Suicídio masculino ou feminino: as atribuições de gênero	Fábio Henrique Lopes	Anais – ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História	2003
70	Adolescência: ideação suicida, depressão, desesperança e memórias autobiográficas	Inês Alexandra Nabiça Cardoso da Costa	Dissertação	2012
71	Adolescência heteronormativa masculina: um enfrentamento com possibilidade de suicídio	Welson Barbosa Santos; Marisa Borges; Juliano da Silva Martins de Alemida	Revista Educação e Políticas em Debate	2013
72	Análise dos sistemas de informação em saúde SIM e SINAN em Relação ao suicídio na cidade de Uberaba/MG	Nilva Maria Ribeiro	Dissertação	2016
73	Fazer Banheirão: as dinâmicas das interações homoeróticas nos sanitários públicos da Estação da Lapa e Adjacências	Tedson da Silva Souza	Dissertação	2012
74	A construção social da “branquidade” em homossexuais masculinos do Brasil e da Argentina	Moisés Lopes	Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad	2011

75	A sessão de desenho de modelo nu: produção artística e marcadores sociais da diferença	Marcio Zamboni	Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad	2013
76	Dissonâncias e Assimetrias na produção de conhecimento na UFPB (IN)visibilidade de temas sobre negros(as)	Mirian de Albuquerque Aquino; Sérgio Rodrigues Santana; Leyde Klébia Rodrigues da Silva; Jobson Francisco da Silva Júnior	Biblionline, João Pessoa	2010
77	“Frango com frango é coisa de paulista”: erotismo, deslocamentos e homossexualidade entre Recife e São Paulo	Isadora Lins França	Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad	2013
78	“Aqui nem todo mundo é igual” Cor, mestiçagem e homossexualidades numa favela do Rio de Janeiro	Silvia Aguião	Dissertação	2007
79	Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo	Isadora Lins França	Tese	2010
80	Marcas do desejo: um estudo sobre os critérios de “raça” na seleção de parceiros em relações homoeróticas masculinas criadas online na cidade de São Carlos	Keith Diego Kurashige	Dissertação	2014
81	Homossexualidades e negritudes: identidades e afetividades no entre lugar	José Estevão Rocha Arantes	Dissertação	2008

82	Penalidade e privilégio: a falsa representação dos homens negros homossexuais	Ana Carolina Welligton Costa Gomes	Dissertação	2015
83	Tá rindo de quem? O negro e o gay como motivos de piadas	Maria Teresa de Arruda Campos	Tese	2008
84	Homossexualidades, homofobia e tentativas de suicídio em adolescentes LGBT	Fernando Silva Teixeira-Filho; Carina Alexandra Rondini Marretto	Anais – Fazendo Gênero 7 – Corpo, Violência e Poder	2008
85	Suicídio, Gênero e sexualidade na era digital	Thiago Nafaguchi Rubens de Camargo Ferreira Adorno	Sau. & Transf. Soc., ISSN 2178-7085, Florianópolis, v.7, n.3, p.22-35, 2016.	2016